

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

MARCOS PAULO DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO CULTURAL DA
NARRATIVA NOTICIOSA:**
noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana

Tese apresentada em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), para obtenção do grau de Doutor. Orientador: Prof. Dr. José Salvador Faro.

São Bernardo do Campo-SP, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

A tese de doutorado sob o título “A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana”, elaborada por Marcos Paulo da Silva, foi defendida e aprovada em 30 de janeiro de 2013, perante banca examinadora composta por Prof. Dr. José Salvador Faro (Presidente/UMESP), Prof. Dr. Laan Mendes de Barros (Titular/UMESP), Prof. Dra. Elizabeth Moraes Gonçalves (Titular/UMESP), Prof. Dr. Wilson da Silva Gomes (Titular/UFBA) e Prof. Dra. Sylvia Moretzsohn (Titular/UFF).

Prof. Dr. José Salvador Faro

Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Laan Mendes de Barros

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Programa: Comunicação Social

Área de concentração: Processos Comunicacionais

Linha de pesquisa: Comunicação midiática nas interações sociais

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao Prof. Dr. José Salvador Faro, um orientador no real sentido *strictu sensu* da palavra, pela confiança, pela orientação e pelo incentivo dado à construção de uma pesquisa comprometida com o estado da arte do campo do jornalismo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de doutorado que possibilitou um envolvimento integral às questões da pesquisa.

Aos professores e ex-professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UMESP que contribuíram com o aprimoramento teórico-conceitual e metodológico da tese durante o período de suas disciplinas: Prof. Dra. Elizabeth Moraes Gonçalves, Prof. Dra. Magali do Nascimento Cunha, Prof. Dr. Isaac Epstein e Prof. Dra. Sandra Reimão.

Aos professores que integraram a banca de qualificação e contribuíram com inúmeras sugestões e críticas construtivas para o desenvolvimento da tese: Prof. Dr. Laan Mendes de Barros e Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado.

À Prof. Dra. Pamela J. Shoemaker pela acolhida, pelos conselhos acadêmicos e pelos longos bate-papos sobre aspectos teóricos do jornalismo durante o período de estágio-sanduíche realizado na Syracuse University, nos Estados Unidos.

Aos pesquisadores e colaboradores do Grupo de Pesquisa em Teoria do Jornalismo da Cátedra John Ben Snow da Syracuse University pelas inúmeras discussões teóricas que se fizeram valiosas para o aprimoramento de questões teórico-conceituais da pesquisa: Christi MacClurg, Gina Chen, Phil Johnson e Jaime Riccio.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado-sanduíche que propiciou uma importante experiência de pesquisa em uma instituição de referência internacional e ao lado de pesquisadores estrangeiros representativos no cenário dos estudos da Comunicação.

Aos meus pais – José Aparecido e Maria Teodora – pelo exemplo de vida transmitido com simplicidade ímpar e pela educação passada como vocação aos filhos.

À Francilene pelo carinho, pela cumplicidade e pela força nos momentos difíceis.

E finalmente, mas não menos importante, aos meus familiares mais próximos pela alegria compartilhada a cada encontro: meus irmãos Maria José, Adriana e Fernando; meus cunhados Edson, Cristiano e Giselle; e meus sobrinhos Caio, Guilherme e Eduardo.

TODOS CONTRIBUÍRAM DE ALGUMA MANEIRA PARA A CONCRETIZAÇÃO DESTE OBJETIVO ACADÊMICO.

RESUMO

SILVA, Marcos Paulo da. **A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana**. 2013. 243f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), 2013.

A tese constitui uma discussão teórico-conceitual de natureza eminentemente qualitativa sobre a construção cultural dos chamados critérios de noticiabilidade no jornalismo. Sua proposta central é inserir a problemática da noticiabilidade – isto é, a discussão em torno dos parâmetros que levam determinados acontecimentos a receber a valoração de notícia em detrimento de outros – no interior de uma reflexão mais ampla, de ordem culturalista, que objetiva dimensionar a narrativa noticiosa como um dos elementos estético-expressivos mais consistentes na sustentação da experiência cotidiana moderna. Como objetivos específicos, busca-se: 1) a discussão teórica de algumas das mais significativas abordagens conceituais que os critérios de noticiabilidade recebem historicamente nas ciências sociais; 2) a apresentação de um conjunto alternativo de concepções teóricas que, articuladas, possam explicitar a complexidade do processo de seleção noticiosa; e 3) a proposição de uma sistematização teórico-conceitual para tais articulações de modo a sintonizar a tese com o estado da arte no campo da teoria do jornalismo. Aporta-se, ao fim, na elaboração de um modelo explicativo pendular que se institui como metáfora possível para a relação entre o jornalismo, os *paradoxos* cotidianos e os parâmetros simbólicos que caracterizam a regularidade cotidiana como padrão cultural da sociabilidade moderna.

Palavras-chave: Comunicação; Jornalismo; Noticiabilidade; Racionalidade instrumental; Regularidade cotidiana.

ABSTRACT

SILVA, Marcos Paulo da. **The cultural construction of news narrative: newsworthiness, symbolic representation and everyday regularity.** 243p. Dissertation (Doctorate in Social Communication). Post-Graduation Program in Social Communication. Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), 2013.

This dissertation is an eminently qualitative theoretical-conceptual discussion about the cultural construction of the newsworthiness criteria inside the journalism practice. Its central proposal is to insert the issue of newsworthiness – that is, the debate around the responsible parameters for characterizing certain events as newsworthy events over others – inside a wider cultural reflection that targets to dimensionate the news narrative as one of the most consistent elements of the modern everyday experience. The specific research goals are: 1) the theoretical discussion about some of the most significant conceptual approaches that the newsworthiness criteria have historically in the social sciences; 2) the presentation of an alternative group of theoretical conceptions that – articulated – can explain the complexity of the news selection process; and 3) a proposal of a theoretical-conceptual systematization for these articulations so that this dissertation could be synchronized with the state of art in the field of journalism theory. The debate will arrive, finally, in the creation of an explicative pendulum model that consolidates itself as a possible metaphor for the relation between the journalism practice, the everyday paradoxes and the symbolic parameters that characterize the everyday regularity as a cultural pattern of the modern sociability.

Key-words: Communication; Journalism; Newsworthiness; Instrumental rationality; Everyday regularity.

RESUMEN

SILVA, Marcos Paulo da. **La construcción cultural de la narrativa de noticias: noticiabilidad, representación simbólica y regularidad cotidiana.** 243f. Tesis (Doctorado en Comunicación Social). Programa de Posgrado em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), 2013.

La tesis presenta un debate teórico-conceptual de la naturaleza eminentemente cualitativa sobre la construcción cultural de los llamados criterios de noticiabilidad en el periodismo. Su propuesta central es insertar el tema de la noticiabilidad - la discusión de los parámetros que conducen ciertos acontecimientos a tener mayor valoración como noticia sobre los demás – en el interior de una reflexión más amplia, del orden culturalista, cuyo objetivo es abordar la narrativa de noticias como uno de los más consistentes elementos estético-expresivos de sustentación de la experiencia cotidiana moderna. Como objetivos específicos, se busca: 1) la discusión teórica de algunos de los enfoques conceptuales históricamente más importantes en las ciencias sociales acerca de los criterios de noticiabilidad, 2) la presentación de un conjunto alternativo de los conceptos teóricos que, cuando articulado, puede explicar la complejidad del proceso de selección de la noticiabilidad, y 3) proponer un marco teórico y conceptual entorno de las articulaciones discutidas en la tesis con el fin de ajustarla con el estado del arte en la teoría del campo científico del periodismo. Al final, presenta un modelo explicativo basado en la metáfora del péndulo como explicación posible acerca de la relación entre el periodismo, las *paradojas* diarias y los parámetros simbólicos que caracterizan la regularidad cotidiana como norma cultural de la sociabilidad moderna.

Palabras-clave: Comunicación; Periodismo; Noticiabilidad; Racionalidad instrumental; Regularidad cotidiana.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1.	Modelo hierárquico de influências sobre o conteúdo noticioso segundo Shoemaker & Reese	52
Figura 2.	“Senso comum”, por Charles Benett: reprodução de cartum	75
Figura 3.	Representação gráfica do universo da <i>doxa</i> segundo Pierre Bourdieu	80
Figura 4.	Reprodução de gráfico: “Petróleo estabiliza e bolsas têm alívio lá fora”	93
Figura 5.	<i>La vie en rose</i> , de Adão Iturrusgarai: Reprodução de cartum	108
Figura 6.	Níveis de significação da notícia segundo Tom Koch	135
Figura 7.	Fragmento de capas: <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>Folha de S. Paulo</i>	145
Figura 8.	As posições da “máquina midiática” segundo Patrick Charaudeau	150
Figura 9.	Processos de “transformação” e “transação” no âmbito do contrato de comunicação de Patrick Charaudeau	153
Figura 10.	Reprodução de infográfico: “Império mundial”	164
Figura 11.	Reprodução de infográfico: “Poder familiar”	166
Figura 12.	Reprodução de capa do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	191
Figura 13.	Reprodução de página do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	193
Figura 14.	Reprodução de infográfico vinculado à matéria “4 minutos da 1ª. Parte até a tragédia” – <i>O Estado de S. Paulo</i>	194
Figura 15.	Detalhe de gráfico “Mercado tenso” vinculado à matéria “Crise nuclear no Japão leva pânico às bolsas, mas ação do Fed limita perdas”	196
Figura 16.	Detalhe de gráfico “Alta do petróleo perde fôlego” vinculado à matéria “Arábia Saudita amplia produção e preço do petróleo sobe menos”	197
Figura 17.	Reprodução do texto “Tragédia japonesa ainda afeta preços”	200
Figura 18.	Reprodução do texto “Preços retomam alta com alívio nuclear”	200
Figura 19.	Representação gráfica das relações de transcodificação e de disseminação do padrão de racionalidade instrumental pela narrativa noticiosa	209
Figura 20.	Modelo gráfico para relação entre jornalismo, <i>doxa</i> e <i>paradoxo</i>	212
Figura 21.	Frank e Ernest, de Bob Thaves: reprodução de cartum	216

Figura 22. Frank e Ernest, de Bob Thaves: reprodução de cartum	217
Figura 23. Representação gráfica das relações teórico-conceituais centrais da tese.....	227
Quadro 1. Elencos de valores-notícia segundo levantamento de Gislene Silva	39
Quadro 2. Sistematização dos valores-notícia encontrados no jornalismo segundo a perspectiva de Mauro Wolf e Nelson Traquina	44
Quadro 3. Proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis / noticiados	49
Quadro 4. Referências ao acidente aéreo da <i>Air France</i> nas primeiras páginas do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> entre os dias 2 e 16 de junho de 2009	190

*Todo dia ela faz tudo sempre igual:
Me sacode às seis horas da manhã,
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã.*

*Todo dia ela diz que é para eu me cuidar
E essas coisas que diz toda mulher.
Diz que está me esperando para o jantar
E me beija com a boca de café.*

*Todo dia eu só penso em poder parar;
Meio-dia eu só penso em dizer não,
Depois penso na vida pra levar
E me calo com a boca de feijão.*

*Seis da tarde, como era de se esperar,
Ela pega e me espera no portão
Diz que está muito louca pra beijar
E me beija com a boca de paixão.*

*Toda noite ela diz para eu não me afastar;
Meia-noite ela jura eterno amor
E me aperta para eu quase sufocar
E me morde com a boca de pavor.*

(Cotidiano – Chico Buarque)

*Quando uma novidade tão prosaica e modesta consegue
se difundir por toda a parte, deve haver algo na cultura
circunstante que se encontra em profunda sintonia com ela.*

(Franco Moretti)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
------------------	----

PARTE I – FUNDAMENTOS

Capítulo I – O estado da arte e o estado da questão: dimensões teóricas, perspectivas conceituais e níveis de análise da noticiabilidade	25
---	-----------

1. Decifra-me ou devoro-te: seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia, conceitos distintos para uma problemática semelhante **29**
2. De Tobias Peucer a Galtung & Ruge: o desvio como padrão clássico da noticiabilidade **33**
3. Entre a seleção e a construção: novas diferenciações para a mesma questão **39**
4. Não basta ser inaudito, é preciso relevância – e vice-versa: a *significância social* como dimensão da noticiabilidade **45**
5. Os níveis de análise da notícia: das opções individuais às estruturas socioculturais **49**
6. Por um olhar ampliado para a questão: subsídios iniciais para a elaboração de um modelo interpretativo para a noticiabilidade **56**

Capítulo II – <i>Toda notícia que couber (no senso comum) será publicada: doxa, hegemonia e a disseminação da narrativa jornalística</i>	61
---	-----------

1. O senso comum como forma de apreensão da realidade: subsídios teórico-conceituais introdutórios **66**
2. *Doxa versus episteme*: a origem do senso comum como categoria aristotélica **72**
3. *Doxa* e poder simbólico: um olhar sociológico para a questão **78**
4. Um preâmbulo necessário: *doxa* e hegemonia **82**
5. Entre a esfera hegemônica e o senso comum: o sentido *doxal* da narrativa noticiosa **86**

Capítulo III – Racionalidade, regularidade e vida cotidiana: o jornalismo como narrativa híbrida da sociabilidade instrumental 91

1. Racionalidade instrumental x racionalidade crítica: uma genealogia do conceito **95**
2. Dos impasses da modernidade à racionalização do viver: um ‘longo processo de enculturação’ **98**
3. Uma narrativa para explicar o mundo: o advento da racionalidade instrumental como guia para o conhecimento moderno **102**
4. A construção social do bem-estar moderno: as marcas da sociabilidade instrumental **106**
5. A racionalidade em figuras de tempo: do linear ao mensurável, um percurso até regularidade cotidiana **110**
6. A narrativa noticiosa como traço da experiência moderna e sua mediação pela vida cotidiana: os sentidos de um ‘viver’ instrumentalizado **114**

PARTE II – PROCESSOS

Capítulo IV – Para além da *doxa*, o *paradoxo*: o fato jornalístico como *paradoxo* cotidiano e a construção cultural dos critérios de noticiabilidade 122

1. A natureza do acontecimento jornalístico: entre a estrutura pragmática e a configuração expressiva **128**
2. Os *paradoxos* cotidianos nas rotinas dos jornais: o *habitus* jornalístico e a atribuição de um sentido hegemônico às notícias **136**
3. *Paradoxo* aqui, mas não ali: a dimensão sociocultural do senso comum e seus diferentes contratos simbólicos **144**
4. Como, enfim, os *paradoxos* cotidianos ganham as páginas dos jornais: uma proposta interpretativa **153**

Capítulo V – Depois da tempestade, a bonança: a inscrição do jornalismo na cultura e a atenuação dos *paradoxos* cotidianos pela narrativa noticiosa 158

0. Isolar, esquadrihar e esclarecer: a operacionalização da racionalidade instrumental no plano narrativo **162**
1. O aqui e o agora: o factual como dimensão temporal para a resolução dos problemas cotidianos **169**

2. Procura-se *'experts'* para explicar (tudo) o que acontece: o processo de legitimação das fontes pelo jornalismo **177**
3. Quanto mais *paradoxal*, mais racionalidade: recursos e ferramentas para a produção de sentido **188**

PARTE III – SISTEMATIZAÇÃO

Capítulo VI – Jornalismo, racionalidade e senso comum: um modelo teórico-conceitual para a relação entre a seleção de notícias e a construção cultural da regularidade cotidiana 208

1. Jornalismo, *doxa* e *paradoxos* cotidianos: uma metáfora pendular **210**
2. Entre laranjas e maçãs, para evitar a salada de frutas: os limites do funcionalismo e as diferenças de uma abordagem culturalista para a compreensão da relação entre o jornalismo e a regularidade cotidiana **218**
3. Da banca de jornal ao mercado de peixes: a substituição de um *paradoxo* por outro no cenário da regularidade cotidiana **224**

CONSIDERAÇÕES FINAIS 231

REFERÊNCIAS 236

INTRODUÇÃO

*João Gostoso era carregador de feira livre,
e morava no morro da Babilônia,
num barracão sem número.
Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro,
bebeu, cantou, dançou,
depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas,
e morreu afogado.*
(“Poema tirado de uma notícia de jornal” –
Manuel Bandeira)

I

Uma história merece ser contada se uma norma – moral ou probabilística, ou as duas coisas juntas – for violada. O século XXI se colocava no horizonte quando o ensaísta italiano Franco Moretti, em uma incisiva análise sobre um dos mais populares gêneros da literatura – o romance –, punha em perspectiva a validade – ou, ao menos, a abrangência – dessa clássica tese da narração. O curioso, aos olhos desavisados, é que, em seu ensaio, Moretti não se referia às possibilidades expressivas oriundas das novas tecnologias da informação ou a quaisquer outros aparatos estéticos da modernidade. Pelo contrário, o crítico italiano, especializado em Teoria Literária, estava preocupado com um recorte empírico claramente datado na história da cultura: a ascensão, numa matriz narrativa que escapava ao tradicional modo de narrar, do romance europeu no período que sucede as revoluções burguesas. Dessa maneira, ao abordar especificamente a relação entre o romance inglês do século XIX e a emergência de um estilo narrativo que privilegiava os aspectos descritivos da trama, Moretti colocou em evidência uma chave-explicativa bastante peculiar: a relação entre narrativa e vida cotidiana (MORETTI, 2003).

No plano propriamente analítico, o que faz do ensaio de Moretti uma leitura tão contundente é a inferência de que o eventual *ethos* de seriedade e sobriedade ligado àquela emergente cultura burguesa conduz o romance europeu novecentista a encontrar um novo padrão expressivo, “um tipo de neutralidade narrativa que lhe permite funcionar sem ter de recorrer sempre a medidas extremas” – característica que “mantém a narrativa no interior do caráter ordinário da vida” (MORETTI, 2003, p. 7-8). Ao colocar em xeque uma das regras básicas da teoria narrativa, portanto, o romance europeu do século XIX, nos termos do próprio Moretti, “desloca o inaudito para o pano de fundo e traz o cotidiano ao primeiro plano”,

resultando na configuração de um novo modo de se contar uma história: “sempre precário, sempre insatisfatório, misturado à indiferença do mundo, mas também sempre tenazmente presente” (MORETTI, 2003, p.11-12). Trata-se de um estilo narrativo que se dissemina socialmente ao oferecer uma espécie de satisfação “compatível com a nova regularidade da vida burguesa” (MORETTI, 2003, p.16) – isto é, uma vez revolucionária no século XVIII, a burguesia europeia, calcada agora na estabilização de seu capital, repousa sob os auspícios de um novo padrão cultural – sóbrio, contido e regular – e assiste ao afloramento de uma nova forma de narrar o mundo em harmonia com suas características.

Quais são, todavia, as inspirações que as reflexões de Franco Moretti sobre o romance burguês novecentista podem trazer ao estudo da narrativa jornalística moderna – foco da presente pesquisa? Em primeiro lugar, trata-se de estilos narrativos em certo sentido contemporâneos. O jornalismo, que floresce no século XVII europeu a partir da confluência de fatores como o desenvolvimento da tipografia gutemberguiana, a expansão dos mecanismos técnicos que possibilitam um inédito fluxo de informação e a consequente transformação desse fluxo em mercadoria no seio de uma economia em expansão (SOUSA, 2004), assiste, já no porvir do século XIX, a configuração de uma nova modalidade de opinião pública que demanda daqueles antigos compêndios noticiosos um mergulho no cotidiano.

A despeito dessa justaposição histórica e ainda que deslocada da narrativa jornalística sob um ponto de vista empírico, porém, a análise de Moretti fornece ao menos duas importantes premissas teórico-conceituais à investigação aqui pretendida. Sublinha-se, dessa forma, a pertinência da relação sugerida pelo autor entre as dimensões da narrativa e da vida cotidiana, ou, mais especificamente, da hipótese teórica de que um padrão narrativo somente se difunde socialmente quando encontra respaldo em um padrão cultural mais abrangente. Tal relação, que percorre toda a argumentação do crítico italiano, ajuda a explicitar o porquê de a disseminação do chamado *ethos* sério nos romances europeus novecentistas se estabelecer menos no âmbito da própria literatura e mais na experiência cotidiana daquela ascendente burguesia do período.

Além disso, merece destaque o próprio *modus operandi* desse novo *ethos* no plano narrativo. A sobriedade e a regularidade que caracterizam o romance burguês do século XIX expressam-se, assim, não apenas nos limites do conteúdo – em personagens e cenários –, mas, sobretudo, na configuração de um novo ritmo narrativo, ou seja, na manifestação que se

estabelece no próprio plano estético-expressivo¹. Uma vez mais, portanto, a sedimentada premissa da narração – segundo a qual uma história somente merece ser contada se apresentar um fato inaudito – deixa ter protagonismo e vai ao segundo plano para dar lugar a uma dimensão mais determinante: a aderência a padrões culturais mais abrangentes presentes na vida cotidiana.

II

É nesse panorama teórico-conceitual que se inscreve o problema central desta tese. Debruça-se sobre o eventual processo de construção simbólica dos critérios de noticiabilidade a partir da hipótese de que a narrativa noticiosa, como uma das pedras de toque da modernidade, somente se dissemina socialmente quando encontra legitimidade e respaldo em instâncias socioculturais mais amplas e pavimentadas na experiência cotidiana. Busca-se, desse modo, uma ampliação do olhar sobre a questão, contribuindo para um debate que não é recente nos estudos voltados à atividade jornalística.

Desde a gênese do jornalismo, teóricos e pensadores de diferentes áreas do conhecimento têm traçado reflexões a respeito dos princípios que levam determinados assuntos e acontecimentos – no amplo conjunto do corpo social – a receber avaliações diferenciadas, sendo estampados nas páginas dos jornais. Nesse sentido, a existência de critérios de noticiabilidade como parâmetros norteadores da prática jornalística divide opiniões sobre sua abrangência e sistematização – seja no âmbito teórico-conceitual ou no próprio contexto das redações profissionais. Conforme alerta Nelson Traquina (2008, p. 62), diversos estudos sobre o jornalismo demonstram que os profissionais da área têm uma enorme dificuldade em explicar o que é notícia e quais são seus critérios noticiosos para além de respostas vagas do tipo “o que é importante” ou “o que interessa ao público”. Como forma de comprovar a nebulosidade do campo, Shoemaker & Cohen (2006, p.7), em sentido semelhante, sugerem o simples exercício de se questionar um jornalista a respeito de uma definição básica para os conceitos. É bem provável, apostam os autores, que a resposta apresentada não culminará em uma definição suficientemente clara, mas, por outro lado, o inquirido terá possivelmente na manga um argumento bem característico de seu grupo profissional: “eu sei o que é uma notícia quando eu a vejo”. Entretanto, embora diferentes autores tenham procurado atribuir um sentido crítico a essa questão, talvez venha do teórico

¹ Argumenta Moretti (2003, p.17): “com efeito, esse é exatamente o mundo do romance burguês, mas não por seus conteúdos (...) – destes, ao contrário, se fala muito pouco: é por meio do enchimento que a lógica da racionalização atua sobre a forma mesma do romance, o seu ritmo narrativo”.

britânico Stuart Hall (1981b, p.234)² uma das mais lúcidas leituras para o impasse: os critérios de noticiabilidade, por constituírem modalidades de “estoques de conhecimento” compartilhados profissionalmente, representam uma das mais opacas estruturas de sentido da experiência moderna e não se fazem transparentes nem aos próprios jornalistas – debate que será retomado à frente.

A escassez de formulações teórico-conceituais precisas para a seleção noticiosa resulta, portanto, numa espécie de “deriva” em que todos – jornalistas e teóricos – parecem saber do que se trata, mas que, ainda assim, raramente há fôlego para sistematizações consistentes sobre o assunto. Nesse turbilhão de pontos de interrogação, Nelson Traquina (2008, p.63), uma vez mais, é responsável por uma tentativa de definição concisa para a ideia de noticiabilidade: trata-se de um agrupamento de critérios e operações que fornecem a um acontecimento a aptidão de merecer tratamento jornalístico; isto é, de possuir valor como notícia. Tal definição, no entanto, índice de um conjunto mais amplo de elaborações conceituais sobre o assunto, não é suficiente para eliminar do campo algumas de suas principais indagações: como ocorre a definição de tais parâmetros ou, em outros termos, como os eventos cotidianos, de fato, tornam-se notícia? Nesse cenário, a delimitação teórico-conceitual da noticiabilidade carece de complementação a partir do aprimoramento dos critérios que antecedem e marcam a seleção noticiosa. Em última instância, não basta questionar o porquê de as notícias se caracterizarem do modo como se caracterizam, mas – ainda além – quais os motivos que levam determinados assuntos a receber a valoração de notícia em detrimento de outros.

III

Quando observados sob uma ótica histórica, são inúmeros os estudos clássicos que reconhecem a existência de parâmetros de noticiabilidade como princípios responsáveis por retirar o peso da escolha noticiosa de uma perspectiva substancialmente subjetiva dos jornalistas. Entre eles, destacam-se obras como a famosa tese do erudito alemão Tobias Peucer, elaborada ainda no século XVII e considerada o primeiro registro acadêmico sobre o assunto, e a tipologia de fatores de noticiabilidade apresentada na década de 1960 pelos pesquisadores dinamarqueses Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge – abordagens

² Apesar de considerado britânico, Stuart Hall nasceu na Jamaica no período em que a ilha caribenha era ainda considerada colônia da Inglaterra.

representativas que colocam em relevo a noção de “desvio” como padrão clássico da seleção de notícias.

Outras sistematizações mais recentes e também respaldadas pelos estudos acadêmicos do jornalismo auxiliam na tarefa de introduzir novas diferenciações à discussão. O sociólogo norte-americano Herbert Gans, por exemplo, atribui a existência de critérios noticiosos a aspectos de natureza ideológica que são compartilhados pelos profissionais no interior das salas de redação. Já os europeus Mauro Wolf e Nelson Traquina argumentam que os valores relacionados à seleção das notícias (os denominados valores-notícia) perpassam todo o processo da prática noticiosa: da seleção dos eventuais acontecimentos noticiáveis à elaboração de suas narrativas. Novos componentes são também acrescentados ao debate por Pamela Shoemaker. A pesquisadora norte-americana sugere que a compreensão da noticiabilidade passa por dimensões teóricas mais abrangentes, a exemplo do próprio “desvio” e da “significância social”. Além disso, o conceito de notícia é interpretado por ela e seus colegas a partir de constrangimentos e rotinas que são engendrados numa complexa hierarquia de influências. Todas essas abordagens – incluindo a demarcação conceitual que se institui entre as noções de “critérios de noticiabilidade”, “valores-notícia” e “seleção noticiosa” – serão reunidas à frente em um capítulo específico sobre os avanços teóricos que se atrelam historicamente à questão.

Em que pese os importantes progressos teórico-conceituais relatados, contudo, procurar-se-á no desenvolvimento deste estudo a inclusão da problemática da noticiabilidade no interior de uma reflexão mais ampla que objetiva dimensionar a narrativa noticiosa como um dos elementos estético-expressivos mais consistentes na sustentação da experiência cotidiana moderna. A notícia – o mais significativo modo de expressão da prática jornalística – passa a ser entendida, assim, como um tipo peculiar de “narrativa híbrida” que se refere tanto à singularidade dos acontecimentos que compõem a realidade cotidiana em sua imediaticidade quanto – e, sobretudo – aos elementos simbólicos presentes no senso comum e na vida cotidiana (FARO, 2011). Ou seja, de forma semelhante ao papel desempenhado pelos romances europeus novecentistas na perspectiva analítica de Franco Moretti (2003), trata-se de uma forma narrativa particular da modernidade que somente se coloca a disseminar quando transcodifica e respalda padrões culturais mais abarcantes presentes na sociedade.

IV

Mas, afinal, o que pode ser compreendido pela ideia de “padrão cultural” – concepção-chave nas relações acima apresentadas – e de que “padrões” se fala quando estão em jogo os modos modernos de sociabilidade?

Como forma de distinção metodológica, entende-se por padrão cultural o conjunto de elementos simbólicos que dialoga tanto com a noção teórica de “valor cultural”, da qual se distingue por sua maior abrangência (uma vez que um padrão cultural envolve diferentes variáveis socioculturais), quanto com a definição de “imaginário social” elaborada por Cornelius Castoriadis (1987, p.229), com a qual compartilha seu processo constitutivo: “um sistema de normas, valores, linguagem, instrumentos, procedimentos e métodos de fazer frente às coisas e de fazer coisas”. Desse modo, embora em sua acepção dicionarizada o substantivo “padrão” dilua-se em diferentes definições oriundas etimologicamente do termo latino *patronus* – “protetor”, na tradução literal –, a ideia de padrão cultural aqui adotada não contradiz, por seu caráter não-estranho, o complexo jogo de continuidades e descontinuidades presente na cultura. Em suma, como elucida Faro (2011, p.105), trata-se de um elemento de natureza simbólica que “conforma a existência sensível” e, ao mesmo passo, concede a ela os componentes com os quais “o ser social lê e interpreta o mundo”.

Ao abordar os modos modernos de produção capitalista sob uma ótica culturalista, Stuart Hall (1977, p.317), em direção semelhante, aponta para a existência de uma complexa trama de estruturas e relações sociais que se estabelece nos diferentes níveis de práticas cotidianas – conjuntura que culmina em uma padronização, um “modo de vida”, que serve de parâmetro para indivíduos e grupos sociais. Segundo o autor, além dos próprios modos materiais de produção, essa trama envolve as formas de organização social do trabalho, o desenvolvimento técnico das atividades produtivas, as instituições sociais pelas quais ocorrem a circulação de bens e a percepção social de valores, bem como as formas de associação civil, de vida familiar e de estruturas políticas apropriadas a esse contexto. Consiste, em última análise, na configuração de um padrão de ordem cultural que dialoga, como será debatido adiante, com a concepção de hegemonia cunhada por Antonio Gramsci.

Assume-se, nesse contexto, o pressuposto de que as relações sociais da modernidade são mediadas por padrões culturais hegemônicos – tais quais os padrões de temporalidade e objetividade que se entrecruzam na experiência cotidiana pela via da sociabilidade moderna – típicos de uma racionalidade substancialmente instrumental; instância pela qual se atrelam à vida cotidiana o domínio e o acesso controlado aos elementos que rompem com sua

regularidade. Dessa maneira, além da hipótese central anteriormente trabalhada – a de que a narrativa noticiosa somente se dissemina socialmente quando encontra legitimidade em instâncias socioculturais mais amplas –, outras duas formulações hipotéticas mais específicas ganham corpo e concedem ancoragem à discussão teórico-conceitual da pesquisa: 1) os critérios de noticiabilidade constituem construções simbólicas que transcodificam e ao mesmo tempo disseminam os sentidos característicos desse padrão de racionalidade instrumental; e 2) por meio de tais critérios, a narrativa jornalística atua sobre os *paradoxos* do mundo social (no sentido etimológico do termo *paradoxo* em oposição à ideia de senso comum), atenuando-os e disseminando (não somente através de seu conteúdo, mas também nos planos ético-político e estético-expressivo) os sentidos de instrumentalização e de regularidade típicos da sociabilidade moderna.

Como problemática central, por seu turno, a pesquisa procura responder as indagações engendradas nessa dinâmica de mão-dupla – de transcodificação e disseminação – que envolve a narrativa noticiosa, bem como o *modus operandi* estabelecido por ela no plano simbólico. Objetiva-se, portanto, a realização de um estudo teórico-conceitual crítico das articulações entre a atividade jornalística, entendida como uma construção sociocultural, e os padrões culturais inscritos na práxis cotidiana, ancorando-se em uma análise de natureza eminentemente qualitativa. Já na forma de objetivos específicos, busca-se atingir outras três atribuições que também se demonstram essenciais ao desenvolvimento do estudo: 1) a discussão teórica, com base em revisão crítica de literatura, de algumas das mais significativas abordagens conceituais que os critérios de noticiabilidade recebem historicamente nas ciências sociais; 2) a apresentação de um conjunto alternativo de concepções teóricas que, articuladas, possam explicitar a complexidade do processo de seleção noticiosa; e 3) por fim, a proposição de uma sistematização teórico-conceitual para tais articulações de modo a sintonizar a tese com o estado da arte no campo da teoria do jornalismo – dimensões que são determinantes para a própria estrutura formal do trabalho.

V

Como não poderia ser diferente, toda a sistemática acima debatida envolve uma série de conceitos e operações teóricas que precisam ser esclarecidas e organizadas para que, de fato, façam sentido como modelo de análise. Nesse sentido, a tese visa o entrelaçamento de um rol de concepções, dentre as quais, evidentemente, se colocam em primeiro plano as próprias ideias de *notícia* e de *noticiabilidade* – pontos de convergência da discussão. Para

que seja viabilizado o adensamento do debate em torno das hipóteses apresentadas, contudo, outros três conceitos fundamentais passam a compor o núcleo do estudo: a noção teórica de *senso comum*, cuja origem filosófica remete à categoria aristotélica de *doxa*; sua oposição no plano dialético, ou seja, a noção teórica de *paradoxo*; além do conceito de *racionalidade instrumental*, dimensão que emerge como padrão cultural da sociabilidade moderna. Finalmente, um terceiro grupo de conceitos, não menos pertinente, possibilita a consolidação dos argumentos da pesquisa, garantindo a sistematização do eventual processo simbólico de construção cultural da noticiabilidade. Tais conceitos englobam a tríade *cotidiano/vida cotidiana/regularidade cotidiana* e a concepção gramsciana de *hegemonia*, bem como as noções teóricas de *habitus jornalístico* e de *contrato de comunicação*.

Esse denso conjunto de concepções permite a estruturação da tese em três partes principais – Fundamentos, Processos e Sistematização – que concedem ao debate sua viabilidade argumentativa. Na primeira parte, responsável pela fundamentação conceitual do estudo, três capítulos colocam em evidência, respectivamente, as ideias de noticiabilidade, de senso comum e de racionalidade instrumental. O capítulo inicial destina-se, assim, às dimensões teórico-conceituais que envolvem o processo de seleção das notícias e posiciona no centro da discussão os diferentes pontos de vista e níveis de análise atrelados ao assunto. São debatidos os distintos enfoques dados às teorias sobre noticiabilidade e os níveis que circundam a formatação propriamente dita do conteúdo noticioso – do plano individual às amplas estruturas socioculturais. O padrão clássico da noticiabilidade relacionado com a ideia de “desvio” e as posteriores diferenciações atribuídas à questão são também colocados em perspectiva como forma de possibilitar um olhar ampliado para o conceito.

Em seguida, cabe ao segundo capítulo teórico a tarefa de verticalizar a interpretação dada ao conceito de senso comum – noção correntemente utilizada em seu sentido lato, cuja origem, porém, remete a um debate complexo oriundo da retórica clássica. Busca-se, neste ponto, apresentar a concepção aristotélica de *doxa* como dimensão privilegiada de conhecimento da realidade concreta, bem como suas relações com outros dois conceitos caros à pesquisa: as noções de vida cotidiana e de hegemonia. Autores originários da filosofia, como Martin Heidegger; da antropologia, como Clifford Geertz; e do pensamento sociológico, casos de Agnes Heller, Pierre Bourdieu e José de Souza Martins, auxiliam na ampliação do enfoque dado a esses diálogos conceituais.

Fechando o primeiro bloco de discussões, o terceiro capítulo reserva-se à ideia de racionalidade instrumental – concepção que se insere na pesquisa como uma das chaves-

explicativas para a relação entre a atividade jornalística e os *paradoxos* que caracterizam a experiência ordinária do homem comum. Nesse panorama, a racionalidade instrumental aparece vinculada tanto à ideia de hegemonia quanto à noção teórica de cotidiano, permeando, por conseguinte, a problemática do senso comum – ligações que se fazem indispensáveis para o entendimento da dinâmica de construção simbólica da regularidade cotidiana. Pelo caráter amplo e multifacetado da concepção, foca-se em sua origem no contexto da teoria crítica, passando posteriormente por sua operacionalização nos meandros das relações sociais e no plano da cultura – fenômeno que Martin-Barbero (2003) denomina de “longo processo de enculturação”.

Por seu turno, o segundo bloco de reflexões da tese é responsável por lançar luz sobre a complexa sistemática de inscrição cultural à qual se atrela a concepção de noticiabilidade no jornalismo. O quarto capítulo debruça-se, assim, sobre o processo de configuração dos fatos jornalísticos a partir dos elementos *paradoxais* – pragmáticos e expressivos – que rompem com a ordem simbólica do senso comum. Duas formulações teóricas fazem-se fundamentais neste ponto: o *habitus* jornalístico, de Pierre Bourdieu, por apresentar-se como elemento elucidador para a dinâmica que concede significados hegemônicos às notícias; e a concepção de contrato de comunicação, de Patrick Charaudeau, por situar-se como chave-explicativa para os diferentes contratos simbólicos relacionados às dimensões socioculturais do senso comum. Já o quinto capítulo, numa sistemática inversa, projeta o debate ao processo de atenuação dos *paradoxos* cotidianos pela narrativa noticiosa – ponto em que a ideia de racionalidade instrumental demonstra novamente sua potencialidade explicativa.

A terceira e última parte da tese, composta pelo sexto capítulo e pelas considerações finais, dedica-se propriamente à sistematização das concepções teóricas e processos simbólicos anteriormente citados. Sugere-se, nessa direção, um modelo teórico-conceitual com base em uma metáfora de natureza rítmica: nominalmente, um pêndulo – mecanismo empregado na história da sociedade ocidental para demarcar a temporalidade regular do capitalismo. Nesse cenário, tal como Adelmo Genro Filho (2012)³ desenvolve sua desconstrução para o chamado “segredo” por trás da pirâmide noticiosa, assume-se na tese o desafio de elucidar a sistemática por trás desse movimento pendular de “vai-e-vem” simbólico. No âmbito da presente proposta, contudo, não se colide contra nenhum segredo ou enigma. Visa-se, tão somente, como será apresentado nos capítulos seguintes, uma

³ O livro *O segredo da Pirâmide*, de Adelmo Genro Filho, foi publicado originalmente em 1986. Devido ao esgotamento de sua edição original nas livrarias, utiliza-se nesta tese para termos de referência a nova edição publicada em 2012 pela Editora Insular.

interpretação crítica – de enfoque culturalista – para a antiga e desbotada questão que ainda se faz pertinente ao campo jornalístico: como, de fato, os acontecimentos se tornam notícia?

VI

Algumas ressalvas introdutórias, todavia, se fazem ainda necessárias para a sequência do debate aqui iniciado. Em primeiro lugar, reconhece-se no plano teórico a pertinência da crítica de Eduardo Meditsch de que o jornalismo, mesmo com sua contribuição significativa para o processo de construção social da realidade, não pode ser observado como “ator único e nem mesmo o principal” dessa complexa dinâmica (MEDITSCH, 2010, p.25). Sublinha-se, assim, o caráter de mão-dupla da interação entre a atividade jornalística e os sentidos de racionalidade instrumental que configuram a experiência cotidiana na modernidade.

No plano empírico, por sua vez, embora a aplicabilidade das reflexões em voga possa ser eventualmente válida para outros gêneros comunicativos, opta-se no estudo pelo enfoque explícito numa análise voltada à narrativa noticiosa, sobretudo àquela modalidade de noticiário popularmente conhecida como *hard news* na tradição norte-americana. A priori, portanto, não se objetiva a projeção direta das considerações teóricas aqui estabelecidas ao chamado “jornalismo opinativo” ou à comunicação dita especializada, campos de ação que muitas vezes envolvem lógicas próprias no diálogo entre a prática jornalística e suas áreas temáticas específicas – mesmo que, como dito, não seja deterministicamente inviável o estabelecimento de relações profícuas em diferentes momentos do debate.

Ressalta-se, finalmente, que mais do que uma análise baseada em um recorte empírico específico, o estudo vislumbra sua contribuição no terreno propriamente teórico-conceitual, buscando colaborar, dessa maneira, para o avanço do estado da arte na pesquisa sobre jornalismo. Não se pretende, por conseguinte, o esgotamento do assunto a partir da enumeração de critérios de noticiabilidade conforme classificações já institucionalizadas no âmbito das ciências sociais, tampouco se busca a proposição e a delimitação de novas categorias de valores-notícia com aplicações técnico-operacionais diretas na realidade fenomênica – tarefa já consolidada, como será visto, nos estudos teóricos sobre a atividade noticiosa. Antecipa-se, nessa perspectiva, o papel que será desempenhado pelos exemplos empíricos na tese: eles não são “fim”, porém “meio” para a viabilização das reflexões sugeridas. Em outros termos, não se trata de um estudo construído a partir de um *corpus* precisamente delimitado, mas, numa proposta de inversão metodológica, consiste num modo de visualização no plano pragmático de reflexões teórico-conceituais mais amplas; um

expediente para o enriquecimento argumentativo. São nesses moldes, portanto, a partir de exemplos selecionados durante o período de realização da pesquisa – entre 2009 e 2012 – que as observações empíricas serão inseridas na discussão. Serão também privilegiados recortes oriundos do jornalismo brasileiro e norte-americano – naturalmente justificados, neste segundo caso, devido ao período de realização de estágio-sanduiche no país em 2011.

I – Fundamentos

CAPÍTULO I – O ESTADO DA ARTE E O ESTADO DA QUESTÃO: DIMENSÕES TEÓRICAS, PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E NÍVEIS DE ANÁLISE DA NOTICIABILIDADE

Quando um cachorro morde uma pessoa, isso não é notícia. Mas quando uma pessoa morde um cachorro, isso sim é notícia. (Charles Anderson Dana)⁴

É sintomático que o tom anedótico dado já no século XIX pelo jornalista norte-americano Charles Dana à clássica definição de notícia que serve de epígrafe a este capítulo mantenha até os dias atuais sua repercussão como lugar-comum em manuais sobre o fazer jornalístico. Sua durabilidade atrela-se em certa medida ao teor provocativo, além de direto, que concede a uma questão de enunciado simples, porém de grande complexidade, que tem gerado inquietação desde que o jornalismo é jornalismo: o que leva um acontecimento, em detrimento de outro, a receber o estatuto de notícia? As tentativas de resposta para o questionamento – que possui em seu bojo uma espécie de *lapis philosophorum* da atividade jornalística – provêm de formulações teóricas das mais diferentes naturezas. Pelo universo multifacetado do assunto, todavia, tais teorias nem sempre concedem explicações passíveis de esgotar as possibilidades interpretativas da questão – o que muitas vezes não as tornam convincentes – e acabam por suscitar novos questionamentos nos quais elas próprias passam ao centro do debate: Quais são seus méritos e lacunas? O que está por trás de suas premissas? É possível abordar, de fato, toda a complexidade que envolve a escolha das notícias?

Uma pista que ajuda a colocar em perspectiva os diferentes contextos dessas formulações vem do sociólogo norte-americano Herbert Gans (2004)⁵. Atento à questão da seleção noticiosa, o autor propõe uma classificação para as teorias sobre a origem das notícias em quatro principais grupos que variam dos enfoques de alcances mais limitados aos modelos teóricos mais abrangentes. Assim, o primeiro grupo apresentado por Gans (2004, p.78) é centrado nos jornalistas e sustenta-se na premissa de que a formatação do conteúdo noticioso resulta essencialmente do julgamento subjetivo dos próprios profissionais da área. Ou seja,

⁴ Charles Anderson Dana (1819-1897) foi um dos principais personagens do jornalismo norte-americano no século XIX. A frase que ajudou a “imortalizá-lo” no mundo do jornalismo – originalmente, “*when a dog bites a man that is not news, but when a man bites a dog that is news*” – foi dita em 1882.

⁵ O livro *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*, de Herbert J. Gans, foi originalmente publicado em 1979 e tornou-se uma das referências para os estudos sobre jornalismo no contexto norte-americano. Utiliza-se neste estudo a edição ampliada comemorativa ao 25º aniversário da publicação original. Ver: Gans (2004).

para valer-se da cômica definição de Charles Dana, não basta que o homem morda o cachorro para tornar-se notícia, mas, acima de tudo, valerá sempre o julgamento do profissional por trás da pauta sobre os atributos que levam o assunto a ter ou não espaço em seu veículo. Enquadra-se nesse grupo, por exemplo, o clássico estudo sobre a dinâmica de seleção de notícias conduzido por David Manning White (1950) em meados do último século – análise que leva o autor a denominar de *gatekeeping* o processo de escolha dos acontecimentos noticiosos⁶. Por esse ponto de vista teórico, portanto, as notícias submetem-se e decorrem necessariamente dos vieses – ideológicos e políticos, entre outros – de cada um dos integrantes das salas de redação.

Devido especialmente aos limites de sua abrangência, a premissa básica desse primeiro modo de abordagem é superada em elevado grau pelo segundo grupo teórico apresentado por Gans (2004). Favorecido pela efervescência de estudos sobre o jornalismo no âmbito das ciências sociais, esse outro modelo de abordagem enfatiza as rotinas de produção das organizações noticiosas e procura revelar como o processo de seleção das notícias é influenciado por requisitos de ordem eminentemente organizacional. Nesse panorama, conforme demonstra a classificação do sociólogo norte-americano, algumas teorias optam por evidenciar os imperativos comerciais das empresas noticiosas, enquanto outras se preocupam com a organização das instituições jornalísticas propriamente ditas. Entram em foco, dessa forma, os modos como as distintas estruturas administrativas e divisões de trabalho em cada organização acabam por influenciar a seleção do conteúdo noticioso (GANS, 2004, p.78-79). Como exemplos clássicos dessa abordagem na tradição norte-americana podem ser citados a análise de Warren Breed (1960)⁷ sobre o processo de “controle social” estabelecido nas salas de redação e o estudo de Leon Sigal (1973) sobre os eventuais procedimentos operacionais compartilhados por jornalistas no processo de captação das notícias. Da mesma forma, merece destaque a discussão conduzida por Gaye Tuchman (1973) a respeito da “rotinização do inesperado” e da partilha de “valores de objetividade” por profissionais da imprensa – perspectivas que serão retomadas à frente.

⁶ Ao projetar para o jornalismo as metáforas de *gates e gatekeepers* (em português, “portões” e “porteiros”) originalmente aplicadas em uma análise sobre hábitos alimentares de famílias norte-americanas no período pós-Primeira Guerra Mundial, David Manning White recorre ao caso de um editor específico – a quem chama ficcionalmente de *Mr. Gates* – para concluir que as decisões do processo de escolha dos acontecimentos noticiosos são altamente subjetivas e baseadas em opiniões pessoais. A pesquisa original sobre hábitos alimentares em famílias norte-americanas foi conduzida na década 1940 por Kurt Levin, de quem White era assistente de pesquisa. Kevin teria sugerido no estudo a possibilidade de aplicação de seu modelo em outras instâncias da sociedade. White então se valeu da sugestão de seu antecessor para aplicar as metáforas ao processo de seleção de notícias. Sobre este assunto, ver, além do estudo original de White (1950), a genealogia do conceito de *gatekeeping* feita por Shoemaker & Vos (2009).

⁷ Análise originalmente publicada na década de 1950.

O terceiro modelo de aproximação apontado por Herbert Gans (2004), por sua vez, desvia o olhar das instituições jornalísticas e fundamenta-se na própria natureza dos eventos noticiáveis. Popular entre os defensores do clássico paradigma da imparcialidade, esse grupo de teorias, também conhecido como “teorias do espelho”, parte da premissa de que são os eventos – no plano fenomênico – que determinam o processo de seleção das notícias, restando aos jornalistas a simples tarefa de espelha-los e refleti-los à audiência. Bastante datado, esse tipo de abordagem tem sido foco de críticas e caído progressivamente em desuso desde o final dos anos 60 devido também às fragilidades de suas premissas (GANS, 2004, p.79). Ou seja, desde que simples estudos comparativos são postos em voga para a demonstração de que eventos semelhantes não possuem o mesmo tratamento jornalístico, coloca-se automaticamente em xeque o principal argumento do enfoque. Outros estudos mais recentes e ancorados num horizonte filosófico, tal como o debate conduzido por Wilson Gomes (2009) sobre a complexidade da relação estabelecida entre o jornalismo e os fatos extraídos da realidade concreta, depositam ainda mais terra sobre o aspecto que o autor brasileiro denomina de “realismo ingênuo” caracterizador de tais abordagens⁸.

Finalmente, o quarto grupo de teorias, o mais amplo deles, explicita o processo de seleção noticiosa a partir de forças oriundas do exterior das organizações jornalísticas. Modelos explicativos ancorados em determinismos tecnológicos, como a famosa premissa de “o meio é a mensagem” de Marshall McLuhan, ou economicistas, a exemplo das teses clássicas oriundas do marxismo ortodoxo, enquadram-se nessa perspectiva (GANS, 2004, p.79). Alguns exemplos, nesse sentido, provêm de análises que vinculam o tratamento noticioso de determinadas temáticas ao *lobby* direto de grupos de interesse ou a pressões de grandes anunciantes num modelo de jornalismo substancialmente capitalista – como é o caso de um estudo feito por Kevin Swisher e Stephen Reese no início da década de 1990 sobre a influência da indústria tabagista norte-americana na cobertura de assuntos relacionados ao consumo de cigarros (SWISHER & REESE, 1992)⁹. Do mesmo modo, um rol de teorias ditas

⁸ Wilson Gomes parte das noções de “veracidade” e “verdade” para lançar luz sobre a relação complexa entre o jornalismo e os fatos supostamente retirados da realidade. Por meio da problematização do conceito de “interesse”, o autor coloca em xeque o que chama “realismo ingênuo” – ou seja, aquele modo de se compreender a relação entre “notícia” e “verdade” a partir do entendimento de que os fatos e a realidade são estruturas estáveis. Gomes recorre ao pensamento de Heidegger segundo o qual a interpretação de um objeto somente se dá quando o intérprete e o próprio objeto pertencem-se reciprocamente. Assim, a definição de “interesse” como “envolvimento intrínseco” acaba por desarticular a definição de “verdade” como fruto do distanciamento e da objetividade em relação aos fatos. Ver: Gomes (2009)

⁹ A análise de Kevin Swisher e Stephen Reese ganhou repercussão nos Estados Unidos no período de sua publicação. Os autores concluem que, sob pressão da indústria de cigarros, existe uma tendência a discursos “balanceados” na cobertura noticiosa quando em debate questões de saúde envolvendo o tabagismo. Para detalhes, ver: Swisher & Reese (1992).

“culturalistas” que, deterministicamente, atrelam o processo de seleção de notícias aos valores culturais de diferentes projetos de nação também se ajusta aos limites dessa classificação¹⁰. Em todos esses casos, as críticas mudam de foco e, de forma contrária ao primeiro grupo apresentado pelo sociólogo norte-americano, recaem exatamente na demasiada abrangência e no conseqüente caráter determinista de seus pressupostos.

Numa angulação epistemológica, Herbert Gans (2004, p.79) sugere que cada uma dessas alternativas de explicação ao processo de seleção noticiosa possui certo grau de verdade ou validade. Assim, quando examinadas sob um vértice histórico, sobretudo pela possibilidade de identificação de seus méritos e deficiências, elas auxiliam no aprofundamento da questão colocada no início do capítulo: o que leva um acontecimento, de fato, a receber no amplo conjunto de eventos cotidianos o estatuto de notícia? Ou seja, significa reconhecer que todos os fragmentos de resposta apresentados por Gans (2004) – sejam eles altamente convincentes, esclarecedores ou apenas opacos; ou ainda demasiadamente amplos ou somente limitados – ajudam, como reforça Todd Gitlin (2003, p.249), na compreensão crítica de um movimento simbólico bastante específico que não se limita ao plano fenomênico: a ação de selecionar eventos que, por determinados critérios, possuem uma valoração especial que os transforma em produto jornalístico. Logo, todas as soluções dadas pelas teorias anteriormente citadas perpassam, de alguma maneira, três noções teóricas situadas em um campo de ação bastante próximo, mas expressas em categorias semânticas distintas que precisam ser entendidas em seus universos multifacetados: um verbo – “selecionar” – e dois substantivos – “critério” e “valor”.

Seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia. Concepções que desempenham um papel fundamental no universo da informação periódica, contudo, tais facetas da dinâmica de construção da narrativa jornalística nem sempre são analisadas de um modo devidamente diferenciado. Gislene Silva (2005, p.96), nesse sentido, é precisa ao sintetizar a crítica de que “o uso de conceitos comuns entendidos de maneira muito diversa tem dificultado a sistematização de ideias basilares no estudo da produção noticiosa”. Em outros termos, trata-se de categorias com naturezas conceituais próprias que acabam por ser interpretadas – por variados motivos e em diferentes momentos no abrangente conjunto das tradições teóricas referidas – como expressões sinônimas. Como distinção teórico-conceitual, portanto, faz-se indispensável desde já a demarcação dos aspectos que estão por trás de cada uma das ideias. Apesar de suas fronteiras, todavia, não se pretende no contexto desta tese

¹⁰ Essa tendência de análise dos produtos noticiosos recebe maior ênfase no período caracterizado pela guerra fria.

a valorização de apenas uma concepção em detrimento das demais. Conforme dito anteriormente, os três conceitos constituem aspectos essenciais para o entendimento dos processos intrínsecos na construção tanto da narrativa noticiosa quanto da ideia mais ampla de noticiabilidade – processos que a pesquisa pretende desvendar como forma de contribuir para o avanço do estado da arte no campo teórico do jornalismo.

1. Decifra-me ou devoro-te: seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia, conceitos distintos para uma problemática semelhante

Na clássica alegoria de *Édipo-rei*, de Sófocles, a esfinge enviada para atormentar os moradores de Tebas lança-se contra os desafortunados da cidade grega cobrando a solução de seu enigma em troca da sobrevivência. Atribuída à besta, a expressão “decifra-me ou devoro-te” ganha assim saliência na mitologia que emerge do período, passando mais tarde, no decorrer da história ocidental, a ser reinterpretada como metáfora para os impasses que carecem de solução sob o risco de se estabelecerem como obstáculos permanentes para o esclarecimento de questões mais abrangentes. No caso do olhar aqui proposto sobre a teoria do jornalismo, não se trata, evidentemente, de enigma algum como aquele lançado pela esfinge em seu sentido literal. Porém, como apontado nas considerações introdutórias que precedem este capítulo, o tema da seleção noticiosa ainda configura uma espécie de “deriva” que contribui para formatação de um cenário em que a ausência de clareza nas posições teóricas e definições conceituais – não completamente decifradas – somente colabora para nebulosidade do campo.

Um breve diagnóstico do problema ajuda a lançar luz sobre a natureza de seu “enigma”: no âmbito dos estudos acadêmicos, embora a proliferação de diferentes modos de abordagem para a questão seja substancialmente salutar – o que inclui a valiosa presença de pontos de vista divergentes –, recai-se não raramente em vieses estaques que se fecham para a edificação de formulações teórico-conceituais mais consistentes, o que favorece seu obscurecimento. Em suma, mesmo no campo acadêmico, muitas vezes o delineamento conceitual que envolve a complexidade da dinâmica de seleção noticiosa não se coloca de forma suficientemente clara. No campo profissional, por seu turno, a falta de simples reconhecimento das concepções teóricas que compõem o cotidiano da construção da narrativa jornalística é sintomática de um processo mais amplo em que elementos simbólicos – e hegemônicos – são incorporados às rotinas de trabalho sem que sua identificação se torne evidente.

Decifrar para não ser devorado. Nesse panorama, como forma de situar a problemática em um contexto mais amplo e menos nebuloso, merecem ser sublinhadas as tentativas de se estabelecer demarcações claras para as noções de seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia, bem como para o vínculo que se situa entre elas no plano teórico-conceitual. Tome-se inicialmente a própria ideia de noticiabilidade, concepção mais ampla no interior da conjuntura acima delineada. O conceito é descrito por Gislene Silva (2005) como:

Todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. (SILVA, 2005, p.96).

Após uma crítica revisão bibliográfica sobre o tema, a autora defende ser “reducionista” o ato de restringir a descrição da noticiabilidade aos elementos pelos quais “a empresa jornalística controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos” que serão noticiados ou àqueles “que demonstram a aptidão ou potencial de um evento para ser transformado em notícia”. Conforme sua argumentação, a concepção deve ser definida a partir de critérios que repousam em pelo menos três instâncias: a) na origem dos fatos, levando em consideração os “atributos próprios ou características típicas que são reconhecidos por diferentes profissionais e veículos da imprensa” (valores-notícia); b) no tratamento dos fatos, com foco na “seleção hierárquica” (que ultrapassa os limites dos valores-notícia) e nos “fatores inseridos dentro da organização, como formato do produto, qualidade do material jornalístico apurado, prazo de fechamento, infra-estrutura e tecnologias”, além de suas influências “extra-organizacionais”; e, finalmente, c) na visão dos fatos, com base em “fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo, compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade que orientam inclusive as ações e intenções das instâncias ou eixos anteriores” (SILVA, 2005, p.96-97).

Torna-se clara, nesse cenário, uma primeira distinção entre a concepção mais ampla de noticiabilidade e o entendimento dos valores-notícia como parâmetros que orientam a seleção primária dos acontecimentos. Tal distinção, por sua vez, coloca também em evidência a especificidade da ideia de seleção – noção que, em semelhante processo de sobreposição

conceitual, é muitas vezes tratada como sinônimo de valor-notícia. O equívoco se estabelece, conforme argumenta Silva (2005, p.97), com base na opção metodológica de uma parcela significativa dos estudos sobre noticiabilidade em focar inicialmente somente as características intrínsecas dos eventos, resultando posteriormente na inevitável verificação de que “a seleção prossegue no trajeto do tratamento dos fatos dentro da redação”. Deste modo, aspectos que dizem respeito a etapas específicas do fenômeno mais abrangente da noticiabilidade são colocadas em um mesmo patamar conceitual, levando duas ideias distintas a receber a interpretação de equivalentes. Como diferenciação, por conseguinte, a autora sugere que os valores-notícia devem ser sempre atrelados às “características do fato em si”, enquanto a seleção se estende no interior da redação, “quando é preciso não apenas escolher, mas hierarquizar” (SILVA, 2005, p.98).

É neste ponto que mais uma distinção conceitual ganha corpo: a diferença entre valores-notícia e critérios de noticiabilidade. Embora numa ótica operacional as concepções sejam colocadas em posições bastante próximas, Gislene Silva enfatiza a importância de demarcar a divergência de amplitude que existe entre elas:

Ora, ao tratar jornalisticamente os fatos na produção material da notícia, a seleção e hierarquização recorrem sim aos valores-notícia. Mas estes agem aqui apenas como uma parte do processo, pois nessas escolhas sequenciadas entrarão outros critérios de noticiabilidade, como formato do produto, qualidade da imagem, linha editorial, custo, público-alvo etc. Valores-notícia, as características do fato em si, em sua origem, são somente um subgrupo de fatores agindo juntamente com esse segundo conjunto de critérios de noticiabilidade, relacionados agora ao tratamento do fato. (SILVA, 2005, p.98).

Trata-se, por conseguinte, de procedimentos hierárquicos imbricados no processo mais amplo da produção da notícia. Em que pese a efetividade dos argumentos utilizados pela pesquisadora brasileira na tarefa de diferenciar os conceitos de modo a evitar lacunas, contudo, é preciso admitir que eles não esgotam as possibilidades de abordagem para tais categorias. Faz-se necessário, assim, o semelhante exercício epistemológico de reconhecer que as concepções de noticiabilidade, valores-notícia e seleção noticiosa recebem delineamentos a partir de distintas ancoragens teórico-conceituais.

Pamela J. Shoemaker e Akiba A. Cohen, por exemplo, interpretam a noticiabilidade de uma maneira que também a diferencia das simples características primárias que particularizam um determinado evento. Entretanto, os autores compreendem a concepção como um constructo de ordem eminentemente cognitiva – ou seja, por esta ótica, a

noticiabilidade irá sempre dizer respeito a julgamentos individuais – de jornalistas ou não – projetados sobre os acontecimentos do mundo fenomênico (“nós avaliamos continuamente a noticiabilidade das coisas em nosso mundo”, frisam os autores). Além disso, Shoemaker & Cohen (2006, p.342-343) admitem a impossibilidade de um evento atribuir a si próprio o estatuto de noticiável, pois, teoricamente, deverá haver sempre consenso entre as pessoas para que o fato possa receber aspectos de noticiabilidade suficientes para atingir os diferentes aspectos de suas realidades sociais. A pesquisadora norte-americana e seu colega israelense constroem tais conclusões por meio dos resultados de um estudo que congrega grupos focais e análise de conteúdo em dez países de diferentes continentes. De acordo com o levantamento, embora exista, de modo geral, uma forte concordância individual entre jornalistas e membros da audiência sobre a noticiabilidade de eventos dentro de suas respectivas realidades, por outro lado, são localizadas apenas fracas ou negativas relações entre as opiniões extraídas dos grupos focais (independentemente de suas categorias profissionais) e o conteúdo noticioso que de fato integra os veículos de comunicação nos países analisados. Logo, a noção de noticiabilidade não se ajusta automaticamente à ideia de proeminência na mídia (SHOEMAKER & COHEN, 2006, p.351-353). Da mesma forma, a existência de distintas percepções sobre a noticiabilidade em diferentes recortes geográficos explica-se pela maneira como as próprias realidades sociais se diferenciam entre si. A noticiabilidade deve ser interpretada, assim, como a medida pela qual as informações sobre um evento tocam as várias partes que compõem a realidade social de uma pessoa; isto é, baseado no modo como um acontecimento se conecta a uma determinada realidade ocorre o entendimento do mundo por parte das pessoas envolvidas nessa dinâmica interpretativa – possibilidade que concede também à noticiabilidade o estatuto de uma construção sociocultural.

Em posição complementar, Shoemaker & Cohen (2006, p.335-337) defendem que as ideias de noticiabilidade e notícia não podem ser interpretadas como noções equivalentes, uma vez que representam constructos teoricamente distintos: enquanto a noticiabilidade, tal como observado, é definida no nível individual de análise e leva em consideração a questão da saliência pessoal que um evento provoca, a notícia consiste em um artefato social complexo formatado por fatores como as rotinas profissionais da prática jornalística, as características organizacionais das empresas de comunicação e as influências das diferentes instituições sociais envolvidas no processo, além de variáveis macrossociais como valores

culturais e ideologia¹¹. Em suma, significa reconhecer que qualquer pessoa, independentemente do estatuto de jornalista, pode atribuir juízos de noticiabilidade aos eventos que compõem sua realidade, mas somente os eventos que respondem aos critérios compartilhados no âmbito prática profissional do jornalismo serão admitidos fundamentalmente como notícias. Os valores-notícia, nesse cenário, são vistos como os aspectos da noticiabilidade imbricados nas rotinas jornalísticas – ou seja, constituem os critérios de noticiabilidade utilizados no interior das rotinas profissionais para selecionar os fatos que serão efetivamente noticiados. Todas as concepções citadas culminam, finalmente, na dinâmica da seleção noticiosa propriamente dita.

2. De Tobias Peucer a Galtung & Ruge: o desvio como padrão clássico da noticiabilidade

Trabalhadas algumas das principais delimitações conceituais que permeiam o processo de seleção das notícias, firma-se terreno para o entendimento dos padrões que historicamente dialogam com a questão da noticiabilidade no desenvolvimento da prática jornalística. Conforme argumenta Jorge Pedro Sousa (2004, p.40), a ideia de noticiabilidade tem se consolidado como uma das “áreas centrais da teoria do jornalismo” por possibilitar, em última análise, uma resposta à clássica questão sobre o que leva alguns acontecimentos cotidianos a receber o estatuto de notícia em detrimento de outros – processo que, como observado anteriormente, não se constrói com isenção de complexidade. Ainda assim, segundo ressalta o autor português, embora o caráter noticiável de um evento – o seu valor como notícia – não conceda automaticamente a ele o espaço nas pautas dos meios de comunicação (posto que outros diversos fatores devem ser levados em consideração nessa multifacetada dinâmica), por outro lado, “se um fato for enquadrado e percebido como sendo notável e potencialmente noticiável devido à obediência a um ou vários critérios de noticiabilidade, então poderá mais facilmente vir a tornar-se notícia” (SOUSA, 2004, p.40-41).

É neste cenário que se reveste de importância a concepção de “desvio” como padrão clássico da seleção noticiosa. Retome-se, por exemplo, a definição de notícia elaborada ainda no século XIX por Charles Dana: “quando um cachorro morde uma pessoa, isso não é notícia; mas quando uma pessoa morde um cachorro, isso sim é notícia”. Apesar de sua natureza anedótica, a definição chama atenção, sobretudo, pelo caráter desviante da situação descrita. Logo, é plausível reconhecer que a durabilidade da definição na história dos estudos do

¹¹ Como será visto à frente, essa concepção de notícia admitida por Shoemaker & Cohen (2006) foi anteriormente trabalhada por Shoemaker & Reese (1996).

jornalismo configura um indicativo da ligação intrínseca que a noticiabilidade possui com a ideia do inaudito. Ou seja, os valores-notícia, entendidos como parâmetros que levam um determinado acontecimento a ser selecionado como noticiável – estejam eles presentes na natureza fenomênica dos fatos, como sugere Silva (2005), ou nos meandros das rotinas jornalísticas, como supõem Shoemaker & Cohen (2006) –, estabelecem-se atrelados a um padrão clássico de ruptura a uma ordem social anteriormente estabelecida.

Historicamente, ao menos dois estudos realizados em épocas distintas podem ser encarados como representativos dessa configuração da ideia de desvio como faceta fundamental no processo de seleção das notícias: a tese “*De Relationibus Novellis*”, do erudito alemão Tobias Peucer, apresentada em 1690 e tida como o primeiro texto a abordar a noção de noticiabilidade no mundo ocidental¹²; e a tipologia de inspiração matemática elaborada pelos pesquisadores dinamarqueses Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (1965), considerada a primeira sistematização formal sobre o assunto no âmbito acadêmico¹³.

Tome-se inicialmente o caso mais antigo. O século XVII aproxima-se do fim quando Peucer apresenta na Universidade de Leipzig seu estudo composto por 29 sucintos capítulos. Apesar de aparentemente não pretender a construção de uma teoria para a atividade noticiosa do período, o autor acaba por delinear importantes conceitos que são ainda caros às pesquisas sobre a prática jornalística (SOUSA, 2004). Os veículos que servem de inspiração para a análise do erudito alemão, embora caracterizados pela moral dicotômica cristã da Idade Média, são essencialmente heterogêneos e inserem-se em um ambiente de relativa efervescência¹⁴. Nessa direção, a principal contribuição de Peucer para as reflexões contemporâneas vincula-se à abordagem que ele faz da vertente informativa de tais periódicos – espécies de “compêndios noticiosos” –, cuja importância histórica reside no fato de antecederem com características comuns o modo moderno do “fazer jornalístico” (SOUSA,

¹² A tese de Tobias Peucer foi traduzida para língua portuguesa por Paulo da Rocha Dias e publicada na Revista Comunicação e Sociedade, da Universidade Metodista de São Paulo. Ver: Peucer (2000). O estudo também tem suas principais ideias sistematizadas no texto “Tobias Peucer: o progenitor da Teoria do Jornalismo”, de Jorge Pedro Sousa, publicado no Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina. Ver: Sousa (2004). Ambas as abordagens são utilizadas no contexto deste capítulo.

¹³ Para efeitos de citação, será também utilizada – e por vezes priorizada – a versão em língua portuguesa do estudo. A tradução foi publicada com o título “A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em jornais estrangeiros.” como capítulo de uma coletânea organizada por Nelson Traquina. Assim, além do estudo original de 1965, ver também: Galtung & Ruge (1999).

¹⁴ Conforme aponta Sousa (2004, p.33-34), os principais fatores que formatam o pano de fundo para o desenvolvimento da imprensa no século XVII são: a) o desenvolvimento da tipografia gutemberguiana desde o século XVI; b) a expansão da indústria do papel, que “satisfaz a procura crescente de um suporte mais fiável do que o pergaminho ou o papiro para a indústria tipográfica”; c) a vontade dos negociantes do período, que passam a enxergar nas notícias “uma mercadoria capaz de gerar lucro”; d) a necessidade de informações econômicas que alimentem “os negócios numa sociedade capitalista em expansão”; e, finalmente, e) o aumento dos fluxos de informação, em nível nacional e internacional, que dinamiza todo esse processo.

2004, p.33)¹⁵. Os esboços da ideia de notícia propiciados pelo autor, por seu turno, configuram-se essencialmente descritivos e diluem-se em diferentes partes do trabalho. Conforme sintetiza Sousa (2004, p.36-37), trata-se de relatos expositivos e escritos; sobre singularidades; selecionados entre vários relatos possíveis, segundo a sua importância; condicionados por fatores como o tempo; que se orientam para os acontecimentos; e que são novos, isto é, oferecem novidades, o que satisfaz a curiosidade humana. Numa análise avançada, tais peculiaridades dialogam com questões como os constrangimentos sofridos no processo de seleção das notícias, a atividade de *gatekeeping*, o foco estabelecido nos acontecimentos (em detrimento das problemáticas) e, sobretudo, a própria existência de parâmetros de noticiabilidade (SOUSA, 2004, p.37).

Como se pode deduzir devido às particularidades da época, Peucer não se refere de forma precisa à problemática dos valores-notícia ou dos critérios de seleção noticiosa. Entretanto, o autor consegue tecer diferentes considerações sobre tais parâmetros, apresentando, ainda além, o esboço de uma lista sobre o que deveria ou não ser tratado como notícia naquele momento histórico:

São desta natureza, em primeiro lugar, os prodígios, as monstruosidades, as obras ou os feitos maravilhosos e insólitos da natureza, da arte, as inundações ou as tempestades horrendas, os terremotos, os fenômenos descobertos ou detectados ultimamente, fatos que têm sido mais abundantes do que nunca neste século. Depois as diferentes formas de impérios, as mudanças, os movimentos, os afazeres da guerra e da paz, as estratégias, as novas leis, os julgamentos, os cargos políticos, os dignatários, os nascimentos e mortes dos príncipes, as sucessões de um reino, as inaugurações e cerimônias públicas (...), as obras novas dos homens eruditos, as instituições, as desgraças, as mortes e centenas de coisas mais que façam referência à história natural, à história da sociedade, da Igreja, da literatura: tudo isto costuma ser narrado de forma embaralhada nos periódicos. (PEUCER, 2000, p. 206-207).

Já no século XVII, portanto, Tobias Peucer delinea uma série de categorias sobre as quais as notícias, em última instância, devem universalmente versar: coisas acontecidas recentemente; fatos históricos importantes; temas de interesse cívico; acontecimentos insólitos; catástrofes; e o que se passa com as pessoas ilustres (SOUSA, 2004, p.41). Assim, mesmo sem configurar uma obra de elevada sofisticação do ponto de vista teórico-reflexivo (pesadas suas peculiaridades históricas), o estudo alemão tem sua contundência localizada na

¹⁵ Entende-se como periódicos pioneiros as publicações existentes na Europa desde a parte final século XVI e não seus antecedentes remotos, como, por exemplo, as Efemérides gregas, as *Actas Diurnas* romanas ou ainda as crônicas e folhas volantes medievais (SOUSA, 2004).

abrangência de temáticas que ainda nos dias atuais são inseridas no debate acadêmico em análises sobre o jornalismo.

Compartilhando com o texto de Peucer o estatuto de referência para a abordagem teórico-conceitual da questão, localiza-se a citada sistematização elaborada nos anos 1960 pelos dinamarqueses Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (1965). A partir de uma pesquisa sobre a cobertura de crises internacionais em jornais europeus¹⁶, os autores colocam-se como os primeiros teóricos a formalizar no ambiente acadêmico a existência de parâmetros orientadores da seleção de notícias – ou, mais precisamente, como destaca Sousa (2004, p.41), de “critérios suscetíveis de permitir a atribuição de valor noticioso a fatos e acontecimentos de forma a se sobrepôr à subjetividade jornalística”. Na elaboração dessa tipologia, no entanto, os pesquisadores não são suficientemente precisos quanto à utilização dos termos “critérios de noticiabilidade” ou “valores-notícia” – na língua inglesa, *newsworthiness criteria* e *news values* –, uma vez que optam pelo uso do substantivo “fator” (*factor*, em inglês), agregando ao termo inúmeros aspectos que, na visão deles, devem compor a concepção de noticiabilidade¹⁷. Por outro lado, o que se faz claramente delimitado na formulação teórico-conceitual de Galtung & Ruge (1965) é a predominância do caráter desviante dos fatores que caracterizam a seleção das notícias.

Na prática, os pesquisadores dinamarqueses partem do entendimento de que a comunicação noticiosa estrutura-se como uma cadeia, sendo essa iniciada a partir dos acontecimentos caóticos do mundo e encerrada na imagem pessoal produzida pelo receptor. Isso posto, optam por focar a etapa inicial do processo: a percepção, a seleção e a construção de uma imagem dos acontecimentos pelos meios de comunicação. A escolha pela etapa inicial da dinâmica noticiosa é justificada pelos próprios autores: “Nós estamos interessados, na primeira parte desta cadeia, nos acontecimentos do mundo até à imagem da notícia, ou, para sermos mais específicos, à página impressa no jornal desde que os nossos dados se refiram a isso” (GALTUNG & RUGE, 1999, p. 63). Em outras palavras, Galtung & Ruge referem-se à pergunta pontual que abre o presente capítulo: como é que os acontecimentos se transformam em notícias? Em resposta ao questionamento e na tentativa de sistematização de uma lista de fatores que caracterizam a noticiabilidade, buscam recurso na metáfora:

¹⁶ O recorte empírico do estudo de Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge é composto pela cobertura de crises políticas localizadas no Congo, em Cuba e no Chipre nos anos 1960. Para detalhes, ver: Galtung & Ruge (1965).

¹⁷ Considerando que Galtung & Ruge (1965) optam originalmente pelo uso do substantivo “fator”, a utilização da expressão “critérios de noticiabilidade” nas traduções e interpretações do estudo (TRAQUINA, 1999; SOUSA, 2004) passa a configurar uma opção semântica com implicações eminentes no plano teórico-conceitual. Outros enfoques, dentre os quais é pontual a citada abordagem epistemológica de Gislene Silva (2005), por exemplo, referem-se aos “fatores” de Galtung & Ruge como sinônimos de “valores-notícia”.

Imagine-se que o mundo pode ser comparado a um enorme conjunto de estações de radiodifusoras, cada uma das quais a emitir o seu sinal ou o seu programa no seu próprio comprimento de onda. (...) A emissão é contínua, correspondendo ao axioma de que está sempre a acontecer algo a qualquer pessoa no mundo. Mesmo que ela durma calmamente, o sono é um *happening* – o que escolhemos para considerar como “acontecimento” é determinado culturalmente. O conjunto de acontecimentos mundiais, então, é como a cacofonia que se obtém quando se procura sintonizar um posto num receptor de rádio, e sobretudo se isso for feito rapidamente em onda média ou onda curta. É óbvio que esta cacofonia não faz sentido, e só pode ser inteligível se um posto for sintonizado e escutado durante algum tempo antes de se passar para o seguinte. (GALTUNG & RUGE, 1999, p.63).

Da comparação com a estrutura radiofônica, os autores ressaltam a necessidade da seleção (tal qual no *dial* de um aparelho de rádio) para que a informação espalhada pelo mundo se torne compreensível. Na sequência, apresentam uma lista das implicações envolvidas no ato de seleção. Desta forma, a partir da metáfora, os pesquisadores dinamarqueses abstraem padrões da estrutura noticiosa e propõem uma listagem de doze fatores (quatro deles com subdivisões) para a noticiabilidade:

F1: Frequência; **F2:** Amplitude; **F2.1:** Intensidade absoluta; **F2.2:** Aumento de intensidade; **F3:** Inequivocidade; **F4:** Significância; **F4.1:** Proximidade cultural; **F4.2:** Relevância; **F5:** Consonância; **F5.1:** Predicabilidade; **F5.2:** Exigência; **F6:** Imprevisibilidade; **F6.1:** Impredicabilidade; **F6.2:** Escassez; **F7:** Continuidade; **F8:** Composição; **F9:** Referência a nações de elite; **F10:** Referência a pessoas de elite; **F11:** Referência a pessoas; **F12:** Referência a algo negativo. (GALTUNG & RUGE, 1999: p.71).

Esses fatores, destacam Galtung & Ruge, não devem ser entendidos de modo independente uns dos outros, uma vez que dizem respeito a inúmeras inter-relações. Tais relações, por sua vez, possibilitam a formulação de três argumentos distintos: 1) quanto mais os acontecimentos satisfizerem os critérios mencionados, mais possibilidades terão de ser registrados como notícias (seleção); 2) logo que uma notícia é selecionada, o que a torna noticiável de acordo com os fatores, será salientada (distorção); e 3) tanto o processo de seleção como o processo de distorção terão lugar em todas as fases da cadeia, desde o acontecimento até o leitor (repercussão) (GALTUNG & RUGE, 1999, p. 71-72). Compreendidos, então, numa perspectiva cumulativa, os doze fatores (ou critérios) de noticiabilidade passam a compor uma nova problemática: a maneira como são relacionados entre si na concepção de um produto final (a notícia). Para a solução de desse problema,

Galtung & Ruge (1999), inspirados em uma perspectiva matemática¹⁸, sugerem duas hipóteses: a) quanto mais alta for a pontuação total de um acontecimento, maior será a probabilidade de se tornar notícia ou manchete (hipótese da aditividade); e b) um acontecimento, porém, não deve obviamente apresentar uma pontuação máxima de 12 para tornar-se manchete ou ser escolhido para integrar a página de um jornal (hipótese da complementaridade). Conseqüentemente, os critérios de noticiabilidade podem ser combinados de diferentes formas, permitindo múltiplos ajustes de ordem fatorial. É a complementaridade dos fatores envolvidos que garantirá, então, a possibilidade de um acontecimento tornar-se ou não notícia (GALTUNG & RUGE, 1999, p.73).

Nesse panorama, a despeito da natureza contraditória de alguns dos fatores indicados por Galtung & Ruge (1965) – tal como a imprevisibilidade e a continuidade –, o que coloca em xeque a própria pertinência da hipótese da complementaridade, pode-se concluir a partir do estudo dos autores dinamarqueses, por outro lado, que quanto maior o número de aspectos desviantes de um evento, maior será sua chance de ser selecionado como notícia. Assim, é evidente que o modo como Galtung & Ruge (1965) apresentam suas perspectivas, amparados em hipóteses que seguem relações matemáticas (o que revela uma ancoragem nos modelos positivista e funcionalista da ciência), enrijece as categorias de critérios de noticiabilidade e coloca o estudo em uma posição passível de revisões críticas a partir de abordagens guiadas por óticas de natureza culturalista. Contudo, mesmo com as limitações oriundas do reducionismo teórico-conceitual com o qual aborda a complexidade do fenômeno, a pesquisa constitui uma referência para os estudos que adotam jornais como recorte empírico por configurar a primeira experiência teórica de elaboração de uma tipologia para os critérios envolvidos na seleção das notícias. Além disso, a análise dos pesquisadores dinamarqueses reveste-se de pertinência especialmente quando levada em consideração sua confluência com abordagens históricas anteriores – a exemplo da categorização feita por Tobias Peucer no século XVII. A retomada das duas perspectivas neste debate, portanto, não ocorre por acaso. Tais elaborações conceituais, em que pese o longo hiato temporal entre elas e as limitações intrínsecas dos contextos históricos em que estão inseridas, representam casos significativos, pois, entre outros aspectos, ressaltam um traço comum: ambas reforçam as características do inaudito como dimensão clássica da noticiabilidade ao mesmo passo em que lançam luz sobre

¹⁸ A obra de Johan Galtung – doutor em matemática e sociologia – sobre os fatores de noticiabilidade deixa transparecer as influências do autor pelo estudo das ciências exatas. O estudo é sintomático, nesse sentido, de um período de hegemonia nas ciências sociais do positivismo como modelo teórico mais amplo e do funcionalismo como modo de abordagem dos fenômenos da realidade social.

a presença de possíveis “qualidades duradouras” na prática jornalística (STEPHENS, 1993) – particularidade que coloca mais uma vez em relevo a tradicional premissa esmiuçada por Franco Moretti (2003) de que a narração de uma história atrela-se necessariamente à violação de uma norma.

3. Entre a seleção e a construção: novas diferenciações para a mesma questão

Conforme pode ser inferido a partir das abordagens acima apresentadas, a concepção de “desvio” como um padrão clássico da noticiabilidade configura-se historicamente válida e factível sob um ângulo eminentemente técnico-operacional e pragmático. Um indicativo desse processo localiza-se no próprio fato de categorias semânticas ligadas à ideia do “inaudito” se fazerem ainda presentes em verbetes espalhados por manuais de redação contemporâneos. Considerado um dos mais conhecidos registros de parâmetros práticos da atividade jornalística no Brasil, o *Manual de redação da Folha de S. Paulo* (2001, p.44), por exemplo, estabelece os conceitos de “improbabilidade” e “ineditismo” como “critérios elementares” para a definição da importância de uma notícia. Por seu turno, o *Manual de Redação e Estilo* do jornal *O Estado de S. Paulo*, embora privilegie as questões estilísticas do texto jornalístico, também apresenta casos ilustrativos que enfatizam traços insólitos e incomuns nos critérios de seleção noticiosa: “se o presidente dorme durante uma conferência, isso é notícia; idem se ele tira o sapato, se fica conversando enquanto alguém discursa, se faz trejeitos, etc.” (MARTINS FILHO, 1997, p.19). No plano propriamente acadêmico, da mesma forma, fazem-se sintomáticos o aparecimento e a repetição de categorias semelhantes em sistematizações conceituais elaboradas desde o pioneiro elenco de critérios de seleção proposto nos anos 1960 por Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (1965). Tais fatores de noticiabilidade, interpretados por Gislene Silva (2005) como “valores-notícia” por estabelecem-se supostamente “na origem do fato”, podem ser visualizados com mais nitidez a partir de um quadro conceitual organizado pela autora com base em levantamento bibliográfico:

Quadro 1 – Elencos de valores-notícia segundo levantamento de Gislene Silva

Stieler: novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo.
Lippman: clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal.
Bond: proeminência, raridade, interesse nacional, interesse pessoal/econômico, injustiça, catástrofe, interesse universal, drama, número de pessoas afetadas, grande quantia de dinheiro, descobertas/invenções e crime/violência.

Galtung & Ruge: frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo.
Golding & Elliot: drama, visual atrativo, entretenimento, importância, proximidade, brevidade, negativismo, atualidade, elites e famosos.
Gans: importância, interesse, novidade, qualidade e equilíbrio.
Warren: atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências.
Hetherington: importância, drama, surpresa, famosos, escândalo sexual/crime, número de pessoas envolvidas, proximidade e visual bonito/atrativo.
Shoemaker et al: oportunidade, proximidade, importância/impacto, consequência, interesse, conflito/polêmica, controvérsia, sensacionalismo, proeminência e novidade/curiosidade/raro.
Wolf: importância do indivíduo (nível hierárquico), influência sobre o interesse nacional, número de pessoas envolvidas e relevância quanto à evolução futura.
Erbolato: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura/conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo/idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, oportunidade, dinheiro, expectativa/suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas/invenções, repercussão e confidências.
Chaparro: atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade e surpresa.
Lage: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana.

(Fonte: SILVA, 2005, p.102-103)

Raridade, ineditismo, impacto, conflito, escândalo, catástrofe, entre outros. Considerados parâmetros de noticiabilidade clássicos, os critérios – ou “valores” – atrelados à noção de desvio possuem, por conseguinte, lugar cativo em praticamente todas as formulações que ao longo do século XX se debruçam sobre a tarefa de construção de uma tipologia para as notícias. Embora admissíveis por meio dessa perspectiva pragmática, contudo, faz-se também necessário reconhecer que os fatores relacionados à ideia do “inaudito” ilustram apenas uma das facetas da problemática e apresentam-se, muitas vezes, como redutores da complexidade do fenômeno da seleção noticiosa. Isto é, situados na “origem do fato jornalístico”, tais fatores acabam, não raramente, por lançar luz sobre pressupostos parciais ligados, por exemplo, às tradicionais “teorias do espelho” – ou seja,

colocam no centro do debate a suposição, ou ao menos a possibilidade, de que os acontecimentos fazem a si próprios noticiáveis.

Inegavelmente, todavia, o conceito de noticiabilidade passa por refinamentos naturais a partir da agregação de novas forças e perspectivas teóricas com o passar do tempo. É neste contexto que outras diferenciações são postas em voga nas décadas finais do século XX, atribuindo novos olhares aos critérios de seleção noticiosa – e particularmente aos valores-notícia – de modo a enfatizar o papel dos profissionais e das rotinas de produção na multifacetada cadeia de seleção dos fatos e de elaboração da narrativa jornalística. Um dos autores que desempenha papel fundamental nessa conjuntura é o próprio Herbert Gans (2004). Apesar de ocupar uma posição de destaque na sistematização de valores-notícia elaborada por Gislene Silva (2005, p.102), o sociólogo norte-americano, quando levado a abordar a noção de “valor” no contexto das notícias, direciona seus argumentos mais aos parâmetros que são compartilhados entre os atores do processo do que às características em si dos eventos noticiáveis.

Uma mostra disso é que os valores-notícia “importância”, “interesse”, “novidade”, “qualidade” e “equilíbrio”¹⁹, cuja categorização é atribuída a Gans (2004), aparecem na principal obra do autor de forma restrita apenas ao item intitulado “adequação das histórias” (originalmente, *story suitability*). Também chamados no livro de “qualidades presentes nas notícias”, tais fatores são abordados no momento em que o sociólogo estabelece a distinção entre as “várias considerações de adequação das notícias” para enfatizar, na sequência, que “a seleção de itens noticiosos envolve mais do que somente seus conteúdos” (GANS, 2004, p.146-147, tradução nossa). A “novidade” e a “importância” são interpretadas, nesse panorama, como “considerações substantivas” – ou seja, aquelas que orientam inicialmente tanto os agentes que sugerem as notícias quanto os responsáveis pela subsequente seleção – ao passo que o “interesse”, a “qualidade” e o “equilíbrio” são debatidos no contexto das “considerações do produto” – em outros termos, os parâmetros aos quais as notícias devem se adequar para satisfazer as necessidades de cada veículo. Por outro lado, quando opta propriamente pela utilização da expressão “valores-notícia” (*news values*, em inglês), Gans (2004, p.68) ressalta os elementos de natureza ideológica partilhados nos meandros da produção jornalística:

¹⁹ Originalmente em inglês: *story importance, interesting stories, novelty, story quality e balance* (GANS, 2004, p.146-176).

Se as notícias incluem valores, elas também contêm ideologia. Essa ideologia, no entanto, consiste em um agregado de valores que são somente parcialmente pensados e que não são inteiramente consistentes e bem integrados; além disso, considerando que eles se modificam através do tempo, são também flexíveis em alguns assuntos. Eu deveria chamar de paraideologia esse agregado de valores e os julgamentos de realidade a eles atrelados, em parte para distingui-los dos deliberados, integrados e mais doutrinários conjuntos de valores usualmente definidos como ideologia, embora sejam também ideologia. (GANS, 2004, p.68, tradução nossa).

Apesar de não desconsiderar as características intrínsecas dos eventos, Gans (2004) vincula os “valores envolvidos na produção da notícia” aos valores compartilhados pelos próprios jornalistas no interior de uma determinada conjuntura histórica. Tais parâmetros, no contexto da sociedade norte-americana dos anos 1960 e 1970 – recorte empírico analisado pelo autor –, são definidos, por exemplo, como uma mistura de valores liberais e conservadores; ou, como explica o próprio Gans (2004, p.68, tradução nossa), “se as notícias tivessem de ser compartimentadas ideologicamente, elas seriam direitistas-liberais ou esquerdistas-conservadoras”. Sistematizados como “parâmetros que se repetem na prática jornalística”, esses valores respondem, enfim, a oito categorias que dizem respeito à imprensa norte-americana do período: etnocentrismo, democracia altruística, capitalismo responsável, provincianismo, individualismo, moderação, liderança e defesa da ordem social²⁰.

No cenário europeu, por sua vez, outras elaborações teórico-conceituais mais recentes também contribuem com a tarefa de adicionar novos e mais complexos elementos ao debate iniciado na década de 1960 pela sistematização de Galtung & Ruge (1965). Entre essas formulações, destacam-se as perspectivas do italiano Mauro Wolf (2003)²¹ e do português Nelson Traquina (2008). Em resumo, segundo Wolf (2003, p.195), a partir do momento em que a noticiabilidade é definida como “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos dentre os quais há que selecionar as notícias”, os valores-notícia devem ser reconhecidos como um dos componentes dessa dinâmica mais abrangente – perspectiva que inicialmente demonstra pouca divergência em relação a outras elaborações teórico-conceituais anteriormente citadas.

²⁰ Originalmente em inglês: *ethnocentrism, altruistic democracy, responsible capitalism, small-town pastoralism, individualism, moderatism, leadership e defense of social order* (GANS, 2004, p.42-68).

²¹ O texto original “Teorias da comunicação”, de Mauro Wolf, data de 1985. Utiliza-se neste trabalho a edição em língua portuguesa de 2003. Ver: Wolf (2003)

Com o aprofundamento de suas reflexões, no entanto, o teórico italiano passa a situar-se – ao lado de Herbert Gans (2004)²² – na posição de um dos pioneiros em destacar que os valores-notícia (mesmo aqueles já considerados desde a década de 1960 pelos pesquisadores dinamarqueses) estão presentes ao longo de toda a problemática da produção jornalística: do processo de seleção dos acontecimentos ao processo de elaboração da notícia – diferenciação que, pelo fato de transpassar os limites das características intrínsecas dos eventos, recebe interpretações críticas de pesquisadores como Gislene Silva (2005):

Já se sabe que os valores-notícia agem em todo o processo de produção da informação jornalística. Disso não se discorda aqui. O problema é o uso que se faz do conceito. Para Wolf, “valores-notícia são critérios de relevância difundidos ao longo de todo o processo de produção e estão presentes tanto na seleção das notícias como também permeiam os procedimentos posteriores, porém com importância diferente”. Nessa definição, a seleção parece restrita apenas em sua etapa primária, sendo que (...) ela continua na etapa seguinte, incluída no conjunto dos demais procedimentos posteriores, a que chamamos de tratamento do fato. (SILVA, 2005, p.99).

Em que pese as críticas recebidas pela problematização de Mauro Wolf (2003) no terreno teórico-conceitual, faz-se necessário reconhecer que a partir dela um novo modelo de classificação desempenha papel essencial nos estudos da noticiabilidade: a distinção entre os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção. Em síntese, conforme apresenta Traquina (2008, p.78), os valores de seleção dizem respeito aos critérios que os jornalistas utilizam para selecionar no complexo rol de acontecimentos cotidianos aqueles que merecem ser transformados em conteúdo jornalístico. De modo mais específico, eles subdividem-se em outros dois grupos: os critérios substantivos, que tratam da avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia; e os critérios contextuais, que se referem ao contexto de produção noticiosa. Por sua vez, os valores-notícia de construção envolvem as qualidades da estrutura da notícia e funcionam como “linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia”. Tais categorias podem ser visualizadas com mais clareza a partir de uma comparação com o próprio estudo original de Galtung & Ruge (1965):

²² É importante identificar neste ponto que o próprio Herbert Gans localiza-se como uma das bibliografias que servem de influência para as reflexões de Mauro Wolf.

Podemos ver que os seus valores-notícia incluem ambos os tipos de valor-notícia, sem, no entanto, a clareza da distinção entre os dois tipos. Por exemplo, Galtung e Ruge identificam como um valor-notícia a importância de “pessoas de elite”, um valor-notícia de seleção que iremos denominar “notoriedade do ator”. Os autores identificam como outro valor-notícia a “personalização”, em que referem que “as notícias têm a tendência de apresentar os acontecimentos como frases onde há um sujeito, uma pessoa nomeada ou uma coletividade que consiste em algumas pessoas”; a “personalização” é outro valor-notícia, mas um valor-notícia de construção. (TRAQUINA, 2008, p. 78).

São nove os valores-notícia de seleção em termos de critérios substantivos elencados por Nelson Traquina (2008, p. 79-88) com base na distinção inicial de Mauro Wolf (2003): a “morte”, a “notoriedade”, a “proximidade”, a “relevância”, a “novidade”, o “tempo” (atualidade), a “notabilidade”, o “inesperado”, o “conflito” (ou controvérsia), a “infração” e o “escândalo”. Já os valores-notícia em termos de critérios contextuais somam cinco: a “disponibilidade”, o “equilíbrio”, a “visualidade”, a “concorrência” e o “dia noticioso”. Finalmente, os chamados valores-notícia de construção – conceitualmente, aqueles que tratam dos “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (TRAQUINA, 2008, p.91) – somam seis: a “simplificação”, a “amplificação”, a “relevância”, a “personalização”, a “dramatização”, e a “consonância”. Considerados tais conjuntos, permite-se a elaboração do seguinte quadro sistemático:

Quadro 2 – Sistematização dos valores-notícia encontrados no jornalismo segundo a perspectiva de Mauro Wolf e Nelson Traquina

Valores-notícia de seleção: critérios substantivos	Valores-notícia de seleção: critérios contextuais	Valores-notícia de construção
Notoriedade Morte Proximidade Relevância Novidade Tempo Notabilidade Inesperado Conflito (ou controvérsia) Infração Escândalo	Disponibilidade Equilíbrio Visualidade Concorrência Dia noticioso	Simplificação Amplificação Relevância Personalização Dramatização Consonância

(Fonte: Quadro elaborado livremente a partir de TRAQUINA, 2008; e WOLF, 2003)

Esse elenco de fatores, conforme sugere Nelson Traquina (2008), mostra que a compreensão da noticiabilidade não pode ser observada de maneira estanque e impermeável – ou seja, parte-se do entendimento de que os critérios de noticiabilidade dialogam e trocam influências entre si. Além disso, reconhece-se que o entendimento dos critérios substantivos de seleção deve tangenciar outro aspecto de natureza teórica: a compreensão da sociedade como um consenso. As noções de “inesperado”, “conflito”, “infração”, “novidade”, “escândalo”, “relevância” e “notabilidade” somente ganham relevo, assim, quando interpretadas a partir de uma compreensão consensual das relações sociais. Em suma, nas palavras do autor português, “sem este conhecimento consensual de fundo, nem os jornalistas nem os leitores poderiam reconhecer o primeiro plano das notícias” (TRAQUINA, 2008, p.86) – discussão que será retomada à frente. Por agora, foca-se na apresentação da “significância social” como mais uma dimensão teórica a ser considerada no multifacetado processo da seleção noticiosa.

4. Não basta ser inaudito, é preciso relevância – e vice-versa: a *significância social* como dimensão da noticiabilidade

Além da diferenciação que Mauro Wolf (2003) propõe para os valores-notícia, duas outras considerações teórico-conceituais feitas pelo autor ajudam a aprimorar a caracterização da noticiabilidade até aqui trabalhada. Ao prosseguir com sua discussão sobre a problemática da seleção noticiosa, o autor alerta para a natureza substancialmente dinâmica dos valores-notícia – ou, em suas próprias palavras, “embora revelem uma forte homogeneidade no interior de uma cultura profissional”, os valores-notícia não permanecem sempre os mesmos com o passar do tempo (WOLF, 2003, p.197). No mais, como decorrência da premissa anterior, o teórico italiano indica que a especialização temática dos periódicos constitui um “índice significativo” do modo como os valores-notícia se traduzem em “práticas organizativas” que espelham determinadas realidades históricas; isto é, as colocações de Mauro Wolf permitem neste ponto a agregação de uma nova reflexão ao debate: ao mesmo passo em que possuem “qualidades duradouras” (STEPHENS, 1993) disseminadas em parâmetros atrelados a categorias que historicamente remetem ao “inaudito”, os valores-notícia são também marcados por uma face dinâmica formatada em conjunturas socioculturais e modelos ético-profissionais que variam conforme os períodos vigentes. Trata-se, por conseguinte, de dois pressupostos aparentemente excludentes que, por outro lado, podem ser combinados a partir de um ponto de vista ampliado para o fenômeno.

Tome-se, por exemplo, um caso insólito citado pelo sociólogo norte-americano Michael Schudson (2003, p.178): “Tudo está calmo, menos para um gato que escala uma árvore. O gato fica preso nos galhos. Bombeiros são chamados. As crianças da vizinhança se reúnem para assistir. Os bombeiros resgatam o gato”²³. Conforme ironiza o autor, tal acontecimento compreende todos os ingredientes básicos que configuram uma notícia – desde que, evidentemente, a história seja contada num veículo feito pelos próprios estudantes da escola do bairro em que o gato reside. O que explicaria, porém, essa característica dúbia do item noticioso? Segundo Schudson (2003, p.178-179), embora o fato quebre inegavelmente a rotina daquelas pessoas ali envolvidas, ele se faz, por outro lado, demasiadamente familiar e previsível mesmo para um veículo local cuja circulação contemple toda aquela cidade. Diferentemente seria, exemplifica o autor, se o proprietário do gato fosse um parlamentar cujo voto tivesse sido favorável ao corte do orçamento do corpo de bombeiros; ou seja, conforme sintetiza Schudson (2003, p.178, tradução nossa): “uma notícia deve não somente ser ‘deliciosa’ para existir, mas também infringir ou oferecer algum tipo de comentário para a vida pública; e o que conta para a vida pública, é claro, não é óbvio, muda-se de tempo em tempo e de lugar a lugar”.

Em direção paralela, Pamela Shoemaker (1996, p.36) recorre às reflexões do teórico culturalista Stuart Hall (1981a, p.147) para ressaltar que embora classificáveis em categorias como as mencionadas no decorrer deste capítulo, os critérios de seleção noticiosa não deixam de representar uma “concepção escorregadia” aos estudos do jornalismo. Ao sugerir, então, a organização de um diferente quadro interpretativo para o assunto, Shoemaker propõe o entendimento da noticiabilidade em duas dimensões teórico-conceituais mais abrangentes: o desvio e a *significância social*. Dessa forma, inúmeros critérios de noticiabilidade tidos como valores-notícia “substantivos” em classificações como as de Mauro Wolf (2003) e Nelson Traquina (2008) – a exemplo da “controvérsia”, da “novidade” e do “insólito” – são reposicionados pela pesquisadora norte-americana como dimensões “desviantes” da notícia. O “desvio”, neste contexto, é subdividido em pelo menos outras três instâncias teóricas mais específicas:

²³ Originalmente, em inglês: “All is calm but for a cat climbing a tree. The cat gets stuck in the tree. Firefighters are called. Neighborhood children gather to watch. Firefighters rescue the cat”.

- O *desvio estatístico*; que se refere a eventos que são excêntricos ou não-usuais, ou ainda que chamam atenção por configurarem realizações ou acidentes acima ou abaixo da média;
- O *desvio normativo*; relativo à violação e à elaboração de leis e regras manifestas ou latentes;
- E o *desvio de mudança social*; que inclui elementos supostamente rompedores da estabilidade de um dado sistema social, embora diga respeito a aspectos que vão de contextos restritos (um bairro, por exemplo) a conjunturas mais abrangentes (nações e outras instâncias internacionais). (SHOEMAKER, 1996, p.36; SHOEMAKER *et al.*, 2010, p.59).

De acordo com a perspectiva de Shoemaker, o interesse humano por conteúdos noticiosos é entendido, entre outras variáveis, como uma característica natural das pessoas de instintivamente focar a atenção em eventos capazes de romper uma determinada ordem consolidada. Para a autora, numa perspectiva que ela mesma denomina de “bio-cultural”, os seres humanos, ao conviverem historicamente com instintos desviantes, fazem-se hipoteticamente mais adaptados a neutralizar ou diminuir possíveis ameaças ao *status quo* – traço adaptativo que pode também vincular-se a uma espécie de “aspecto cultural universal” e figurar ao lado de emoções inatas como o medo, o ódio e a satisfação (SHOEMAKER, 1996, p.38-39).

Não se configura coincidência, portanto, o fato de as categorias “desviantes” apresentadas por Shoemaker (1996) encontrarem diversas similitudes nas categorias clássicas de valores-notícia esboçadas desde o século XVII por Tobias Peucer. Entretanto, a exemplo do caso do gato que escala a árvore apresentado por Schudson (2003), a pesquisadora norte-americana reconhece que há ao menos outro relevante aspecto a ser considerado: para além de seus traços desviantes, “a noticiabilidade de um evento também recebe influências de outras características, tais como as peculiaridades que as pessoas precisam conhecer a fim de entenderem-se efetivamente como atores em seus sistemas sociais” (SHOEMAKER *et al.*, 2010, p.59, tradução nossa). Assim, ao passo em que a vigilância aos aspectos desviantes dos eventos é encarada como um traço natural das pessoas, a “significância social” surge vinculada a uma concepção de socialização cultural. De modo mais específico, compreende-se o conceito a partir de outras quatro subdimensões: a significância política, a significância

econômica, a significância cultural e a significância pública (SHOEMAKER, 1996, p.36-44; SHOEMAKER *et al*, 2010, p.59-60).

Descritas as particularidades dos conceitos, Shoemaker admite, enfim, que a disseminação social das notícias vincula-se à pertinência dos dois modelos interpretativos abordados; isto é, mesmo se considerada válida a hipótese do interesse natural dos seres humanos por acontecimentos desviantes, a difusão social de tais eventos somente encontra respaldo quando sustentada em elementos de “significância social” ligados à comunidade de sentido na qual estão inseridos (SHOEMAKER, 1996, p.44). Em última análise, portanto, toda prática noticiosa deve-se ligar a processos de socialização cultural – dinâmica que culmina em uma nova dimensão teórica posteriormente inserida na discussão por Shoemaker e seus colegas: a complexidade; ou seja, a medida pela qual um evento combina em si os diferentes aspectos de desvio e de significância social para efetivamente tornar-se notícia (SHOEMAKER & COHEN, 2006).

Abre-se terreno, assim, para a retomada da metáfora de Nelson Traquina (2008, p.91) segundo a qual os processos de seleção noticiosa podem ser observados como jogadas numa constante partida de xadrez. Seguindo a analogia, ao passo em que no jogo de tabuleiro existem regras pré-estabelecidas que garantem a jogabilidade e a preservação do esporte ao longo do tempo, por outro lado estabelecem-se táticas individualizadas e propostas de jogo variáveis que resultam em uma dinâmica complexa. Dessa forma, uma única mudança de peça pode resultar em alterações em todo cenário da partida, promovendo modificações de planos e estratégias. Tais peculiaridades fazem do xadrez um jogo que não se permite ser encarado em uma perspectiva mecanicista. O mesmo raciocínio pode ser projetado para o jornalismo e para os critérios de noticiabilidade. Ao passo que podem existir “qualidades duradouras”, como as propostas por Mitchell Stephens (1993), que caracterizam historicamente o fazer jornalístico (numa perspectiva horizontalizada), encontra-se, em posição paralela, um conjunto complexo de variáveis econômicas, políticas e, sobretudo, socioculturais que são decalcadas (numa perspectiva verticalizada) nos processos de seleção dos acontecimentos e de construção da narrativa noticiosa. O jornalismo e a questão da noticiabilidade inserem-se, assim, em um quadro teórico mais complexo e passam a ser compreendidos como produtos de influência de diferentes variáveis e níveis de análise – foco que a discussão toma a partir de agora.

5. Os níveis de análise da notícia: das opções individuais às estruturas socioculturais

Se por um lado os critérios de noticiabilidade ligados às categorias de “desvio” fazem-se historicamente válidos sob uma perspectiva operacional e pragmática, o mesmo pode ser também observado a respeito dos critérios que respondem às categorias de “significância social”. Um indicativo disso é que, com a aplicação de ambas as dimensões em um hipotético exercício analítico, torna-se factível a operacionalização de uma espécie de “anatomia” em qualquer veículo jornalístico a partir do desmembramento de seus itens noticiosos e da posterior identificação dos parâmetros de noticiabilidade ali utilizados. Ou seja, desde que o enfoque da sondagem seja substancialmente pragmático, as categorias atreladas às noções de desvio e de significância social são capazes de identificar juntas – e sem grandes dificuldades operacionais – praticamente a totalidade das notícias de um determinado periódico.

Gislene Silva (2005), neste sentido, sugere um quadro conceitual no qual apresenta categorias de “valores-notícia” que podem ser aplicadas operacionalmente tanto na classificação de acontecimentos “noticiáveis” quanto naqueles que, após os processos de *gatekeeping* e *newsmaking*, são “noticiados” nas páginas dos jornais:

Quadro 3 – Proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis / noticiados

Impacto: Número de pessoas envolvidas (no fato), número de pessoas afetadas (pelo fato) e grandes quantias (dinheiro).
Proeminência: Notoriedade, celebridade, posição hierárquica, elite (indivíduo, instituição, país) e sucesso/herói.
Conflito: Guerra, rivalidade, disputa, briga, greve e reivindicação.
Entretenimento/Curiosidade: Aventura, divertimento, esporte e comemoração.
Polêmica: Controvérsia e escândalo.
Conhecimento/Cultura: Descobertas, invenções, pesquisas, religião, progresso, atividades e valores culturais.
Raridade: Incomum, original e inusitado.
Proximidade: Geográfica e cultural.
Surpresa: Inesperado.
Governo: Interesse nacional, decisões e medidas, inaugurações, eleições, viagens e pronunciamentos.

Tragédia/Drama: Catástrofe, acidente, risco de morte e morte, violência/crime, suspense, emoção e interesse humano.
--

Justiça: Julgamentos, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais e crimes.

(Fonte: SILVA, 2005, p.104-105)

A listagem de Silva (2005) se faz pertinente na corrente discussão uma vez que todos os valores-notícia nela apresentados, quando observados no contexto dos parâmetros anteriormente debatidos, relacionam-se de alguma maneira a qualidades de “desvio” (estatístico, normativo ou de mudança social) e/ou a categorias de significância social (cultural, econômica, política ou pública) (SHOEMAKER, 1996); conseqüentemente, constituem instâncias válidas e exequíveis em análises que se debruçam sobre os veículos de mídia com a tarefa de realizar classificações pragmáticas de critérios de noticiabilidade. Entretanto, quando se adota um ponto de análise mais abrangente para o fenômeno, nota-se que outros aspectos (alguns dos quais nem sempre são latentes) devem ser também considerados. Assim, se por um lado reconhece-se como válida a ponderação de Eduardo Meditsch (2010) de que o jornalismo não promove por si só a “construção social da realidade”, faz-se também necessário admitir que o conteúdo oriundo dos veículos de mídia representa ele próprio um tipo de realidade culturalmente construída (TUCHMAN, 1977); isto é, torna-se indispensável supor que por trás de toda categorização operacionalmente viável de valores-notícia acima mencionada localiza-se uma complexa dinâmica de escolhas e influências permeadas – em diferentes níveis – por relações simbólicas de poder.

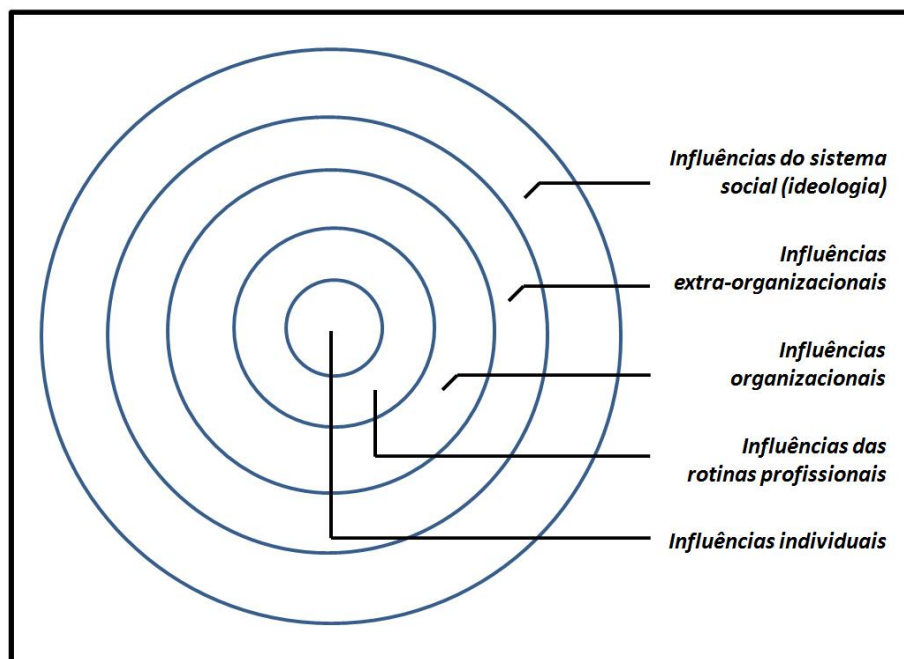
Por seu turno, quando vistas epistemologicamente a partir de um vértice esquemático, tais relações devem ser examinadas com base em premissas próprias decorrentes dos diferentes modelos de observação a que estão atreladas. As perspectivas teóricas elencadas por Herbert Gans (2004) e apresentadas no início deste capítulo, por exemplo, desvelam modelos interpretativos que procuram explicar as notícias – seus modos de seleção e construção – a partir de enfoques múltiplos, separados e claramente divergentes – tendência que Jorge Pedro Sousa (2005) denomina de “divisionista”. Nos termos do teórico português, em síntese, existe na avaliação de um número representativo de autores a ideia de que “as explicações que têm sido avançadas para explicar os formatos e conteúdos das notícias são insuficientes para se edificar uma teoria do jornalismo e por vezes são também antagônicas e contraditórias” (SOUSA, 2005, p.76) – posição que enfatiza, em última instância, a impossibilidade de construção de uma teoria unificada para as notícias.

Outra linha de interpretação que não pode ser desconsiderada consiste exatamente no contraste da perspectiva anterior. Sua premissa principal sintetiza-se no argumento do próprio Sousa (2005, p.78) de que tais enfoques teóricos, quando vistos isoladamente, “são insuficientes para explicar as notícias que temos e por que elas são como são, mas em conjunto revelam todo o seu poder explicativo”; posição que também reflete a ponderação de Michael Schudson (2003) de que não basta uma multiplicidade esparsa de visões unidimensionais para que a complexidade do jornalismo seja contemplada como fenômeno social. Para o sociólogo norte-americano, por exemplo, a despeito da pertinência localizada em abordagens que privilegiam as notícias como um “sistema textual” ou como “produto de instituições e práticas econômicas, políticas e sociais”, esses enfoques “não contam a história em sua totalidade” (SCHUDSON, 2003, p.13-14, tradução nossa). Sugere-se, assim, que o caminho mais viável para a construção de uma teoria que possa contemplar a multifacetada natureza da atividade jornalística leve em consideração a conciliação de diferentes argumentos, hipóteses e pontos de vista analíticos – orientação que Jorge Pedro Sousa (2005) chama de “unionista”. Enquadram-se nessa tendência o modelo interpretativo hierárquico elaborado por Shoemaker & Reese (1996)²⁴ e a própria proposta de construção de uma teoria multifatorial da notícia de Sousa (2005) – enfoques que serão trabalhados na sequência.

No caso do primeiro modelo interpretativo, sua compreensão pode ser melhor levada à diante quando retomada a premissa de Shoemaker & Cohen (2006) de que a noticiabilidade constitui um construto de natureza cognitiva cujo estabelecimento ocorre no plano individual – ou seja, parte-se do pressuposto de que as pessoas, jornalistas ou não, atribuem constantemente parâmetros de noticiabilidade (aspectos de desvio e significância social) aos acontecimentos que permeiam suas atividades cotidianas. O conceito descola-se, assim, do plano em que se estabelece propriamente a construção da notícia – esta, entendida como um artefato social de natureza complexa e decorrente de múltiplas influências que marcam desde as escolhas dos acontecimentos noticiosos até construção de sua narrativa (SHOEMAKER & REESE, 1996). Tais influências, finalmente, subdividem-se em cinco níveis de análise – das opções estabelecidas no plano individual às mais amplas estruturas do sistema social – que são organizados de forma hierárquica:

²⁴ Parâmetro adaptado mais tarde por Shoemaker & Vos (2009) na elaboração de uma leitura atualizada da teoria do *gatekeeping*.

Figura 1 – Modelo hierárquico de influências sobre o conteúdo noticioso segundo Shoemaker & Reese



(Fonte: Modelo gráfico adaptado de SHOEMAKER & REESE, 1996, p. 64)

Primeiro dos níveis – e conseqüentemente a medida de alcance mais restrito entre as demais –, as influências oriundas do plano individual vinculam-se, segundo Shoemaker & Reese (1996, p.65), a cinco agrupamentos de fatores: 1) as características individuais dos comunicadores a partir dos aprendizados e das experiências cognitivas de vida; 2) suas experiências profissionais; 3) as atitudes, valores e crenças pessoais; 4) as funções profissionais e premissas éticas a elas atreladas; e, por fim, 5) a influência desempenhada pelos indivíduos no organograma das empresas. Em suma, como se faz imaginável, os autores demonstram que as características e experiências pessoais possuem poucas e limitadas influências práticas no conteúdo noticioso de um dado veículo. No entanto, esse conteúdo pode ser influenciado de alguma maneira quando tais fatores ditam as atitudes e funções profissionais no interior da organização jornalística²⁵. Além disso, Shoemaker & Reese (1996, p.102) avaliam que as funções e princípios éticos individualmente estabelecidos possuem influências operacionais mais significativas do que as crenças e valores pessoais dos jornalistas; isto é, embora de forma restrita, as funções e premissas ético-profissionais podem

²⁵ Análises demonstram, por exemplo, que o aumento no número de jornalistas mulheres e de profissionais oriundos de minorias étnicas pode mudar o foco da discussão sobre a noção de “objetividade” em determinados grupos. Ver: Shoemaker & Reese (1996, p.79).

influir na maneira como os comunicadores pensam o que é interessante e ético para ser reportado, neutralizando os demais fatores.

Diferentemente das variáveis estabelecidas no plano individual, por outro lado, os fatores presentes nas rotinas profissionais são apresentados por Shoemaker & Reese (1996) como detentores de impacto direto no conteúdo noticioso. De acordo com os autores, o processo assim se constitui devido ao fato de os jornalistas, na posição de atores sociais, desenvolverem seus estilos de trabalho com base nos padrões profissionais de seu grupo²⁶. No contexto dos estudos da noticiabilidade, por conseguinte, a influência das rotinas jornalísticas se reveste de relevância, pois é neste nível que se operacionaliza a definição propriamente dita dos valores-notícia²⁷. Na prática, todos os parâmetros que balizam a atividade noticiosa se estabelecem por meio de elementos operacionais (como as relações fronteiriças estabelecidas entre os jornalistas e as fontes) e simbólicos (*deadlines*, premissas de objetividade, critérios de noticiabilidade, etc.) compartilhados profissionalmente – muito embora eles não tenham origem aleatória. Segundo Shoemaker & Reese (1996, p.108), uma vez considerada a relação desigual entre os “finitos recursos materiais” disponibilizados pelas organizações à captação e produção das notícias e o “infinito potencial de material bruto” a ser apurado pelos jornalistas, tais rotinas acabam por caracterizar um tipo de resposta às necessidades operacionais das empresas. Observadas sistematicamente, elas se consolidam sob três aspectos: 1) as rotinas relacionadas às fontes de informação; 2) aquelas atreladas à audiência e aos consumidores das notícias; e, finalmente, 3) aquelas instaladas propriamente na produção do conteúdo noticioso – conjunto que, todavia, não pode ser interpretado de forma estanque (SHOEMAKER & REESE, 1996, p.109)²⁸.

Pode-se concluir com base nos argumentos anteriores, portanto, que as rotinas jornalísticas permeiam a atividade noticiosa na forma de elementos compartilhados pela categoria dos jornalistas independentemente dos veículos em que os profissionais estejam situados. Entretanto, quando se movem a um nível de análise acima, Shoemaker & Reese (1996, p.139) sublinham que as organizações diferem entre si no modo como resolvem seus problemas práticos de produção, bem como na maneira como articulam seus organogramas e hierarquias – o que, por consequência, transpassa as influências atribuídas às rotinas

²⁶ Conforme pontuam Shoemaker & Reese (1996, p.105-107), por exemplo, existe uma crença profissional de que os jornalistas devem estar sempre mais concentrados nas normas e valores da categoria do que em ideias políticas ou visões propriamente ideológicas.

²⁷ “Os jornalistas predizem o que a audiência irá considerar importante e proporcionam seus parâmetros de noticiabilidade”, argumentam Shoemaker & Reese (1996, p.111, tradução nossa).

²⁸ A questão das rotinas jornalísticas será retomada no *Capítulo IV* durante a discussão sobre o modo como os “*paradoxos cotidianos*” são reconhecidos como acontecimentos noticiosos no interior do *habitus* profissional.

profissionais. Um dos pontos ressaltados pelos autores, nesse contexto, é a própria questão da propriedade dos meios. Embora o antigo argumento que vincula a formatação do conteúdo noticioso às influências diretas advindas do topo das hierarquias das empresas venha sendo suplantado por outras formulações teóricas mais recentes e menos deterministas²⁹, existem outras questões relevantes envolvidas na burocracia das organizações que não podem ser desconsideradas no processo. Um desses aspectos consiste na própria maneira como são feitas as disputas internas pela alocação de recursos financeiros entre os vários departamentos de uma organização (SHOEMAKER & REESE, 1996, p.153-155). Outra questão pertinente vincula-se ao grau de complexidade organizacional atingido pelas empresas – atributos que podem influenciar o modo como os jornalistas lidam com suas tarefas no cotidiano³⁰. Assim, apesar de geralmente ser menos debatido no cenário acadêmico do que as rotinas jornalísticas, o nível organizacional é responsável por mobilizar importantes instâncias de influência sobre a produção noticiosa; seja pelo controle econômico direto realizado sobre os profissionais (via contratações, demissões, planos de carreira e salários, por exemplo) ou pelo controle simbólico operacionalizado nas práticas de autocensura e autorregulação relacionadas a esses objetivos práticos (SHOEMAKER & REESE, 1996, p.172-173).

Penúltimo nível de análise no modelo hierárquico de Shoemaker & Reese (1996, p.175), as influências originárias nas instâncias extramedia, por sua vez, articulam-se em um jogo de nuances que varia do controle direto exercido por meio de sanções políticas e econômicas às pressões indiretas que também culminam em diferentes níveis de autorregulação. Segundo os autores, tais influências compreendem seis fatores específicos: 1) fontes; 2) anunciantes; 3) audiência; 4) demais agentes empresariais e governamentais; 5) ambiente econômico; e 6) ambiente tecnológico. Dessa forma, embora inúmeras análises relacionem casos de coberturas noticiosas a pressões econômicas diretas, faz-se necessário também reconhecer que o capital econômico representa somente uma das facetas nesse labirinto de fatores. Influências políticas e culturais (através de fontes e grupos de interesse, por exemplo), regulamentações governamentais e ações de marketing e de relações públicas, além de mudanças tecnológicas (que podem alterar as próprias plataformas nas quais as notícias são feitas) ajudam a completar esse complexo mosaico de influências (SHOEMAKER & REESE, 1996, p.219).

²⁹ A exemplo dos estudos que valorizam os inúmeros componentes simbólicos que se atrelam à concepção de credibilidade no jornalismo, por exemplo.

³⁰ Com o crescimento dos níveis hierárquicos burocráticos, apontam Shoemaker & Reese (1996, p.158), pode ocorrer uma inversa diminuição na sensibilidade existente entre os comandos mais elevados e os chamados jornalistas da “linha de frente”.

Finalmente, o mais abrangente dos níveis de análise das notícias é tratado inicialmente por Shoemaker & Reese (1996) pelo rótulo genérico de “ideologia”. Posteriormente, porém, o modelo original é revisado por Shoemaker & Vos (2009) e passa a receber outros atributos que vão além das variáveis ideológicas envolvidas no processo. Chamado então de “sistema social”, essa fração do modelo hierárquico responde pelas mais amplas estruturas sociais presentes na sociedade – a exemplo da cultura e da própria ideologia. Mesmo utilizando um vértice estritamente sistêmico para delinear o papel desempenhado por tais influências (o que eleva o risco de uma demasiada simplificação da complexidade por trás de cada um dos conceitos), todavia, os autores procuram admitir que elas não se resumem a imposições diretas ou a pressões unidirecionais – levando-as a diferir, em última análise, das premissas marxistas ortodoxas a respeito da prática jornalística. Shoemaker & Reese (1996, p.243-251) consideram, por exemplo, o conceito gramsciano de hegemonia para enfatizar que os aspectos ideológicos são permeados em diferentes instâncias da sociedade. Desse modo, apesar de localizarem-se no topo da cadeia hierárquica de fatores, as influências do sistema social devem ser interpretadas como características que entrecruzam os demais níveis de análise da noticiabilidade – perspectiva que será retomada no decorrer da tese.

Por ora, faz-se pertinente ressaltar que o modelo hierárquico de influências de Shoemaker & Reese (1996) serve também de base para a chamada teoria multifatorial da notícia de Jorge Pedro Sousa (2005). Em suma, o autor português vale-se de dimensões semelhantes às usadas pelos teóricos norte-americanos para construir uma explicação para as notícias amparada em um conjunto de “forças” de ação. São sete os principais elementos da teoria: a) a *força pessoal*, que diz respeito às capacidades e intenções individuais dos atores envolvidos no processo de construção da notícia; b) a *força social*, relacionada às dinâmicas e constrangimentos do sistema social; c) a *força ideológica*, atrelada aos “conjuntos de ideias que moldam processos sociais, proporcionam referentes comuns e dão coesão aos grupos, normalmente em função de interesses”; d) a *força cultural*, que se vincula ao pressuposto de que as notícias caracterizam um produto do sistema cultural ao qual estão atreladas; e) a *força do meio físico*, dependente do próprio ambiente em que as notícias são criadas; f) a *força tecnológica*, vinculada aos dispositivos tecnológicos utilizados nas dinâmicas de produção e difusão noticiosa; e, finalmente, g) a *força histórica*, composta pelas variáveis econômicas e políticas referentes ao contexto histórico em que os jornalistas estão inseridos (SOUSA, 2005, p.82).

Assim, se aqueles conjuntos de teorias inicialmente apresentados por Herbert Gans (2004) possuem efeitos limitados ou demais abrangentes de modo a perder de vista as próprias especificidades do fazer jornalístico, as propostas de Shoemaker & Reese (1996) e de Sousa (2005), por outro lado, em que pese suas significativas contribuições para o entendimento das notícias como resultado de uma série de fatores concomitantes, ambicionam formulações sistêmicas para o assunto em tentativas que procuram dar conta da utópica tarefa de contemplar toda a multiplicidade de aspectos que caracterizam a seleção dos acontecimentos jornalísticos e a construção da narrativa noticiosa – modo de abordagem que, por privilegiar os aspectos pragmáticos e operacionais da questão, pode também resultar, inversamente, na redução de sua própria complexidade.

6. Por um olhar ampliado para a questão: subsídios iniciais para a elaboração de um modelo interpretativo para a noticiabilidade

A despeito dos inúmeros avanços teórico-conceituais debatidos no decorrer deste capítulo, propõe-se a partir daqui uma leitura com base no alargamento das dimensões que configuram a noticiabilidade para além de seus processos técnicos e operacionais. Visa-se, por conseguinte, a valorização de uma problemática mais ampla, de ordem sociocultural, que possa vincular-se ao entendimento do jornalismo como uma peça-chave nos processos de construção simbólica da experiência cotidiana – ou seja, trata-se, nos termos de Michael Schudson (2003, p.182-183, tradução nossa), de uma abordagem que possa salientar as “heranças” recebidas pelos produtores das notícias em detrimento de suas produções propriamente práticas, uma vez que a ênfase deve estar “menos na produção social do que nos determinantes simbólicos que as notícias possuem na relação entre os fatos e os símbolos”.

Em síntese, embora Michael Schudson valorize a condição da notícia como “resultado de uma gama de fatores intervenientes” (a exemplo da “ação pessoal” e da “ação social”), sua contribuição maior localiza-se na defesa do pressuposto de que “a notícia é antes de tudo um produto da cultura” (BERTOLLI FILHO & TALAMONI, 2011, p.106) – perspectiva assumida desde o final dos anos 1970 em sua clássica análise sobre a história dos jornais norte-americanos (SCHUDSON, 1978). O sociólogo adota, assim, uma posição teórica culturalista ancorada na visão geertziana – ou seja, uma abordagem da cultura como “uma produção simbólica tecida pelos próprios homens” – e compreende a produção noticiosa como uma das faces dessa dinâmica, atribuindo aos critérios de noticiabilidade a decorrente

característica de “dimensões culturais que impregnam a prática jornalística” (BERTOLLI FILHO & TALAMONI, 2011, p.107).

Nas palavras do teórico norte-americano, uma abordagem cultural para as notícias ajuda a explicitar os estereótipos e imagens generalizadas que “transcendem as estruturas de propriedade ou mesmo os padrões das relações de trabalho” dos meios de comunicação (SCHUDSON, 2003, p.183, tradução nossa). Tomado por base o entendimento da notícia como uma produção cultural mais abrangente que transpassa uma mera “soma de fatos”, sua compreensão passa a envolver, conseqüentemente, tanto a seleção dos acontecimentos jornalísticos como a construção de sua narrativa, fenômenos que não podem ser observados separadamente. Explicita o autor:

As notícias como uma forma de cultura incorporam pressupostos sobre o que é importante, o que faz sentido, quais são suas localidades e temporalidades vividas e quais são as considerações que devem ser aceitas com seriedade. Assim, uma notícia deve supostamente responder às questões “quem”, “o que”, “quando”, “onde” e “por que” de um determinado assunto. Para entender as notícias como cultura, no entanto, faz-se necessário questionar quais categorias de pessoas são consideradas “quem”, quais tipos de coisas passam por fatos ou configuram “o que”, quais geografias ou sentidos de tempo são inscritos como “onde” ou “quando”, e o que pode ser compreendido como uma explicação de “por que”. (SCHUDSON, 2003, p.190, tradução nossa).

O sociólogo lança luz, dessa maneira, ao fato de as notícias, como produtos da cultura, se enquadrarem tanto em noções ideológicas convencionadas socialmente quanto, mais precisamente, em noções circunscritas na esfera do senso comum de um dado sistema hegemônico (SCHUDSON, 2003, p.185) – ponto de vista teórico que também encontra respaldo na leitura que Stuart Hall (1981b) faz do fenômeno da noticiabilidade.

Para Hall (1981b, p.235), os valores-notícia – ou seja, os componentes simbólicos que determinam o que deve ser enquadrado como itens noticiosos – configuram um dos mais opacos arcabouços de sentido da sociedade moderna; um tipo de “estrutura profunda” que não se faz transparente nem mesmo aos seus próprios operadores: os jornalistas. Assim se instituem, pois, de acordo com o teórico britânico, os valores-notícia são correntemente discutidos apenas como uma lista de simples atributos operacionais que supostamente auxiliam na identificação de elementos formais presentes nos acontecimentos jornalísticos; entretanto, nada dizem explicitamente a respeito da operacionalização da ideologia no âmbito das notícias (Hall, 1981b, p.235). O processo de significação dos acontecimentos, por conseguinte, é interpretado por Hall (1981b, p.235) como decorrência de dois aspectos

fundamentais e interligados: a operacionalização propriamente dita dos valores-notícia e o limiar ideológico imbricado nessa dinâmica (HALL, 1981b, p.231). Primeiro desses aspectos, os valores-notícia podem ser identificados “na elaboração de uma história em termos da ideologia profissional das notícias, isto é, com base no entendimento de senso comum sobre o que constitui um item noticioso no discurso jornalístico”. O nível ideológico, por seu turno, localiza-se “na elaboração de uma história em termos de interpretações e temas socialmente conotados” (HALL, 1981b, p.231, tradução nossa). Na prática, essas faces do processo de significação das notícias acabam por envolver, juntas, outras duas modalidades bem específicas de critérios de noticiabilidade:

Os valores-notícia formais, que pertencem ao mundo do discurso dos jornais, aos jornalistas como um grupo profissional, e aos aparatos institucionais da construção da notícia; e os valores-notícia ideológicos, que pertencem ao reino do discurso político-moral estabelecido na sociedade. Assim, temas ideológicos são moldados de diferentes formas de acordo com a construção particular que cada organização jornalística seleciona (HALL, 1981b, p.231, tradução nossa).

Nesse panorama teórico, prossegue Hall (1981b, p. 231), encontram-se por trás de um “ângulo de abordagem de uma notícia” não somente os já conhecidos valores-notícia formais, “mas também os diferentes temas ideológicos que estão presentes na sociedade”. Embora sejam apresentados em um formato “operacional e neutro”, portanto, os valores-notícia configuram elementos simbólicos distantes de possuírem neutralidade posto que produzem nos leitores “reconhecimentos familiares” que culminam em um discurso permeado substancialmente por ideologia (HALL, 1981b, p.231). Essa “transformação”, que segundo o teórico britânico envolve outra articulação ainda mais profunda, é responsável por viabilizar a relação entre “o discurso interno dos jornais e o universo ideológico mais amplo da sociedade” (HALL, 1981b, p. 234) – porta de entrada na análise de Stuart Hall para o conceito gramsciano de hegemonia³¹.

Por sua vez, tal articulação entre critérios de noticiabilidade e ideologia – trabalhada por Hall (1981b) e Schudson (2003) por meio da ideia de hegemonia – encontra paralelo também na relação crítica estabelecida entre os conceitos de “notícia” e “clichês” por Ciro Marcondes Filho (2000). Para o autor brasileiro, “os critérios normalmente utilizados para determinar se um fato é ou não notícia estão longe de ser óbvios”; assim, são por meio dos

³¹ Na perspectiva Stuart Hall, por exemplo, as notícias assumem diferentes formas em diferentes jornais, pois “no campo da hegemonia a autonomia se faz essencial”. Enfatiza o teórico britânico: “para Gramsci, a ideologia pode ser arranjada e rearranjada em milhares de diferentes variações”. Para detalhes, ver: Hall (1981b, p. 234).

“clichês” que os jornalistas “se tornam atores privilegiados na manutenção de ideias e verdadeiros agentes conservadores da cultura” (MARCONDES FILHO, 2000, p.107-109).

Detalha o autor:

Acima de tudo, o clichê constrói antecipadamente a notícia: jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo; ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los (e reforçá-los). Assim constroem os relatos com as pessoas símbolos, “aqueles que de fato representam o assunto”, os bons contadores de histórias, ficando satisfeitos por encontrar de fato, no real, aquilo que eles já tinham em suas cabeças. (...) Essa é a função conservadora mais efetiva de jornalistas: eles reconstruem diariamente o mundo impondo-lhe sua verdade cristalizada sobre as pessoas, sobre os fatos, sobre as ocorrências novas, exercendo a atividade tranquilizadora e gratificante (para a maioria das pessoas) de “manter o mundo exatamente como ele é”, a saber, o mais próximo possível da fantasia que as pessoas têm do próprio mundo, de seus clichês. (MARCONDES FILHO, 2000, p.109-110).

Decorre desse debate a pertinência de se reconhecer que os critérios de noticiabilidade, para além de sua operacionalidade, estão presentes também – e, sobretudo – na visão que os jornalistas estabelecem dos fatos: “a partir de fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo, compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade que orientam inclusive as ações e intenções das instâncias ou eixos anteriores”, como define Gislene Silva (2005, p.96) em sua ampla interpretação para o conceito. Na perspectiva aqui adotada, contudo, a presença nas notícias de aspectos que remetem a determinadas categorias de “desvio” ou “significância social”, por exemplo, passa também a ser entendida, ainda além, como a reiteração de padrões culturais mais abrangentes, hegemônicos e nem sempre identificáveis em categorias claramente demarcadas. Reconhece-se, nesse contexto, a existência de uma grade dinâmica e multifaceta de diferentes variáveis econômicas, políticas e socioculturais que resultam na elaboração simbólica de uma concepção de vida cotidiana – esta, de fato, orientadora dos diferentes padrões noticiosos socialmente estabelecidos.

Recorre-se, assim, uma vez mais às reflexões de Michael Schudson (2003). Ao admitir que as notícias se enquadram num modelo hegemônico de senso comum, o autor identifica que tais parâmetros relacionam-se com a própria estética dos elementos noticiosos – peculiaridade que leva o sociólogo norte-americano a caracterizar as notícias como “narrativas”. Dessa maneira, para além de seu conteúdo, o modo como a narrativa jornalística se institui socialmente como formato leva-a a ser responsável por diferentes atribuições simbólicas disseminadas socialmente – a exemplo daquelas que concedem aos jornalistas e

suas fontes o estatuto de *experts* nos acontecimentos sobre os quais estão debruçados (SCHUDSON, 2003, p.185). Neste ponto, portanto, concorda-se com Schudson (2003) no pressuposto de que os processos de seleção dos acontecimentos e de construção da narrativa noticiosa não se desvinculam, eles mesmos, do plano estético-expressivo que configura o jornalismo enquanto produção cultural.

Adota-se, finalmente, o entendimento de que a narrativa jornalística constitui uma espécie de narrativa híbrida que se refere, conforme sugere Faro (2011), a dois espaços simultâneos de percepção: o primeiro deles vinculado à questão da “informação propriamente dita, dotado de uma forte carga de objetividade cujo apelo e resposta remetem a essa estrutura lógica da cognição”; e o segundo atrelado à “identidade imaterial no plano simbólico”, componente que diz respeito à complexidade da vida cotidiana (FARO, 2011, p.107). Em outros termos, trata-se do reconhecimento de um jogo dialético de construção social da realidade, ou seja, da compreensão do jornalismo como uma atividade cultural que somente encontra legitimidade ao transcodificar e disseminar elementos culturais vigentes no mundo social. Assume-se, então, que por trás de toda categorização pragmática e operacional dos eventos noticiáveis, há diferentes padrões culturais que não podem ser deixados de lado quando em questão a dinâmica de seleção noticiosa.

Expõem-se, nesse contexto, os subsídios iniciais para a elaboração de um modelo interpretativo para a noticiabilidade com base, especialmente, em sua inserção nos parâmetros que compõem e orientam a experiência cotidiana. Em suma, os eventos dotados de critérios noticiosos (ou de “valores como notícia”) passam a ser observados em consonância com a concepção teórica de *paradoxos* cotidianos; isto é, em relação aos elementos simbólicos responsáveis por quebrar as expectativas da regularidade cotidiana que caracteriza o modo de vida moderno. Tal modelo interpretativo somente se faz viável, todavia, quando a noticiabilidade é entendida em interface com uma série de conceitos e articulações teórico-conceituais que pautarão o debate nos próximos capítulos. Dessa forma, as ideias de senso comum, *doxa* e hegemonia (*Capítulo II*); vida cotidiana, experiência moderna e racionalidade instrumental (*Capítulo III*); *paradoxo*, *habitus* jornalístico e contrato comunicativo (*Capítulo IV*); e *atenuação dos paradoxos cotidianos* (*Capítulos V e VI*) são colocadas como chaves-explicativas fundamentais para a problemática que concede sentido a esta pesquisa.

CAPÍTULO II – TODA NOTÍCIA QUE COUBER (NO SENSO COMUM) SERÁ PUBLICADA: DOXA, HEGEMONIA E A DISSEMINAÇÃO DA NARRATIVA JORNALÍSTICA³²

O peixe é o último a reconhecer a existência da água.
(Provérbio chinês)

Do particular ao geral: em 1975, em um ensaio publicado na revista *Antioch Review*³³, o antropólogo norte-americano Clifford Geertz tomou como base um estudo de caso conduzido anos antes por seu conterrâneo Robert Edgerton³⁴ (1964) para traçar reflexões mais abrangentes acerca de uma categoria teórica que despontava suficientemente emblemática no universo das ciências sociais: a concepção de “senso comum”. Embora Edgerton (1964) estivesse preocupado em desenvolver uma análise sobre a presença de indivíduos hermafroditas em um grupo cultural bastante específico – os Pokot, tribo africana com raízes no interior do Quênia –, Geertz (2007), um dos precursores do modelo de antropologia baseado nos sistemas simbólicos, ampliou seu enfoque para observar um fenômeno de natureza mais complexa: a relação entre os casos de intersexualidade e as formas de visão de mundo em diferentes culturas. O antropólogo desenvolveu, desta maneira, uma análise comparativa entre três sistemas culturais marcadamente distintos: os próprios Pokot estudados por Edgerton; os Navajos, indígenas oriundos da América do Norte; e a sociedade estadunidense moderna – abordagem que o conduziu posteriormente à interpretação do “senso comum” como instância peculiar de conhecimento e apreensão da realidade.

De modo específico, a temática escolhida inicialmente por Edgerton e mais tarde trabalhada por Geertz faz-se significativa para o pensamento antropológico devido à complexidade de seu ponto central. Fenômeno que recebe explicações oriundas de diferentes campos do conhecimento (a exemplo da biologia e, particularmente, da genética), o

³² Parte das reflexões contidas neste capítulo esteve no seminário “*The concept of doxa*”, conduzido no âmbito do grupo de pesquisa sobre teorias do jornalismo da Cátedra John Ben Snow, na Syracuse University, Syracuse, New York, Estados Unidos, durante estágio de doutorado-sanduíche no segundo semestre de 2011.

³³ GEERTZ, Clifford J. *Common sense as a cultural system*. The Antioch Review, Vol. 33, N. 1, 1975, p.5-26. Em 1983, o ensaio foi publicado como capítulo na coletânea *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*. Utiliza-se aqui a versão em Língua Portuguesa publicada no Brasil pela Editora Vozes. Ver: Geertz (2007).

³⁴ Robert Edgerton teve seu nome repercutido no campo da antropologia nos Estados Unidos ao desenvolver estudos comparativos em diferentes partes do mundo a respeito de temas como o suicídio e a sexualidade. No artigo em questão, Edgerton foca-se na questão da intersexualidade na cultura Pokot, tribo isolada no Quênia, no leste africano. Para detalhes, ver: Edgerton (1964).

hermafroditismo, na visão de Geertz (2007), tem sua dimensão sociocultural sublinhada na medida em que coloca em xeque um dos mais consolidados pressupostos sobre os quais o mundo se organiza: o fato de os seres humanos se dividirem em dois sexos biológicos bastante definidos. Nesse cenário, embora o antropólogo seja enfático ao ressaltar que no âmbito da cultura moderna muitas das questões de gênero transpassem tal dualismo³⁵ – “o gênero, nos seres humanos, não é uma variável dicotômica”, diz Geertz (2007, p.122) –, ele é também preciso ao apontar que, no plano biológico, a diferença se institui de modo razoavelmente claro. Essa distinção, por sua vez, quando compreendida na imensa complexidade dos sistemas simbólicos que dão sentido às culturas, traduz-se em diferentes modelos de expectativas e representações; ou seja, o hermafroditismo ou a intersexualidade – a presença em uma mesma pessoa dos dois sexos biológicos – consiste em assunto sugestivo para as ciências sociais ao acrescentar inquietações em representações suficientemente óbvias talhadas nos sistemas culturais.

Inspirado nessa discussão, o ensaio de Geertz parte do “contraste fascinante entre respostas bastante variadas ao fenômeno da intersexualidade” para, na sequência, aterrissar nas concepções de senso comum que as diferentes culturas analisadas possuem a respeito do “gênero dos seres humanos e seu lugar mais geral na natureza”. Nesse panorama, ao passo em que para os Navajos a intersexualidade é interpretada com “admiração e respeito” (pois o “intersexual é visto como alguém que recebeu uma bênção divina e que passa essa bênção para outras pessoas”), na visão dos Pokot não existe motivos para afeição e simpatia ou para espanto e repulsão, uma vez que a tribo africana, de maneira bastante casual, considera o fenômeno um mero equívoco da natureza (GEERTZ, 2007, p.122-126). Terceira perspectiva abordada e a que mais desperta interesse no contexto deste estudo, a sociedade norte-americana moderna, por seu turno, interpreta a intersexualidade como um enigma moral e legal a ser decifrado – “um sentimento que só pode ser classificado como horror”, conforme descreve o próprio Geertz (2007, p.122). De maneira semelhante ao que ocorre na cultura Pokot, o hermafroditismo é compreendido pelos estadunidenses como algo que não deu certo, um tipo de anomalia; contudo, diferentemente da perspectiva da tribo queniana, trata-se de uma questão a ser resolvida – um equívoco a ser esclarecido e corrigido, ainda que seja pela

³⁵ Este debate deposita legitimidade, por exemplo, nos movimentos que, em diferentes épocas, reivindicam a diversidade dos gêneros. Geertz (2007, p.122) afirma sobre as complexas dimensões socioculturais que escapam à dicotomia dos sexos biológicos: “papéis que se diferenciam tanto não deveriam nem mesmo ser atribuídos a quem quer que seja”. É prudente esclarecer, neste contexto, que o hermafroditismo – a presença biológica dos dois sexos em um mesmo indivíduo – diferencia-se das questões culturais que envolvem os diferentes gêneros e orientações sexuais.

via de “encorajar o intersexual, normalmente com grande veemência (...), a adotar um dos dois papéis, o masculino ou o feminino” (GEERTZ, 2007, p.124).

Um dos aspectos mais interessantes na análise de Geertz (2007) consiste em sua produção de elementos elucidativos para a identificação dessa espécie de padrão autocorretivo que permeia a ideia de senso comum tanto no interior da visão de mundo norte-americana quanto, em um ângulo ampliado, no conjunto da cultura ocidental moderna. Esse traço de uma suposta racionalidade que se manifesta no ato simbólico de operacionalizar a existência com base na identificação e na correção dos componentes que rompem seus sentidos socialmente partilhados, por sua vez, pode ser melhor entendido a partir do modo como ele se inscreve nas diferentes formas de narrativa que se disseminam na modernidade – a exemplo da narrativa jornalística, foco desta tese.

Nesse contexto, um recorte recente extraído da mídia brasileira ajuda a ilustrar a problemática em questão: o caso da atleta sul-africana Caster Semenya. Em agosto de 2009, no Mundial de Atletismo disputado na Alemanha, o desempenho de Semenya chamou a atenção das pautas jornalísticas e acabou por extrapolar os limites originais do noticiário esportivo. Após vencer a final feminina dos 800 metros com uma performance destacável, a jovem atleta, na época com 18 anos, viu-se foco de uma polêmica que perduraria ao menos outros doze meses: uma série de denúncias colocava sua feminilidade em dúvida, hipótese que feriria o regulamento da competição. A atleta sul-africana enfrentou, então, um longo e turbulento entrave jurídico até ser novamente liberada, em meados do ano seguinte, para disputar outras competições oficiais – processo acompanhado de perto pela mídia. A escalada de chamadas veiculadas sobre o assunto no âmbito do jornal *Folha de S. Paulo* entre agosto de 2009 e julho de 2010 coloca em evidência o modo como o assunto foi abordado no universo do jornalismo esportivo:

- *Fenômeno dos 800 m e campeã, sul-africana é acusada de ser homem* (20 de agosto de 2009);
- *Sul-africana é hermafrodita, afirma jornal* (11 de setembro de 2009);
- *Semenya já havia sido testada, diz jornal; dirigentes sabiam que atleta sul-africana é hermafrodita* (19 de setembro de 2009);
- *Parlamento pede punição em caso Semenya* (21 de setembro de 2009).
- *Cartola é suspenso após mentir no caso Semenya* (6 de novembro de 2009);
- *África do Sul diz que Caster fica com seu ouro* (20 de novembro de 2009);

- *Sul-africana é liberada para correr; Caster Semenya passou por série de exames para comprovação de sexo* (7 de julho de 2010);

O tratamento noticioso do caso corrobora a análise de Geertz (2007) de que a intersexualidade é inserida na cultura ocidental atrelada a uma potencial dose de espanto (e por vezes de fantasia), sobretudo por quebrar as expectativas sociais vigentes. A atleta sul-africana teve, assim, sua condição sexual questionada, testada e posta em evidência devido a um fenômeno de natureza biológica que, em outros modelos de organização cultural, poderia ter sido valorizado ou simplesmente não levado em consideração. Mais emblemático ainda, contudo, é outro atributo simbólico presente na abordagem jornalística do caso: o fato de o hermafroditismo ter sido interpretado como um desvio de ordem social que ultrapassa os limites do plano biológico, merecendo, portanto, julgamento, justificativa e esclarecimento.

Nesse sentido, embora as matérias da *Folha de S. Paulo* ancorem-se em um modelo de cobertura partilhado pelo conjunto da imprensa ocidental e apresentem o caso com base em fontes socialmente legitimadas (médicos, atletas, representantes de federações esportivas e veículos de mídia estrangeiros), outro exemplo de abordagem do mesmo assunto, desta vez extraído da seção *Ciência e Saúde* do portal *G1*, braço de jornalismo *online* das organizações *Globo*, coloca ainda mais ênfase na relação entre a narrativa jornalística e as expectativas sociais ali edificadas. A matéria em questão foi veiculada em 11 de setembro de 2009, auge da efervescência do caso Semenya, e ajuda a elucidar a problemática mais abrangente trabalhada por Geertz (2007). Alguns pontos merecem ser sublinhados. Chama atenção, em primeiro lugar, o fato de o assunto ter migrado de sua seção original – o noticiário esportivo – para um espaço jornalístico no qual tradicionalmente destacam-se as fontes de informação legitimadas como “científicas” – e, por isso, não raramente tomadas como sinônimos de neutralidade e de imparcialidade. O evento envolvendo Caster Semenya serviu de gancho, nesse cenário, para uma abordagem na qual o hermafroditismo foi explicado a partir de sua formação genética:

O hermafroditismo é a presença em um indivíduo de genitais ambíguos – com estruturas masculinas e femininas completas ou não – desde o nascimento. Até os dois meses de gestação, homens e mulheres têm a genitália idêntica. O que os diferencia, a partir desse momento, é que a presença do cromossomo Y no embrião do sexo masculino (em especial um gene denominado SRY), produz proteínas que orientam para a formação dos genitais masculinos e para a ação da testosterona, o hormônio sexual masculino. No feto do sexo feminino, a ausência do gene SRY estimula a formação de genitais femininos. (...) Aparentemente

este é o caso da atleta sul-africana Caster Semenya, campeã dos 800 metros no Mundial de Berlim, em agosto.³⁶

Sob o ponto de vista das “expectativas e representações” da cultura ocidental, entretanto, a construção da narrativa noticiosa em questão vai além da mera argumentação sustentada em fontes “científicas”. Assim, a intersexualidade é também encarada como um fenômeno cujo sentido não se encerra em si próprio e, por conseguinte, precisa ser compartimentado (em categorias disponíveis conforme um modelo cultural ratificado) e resolvido (por meio de aparatos morais, jurídicos ou técnico-científicos). Nesse caso, trata-se de um modelo de abordagem jornalística que interpreta o hermafroditismo como um desvio que não deve ser somente esmiuçado e explicado ao leitor, mas também corrigido. A ação de “corrigir” relaciona-se, nesse contexto, a uma espécie de devolução dos aspectos mais desviantes do evento aos sentidos partilhados no senso comum – o que, na perspectiva da modernidade ocidental, torna-se acessível por meio de terapias e cirurgias de diferentes ordens:

Há também causas não genéticas. Quando a mulher, sem saber que está grávida, toma hormônios, essas substâncias podem contribuir para a virilização do feto do sexo feminino. “O tratamento (*do HCSR*) é com hormônio corticoide. Mas precisa tomar hormônio o resto da vida, pois é um defeito enzimático. E os casais que têm um filho com este problema devem fazer aconselhamento genético antes de planejar futuras gestações, pois o risco de repetição é de 25% em cada nova gestação”, explica [o médico geneticista entrevistado pela reportagem]. O leque de tratamentos também inclui intervenções cirúrgicas, decididas caso a caso e, evidentemente, acompanhamento psicológico.³⁷

Como demonstrado nesse breve olhar projetado ao caso Semenya, entende-se que as coberturas jornalísticas de acontecimentos que rompem com as expectativas sociais – ou seja, aqueles que preenchem os requisitos da noticiabilidade – configuram, de modo geral, pontos emblemáticos para a compreensão dos elementos imateriais que conformam o senso comum e, conseqüentemente, a vida cotidiana. Numa perspectiva ampliada, o mesmo pode ser dito sobre abordagens comparativas como a desenvolvida por Geertz (2007) em torno da interpretação da intersexualidade em diferentes sistemas culturais. Todavia, não se pretende aqui uma análise de natureza moral ou ética sobre a temática em questão, tampouco uma crítica específica ao tratamento jornalístico dado ao tema. Tais abordagens, de caráter introdutório, constituem interessantes modos de visualização de uma dinâmica cultural mais

³⁶ “Principal causa do hermafroditismo é mutação genética”, *Portal G1*, 11/09/2009.

³⁷ *Ibidem*.

ampla e complexa: o estabelecimento da ideia de senso comum como categoria privilegiada de análise – horizonte em que a discussão se fixa a partir de agora.

1. O senso comum como forma de apreensão da realidade: subsídios teórico-conceituais introdutórios

As interpretações que diferentes culturas atribuem a um fenômeno particular como a intersexualidade ajudam a compreender que a construção de uma definição conceitual para a ideia de senso comum insere-se em um quadro epistemológico bastante complexo. No plano filosófico, por exemplo, a origem do conceito remete à ideia de *doxa* oriunda do pensamento grego clássico – debate que será retomado à frente. Já no contexto do pensamento social moderno, a concepção passa por um sugestivo processo de reelaboração a partir de distintas – e por vezes controversas – perspectivas teóricas. De modo geral, a adoção do senso comum como categoria de análise vincula-se a um processo relativamente recente de revisão do pensamento sociológico que culmina na implosão de algumas de suas certezas e estruturas teóricas mais estáveis. Como frisa Souza Martins (2010, p.52), “se a sociologia do século XIX e da primeira metade do século XX descobriu o homem como criatura da sociedade, o período recente põe a sociologia ante a crise dessa verdade relativamente transitória”. Trata-se, entre outros aspectos, de um processo de dupla valorização: do homem comum como ser imerso no cotidiano e do senso comum como conhecimento legítimo da vida de todo dia.

Contudo, embora tais concepções estejam cada vez mais presentes no foco das discussões teórico-conceituais modernas, diferentes correntes das ciências sociais – das quais Henri Lefebvre, Agnes Heller e o próprio Clifford Geertz constituem exemplos representativos – estabelecem a crítica de que o senso comum, pela própria resistência do pensamento erudito tradicional, segue interpretado muito mais como um fenômeno presumido do que, de fato, analisado. Nesse sentido, Geertz (2007) e Souza Martins (2010)³⁸ ressaltam de maneira semelhante o papel desempenhado pela valorização do senso comum no rompimento dos cânones do eruditismo tradicional. Para o sociólogo brasileiro, o conceito é desqualificado na perspectiva erudita, pois é interpretado como “banal, destituído de verdade, fonte de equívocos e distorções” (SOUZA MARTINS, 2010, p.52). Já na perspectiva crítica

³⁸ Em suas significativas análises sobre o cotidiano, o sociólogo brasileiro José de Souza Martins se inspira na pensadora húngara Agnes Heller e, sobretudo, no sociólogo francês Henri Lefebvre, seu principal influenciador. Lefebvre é considerado um dos principais expoentes da sociologia de cunho marxista no século XX, mas, a exemplo de Heller, assume uma postura teórica que se distancia do economicismo pragmático do pensamento marxista clássico (também chamado de dogmático). Sobre as relações entre Souza Martins e Lefebvre, ver: Gómes Soto (2009) e o próprio Souza Martins (2010).

do antropólogo norte-americano, trata-se de “algo muito mais problemático e profundo do que parece quando o ponto de observação é um café parisiense ou uma sala de professores em Oxford” (GEERTZ, 2007, p.117-118).

No ponto de vista de Geertz (2007, p.115-116), por conseguinte, o senso comum adquire o estatuto de uma “construção sócio-histórica” que está sujeita a “padrões de juízo historicamente definidos” – isto é, caracteriza-se como um modo de “interpretação da realidade imediata”, um tipo de “polimento” culturalmente determinado dessa “qualidade de ser real”. O conceito representa, para o autor, uma das categorias-chave dos sistemas filosóficos modernos ao estabelecer-se como dimensão da cultura que “não é normalmente considerada um de seus compartimentos organizados”; distancia-se, deste modo, tanto de um “conjunto de opiniões resgatadas diretamente da experiência concreta” quanto de “um resultado de reflexões conscientemente deliberadas” (GEERTZ, 2007, p. 114-116). Assim, a ideia de senso comum inscreve-se exatamente na reformulação dessa distinção entre “a mera apreensão da realidade feita casualmente” e uma sabedoria coloquial – “com os pés no chão” – que a julga e avalia. Configura-se, em outros termos, um modo de conhecimento “capaz de lidar com os problemas cotidianos, de uma forma cotidiana”, algo como um “adversário natural das histórias mais sofisticadas” (GEERTZ, 2007, p.115) – ou, ainda, como um sinônimo para as potenciais conclusões a que uma mente repleta de pressuposições está cotidianamente apta a desembocar.

Além disso, na posição de uma construção cultural complexa – um constructo que assume diferentes dimensões de acordo com épocas e lugares, a exemplo dos sentidos concedidos à problemática da intersexualidade em distintos grupos culturais –, o senso comum não pode ser interpretado como uma categoria fixa. Geertz (2007, p.129) destaca, nesse panorama, uma série de propriedades intrínsecas ao conceito, dentre as quais duas merecem ser destacadas: a naturalidade e a praticabilidade. Primeira propriedade e uma das mais emblemáticas atribuições do senso comum, a naturalidade, segundo o antropólogo norte-americano, atrela-se à ideia de obviedade, isto é, a um determinado pressuposto consensual de que “é assim que as coisas funcionam”. Para o melhor entendimento dessa propriedade, um novo mergulho na análise sobre o hermafroditismo desenvolvida por Geertz (2007) ajuda a elucidar a questão:

Os Navajos e os Pokot, mesmo que de formas diferentes, veem o intersexual como um produto, ainda que pouco comum, do curso normal das coisas – prodígios doados pelos deuses ou potes quebrados – enquanto que os norte-americanos (...) aparentemente creem que a

feminilidade e a masculinidade esgotam as categorias naturais que podem ser atribuídas aos seres humanos: qualquer coisa entre um e outro é a escuridão, é uma ofensa à razão. (GEERTZ, 2007, p.129-130)

A naturalidade, como propriedade fundamental do senso comum, possibilita, nesse contexto, uma melhor visualização dos pressupostos que são socialmente e consensualmente compartilhados – e a narrativa jornalística, uma das pedras de toque da modernidade, não escapa aos seus efeitos. É nesta perspectiva que são ancoradas as matérias jornalísticas a respeito de acontecimentos que rompem com as expectativas e representações da cultura moderna (como o caso Caster Semenya), pois neles está intrínseca uma ruptura na regularidade que caracteriza os sentidos cotidianos da sociedade ocidental. Conforme lembra Geertz (2007), a intersexualidade, fenômeno do qual a atleta sul-africana é sujeito, inscreve-se na “naturalidade” da cultura como uma espécie de agravo à sua racionalidade. Todavia, embora seja ponto pacífico que o progresso da ciência afete de forma contundente as concepções de senso comum na modernidade ocidental, o sentido de racionalidade oriundo dessa conjuntura não se faz suficientemente astuto para permear de forma completa a cotidianidade do homem comum. É habitual a este – o cidadão cotidiano – a tarefa de não encarar as explicações para os fenômenos do mundo como uma teoria científica articulada (tal como poderia sugerir um padrão de racionalidade que não se limitasse razoavelmente a seus aspectos instrumentais), mas como uma significativa dose de “bom senso”³⁹ (GEERTZ, 2007, p.131). Deriva daí a forma como a narrativa jornalística lida com casos como o da jovem atleta sul-africana. Por fugir de categorias “naturais” (ou comumente consensuais), a história de Caster Semenya representa um rompimento no caráter regular da vida cotidiana que, por sua vez, deve ser racionalmente explicado – mesmo que tal “explicação racional”, como demonstrado nas matérias citadas, não se projete para além dos limites do que é culturalmente ratificado.

Outro aspecto representativo do senso comum consiste em sua “praticabilidade”. Diferente de um “mero utilitarismo”, tal propriedade observada por Geertz (2007, p.132) refere-se mais precisamente à disseminação social das “ações de senso comum” com base na experiência cotidiana. Como uma das formas de ilustrar essa propriedade, o antropólogo norte-americano recorre, por exemplo, à difusão da prática da feitiçaria em diferentes sistemas culturais. Geertz (2007, p.119) reconhece, assim, que a feitiçaria – a busca de soluções

³⁹ A expressão “bom senso”, nesse contexto, pode ser interpretada como algo que se encaixa perfeitamente aos parâmetros do “senso comum”. Em sentido semelhante, a frase “tal decisão é de bom senso”, por exemplo, é correntemente utilizada para evidenciar que uma determinada decisão está de acordo com o senso comum, ou seja, com os sentidos “comumente consensuais”.

cotidianas por meio do feitiço – “ganha sentido e adquire força” muito mais como parte de uma teia de premissas do senso comum do que “graças a alguma forma de metafísica primitiva”. Esclarece o autor: “a feitiçaria não celebra uma ordem invisível, e sim confirma uma outra ordem, esta, extremamente visível” (GEERTZ, 2007, p.120) – posição que coloca em evidência a noção de praticabilidade que se faz intrínseca na experiência cotidiana.

Num jogo de paráfrases ao antropólogo, o mesmo pode ser estendido à prática noticiosa. Conforme explicitado nos exemplos de noticiário sobre o caso Semenya, atesta-se que a narrativa jornalística “ganha sentido e adquire força” muito mais como parte de uma teia de premissas socialmente compartilhada do que a partir de determinações unilaterais econômicas ou ideológicas. Pode-se afirmar assim, valendo-se de outra paráfrase, que a densidade do jornalismo “se eleva quando as expectativas comuns falham, quando o homem comum se confronta com anomalias ou contradições” (GEERTZ, 2007, p. 120) – ou seja, sempre quando uma narrativa se faz necessária para dar sentido às turbulências que afligem a face ordinária da vida.

É também na ideia de vida cotidiana que se estriba a definição de senso comum de José de Souza Martins (2010). Inspirado no ponto de vista da escola marxista do pensador francês Henri Lefebvre, o sociólogo brasileiro desenvolve uma crítica de fôlego às correntes do pensamento social que observam o senso comum “numa relação de exterioridade com o viver” (SOUZA MARTINS, 2010, p.54)⁴⁰. Segundo o sociólogo:

O senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas, porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimento pelos sujeitos. A significação da ação é, de certo modo, negociada por eles. Em princípio, não há um significado

⁴⁰ Souza Martins inclui como alvo de sua crítica a clássica obra de Peter Berger e Thomas Luckmann (1974) sobre a construção social da realidade. O livro de Berger e Luckmann foi originalmente publicado nos Estados Unidos em 1966 e logo se tornou conhecido ao redor do mundo a partir de centenas de edições em diferentes idiomas. Na obra, que os próprios autores chamam de “um tratado de sociologia do conhecimento”, é posto em destaque o conceito de “construção social da realidade”, que os teóricos europeus ajudam a popularizar. Os autores são influenciados pela sociologia fenomenológica do austríaco Alfred Schutz, braço do pensamento sociológico social responsável por uma contundente crítica à herança positivista nas ciências sociais. Ainda assim, conforme chama atenção a crítica de Souza Martins (2010), Berger e Luckmann permitem “recaídas” que são responsáveis, por exemplo, por colocar a ideia de senso comum numa posição de exterioridade em relação à vida cotidiana. Sobre a crítica do sociólogo brasileiro, ver o capítulo: “O senso comum e a vida cotidiana” (SOUZA MARTINS, 2010, p.51-57). A concepção de “construção social da realidade” também tem influências significativas nos estudos sobre jornalismo. Meditsch (2010) ressalta que eventuais interpretações distorcidas do conceito são responsáveis por um super-dimensionamento do protagonismo da prática jornalística no contexto da concepção de “construção social”. Sobre essa relação ver o capítulo “Jornalismo e construção social do acontecimento” (MEDITSCH, 2010, p.19-42).

prévio ou, melhor dizendo, não é necessário que haja significações pré-estabelecidas para que a interação se dê. (SOUZA MARTINS, 2010, p.54, grifos nossos).

Desse modo, na perspectiva de Souza Martins (2010, p. 55), não há no âmbito do senso comum apenas “negociação e interpretação de significados”, mas, sobretudo, critérios que determinam sua utilidade. Assim, defende o autor, para além de uma mera coleção de sentidos compartilhados, o senso comum:

Decorre da partilha, entre atores, de um mesmo método de produção de significados. Os significados são reinventados continuamente em vez de serem continuamente copiados. As situações de anomia e desordem são resolvidas pelo próprio homem comum justamente porque ele dispõe de um meio para interpretar situações (e ações) sem sentido, podendo, em questão de segundos, remendar as fraturas da situação social. (SOUZA MARTINS, 2010, p.55, grifos nossos).

O “método de produção de significados” ao qual o sociólogo se refere diz respeito ao pano de fundo simbólico – consensualmente estabelecido e ratificado – com o qual o homem cotidiano ordinariamente se depara e retira sentido para a resolução das situações de desvio que atravessam sua rotina. Neste cenário, a exemplo de Agnes Heller e do próprio Henri Lefebvre, expoentes da sociologia crítica que rompem com as chamadas teses ortodoxas do marxismo, Souza Martins (2010) observa no senso comum não somente um aspecto essencial da vida cotidiana, mas também uma forma de conhecimento que possui seu caráter emancipatório – um “modo de conhecimento” inerente a um “espaço de contradições”.

Em que pese a valorização dessa natureza emancipatória do conceito, todavia, outra corrente teórica representativa que também possui raiz no pensamento sociológico marxista opta por colocar ênfase no caráter ideológico do senso comum. Dentre outros autores, encontra-se nesta posição o britânico Geoffrey Nowell-Smith, teórico que também busca suporte na concepção de hegemonia do italiano Antonio Gramsci⁴¹. Nowell-Smith (1974, p.16) concorda com a posição de que o senso comum é precedido por uma ampla construção cultural, ou seja, não se trata de um conceito universal ou universalizante. Contudo, para o autor britânico, faz-se essencial para as ciências sociais a localização da historicidade do conceito. Nesse sentido, o teórico defende que o modo pelo qual o senso comum é percebido no pensamento contemporâneo consiste num produto da ideologia classista que emerge na

⁴¹ O teórico marxista italiano Antonio Gramsci é considerado o primeiro pensador do século XX a desenvolver de modo específico o conceito de hegemonia. O conceito será trabalhado com mais precisão na sequência deste capítulo.

sociedade capitalista desde o século XVIII. A concepção de senso comum vincula-se, assim, a um conjunto de ideias mais amplas, tais quais as noções de “razão universal” e de “homem natural”, revertendo-se em uma concepção burguesa na qual o individualismo apresenta-se como “artigo de fé” (NOWELL-SMITH, 1974, p.16). Portanto, nessa perspectiva teórica, o senso comum possui um sentido “fundamentalmente reacionário” ao qual não é possível repudiar:

A chave para o senso comum está no fato de que as ideias que ele incorpora não são tão incorretas como são de fato ‘não-corrigidas’ e tomadas como garantidas. O senso comum consiste em todas aquelas ideias que podem ser rotuladas como conhecimento existente sem desafiá-lo. Ele não oferece critérios para determinar como as coisas são em uma sociedade capitalista, mas somente critérios sobre como as coisas se encaixam nos modos de olhar o mundo conforme a atual fase da sociedade classista. (NOWELL-SMITH, 1974, p.16, tradução e grifos nossos)

O autor reconhece, entretanto, que há complexidade e não simples determinação em tal relação. Assim, embora o senso comum seja historicamente procedente de um caráter de classe, o conceito não pode ser entendido meramente como um aparato da ideologia burguesa, tampouco como espontânea forma de pensamento das massas (NOWELL-SMITH, 1974). Trata-se de uma concepção de ordem mais complexa que pode ser explicada a partir da própria ideia gramsciana de hegemonia.

Como parênteses, faz-se necessário ponderar que ambas as vertentes de inspiração marxista que interpretam o senso comum de maneira sumariamente difusa – seja como forma de conhecimento emancipatória inserida no espaço de contradições do cotidiano ou como forma conhecimento reacionária emaranhada na sociedade de classes – são indispensáveis para o entendimento do conceito e para a viabilização de uma análise crítica da narrativa jornalística como uma das pedras angulares da modernidade. Por um lado, o senso comum, como forma de conhecimento típica da cotidianidade, tem seu papel ressaltado no entendimento da vida cotidiana como dimensão crucial do mundo social, bem como da regularidade a caracteriza. Por outro, como espaço permeado de ideologia através dos padrões hegemônicos que marcam a sociedade, o senso comum se faz fundamental para a compreensão da maneira como a racionalidade instrumental, dimensão cultural que caracteriza a sociabilidade moderna, operacionaliza-se e estende-se ao campo de ação do jornalismo.

Antes de uma imersão nesta tríplice relação – senso comum-hegemonia-jornalismo –, contudo, faz-se essencial um exame mais minucioso da caracterização do senso comum como forma de apreensão da realidade – e, para tanto, se torna importante um aprofundamento na origem filosófica do conceito como dimensão aristotélica.

2. *Doxa versus episteme: a origem do senso comum como categoria aristotélica*

As análises que se propõem a abordar o estatuto do jornalismo como forma de conhecimento acabam, não raramente, por recuperar a antiga dicotomia entre o conhecimento dito científico e aquele compartilhado consensualmente – o que não significa admitir, quando da utilização do verbo “recuperar”, que o jornalismo sempre seja enquadrado categoricamente em uma das duas trincheiras. Eduardo Meditsch (1997) é preciso, nesse sentido, ao identificar as diferentes abordagens que a prática jornalística recebe nos momentos em que se coloca na berlinda o posicionamento que ela recebe no âmbito do conhecimento. O autor argumenta que o jornalismo pode ser interpretado, sim, como uma modalidade do “conhecer”; porém, como uma forma de conhecimento própria que, de maneira semelhante àquela defendida por Genro Filho (2012), possui “sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências” (MEDITSCH, 1997, p.8)⁴².

Ainda assim, a exemplo de um representativo conjunto de reflexões das quais é sintomática a recente ponderação de Anchieta (2011) sobre o “paradoxal estatuto do conhecimento jornalístico”⁴³, se faz recorrente o questionamento sobre uma eventual posição intermediária – e por vezes contraditória – da prática noticiosa entre o saber especializado e o senso comum – ou, para utilizar as categorias tradicionais de Robert Park (1972), entre os

⁴² O texto de Eduardo Meditsch foi originalmente produzido em 1997 no formato de uma conferência. Embora o autor tenha outras produções sobre o tema, o artigo permanece na posição de referência nos estudos do jornalismo, sobretudo pelo modo claro de argumentação ali adotado. A discussão é estruturada em seis didáticos tópicos: “abordagem”, “pressupostos”, “características”, “problemas”, “efeitos” e “pertinência do jornalismo enquanto forma de conhecimento”. Meditsch identifica inicialmente três distintas abordagens para a questão: 1) uma aproximação com respaldo na Teoria Crítica, cujo argumento central está no pressuposto do jornalismo como modo de degradação do conhecimento; 2) uma abordagem que, a exemplo das ideias de Robert Park (1972), considera a existência de diferentes formas de conhecimento, dentre as quais a atividade jornalística se situa como modalidade inferior, mas não inútil; e 3) uma aproximação segundo a qual “o jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência”, uma vez que “simplesmente revela diferente”, podendo mesmo “revelar aspectos da realidade que outros modos de conhecimento não são capazes de revelar” (MEDITSCH, 1997, p.2-3). A “pertinência” do jornalismo como forma de conhecimento é observada, ao fim, a partir de seu reconhecimento como uma produção social que “ao se fixar na imediaticidade do real”, se estabelece “no campo lógico do senso comum” – aspecto que será debatido na sequência deste capítulo.

⁴³ Em artigo publicado na Revista Intercom, Isabelle Anchieta chama atenção ao que denomina de “paradoxal estatuto do conhecimento jornalístico”, ressaltando a relação “entre a desconsideração e o protagonismo do saber produzido pelas notícias”. Ver: Anchieta (2011, p. 157-174).

chamados “conhecimento de” e “conhecimento acerca de”⁴⁴. Tal dicotomia, posta em voga quando em debate a caracterização do conhecimento jornalístico, todavia, possui sua origem em uma discussão bem mais ampla e antiga com raízes em alguns dos mais emblemáticos pensadores da filosofia clássica. Trata-se, mais precisamente, do debate estabelecido entre as principais correntes da retórica a respeito das concepções de *doxa* e *episteme*, termos de origem etimológica grega⁴⁵.

Num recorte histórico, as primeiras reflexões sobre essa distinção localizam-se ainda no período pré-socrático e envolvem o filósofo Parmênides de Eléia⁴⁶. É neste efervescente período do pensamento grego que Parmênides, pensador de importante influência nas obras de Sócrates e Platão, estabelece a diferenciação entre duas instâncias essenciais para a filosofia ocidental: o mundo percebido pelos sentidos – “um mundo ilusório, feito de aparências, sobre as quais formulamos nossas opiniões” – e a ideia de um pensamento imutável – “um pensamento e um discurso verdadeiros referidos àquilo que realmente é” (CHAUI, 2002, p.211). Nesse contexto, como chama atenção Marilena Chauí, Parmênides de Eléia classifica a filosofia como a “via da verdade” (ou *aletheia*), dimensão responsável pela negação da “via da opinião” (a *doxa*), uma vez que esta segunda se ocupa supostamente apenas com as aparências. Parmênides também formula de maneira pioneira a distinção entre o conceito de “perceber” – “percebemos a natureza na multiplicidade e na mutabilidade das coisas que se transformam umas nas outras e se tornam contrárias a si mesmas” – e o de “pensar” – “pensamos o Ser, isto é, a imutabilidade e a eternidade daquilo que é em si mesmo”; posição que o leva a figurar como uma das principais bases do pensamento platônico.

Detentor de semelhante linha reflexiva, Platão insere-se nesse debate ao requisitar do chamado “espírito filosófico” o abandono do olhar sobre o “mundo sensível” para ocupar-se unicamente com “o mundo verdadeiro, invisível aos sentidos e visível apenas ao puro pensamento”. Estabelece-se assim, em última análise, a classificação entre dois mundos “inteiramente diferentes e separados”: um mundo da sensibilidade – “da mudança, da

⁴⁴ O sociólogo norte-americano Robert Park, um dos expoentes da chamada Escola de Chicago, também foi dos precursores no século XX em caracterizar o jornalismo como forma de conhecimento. Seu artigo *News as a form of knowledge: a chapter in the Sociology of Knowledge* foi publicado em 1940 no periódico científico *American Journal of Sociology* e influenciou diferentes gerações de pesquisadores em estudos sobre o assunto. Utiliza-se neste trabalho a versão em língua portuguesa do artigo publicada como capítulo do livro *Meios de Comunicação de Massa*, organizado por Charles S. Steinberg. Ver: Park (1972).

⁴⁵ Originalmente *δοξα* (*doxa*) e *επιστημη* (*episteme*).

⁴⁶ Parmênides viveu na região da Eléia, localizada no sul da Itália, então considerada colônia grega. O filósofo viveu por volta do ano 500 a.C. e, segundo consta, deixou apenas uma obra escrita em forma de poema. Ainda assim, pela relevância de suas reflexões, é considerado um dos mais influentes pensadores pré-socráticos. Ver: Chauí (2002).

aparência, do devir dos contrários” – e um mundo inteligível – “da identidade, da permanência, da verdade, conhecido pelo intelecto puro, sem qualquer interferência dos sentidos e das opiniões” (CHAUÍ, 2002, p.211). A filosofia platônica leva ao centro da *ágora* grega, portanto, a discussão entre a *doxa* – a “via da opinião” cunhada por Parmênides de Eléia – e a *episteme* – o conhecimento tido como “verdadeiro” e racionalmente observável na realidade concreta. Tal distinção é também posta em relevo por Platão ao ser interpretada como um dos aspectos do clássico mito da caverna. Em oposição à ideia de *episteme*, a *doxa* incorpora-se, assim, ao mundo das sombras, das sensações, em contraste ao conhecimento verdadeiro do “mundo exterior”. De modo mais específico, o conceito se localiza em um estágio intermediário entre o conhecimento decorrente da verdadeira realidade (externa à caverna) e o não-conhecimento – ou seja, configura-se uma noção que intrinsecamente abre mão do rigor racional em nome do juízo corrente, o senso que se faz comum (MODRAK, 2001).

Embora o fenômeno da *doxa* seja amplamente abordado pela filosofia platônica, entretanto, é na perspectiva aristotélica, conforme interpreta Heidegger⁴⁷ (2009, p.95), que ele se torna mais claro e profundamente debatido. Segundo a argumentação do filósofo alemão, o pensamento platônico fecha-se a uma gama de possibilidades ao não considerar o conhecimento *doxal* como algo que em essência não é verdadeiro nem falso; isto é, algo “que também pode ser de outra forma” – posição que conduz o platonismo à interpretação dicotômica da *doxa* em oposição ao fenômeno da *episteme* (HEIDEGGER, 2009, p.93). Tome-se, nesse sentido, um exemplo ilustrativo:

⁴⁷ O filósofo alemão Martin Heidegger – um dos principais nomes da filosofia ocidental do século XX, sobretudo por seus incursos na área do existencialismo e da fenomenologia – também dedica significativa parte de sua trajetória para estudar a obra de Aristóteles. Uma de suas principais contribuições, neste sentido, foi um curso lecionado em 1924 na *Marburg University*, na Alemanha, no qual Heidegger examina uma variedade de textos aristotélicos, elucidando conceitos-chave e examinando como tais concepções estão enraizadas na experiência grega de observação do mundo. O curso, de forma inédita, foi publicado em alemão no formato de livro em 2002 como parte de uma ampla coleção sobre os escritos do filósofo existencialista. Como informa o texto de abertura da edição em língua inglesa (originalmente publicada em 2009), o livro permite o acesso a muitas das interpretações feitas por Heidegger sobre as ideias aristotélicas desde os anos 20, antecipando boa parte dos pensamentos que mais tarde seriam desenvolvidos no livro “Ser e tempo” (1927), considerado uma obra de impacto relevante na filosofia ocidental. Infelizmente, os debates de Heidegger sobre os conceitos aristotélicos ainda não possuem edição em língua portuguesa. Ver: Heidegger (2009).

Figura 2 – “Senso comum”, por Charles Benett: reprodução de cartum



(Fonte: Blog do Benett – www.benettblog.zip.net)

A ilustração da ideia de senso comum criada por Charles Benett manifesta a maneira cômica e irônica pela qual o cartunista aborda a questão. Quando observada no contexto do cenário teórico aqui trabalhado, contudo, a tira pode se fazer também reveladora de um aspecto interpretativo mais amplo. O traço de Benett denota, assim, uma espécie de caverna que é estilizada como se fosse a boca de um monstro; figura que, quando atrelada ao sentido cômico da fala das personagens, adquire uma conotação supostamente platônica – ou seja, uma crítica implícita ao senso comum como instância inferior. Semelhante entendimento do senso comum pode ser correntemente identificado em sua caracterização como forma de conhecimento não-confiável expressa popularmente em argumentos do tipo: “isso não é sério ou relevante” ou “é apenas senso comum”. Emerge de uma interpretação da tradição filosófica platônica, portanto, o sentido depreciativo herdado pela concepção de senso comum no pensamento moderno – um conhecimento tido como “não-verdadeiro” e inferior ao conhecimento especializado verificável na realidade concreta.

Ao abordar os dois conceitos, no entanto, Aristóteles defende a premissa de que a construção do saber universal ocorre de maneira cumulativa e, por assim ser, estabelece suas reflexões a respeito do estatuto do conhecimento a partir de um exame crítico dos filósofos que o precedem – entre eles, Sócrates e o próprio Platão (MODRAK, 2001, p.133-134). A filosofia aristotélica propõe, assim, uma abordagem para a relação entre *doxa* e *episteme* que ultrapassa o dualismo platônico. Para Aristóteles, as concepções não são separadas entre si uma vez que configuram duas formas de conhecimento da realidade: o conhecimento como *episteme*⁴⁸, verificável na realidade concreta; e o conhecimento como *doxa*⁴⁹, um modo de

⁴⁸ Decorre daí a origem etimológica de termos atualmente utilizados no campo científico, a exemplo de “epistemologia” e “epistemológico”.

⁴⁹ Segundo aponta Deborah Modrak (2001, p. 133-143) em seu estudo sobre a teoria aristotélica da linguagem, a concepção pode também ser encontrada no pensamento aristotélico como *endoxa*.

opinião geralmente aceito e comumente consensual (ARISTÓTELES, 1978; HEIDEGGER, 2009).

De maneira mais detalhada, segundo a terminologia aristotélica, a *episteme* relaciona-se à ideia de “conhecer/saber alguma coisa a respeito do mundo”⁵⁰, sendo que o resultado dessa operação – desse “conhecer/saber” – não pode ser alterado por ser verificável na realidade concreta. Já a *doxa* possui natureza ainda mais complexa e pode ser melhor entendida, conforme relata Heidegger (2009), somente quando diferenciada das demais formas de apreensão da realidade⁵¹. Nesse cenário, a concepção de *doxa* relaciona-se também à ideia de “ter uma visão a respeito de algo no mundo”, sendo que tal “visão”, diferentemente da *episteme*, pode ser de “outra maneira”, posto que não se trata de algo verdadeiro ou falso (consiste apenas em uma “visão” ou uma “opinião” sobre a realidade concreta) (HEIDEGGER, 2009, p.93). O fenômeno da *doxa*, entretanto, vincula-se ainda à ideia de “estar orientado no mundo”, o que remete ao fato de não se limitar apenas à ideia de “ter uma visão sobre algo”, mas de ser “uma visão partilhada com outros” (HEIDEGGER, 2009, p.101-102). Em outras palavras, consiste em uma “forma de opinião comumente compartilhada”, uma vez que tal “orientação no mundo” se estabelece inevitavelmente em relação a outras pessoas (aspecto que enfatiza o entendimento da concepção de *doxa* como senso comum). Segundo o pensamento aristotélico, portanto, o conhecimento discursivo da realidade pode ser considerado sob ambos os ângulos: configura-se *episteme*, se provido de premissas necessárias (ancoradas na realidade concreta), ao passo que pode ser encarado também como *doxa* se tais premissas forem contingentes, isto é, se o conhecimento for baseado em algo eventual, que pode ou não suceder ou existir. Assim, a *doxa* pode ser finalmente entendida como “algo que poderia ser de outro modo”; ou, em outros termos, como algo não necessariamente verdadeiro, mas consensualmente estabelecido (ARISTÓTELES, 1978; HEIDEGGER, 2009; MODRAK, 2001, CHAUI, 2002).

A relação entre *doxa* e *episteme*, contudo, é ainda mais profunda e ajuda a compreender o próprio estatuto do conhecimento científico que chega à modernidade. Para a filosofia aristotélica, além de não haver oposição entre as duas concepções (como sugerido pelo dualismo platônico), existe uma íntima relação entre elas. Nesse sentido, tanto Heidegger

⁵⁰ Na tradução para o idioma inglês conduzida por Robert D. Metcalf e Mark B. Tanzer, a ideia de *episteme* (*επιστημη*) é relacionada por Heidegger (2009) ao termo “knowing” – em português, “conhecer” ou “saber”.

⁵¹ A exemplo da própria *episteme* (*επιστημη*), mas também das clássicas noções gregas de *ζητησις* e *φαντασια*. Na tradução para a língua inglesa, Martin Heidegger relaciona as duas concepções, respectivamente, aos termos “seeking” (“procurar/buscar”, em português) e “presenting-itself” (“auto-apresentar”). Para uma visão mais ampla sobre os termos, ver o verbete *δοξα* (*doxa*) na discussão que Heidegger desenvolve sobre os conceitos aristotélicos: Heidegger (2009, p.93-108).

(2009), em seu mergulho nos conceitos aristotélicos, quanto Modrak (2001), ao debater a teoria aristotélica da linguagem, são categóricos ao enfatizar a correlação: como forma conhecimento especializado e verificável na realidade concreta (a exemplo do conhecimento científico moderno), a *episteme* depende necessariamente da base propiciada pelo conhecimento *doxal* para se disseminar. Deborah Modrak (2001, p.139-141) refere-se, por exemplo, ao conceito aristotélico da “lei de não-contradição” – ou, nos termos do próprio filósofo grego, “o que uma pessoa precisa saber antes de saber alguma coisa” –, premissa na qual toda ciência deve se basear. Para a teoria aristotélica do conhecimento, mesmo as mais simples asserções científicas pressupõem a “verdade” da “lei de não-contradição” – ou seja, trata-se de uma operação simbólica que permite a generalização das capacidades epistemológicas dos seres humanos (MODRAK, 2001, p.140). Aristóteles defende, assim, um processo básico responsável por preceder o reconhecimento dos primeiros princípios de qualquer ciência. Esse processo, por sua vez, está relacionado à concepção de *doxa* – fonte de pressupostos consensuais e pré-requisito para os mais básicos objetos de uma ciência teórica (MODRAK, 2001, p.141)⁵². Desse modo, lembra Modrak (2001, p.141, tradução nossa), “com o objetivo de ultrapassar meros conceitos léxicos e chegar às reais definições da essência”, um cientista deve sempre conjugar “o conhecimento da *doxa* com argumentos dialéticos a fim de aportar em um consistente conjunto de definições” – mesmo que tal operação se distancie, no plano pragmático, dos resultados práticos que um grande número de ciências contemporâneas intenciona atingir.

Enfim, como forma de conhecimento socialmente disseminada (a exemplo das normas culturais, das regras cotidianas e das crenças profundamente enraizadas), a *doxa* – tal qual a água do antigo provérbio chinês que não tem sua existência reconhecida pelo peixe – emerge no mundo social como uma dimensão não facilmente identificável. Trata-se, em síntese, do modo de apreensão da realidade caracterizado como senso comum e reconhecido como categoria legítima nos contextos da sociologia e da antropologia (embora o conceito aristotélico original, por revisitar o âmbito da filosofia do conhecimento, permita interpretações bem mais abrangentes). Nesse horizonte, uma das mais pertinentes aplicações da *doxa* no perímetro das ciências sociais é realizada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu no desenvolvimento de sua teoria do poder simbólico. É sobre esta abordagem, que se faz pertinente por auxiliar na aplicação do conceito ao campo do jornalismo e por corroborar a

⁵² As convenções em torno do entendimento das linguagens e da própria noção de números configuram exemplos desse pano de fundo consensual – símbolos consensuais e profundamente enraizados – nos quais inúmeras ciências são baseadas.

articulação entre as concepções de senso comum e de hegemonia no processo de construção simbólica da regularidade cotidiana, que a discussão se debruça a partir de agora.

3. *Doxa* e poder simbólico: um olhar sociológico para a questão

Nome proeminente no âmbito da sociologia e da teoria social⁵³, Pierre Bourdieu vale-se da concepção aristotélica de *doxa* para fundamentar seu entendimento sobre as relações simbólicas que caracterizam a sociedade. De acordo com a perspectiva do teórico francês, os sistemas sociais, de modo geral, caracterizam-se por um complexo processo de “ritualização das práticas” (BOURDIEU, 1977, p.163). Essa ritualização, por sua vez, carrega em seu bojo uma diversidade de aspectos, dentre os quais Bourdieu (1977, p.163) chama atenção para dois: a “necessidade cultural pela arbitrariedade” e a “reprodução simbólica das hierarquizações sociais”. O primeiro desses aspectos – a necessidade pela arbitrariedade – diz respeito às diferentes convenções simbólicas que se estabelecem no interior de um grupo social. Explica o sociólogo:

Um dos efeitos da ritualização das práticas está precisamente no fato de serem atribuídas a um tempo – por exemplo, um momento, um ritmo ou uma duração – que é relativamente independente das necessidades externas – climáticas, técnicas ou econômicas –, conferindo a elas o tipo de necessidade que especificamente define a arbitrariedade cultural. (BOURDIEU, 1977, p. 163, tradução nossa).

Além disso, a maneira pela qual a submissão aos diferentes ritmos coletivos consolida-se em torno de uma demanda social rigorosamente estabelecida atrela-se ao fato de as diversas convenções espaço-temporais não se limitarem apenas às representações que os grupos sociais fazem do mundo, mas também – e principalmente – às imagens que eles possuem de si próprios (BOURDIEU, 1977, p.163). Vincula-se a essa faceta do processo, por

⁵³ Pierre Bourdieu é reconhecidamente um dos intelectuais que mais atingiu projeção no ocidente nas últimas décadas. A relevância de sua obra para as ciências sociais pode ser avaliada, entre outros parâmetros, pelo grande número de citações que recebe em revistas acadêmicas internacionais, fato que projeta seu trabalho ao estatuto de uma “verdadeira escola de pensamento” (MARTINS, 2004, p.63). Falecido em 2002, o autor elaborou sua teoria em torno de questões que podem ser reunidas na idéia de uma “sociologia dos campos”. Ou seja, na concepção do sociólogo francês, em suma, a compreensão do mundo social e de suas problemáticas intrínsecas perpassa três conceitos fundamentais: o de campo, o de *habitus* e o de capital. Em seu estudo sobre a concepção de *doxa*, Bourdieu parte de um trabalho etnográfico realizado na região da Cabília, na Argélia, para ilustrar suas suposições teóricas. Ao desenvolver um estudo sobre as funções do matrimônio e dos ritos da região, o sociólogo analisa o processo dialético de “incorporação de estruturas subjetivas” e de “objetivação do *habitus*”, bem como a maneira pela qual os diferentes tipos de formações sociais tendem a se reproduzir por si próprios. Sobre o debate a respeito da concepção de *doxa*, ver Bourdieu (1997; 2009) e, principalmente, Bourdieu (1977).

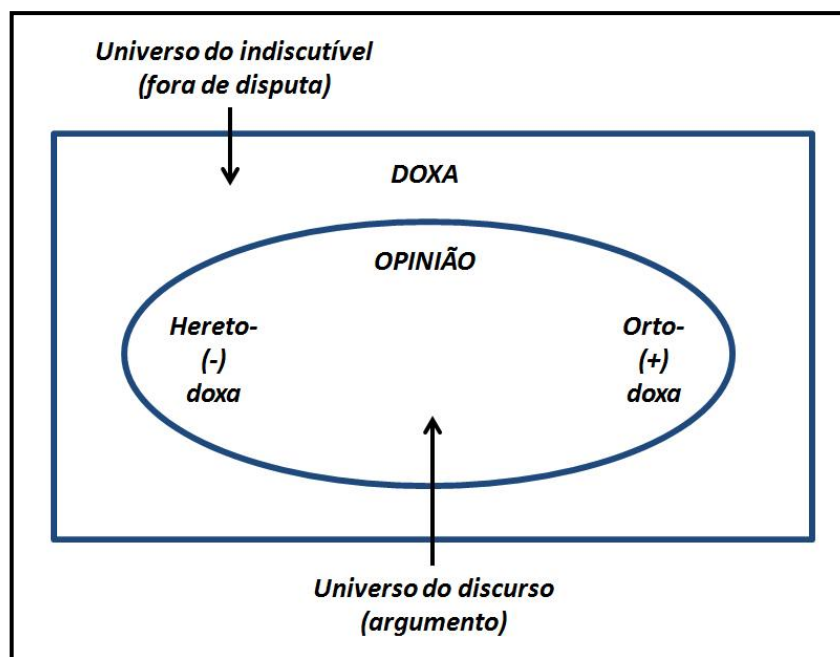
consequente, o segundo aspecto da “ritualização das práticas” destacado pelo autor: a reprodução simbólica das hierarquias sociais. Prossegue Bourdieu (1977):

O calendário social tende a assegurar uma integração por meio da composição entre a *sincronização* das práticas idênticas e a *orquestração* das práticas diferentes, porém homologas. (...) Todas as divisões de um grupo são projetadas a todo momento em uma organização espaço-temporal que atribui a cada categoria sua posição e temporalidade: é neste ponto que a lógica difusa da prática faz ‘maravilhas’ ao permitir ao grupo sua realização, bem como sua integração social e lógica, fazendo-se compatível com a diversidade imposta pela divisão do trabalho entre gêneros, idades e ‘ocupações’. (BOURDIEU, 1977, p.163, grifos do autor, tradução nossa)

Nesse cenário, uma ordem social estabilizada tende a produzir e a enfatizar – em diferentes níveis e sentidos – a “naturalização de sua própria arbitrariedade” (BOURDIEU, 1977, p.164). É nesta instância que a concepção de *doxa* desempenha papel fundamental na teoria de Pierre Bourdieu. O conceito de base aristotélica envolve, assim, três importantes processos: a) a forte correspondência estabelecida entre uma determinada ordem social objetiva e seus princípios subjetivos (processo de constituição da arbitrariedade); b) a “percepção do mundo” a partir do não-reconhecimento de suas divisões e de seus limites subjetivos (reprodução de uma dada hierarquização social); e c) a aderência ao “mundo da tradição” experimentado como “mundo natural” (BOURDIEU, 1977, p. 164).

Em última análise, o conceito de *doxa* trabalhado por Bourdieu (1977) também se aproxima da ideia de senso comum desenvolvida por Clifford Geertz (2007). Nessa perspectiva, se observado novamente o exemplo apresentado pelo antropólogo norte-americano a respeito da interpretação da intersexualidade em culturas distintas, abre-se caminho para a introdução de um novo elemento elucidativo: ao ser inscrito nos sistemas culturais como um aspecto do “mundo natural”, o fenômeno do hermafroditismo, pelo intrínseco não-reconhecimento de seus limites – ou por seu “senso de realidade”, nos termos de Bourdieu (1977) –, reveste-se de objetividade a partir da aderência prática de seus elementos subjetivos. Consiste, portanto, em um processo de “naturalização da arbitrariedade” que encontra respaldo em um modelo cultural difundido socialmente.

Figura 3 – Representação gráfica do universo da *doxa* segundo Pierre Bourdieu



(Fonte: BOURDIEU, 1977, p. 168)

No interior dessa linha de raciocínio, o modelo gráfico acima reproduzido auxilia na visualização da hipótese de fundo que orienta as reflexões de Pierre Bourdieu (1977, p.165-166): “quanto mais estáveis são as estruturas objetivas da sociedade e quanto mais abundantemente elas se reproduzem como princípios subjetivos, mais amplo será o campo da *doxa*” – premissa que corrobora o debate teórico-conceitual até aqui conduzido. O universo social do conhecimento *doxal* corresponde, dessa maneira, ao âmbito do “indiscutido”. Nas palavras do próprio sociólogo francês, trata-se do que “se passa sem ser dito e o que às vezes nem mesmo pode ser dito pela falta de argumentos disponíveis” (BOURDIEU, 1977, p.170, tradução nossa); ou, ainda, consiste naquilo que é correntemente admitido sem a necessidade de argumento ou escrutínio (no sentido do entendimento dos termos pela ideologia liberal). Para Bourdieu (1977, p.168, tradução nossa), “nada está mais longe da noção de maioria do que unanimidade da *doxa* – o agregado de ‘escolhas’ a partir do qual todos, e ao mesmo passo ninguém, são sujeitos, pois as questões que elas respondem não podem sequer ser explicitamente questionadas”. Uma vez mais, estabelece-se a ideia de senso comum: um universo amplo e complexo que escapa ao campo lato da opinião.

Assim, embora Bourdieu tenha desenvolvido sua teoria do poder simbólico em uma área de ação que não necessariamente coincide com as preocupações políticas e teóricas de Antonio Gramsci, é possível encontrar um paralelo entre os dois autores quando entra em

questão a maneira singular pela qual o universo da *doxa* viabiliza sua integridade numa sociedade classista⁵⁴. O pensador italiano é considerado o primeiro autor do século XX a desenvolver reflexões específicas a respeito da ideia de hegemonia – abordagem que possui influências sobre diferentes correntes das ciências sociais num contexto de realce dos elementos socioculturais envolvidos no processo da luta de classes⁵⁵. Pierre Bourdieu, por sua vez, desenvolve a tese de que o capital econômico não representa a única variável atribuidora da dominação no sistema capitalista – ponto de vista teórico que, a exemplo da visão de Gramsci, também rompe com o economicismo que caracteriza o marxismo ortodoxo.

Na prática, Martin-Barbero (2003), no contexto latino-americano, posiciona-se como um dos responsáveis por propor a articulação entre os dois autores. Tal aproximação é viabilizada, por exemplo, pelo diálogo entre a concepção gramsciana de hegemonia e o conceito bourdieusiano de *habitus*⁵⁶ – nas palavras de Martin-Barbero (2003, p.123), “o produto da interiorização dos princípios de um expediente cultural capaz de perpetuar nas

⁵⁴ Apesar da reconhecida importância que possui na pesquisa social, Pierre Bourdieu – por ter flertado com propostas teóricas ancoradas na corrente de pensamento estruturalista nos primeiros anos de sua produção acadêmica – também recebe notáveis críticas sustentadas no argumento de um possível reducionismo analítico em sua conceituação. Tais críticas, em geral, remetem à maneira como o sociólogo chegou a postular a precária autonomia dos sujeitos no interior de um campo previamente estruturado. Sobre as críticas, ver, por exemplo: Martins (2004). Contudo, merece importância a ressalva de que os conceitos elaborados por Bourdieu – sobretudo as noções de campo e *habitus* – não são únicos e isolados, mas lapidados pelo autor no decorrer de sua trajetória intelectual. Nesse sentido, durante sua produtiva vida acadêmica, o sociólogo mostrou-se cuidadoso ao rebater tais críticas e ao defender seus conceitos – assumidamente gerais – no âmbito da atividade científica voltada ao mundo social. Em sua obra, Bourdieu defende que tais noções teóricas, quando aplicadas em novos objetos, podem representar atos tão inventivos quanto suas aplicações conceituais originais. Em consequência, também critica o que considera a busca incessante pela originalidade na pesquisa teórica – ou, em suas palavras, “a procura da originalidade a todo o custo, frequentemente facilitada pela ignorância e a fidelidade religiosa a este ou àquele autor canônico que leva à repetição ritual” (BOURDIEU, 2009, p.63). A leitura que Pierre Bourdieu faz dessa conjuntura pode ser entendida como uma resposta ao rótulo de reducionismo mecânico que recai sobre seus conceitos. Para o teórico francês, a gênese de suas noções de *habitus* e campo segue um caminho contraditoriamente contrário a este tipo de argumentação – em outros termos, trata-se exatamente de uma resposta crítica ao pensamento estruturalista (que reduz os agentes ao papel de suporte de uma estrutura maior). Ver: Bourdieu (2009).

⁵⁵ Antonio Gramsci é responsável por construir uma produção intelectual num modo bastante peculiar, posição que o diferencia da maior parte dos teóricos de seu tempo. Preso pelo regime fascista na Itália em 1926, ele desenvolve suas observações teórico-conceituais de maneira fragmentária em manuscritos elaborados no interior do cárcere. Entre suas preocupações figuram o entendimento sobre como a classe trabalhadora italiana se organiza num modo não-revolucionário no período posterior à Primeira Guerra Mundial e sobre como a organização desses trabalhadores é anulada pelo Fascismo – debates que colocam em evidência a ideia de dominação hegemônica. Para um melhor entendimento sobre o pano de fundo político que envolve a prisão e a obra intelectual de Gramsci e sobre o contexto e estrutura dos famosos “cadernos do cárcere”, ver a introdução de Carlos Nelson Coutinho em uma das recentes edições em língua portuguesa do teórico italiano: Gramsci (2004, p.7-45). Em relação à aplicação da concepção gramsciana de hegemonia ao campo do jornalismo, o sociólogo norte-americano Todd Gitlin, na obra *The whole world is watching*, e teórico britânico Stuart Hall, no artigo *Culture, the Media and the Ideological Effect*, desenvolvem debates significativos. Ver, respectivamente: Gitlin (2003, p. 249-282) e Hall (1977, p. 315-348). Já o colombiano Jesus Martin-Barbero é responsável por uma interessante aplicação do conceito ao campo da cultura popular. Ver: Martin-Barbero (2003, p. 102-127).

⁵⁶ O conceito será trabalhado em detalhes no *Capítulo IV*.

práticas os princípios do expediente interiorizado” –; relação que se sustenta no interior da *doxa*. Diz o teórico colombiano:

Analisada a partir dos *habitus* da classe, a aparente dispersão das práticas cotidianas revela sua organicidade, sua sistematicidade. Onde não havia senão caos e vazio de sentido, descobre-se uma homologia estrutural entre as práticas e a ordem social que nelas se expressa. Nessa estruturação da vida cotidiana a partir do *habitus* é que se faz presente a eficácia da hegemonia “programando” as expectativas e os gostos segundo as classes. E por aí passam também os limites objetivos-subjetivos que produzem as classes populares. (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 124).

Nesse contexto, segundo Pierre Bourdieu (1977, p.164-165), os grupos sociais que sofrem desvantagens no âmbito da ordem simbólica comumente estabelecida (*doxa*) acabam por reconhecer a legitimidade das classificações hegemônicas devido ao fato de que muitos de seus próprios interesses mais próximos neutralizam o questionamento da hierarquia social. Além disso, deve se levar em consideração que tais “desvantagens” integram uma espécie de “mundo” tomado como “natural” (a naturalização da arbitrariedade), sendo devidamente ofuscadas pela ideia de “senso de realidade”:

Em sociedades classistas, nas quais a definição do mundo social está em jogo de acordo com lutas de classes abertas ou latentes, o traçado da linha entre o campo da opinião, aquilo que é explicitamente questionado, e o campo da *doxa*, aquilo que é tido como questão oculta e que cada agente tacitamente concorda pelo simples fato de agir de acordo com uma convenção social, caracteriza-se por si mesmo um objetivo fundamental no jogo em que a luta é pela imposição de um sistema dominante de classificação. (BOURDIEU, 1977, p.169, tradução nossa).

O pensador francês se refere, portanto, ao interesse das classes dominantes em defender, no mercado das trocas simbólicas, a integridade da *doxa* de uma maneira que escape ao simples poder de coerção. Em resumo, trata-se da intenção de estabelecer em seu “devido lugar” o modo hegemônico de pensar e arguir o mundo – foco da sequência do debate.

4. Um preâmbulo necessário: *doxa* e hegemonia

A aplicação por Pierre Bourdieu (1977) da concepção aristotélica de *doxa* ao campo sociológico e seu diálogo com a perspectiva teórica de Antonio Gramsci possibilitam, como demonstrado acima, o traçado de um paralelo entre a ideia de senso comum e o conceito de hegemonia – preâmbulo fundamental para o entendimento da narrativa noticiosa segundo as hipóteses deste trabalho. Todavia, embora sejam valorizadas neste capítulo as elaborações

pioneiras de Gramsci (2004) – reflexões construídas num modo fragmentário e suficientemente emblemático –, recorre-se também a outros autores responsáveis por discussões teóricas de fôlego a respeito da operacionalização dos processos hegemônicos no mundo social. Lança-se mão, assim, de abordagens que procuram desenvolver a concepção em parâmetros que permitam a articulação entre o ponto de vista gramsciano e os demais conceitos que compõem o núcleo da tese.

Um desses autores é Stuart Hall, teórico responsável por traçar importantes reflexões a respeito da relação entre hegemonia, senso comum e jornalismo. Ao desenvolver um clássico ensaio sobre a relação entre cultura, ideologia e meios de comunicação, Hall (1977, p.322), numa ênfase eminentemente marxista, reconhece que, para fazer valer o sentido de sua existência, uma determinada formação cultural deve atrelar-se necessariamente a um discurso ideológico mais amplo e já objetivado. Nesse cenário, frisa o pensador britânico, o discurso da vida cotidiana – a maneira de falar e interpretar o mundo no dia-a-dia – tem sua emergência assegurada no modo como as relações reais de produção são transfiguradas à aparência de relações imaginárias. O senso comum – modo particular de apreensão da realidade no cotidiano – vincula-se, assim, à distinção entre as chamadas “relações reais” e o “modo como elas aparecem”, ponto central da tradicional noção marxista de ideologia (HALL, 1977, p.324). Define o teórico britânico:

O que se passa por ‘senso comum’ em nossa sociedade – o resíduo de sabedorias consensuais, absolutamente básicas e comumente aceitas – ajuda-nos a classificar o mundo em simples, porém compreensíveis, termos. Precisamente, o senso comum não requer razão, argumento, lógica ou pensamento: ele se faz espontaneamente disponível, minuciosamente reconhecível e amplamente compartilhado. (HALL, 1977, p.325, tradução nossa).

Embora se fundamente em algumas premissas clássicas do marxismo – posição que revive a caracterização apontada por Nowell-Smith (1974) do senso comum como categoria reacionária de apreensão da realidade –, Stuart Hall desempenha, no conjunto de sua obra, um crítico e significativo papel na renovação do pensamento marxista moderno. Assim, como um dos expoentes da escola europeia dos Estudos Culturais – ao lado de outros pensadores das gerações que o antecedem, casos de Raymond Williams e Richard Hoggart –, o teórico britânico sublinha a necessidade de reconhecer a complexidade que está por trás da relação entre senso comum e ideologia. Ao retomar os ensinamentos do filósofo francês Louis Althusser, Hall (1977, p. 326, tradução nossa) lembra que, para além de uma relação de

determinação, os aparatos ideológicos do capitalismo são permeados nos meandros da cotidianidade: “ideologias geralmente consistem em sistemas de representação, imagens e conceitos, sobretudo como estruturas que são impostas à vasta maioria dos homens” – referência muitas vezes desconsiderada pela vertente do marxismo que reduz a complexidade do fenômeno aos aspectos econômicos.

Além disso, acrescenta o autor britânico, mais do que atribuir sentido a algo, a prática cotidiana de significação do mundo operacionaliza-se a partir da maneira como os atores sociais se situam nas reais condições de existência da organização capitalista (HALL, 1977, p. 329) – panorama que novamente coloca em relevo a apropriação de Bourdieu (1977) da noção de *doxa* e permite o diálogo com a concepção gramsciana de hegemonia. Hall (1977, p. 331) é bastante preciso ao reconhecer que qualquer período particular da história possui um dominante “sistema central de práticas, sentidos e valores” que são “organizados e vividos”. Não se trata, portanto, de uma estrutura estática, mas, acima de tudo, de um processo de incorporação segundo o qual sentidos e valores estabelecidos na periferia da esfera hegemônica não contradizem os elementos centrais da cultura dominante – esta, enredada no sentido *doxal* da vida cotidiana.

Em direção semelhante, o sociólogo norte-americano Todd Gitlin (2003, p.253, tradução nossa) ressalta que a ideia de hegemonia tem seus efeitos produzidos na dominação estabelecida por uma determinada classe dominante “através da elaboração e penetração de ideologia (ideias e pressupostos) no senso comum e na prática cotidiana”. Ainda mais crucial, sugere Gitlin (2003), é o fato de o sentido hegemônico do mundo reproduzir-se no âmbito senso comum e fazê-lo dele sua própria aparência, como se ali tivesse sido gerado. A ideia de cultura dominante trabalhada por Gitlin (2003) e Hall (1977) atrela-se, dessa forma, a uma significativa ampliação da noção de dominação, cerne da formulação teórica gramsciana:

‘Hegemonia’ existe quando uma classe dominante (ou, preferencialmente, uma aliança de frações da classe dominante, um ‘bloco histórico’) é capaz não somente de coerir uma classe subordinada conforme seus interesses, mas também exercer uma ‘total autoridade social’ sobre essas classes e sobre as formações sociais como um todo. ‘Hegemonia’ está em operação quando as frações da classe dominante não somente dominam, mas guiam – conduzem: quando elas não apenas possuem a força para coerir, mas ativamente se organizam para comandar e ganhar o consenso das classes subordinadas mesmo em suas contínuas oscilações. ‘Hegemonia’, então, depende da combinação de força e consenso. Porém, argumenta Gramsci, no estado capitalista-liberal, o consenso está normalmente na liderança, operando por trás ‘da armadura da coerção’. (HALL, 1977, p. 332, tradução nossa).

Finalmente, outro autor que retoma a ideia gramsciana de hegemonia numa perspectiva culturalista é Martin-Barbero (2003). Para o teórico latino-americano, Gramsci possibilita ao marxismo o desbloqueio da questão cultural e da dimensão de classe na cultura popular. Em última análise, o autor colombiano chama atenção para o fato de a concepção de hegemonia implicar uma dupla ruptura de caráter epistemológico: 1) com o positivismo tecnocrático, que reduz a comunicação a um problema de meios; e 2) com o etnocentrismo culturalista, que assimila a cultura de massa ao problema da degradação da cultura (MARTIN-BARBERO, 2003, p.137). Nessa perspectiva, segundo Martin-Barbero (2003, p.116), o conceito de hegemonia permite “pensar o processo de dominação social já não como imposição a partir de um exterior e sem sujeitos, mas como um processo no qual uma classe hegemoniza, na medida em que representa interesses que também reconhece como seus as classes subalternas”. O pensador colombiano (2003) debruça-se, aqui, à questão do popular na cultura e reconhece – em posição semelhante à de Stuart Hall – que a “concepção fatalista mecânica da dominação” ofusca-se, a partir da perspectiva gramsciana, em detrimento de uma trama mais ampla:

Nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não é de resistência, e nem tudo que vem “de cima” são valores da classe dominante, pois há coisas que vindo de lá respondem a outras lógicas que não são as da dominação. (MARTIN-BARBERO, 2003, p.119).

Assume-se, neste cenário, a exemplo do pressuposto teórico formulado por Franco Moretti (2003), que uma determinada formação cultural ou um padrão narrativo particular – e isso serve também ao jornalismo, foco desta reflexão – somente dissemina-se socialmente quando encontra suporte em um padrão cultural mais amplo e hegemônico. Ainda mais importante, nesse sentido, passa a ser o reconhecimento de que os interesses particulares das classes dominantes ganham respaldo apenas quando recebem uma significação mais abrangente de interesse geral – processo que se passa na cotidianidade, núcleo da concepção de hegemonia. Portanto, colocada em relevo a relação entre senso comum e hegemonia – preâmbulo necessário para o entendimento da questão de fundo desta discussão –, prepara-se terreno para um debate mais específico a respeito da relação entre a *doxa* e a prática noticiosa, aspecto fundamental para a reflexão sobre o envolvimento da atividade jornalística no processo de construção simbólica da regularidade cotidiana.

5. Entre a esfera hegemônica e o senso comum: o sentido *doxal* da narrativa noticiosa

“*Toda notícia que couber será publicada*”⁵⁷. O clássico slogan adotado no final do século XIX pelo jornal norte-americano *The New York Times* – e que mantém ainda nos dias atuais seu espaço cativo no alto da valiosa primeira página do veículo – ajuda a ilustrar a discussão aqui estabelecida. Mais do que um mero apelo publicitário ou um simples exemplo de retórica incorporado ao discurso de autolegitimação do jornalismo, a mensagem reveste-se de pertinência ao permitir, ainda que metaforicamente, o acesso ao um traço simbólico mais profundo presente na disseminação da narrativa noticiosa. Nessa direção, Robert Darnton (1990) é consistente ao desenvolver sua própria interpretação para o mote do periódico nova-iorquino e estender a dimensão do verbo “caber” para além do espaço físico do jornal – leitura que ultrapassa a mera compreensão literal do slogan. Ou seja, para o historiador norte-americano, mais do que moldar-se em uma mancha de papel com dimensões limitadas, o conteúdo noticioso – do *The New York Times* ou de qualquer outro veículo – deve “caber”, de fato, em modelos culturais mais abrangentes que são compartilhados entre os jornalistas e o público-leitor; isto é, faz-se necessário que a notícia se molde aos parâmetros instituídos nas instâncias do senso comum.

Volte-se, por exemplo, ao fio condutor da discussão teórico-conceitual até aqui formulada. A problemática apresentada por Clifford Geertz (2003) a respeito da interpretação da intersexualidade em diferentes culturas e a abordagem jornalística de um caso específico sobre o assunto – como o caso Caster Semenya, tratado no início do capítulo –, ajudam a conceder um sentido mais palpável à relação de fundo que caracteriza esta discussão: a maneira como o jornalismo se dissemina socialmente num percurso pavimentado pela *doxa*. Assim, considerado que as estruturas dominantes de poder não produzem e nem disseminam ideologia de forma direta (GRAMSCI, 2004; HALL, 1977; GITLIN, 2003; MARTIN-BARBERO, 2003), preenche-se de relevância a tríade jornalismo-*doxa*-hegemonia; correlação que, por sua complexidade, não pode ser reduzida a uma simples questão de determinação. As intersecções traçadas por esses três complexos constructos inscrevem-se, então, em um contexto marcado por diferentes variáveis em que o que está em jogo é a atribuição de sentido ao mundo.

Como debatido anteriormente, autores de diferentes áreas das ciências sociais têm traçado reflexões de fôlego a respeito da relação entre o mundo social e o conhecimento

⁵⁷ Originalmente, “*All the news that’s fit to print*”. O slogan data de 1896, ano em que a família Ochs-Sulzberger assume o controle do *The New York Times*.

doxal. Na abordagem específica relacionada ao universo das narrativas, o cenário não é diferente: nomes como francês Roland Barthes (1988), em seu ensaio sobre as linguagens sociais, e o brasileiro Muniz Sodré (2009), em sua recente obra na qual procura traçar considerações sobre uma teoria do acontecimento, são casos de pensadores que abordam a questão de modo eloquente. Ao distinguir as diferentes linguagens sociais em socioletos “acráticos” e “encráticos”, por exemplo, Barthes (1988) retoma a noção de *doxa* para demonstrar os modos de operacionalização da linguagem no âmbito dos poderes socialmente estabelecidos. Assim, a *doxa*, segundo o autor francês, consiste na mediação cultural e discursiva por meio da qual o poder (ou o não-poder) articula-se para se expressar. Em suas palavras:

O discurso encrático é um discurso conforme a *doxa*, submetido a códigos que são eles próprios as linhas estruturantes da sua ideologia. E o discurso acrático enuncia-se sempre em graus diversos, contra a *doxa* (seja ele qual for, é um discurso *para-doxal*). Esta oposição não exclui as gradações no interior de cada tipo; mas, estruturalmente, a sua simplicidade mantém-se válida enquanto o poder e o não-poder estão no seu lugar. (BARTHES, 1988, p. 97).

Nesse cenário, o discurso encrático, marcado pelas mediações da *doxa*, não se materializa exclusivamente como o discurso da classe que está no poder, mas, de forma mais complexa, como o discurso do consenso, do senso comum e da hegemonia – ou, nas palavras de Pierre Bourdieu (1997), como o discurso que possibilita a manutenção da ordem simbólica estabelecida. Ainda além, adverte Barthes (1988, p. 98), trata-se de um discurso pleno, pois “nele não há lugar para o outro (donde a sensação de sufocação, de empecilho que pode provocar em quem dele não participa)”. Por ser aparentemente natural e consensual, o discurso encrático, tal qual a própria natureza da *doxa*, torna-se também pouco identificável. Como exemplo de sua operacionalização na sociedade apresenta-se, além do linguajar formal, o discurso da cultura de massas e especialmente o da narrativa jornalística convencional.

De outro lado, o discurso acrático está presente nas linguagens sociais que se elaboram na periferia da *doxa* – são, portanto, *para-doxais*. Trata-se das linguagens que procuram romper com a ordem simbólica estabelecida e que, por isso mesmo, são recusadas por ela. Adotando a premissa de Barthes (1988) segundo a qual os socioletos agem para impedir expressões contrárias e que o conflito entre eles se dá por modos de “intimidação”, entende-se que os discursos acráticos – “fora do consenso” – recorrem não raramente à “violência

simbólica” para constranger os discursos da *doxa*. Ferem, portanto, a ordem simbólica vigente.

Muniz Sodré (2009) é também pontual ao abordar a relação entre jornalismo e *doxa*. Para o autor brasileiro, embora o senso comum estabeleça-se no campo do sensível (em diferenciação ao conhecimento sistemático, à *episteme*), a atividade jornalística atua de modo a não desprezar o conhecimento *doxal*, aspecto que se faz necessário na construção de um sentido de “pertencimento”. Diz o autor:

Senso comum é um nome para o conhecimento daquilo que os gregos chamavam de *doxa*, isto é uma experiência da realidade limitada à sensibilidade, às notas acidentais contingentes e variáveis, às representações sociais que reduzem a complexidade factual a imagens de fácil trânsito comunicativo – traduzidas em *opinião*. É o tipo de conhecimento posto em suspeição pela doutrina platônica das ideias, por estar confinado na esfera do visível e imediato, do *topos horatos*. A lição implícita do jornalismo, entretanto, é não se poder fazer pouco caso do senso comum, por ser ele estabilizador da consciência e mobilizador do pertencimento à comunidade. (SODRÉ, 2009, p.45).

Nessa perspectiva, aponta Sodré (2009, p.46), embora de acordo com a filosofia grega existam duas modalidades conceituais de “verdade” – a “verdade do necessário” (pertencente à lógica e ao conhecimento racional) e a “verdade do verossímil” (pertencente à retórica) –, somente uma delas – a que se relaciona com a verossimilhança – é privilegiada pela prática jornalística. Segundo o teórico brasileiro, os jornalistas, em geral, atuam de acordo com a ideia de que expressam a “verdade do cotidiano ou da vida social imediata”. A verdade é, então, “entendida do modo mais familiar ao senso comum que é a noção da correspondência do enunciado aos fatos do mundo” (SODRÉ, 2009, p.46).

Outro aspecto abordado por Sodré (2009) na relação entre jornalismo e senso comum consiste na questão da credibilidade. Nesse contexto, relata o autor, a credibilidade junto ao público leitor é incorporada ao conhecimento jornalístico “não como garantia da verdade lógica, e sim como a caução da veracidade, entendida como verossimilhança ou como um apego, uma inclinação, para a verdade consensualmente estabelecida em torno do fato” (SODRÉ, 2009, p.47-48). Trata-se, portanto, de uma verdade “prática”, vinculada à *doxa*, ao senso comum, que se distancia – no plano narrativo – da verdade considerada “lógica”, ligada à noção platônica de *episteme*.

Desse modo, embora o teórico alemão Otto Groth (2011)⁵⁸ tenha se empenhado ainda no século XIX em defender um estatuto científico para o jornalismo e outras linhagens teóricas tenham se dedicado em diferentes frentes e momentos em apontar interfaces do jornalismo com as tradicionais formas de conhecimento chamadas de científicas⁵⁹, aceita-se, na perspectiva deste estudo, a colocação de Sodré (2009, p.62) segundo a qual o jornalismo, como modalidade de conhecimento, “não está na esfera da ciência, nem na superficialidade do senso comum”. Por assim dizer, a atividade jornalística pode então ser entendida como uma construção cultural mais ampla que atua na disseminação de padrões simbólicos e na produção de sentidos socialmente aceitos.

Nem puro conhecimento racional, nem mero senso comum, o jornalismo recupera, por conseguinte, o velho debate filosófico entre *doxa* e *episteme* – ou seja, entre “senso comum” e “intelecto”. Assim configura-se, pois, como dito, ao mesmo passo em que a atividade jornalística inscreve sua concepção de verdade vinculada a um sentido *doxal*, ela também transcodifica e dissemina padrões culturais atrelados à experiência racional moderna. A concepção de *doxa*, então, reveste-se de importância na compreensão dos sentidos disseminados pela atividade jornalística. Nesta direção, ao tratar especificamente da prática comunicativa, Ruth Amossy (2005) ressalta que nenhum discurso difunde-se na sociedade se não encontrar paralelo em padrões culturais consensualmente estabelecidos. Ressalta a autora:

A ideia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói em seu discurso não podem ser totalmente singulares. Para serem reconhecidas pelo auditório, para parecerem legítimas, é preciso que sejam assumidas em uma *doxa*, isto é, que se indexem em representações partilhadas. É preciso que sejam relacionadas a modelos culturais pregnantes, mesmo se se tratar de modelos contestatórios. (AMOSSY, 2005, p.125).

Por sua vez, Dênis de Moraes (1994, p. 41) alerta para o fato de que as instituições sociais – entre elas, o jornalismo – não podem ser reduzidas à sua dimensão simbólica, pois,

⁵⁸ Com a preocupação de enquadrar o jornalismo como mais uma ciência no grande escopo das ciências humanas, Otto Groth sublinha quatro características fundamentais aos periódicos. A *atualidade* diz respeito à relação dos fatos com o tempo presente. A *periodicidade* se refere à repetição regular no tempo das diferentes edições de um periódico. A *universalidade* trata da abordagem dos mais diferentes campos do conhecimento humano efetuada por um veículo. E, por fim, a *difusão coletiva* diz respeito à circulação dos periódicos por diversificadas camadas sociais distribuídas cultural, econômica e geograficamente de modo heterogêneo. Uma versão em Língua Portuguesa da coleção de textos *O poder cultural do desconhecido: fundamentos da ciência nos jornais*, produzida por Groth ao longo de sua vida intelectual, foi publicada em 2011 pela editora Vozes. Ver: Groth (2011). Partes do estudo foram também sistematizadas e traduzidas no Brasil no início da década de 1970 por Wilson Bueno no âmbito da ECA-USP. Ver: Bueno (1972).

⁵⁹ Sobre este aspecto, ver, por exemplo, as abordagens de Park (1972), Genro Filho (2012) e, especialmente, a sistematização do assunto feita por Meditsch (1997).

mais do que isso, elas “só existem no simbólico” quando legitimadas por “significações que encarnam sentidos reconhecidos pelas comunidades”. Esse processo particular de legitimação, conforme aponta o autor, deve ser entendido no interior de um “código operacional de comunicação, ao qual compete perfilar vozes que simulam harmonias no conjunto” (MORAES, 1994, p. 40). Em outros termos, significa reconhecer que a sociedade se organiza em torno de um imaginário consensual, ordem simbólica previamente estabelecida. Diz Moraes (1994):

Quando o significado não é reconhecido no processo de decodificação, o símbolo cai no vazio, não se efetiva a troca imaginária. Mas os símbolos não são neutros, uma vez que os indivíduos atribuem sentidos à linguagem, embora a liberdade de fazê-lo seja limitada pelas normas sociais. No extremo oposto, a sociedade constitui sempre uma ordem simbólica, que, por sua vez, não flutua no ar – tem que incorporar os sinais do que já existe, como fator de identificação entre os sujeitos. (MORAES, 1994, p.40, grifos nossos).

Reconhece-se aqui, finalmente, o pressuposto de que o jornalismo, entendido na concepção de Roland Barthes (1988) como uma modalidade de discurso encrático (ou seja, que age em consonância com a *doxa*), tem sua atuação demarcada pela produção de sentido sobre as instâncias que rompem a ordem simbólica estabelecida no mundo social. Nesse contexto teórico, a própria concepção de noticiabilidade – embora, como visto no capítulo anterior, possua uma estrutura multifacetada – pode ser identificada à ideia de “*paradoxo*” (uma instância “além da *doxa*”), uma vez que um evento “noticiável” geralmente ganha destaque por quebrar a ordem estabelecida pelo senso comum. Assim, hipoteticamente falando, quanto mais *paradoxal* (isto é, desviante da *doxa*) um evento se caracterizar, mais aspectos de noticiabilidade ele irá possuir. A atividade jornalística cotidiana, por seu turno, por atuar sobre os elementos que rompem com a ordem simbólica consensualmente estabelecida, acaba por disseminar um sentido de racionalidade socialmente ratificado, planificando e devolvendo os “eventos *paradoxais*” – aqueles eventos identificáveis como “notícia” – aos seus sentidos culturalmente consensuais – tal como pôde observado no caso Caster Semenya. Trata-se, por fim, da disseminação de um padrão cultural moderno – mais amplo e aderente – que, nos meandros dos processos simbólicos de poder, se traduz na ideia de uma racionalidade voltada à instrumentalização do cotidiano – esta, sim, um dos mais claros exemplos da penetração de um padrão hegemônico na cultura moderna.

CAPÍTULO III – RACIONALIDADE, REGULARIDADE E VIDA COTIDIANA: O JORNALISMO COMO NARRATIVA HÍBRIDA DA SOCIABILIDADE INSTRUMENTAL

O esclarecimento é totalitário como qualquer outro sistema. Sua inverdade não está naquilo que seus inimigos românticos sempre lhe censuraram: o método analítico, o retorno aos elementos, a decomposição pela reflexão, mas, sim, no fato de que para ele o processo está decidido de antemão. (Trecho da obra “Dialética do Esclarecimento”, de Adorno & Horkheimer)

Tome-se, inicialmente, mais um exemplo: entre fevereiro e março de 2011, no decorrer do conjunto de revoltas que ficou conhecido por “primavera árabe”, o mundo assistia atônito – e o verbo “assistir” não é empregado aqui aleatoriamente – a uma arrancada de violência no território da Líbia. O então líder Muamar Kadafi, assentado no poder por mais de quatro décadas, via sua força posta em xeque e respondia com truculência na medida em que uma onda de protestos iniciada ao leste do país ganhava adeptos rumo à capital Trípoli. Naquele momento, pelas lentes da mídia, as peculiaridades históricas e socioculturais da nação norte-africana (a começar pela origem tribal de grande parte da população e pela complexa divisão territorial e política decorrente desse aspecto) não se faziam tão importantes quanto o fato de a crise líbia ter sucedido, num curto espaço de tempo, outras duas revoltas em nações árabes próximas: na Tunísia, movimento que tivera seu ponto máximo na derrubada do presidente Zine El Abidine Ben Ali, então há 23 anos no poder; e no Egito, que também resultara na renúncia do líder Hosni Mubarak, há 30 anos no controle do país – particularidades que davam mostras do provável final político – e midiático – aguardado por Kadafi. A primavera árabe ainda possuía potenciais reflexos em países como Jordânia, Argélia, Síria, Arábia Saudita, Bahrein, Marrocos e Sudão. A atenção depositada na crise líbia era, portanto, justificada sob a perspectiva de uma gama de critérios de noticiabilidade: o conflito, a relevância, a novidade, a morte, a infração, entre outros.

Todavia, país de grande visibilidade na geopolítica internacional, a Líbia, como importante polo petrolífero, emanava naquele período um curioso ar de realidade desconhecida aos espectadores ocidentais. É sintomático que o principal telejornal brasileiro, o *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*, logo no início da cobertura dos conflitos, cometera o equívoco de confundir a bandeira líbia com a equivalente do Líbano, confusão que tivera

grande repercussão na imprensa escrita e nas redes sociais⁶⁰. Nesse cenário, mais do que esclarecer aquela onda de revoltas, cabia à mídia ocidental – o que inclui, evidentemente, a mídia brasileira – explicitar algumas das características básicas do país africano e os reflexos de sua crise num mundo cada vez mais globalizado.

A partir da turbulência política e dos conflitos armados em seu território, a Líbia, turbinada por sua relevância no cenário petrolífero, tornou-se também um ponto de forte interferência nos mercados e bolsas financeiras ao redor do mundo. Assim, além da repercussão no noticiário político internacional, os efeitos daquela nova realidade do país passaram a ser observados paralelamente no noticiário econômico. Algumas tendências, nesse contexto, fizeram-se identificáveis na cobertura da mídia brasileira, a saber: 1) a influência da crise nas empresas locais com negócios no norte da África; 2) a expectativa com os destinos do *Libyan Investment Authority*, o bilionário fundo de investimento líbio espalhado por diferentes partes do mundo; e, finalmente, 3) a influência da crise no mercado internacional de petróleo e demais *commodities*, tendência com maior relevo no noticiário econômico nacional.

Um significativo modelo deste último enfoque pôde ser verificado, por exemplo, no caderno *Economia* do jornal *O Estado de S. Paulo*. Não é por acaso que somente nas três primeiras semanas de conflito o suplemento dedicara 12 diferentes edições ao assunto – um total de mais de três dezenas de intervenções, entre matérias, notas, análises e *boxes* explicativos. Embora tenha se configurado um período de tempo relativamente curto, alguns padrões se fizeram discerníveis na cobertura. A fase inicial da abordagem caracterizou-se, assim, pela exibição dos aspectos mais insólitos da crise – padrão que se traduziu narrativamente em um ambiente de tensão, apreensão e receio. Potencializou-se, dessa forma, o lado “desestabilizador” da Líbia em relação aos mercados financeiros espalhados por todos os continentes, conforme ilustra o trecho a seguir:

A turbulência alcança países como Bahrein, Iêmen, Marrocos e Argélia, mas é a situação na Líbia que causa maior preocupação, pois é dona da maior reserva comprovada de petróleo da África. O petróleo do tipo Brent disparou mais de 5% durante o dia, ultrapassando US\$ 108 por barril e o contrato para março no mercado eletrônico em Nova York subiu mais de 6%, acima de US\$ 91. Na Europa, a bolsa italiana foi a que mais sofreu devido a exposição à Líbia. (grifos nossos)⁶¹

⁶⁰ O equívoco ocorreu no dia 22 de fevereiro de 2011. Ao conduzir o noticiário sobre a Líbia, os apresentadores William Bonner e Fátima Bernardes tiveram ao fundo do cenário a exposição de uma bandeira do Líbano. O erro foi corrigido pelo apresentador na mesma edição, mas somente após o encerramento do noticiário sobre o assunto.

⁶¹ “Aversão ao risco cresce, petróleo dispara e bolsas caem”. *O Estado de S. Paulo*, 22/02/2011, p. B10.

Mais tarde, entretanto, como forma de atenuar tais efeitos iniciais, novos espaços foram também abertos para a publicação de elementos analíticos sobre a temática. Recurso frequentemente empregado no setor econômico para ilustrar oscilações em bolsas de valores e preços de *commodities*, o gráfico de linhas, por exemplo, foi utilizado ao menos dez vezes nos dias que sucederam o estopim da crise como uma das medidas para esclarecê-la aos leitores. Nota-se, como evidencia o exemplo a seguir, que a natureza caótica do choque econômico proporcionado pela crise líbia pôde aos poucos ser racionalizada a partir de elementos familiares ao público do jornal:

Figura 4 – Reprodução de gráfico: “Petróleo estabiliza e bolsas têm alívio lá fora”



(Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 26/02/2011, p. B9)

Efeito semelhante de explicação “racional” e de “acesso controlado” a um dos aspectos mais insólitos do evento – no caso, a possibilidade de uma crise internacional de desabastecimento de petróleo – ocorreria no plano textual:

O chefe de Gabinete da Casa Branca, Bill Daley, afirmou ontem que a administração Barack Obama está considerando acessar as reservas estratégicas americanas de petróleo como uma das formas de aliviar os preços globais da commodity.⁶² (grifos nossos)

O petróleo tipo Brent foi negociado ontem acima de US\$ 111 por barril, mas abaixo do recorde de dois anos e meio, depois que a Arábia Saudita, maior exportador mundial, aumentou a produção para acalmar receios de problemas por desabastecimento por causa da crise na Líbia. (grifos nossos).⁶³

⁶² “Reserva de petróleo pode aliviar alta de preço”. *O Estado de S. Paulo*, 07/03/2011, p. B7.

⁶³ “Arábia Saudita amplia produção e preço do petróleo sobe menos”. *O Estado de S. Paulo*, 26/02/2011, p. B6.

A natureza caótica dos acontecimentos, traduzida na turbulência econômica e no risco de desabastecimento petrolífero, tivera, dessa forma, seus sentidos mais desviantes dissolvidos e atenuados no transcorrer da cobertura. No interior desse movimento, o assunto foi paulatinamente banido de seu protagonismo e compassadamente, edição após edição, deixou a pauta do noticiário econômico.

Todo esse processo descrito sumariamente com o exemplo acima apresentado – e que mais tarde será pormenorizado a partir de sua relevância no plano teórico-conceitual –, serve, neste ponto, para revelar uma sistemática mais complexa cujos efeitos estão no foco da tese; isto é, para além de um aspecto pragmático, a narrativa jornalística dispõe de um traço simbólico mais profundo – um aspecto particular de racionalidade – envolvido em sua construção ordinária: o assunto em pauta é, assim, primeiro apresentado conforme suas características mais insólitas, para depois, com base em elementos próprios do “narrar jornalístico”, ser equacionado e dissolvido. Mais do que isso, sugere-se que o breve olhar projetado ao noticiário econômico sobre a crise líbia possibilita, embora de forma ainda efêmera, uma reveladora pista para a genealogia desse “traço cultural” mais abrangente: trata-se de um indicativo – um “decalque” no plano narrativo – de um padrão cultural amplo e hegemônico oriundo de uma racionalidade de natureza genuinamente instrumental.

Como pode ser compreendida, todavia, essa forma peculiar de racionalidade aqui insinuada como um dos elementos simbólicos da narrativa noticiosa?

O percurso escolhido para tanto, embora complexo, não é sinuoso: pretende-se no decorrer do capítulo atingir uma definição para o conceito de modo a dialogar com a hipótese de fundo que respalda esta tese: em suma, a de que o jornalismo configura uma narrativa híbrida que transcodifica e dissemina socialmente alguns dos sentidos mais profundos desse modo particular de racionalidade fruto da experiência moderna. Não obstante, busca-se ainda o entendimento do assunto a partir de sua operacionalização no plano da cultura. Como antecipado, a concepção de racionalidade instrumental utilizada neste trabalho vincula-se tanto à concepção gramsciana de hegemonia quanto à noção teórica de cotidiano, perpassando conseqüentemente a problemática do senso comum. Em termos concisos, consiste numa chave-explicativa para a complexa relação entre a atividade jornalística e a atenuação dos elementos insólitos que rompem com a regularidade característica do *day-by-day* moderno: uma manifestação clara do modo instrumental de lida diária com os desafios da vida cotidiana.

1. Racionalidade instrumental x racionalidade crítica: uma genealogia do conceito

A procedência da ideia de racionalidade instrumental atrela-se, no plano filosófico, ao longo processo histórico que configura o solapamento das formas precedentes de racionalidade características da Idade Média e da Renascença. Como frisa Marilena Chauí (2002, p.83), não se trata de um processo estanque, uma vez que “cada nova forma de racionalidade é a vitória sobre os conflitos das formas anteriores, sem que haja ruptura histórica entre elas”. Nesse sentido, a ideia de uma racionalidade típica da sociedade moderna tem sua emergência vinculada ao desenvolvimento técnico-científico que marca o século XIX, culminando, conseqüentemente, na disseminação da necessidade de um acesso racional à natureza e ao próprio homem.

Entretanto, o panorama histórico de profundas contradições, guerras e tragédias que caracteriza o século XX, bem como a emergência da ideia de escassez que decorre do uso desenfreado dos recursos naturais, coloca em xeque toda a dimensão racional oriunda das descobertas técnico-científicas. É neste cenário que os pensadores alemães Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Max Horkheimer, expoentes da chamada Escola de Frankfurt, cunham a expressão “racionalidade instrumental” para criticar o afloramento de um padrão de “instrumentalização da razão” ligado ao desenvolvimento capitalista. Para os frankfurtianos, conforme ressalta Chauí (2002, p.50), o caráter operacional dado à razão diferencia-se consideravelmente do modelo de racionalidade denominado por eles de “crítico”, ou seja, da forma de racionalidade responsável por “analisar e interpretar os perigos do pensamento instrumental” e por demonstrar que possíveis mudanças somente se realizarão “se tiverem como finalidade a emancipação do gênero humano e não as ideias de controle e domínio técnico-científico sobre a natureza, a sociedade e a cultura”.

No prefácio de *Dialética do esclarecimento*, obra crítica redigida durante a Segunda Guerra Mundial, Adorno & Horkheimer (1985, p.13) abordam o assunto ao alertar para o fato de que o “pensamento cegamente pragmatizado perde seu caráter superador e, por isso, também sua relação com a verdade”. Além disso, destacam os teóricos alemães, o processo de instrumentalização da razão acaba por reforçar uma tendência formal pela qual os próprios indivíduos desaparecem frente ao “aparelho” a que passam a servir:

A naturalização dos homens hoje em dia não é dissociável do progresso social. O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo vê-se completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes

elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo vê-se, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 14).

A posição crítica dos pensadores da Escola de Frankfurt volta-se, portanto, a um processo de transformação orquestrado pela racionalidade instrumental – problemática pela qual o desenvolvimento científico “deixa de ser uma forma de acesso aos conhecimentos verdadeiros para tornar-se um instrumento de dominação, poder e exploração” (CHAUÍ, 2002, p.283). Assim, segundo adverte Chauí (2002, p.284), a concepção de uma racionalidade voltada ao caráter instrumental da vida cunhada pelos teóricos alemães se faz apropriada à compreensão de pelo menos três aspectos da sociedade moderna: a) o processo de transformação da ciência em ideologia e mito social; b) O não-descolamento dessas duas noções, uma vez que a ideologia da ciência não se reduz à transformação de uma teoria científica em ideologia, mas encontra-se em sua própria essência; e c) o reconhecimento de que as ideias de progresso técnico e neutralidade científica pertencem ao campo da ideologia cientificista. Consiste, em última análise, conforme reconhecem Adorno & Horkheimer (1985, p. 23), numa contraditória sistemática pela qual a própria produção social de mitos acaba por ser, em essência, produto da racionalização:

O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este os conhece na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 24).

É evidente que o posicionamento frankfurtiano a respeito da concepção de racionalidade inscreve-se num panorama mais abrangente em que a própria ideia de cultura, por exemplo, encontra-se atrelada a uma perspectiva marxista que enfatiza as determinações econômicas em detrimento das práticas cotidianas – crítica que será estabelecida mais tarde pelos Estudos Culturais. No entanto, em que pese certo reducionismo epistemológico, trata-se de posição pertinente que é também sintomática de um pensamento crítico mais amplo e fundamentado nas contradições do capitalismo e da modernidade ocidental.

Para o filósofo marxista István Mészáros (2009, p.38), em semelhante sentido crítico, a racionalidade instrumental afirma-se no curso do desenvolvimento histórico por meio de

uma espécie de subjunção dos chamados “valores de uso” pelos “valores de troca”, processo pelo qual os próprios indivíduos são “convenientemente reduzidos a mercadorias ou a um tipo específico de valor”. Além disso, revela o pensador húngaro, tal “reducionismo mistificador” acaba por penetrar no próprio conceito de desenvolvimento – científico e social – em uma sistemática que encontra fundamento no modelo socioeconômico vigente⁶⁴. Nas palavras de Mészáros (2009):

A racionalidade formal que é idealizada (e fetichizada) no discurso teórico dominante como se fosse um avanço intelectual que ‘gera a si mesmo’ condiz, de fato, estritamente com os processos práticos de abstração, redução, compartimentação, igualação formal e ‘desistoricização’ que caracterizam o estabelecimento e a consolidação do metabolismo socioeconômico capitalista em seu todo. (MÉSZÁROS, 2009, p.32)

Ou seja, consiste na constatação por parte do teórico húngaro da necessidade de penetração da instrumentalização nas formas mais abrangentes do viver numa sociedade pautada pelos padrões do capitalismo⁶⁵.

No pensamento sociológico, Pierre Bourdieu (1977) é preciso ao apresentar um exemplo interessante a esse respeito. No desenvolvimento de sua teoria do poder simbólico, o pensador francês acena para o fato de que a introdução histórica da sociabilidade operacional está atrelada à emergência do valor monetário como “medida para todas as coisas” (BOURDIEU, 1977, p.176). Assim, mensuradas pelo bastão do lucro do capital econômico, algumas das mais sagradas atividades – a exemplo das inúmeras simbologias que caracterizavam as colheitas nas sociedades pré-capitalistas – passam a receber interpretações negativas pelo vácuo de efeitos materiais ou concretos que possuem no senso comum; em outras palavras, deixam de constituir ritos fundamentais para configurar práticas simbólicas

⁶⁴ Em última análise, Mészáros sugere que racionalidade instrumental opera uma espécie de “metabolização ideológica” que consolida o capitalismo. Na introdução de *Para além do Capital*, esse processo é também trabalhado pelo autor como um elemento estruturante da própria acumulação capitalista. Na abertura da edição brasileira, Ricardo Antunes resume: “O capital não trata valor de uso (o qual corresponde diretamente à necessidade) e valor de troca como estando separados, mas de um modo que subordina radicalmente o primeiro pelo último. O que significa que uma mercadoria pode variar de um extremo a outro, isto é, desde ter seu valor de uso realizado, num extremo da escala, até jamais ser usada, no outro extremo, sem por isso deixar de ter, para o capital, a sua utilidade expansionista e reprodutiva”. Para detalhes, ver: Mészáros (2002).

⁶⁵ O assunto é comentado pelo teórico norte-americano Douglas Kellner em entrevista a Marco Schneider. Na ocasião, Kellner, um dos principais expoentes dos Estudos Culturais nos Estados Unidos, concorda com uma crítica feita por István Mészáros à colocação do alemão Jürgen Habermas sobre a eventual subordinação que a economia possui, numa sociedade marcada pelo capitalismo tardio, às determinações científicas traduzidas na ideia de razão instrumental. De modo contrário, sublinha Kellner, ocorre uma crescente subordinação da ciência e da informação (ou da “razão”) às determinações econômicas. Para detalhes, ver: Schneider & Kellner (2012).

desnecessárias – desinteressantes e supérfluas – ao olhar da nova sociabilidade (BOURDIEU, 1977, p.176-177)⁶⁶. O exemplo de Bourdieu, embora desenvolvido num diferente panorama teórico, corrobora a afirmação de Mészáros (2009, p.37) de que a prática socioeconômica da “metamorfose formal redutora” – a redução dos valores de uso aos valores de troca – resulta num processo de “comensurabilidade universal” que simultaneamente “faz com que as pessoas fiquem acostumadas a funcionar com uma eficácia operacional normalmente imperturbável”.

Todavia, a colocação de Bourdieu (1977) também auxilia no realçamento da complexidade que está por trás da instrumentalização da razão e de seu emaranhado na vida social. Nesse sentido, se levada em consideração a aplicação de outra concepção-chave do estudo – o conceito gramsciano de hegemonia –, é possível inferir que a operacionalização da racionalidade instrumental não se dissemina num vazio cultural, mas, muito além disso, projeta-se socialmente ao encontrar respaldo no caminho pavimentado pelas práticas cotidianas (GRAMSCI, 2004; HALL, 1977; GITLIN, 2003; MARTIN-BARBERO, 2003). A racionalização da existência moderna possui, portanto, traços históricos e culturais de diferentes naturezas que se estendem às práticas mais ordinárias do homem comum. Trata-se de um processo histórico de “enculturação” pautado pelo advento da racionalidade instrumental como narrativa para explicar os aspectos mais *paradoxais* do cotidiano – padrão cultural que se emancipa com ênfase na experiência moderna.

2. Dos impasses da modernidade à racionalização do viver: um ‘longo processo de enculturação’

A expressão “longo processo de enculturação” foi cunhada por Jesus Martin-Barbero (2003) como um dos aspectos das chamadas “matrizes históricas da mediação de massa” e ajuda a explicitar, conforme será debatido à frente, o complexo processo de inscrição cultural pelo qual historicamente passa a sociabilidade moderna. Segundo adverte Birman (2010, p.28), não é possível compreender o que se passa nesse modo peculiar de sociabilidade senão como um desdobramento dos impasses tecidos pelo próprio projeto da modernidade ocidental. A discussão em torno da emancipação de um eventual padrão cultural que se adere à sociabilidade moderna dialoga, assim, com a viabilidade histórica da experiência

⁶⁶ Pierre Bourdieu também trabalha a essa temática em *As estruturas sociais da economia* (utiliza-se, aqui, a edição em língua espanhola da obra). No livro, o sociólogo parte de um estudo de caso sobre o mercado imobiliário em uma determinada região francesa para apresentar as “dimensões sociais” invocadas nas transações econômicas que aparentemente repousam incólumes sob a racionalidade “inequívoca” do capital financeiro. Para detalhes, ver: Bourdieu (2010).

modernizante e sua relação com a concepção de vida cotidiana. Neste sentido, embora diferentes autores abordem oportunamente a experiência contemporânea com foco em seus indícios pós-modernos (LYOTARD, 2000; GIDDENS, 1991; CONNOR, 1996; COELHO, 2001) ou ancorados na fluidez e “liquidez” de seus fenômenos (BAUMAN, 2001), reconhece-se, aqui, como perspectiva teórico-conceitual, a necessidade de compreensão da sociabilidade moderna por uma ótica paralela, mas também abrangente: a partir de suas contradições, embaraços e gargalos – ou, como reivindica Souza Martins (2010), com base nas “hesitações” que pautam a própria essência da modernidade⁶⁷.

De modo geral, a aproximação analítica de um fenômeno sócio-histórico complexo como esse se caracteriza pela possibilidade de tangenciar suas inúmeras – e, em alguns casos, controversas – facetas. Permite-se, desta maneira, uma abordagem crítica da modernidade a partir da adoção de estratégias teóricas e metodológicas específicas que culminem em sua problematização. Para que sejam aqui contemplados alguns dos principais aspectos do debate, opta-se, portanto, pela contextualização histórica da experiência modernizante, bem como – e principalmente – pelo entendimento de seus reflexos na sociabilidade moderna a partir de um processo mais amplo de construção social que se elabora tanto a partir de valores culturais heterogêneos (VELHO, 2010, p.228) quanto por meio de um padrão mais amplo e hegemônico de racionalidade instrumental. Uma ressalva teórica se faz pertinente nesta direção: segundo observa Souza Martins (2010, p.18), a modernidade não deve ser confundida com os objetos e signos do moderno, pois “a eles não se restringe, nem se separa da racionalidade que criou a ética da multiplicação do capital”. Mais do que isso, justifica o autor, a experiência moderna deve ser compreendida a partir da constituição que faz da “realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual” (SOUZA MARTINS, 2010, p.18).

⁶⁷ Entre os formuladores pioneiros do conceito de “pós-modernidade”, encontra-se o filósofo francês Jean-François Lyotard. O autor trabalha a concepção na primeira edição de seu livro *A condição pós-moderna*, originalmente publicado em 1979 (utiliza-se para referência neste trabalho a versão em língua portuguesa publicada em 2000). Entretanto, da mesma forma como podem ser localizadas diferentes linhas de pensadores que incorporam o conceito em suas reflexões, outros expoentes das ciências sociais colocam em questão a validade do prefixo “pós” para caracterizar o período histórico referente ao solapamento das bases clássicas da experiência moderna. Encontra-se nesta posição, por exemplo, o teórico marxista Slavoj Žižek. Para o pensador esloveno, conforme chamam atenção Moura & Ferreira (2011, p.78), “denominar taxativamente um conceito como ‘pós’ é errado, uma vez que a sociedade atual vive o hoje”. Além disso, avalia Žižek, definir a sociedade contemporânea como pós-moderna consiste em “colocar-se à frente dela olhando para trás”, o que seria reprovável. Sobre este debate, ver a reflexão de Moura & Ferreira (2011), além do próprio Žižek (2006). Como ponto de vista alternativo, Souza Martins (2010), focado na análise da experiência moderna brasileira, sugere de forma interessante a utilização da expressão “modernidade inconclusa”. No panorama deste trabalho, contudo, sobretudo por sua intenção mais generalista na análise da experiência moderna, recorre-se apenas ao uso dos termos “modernidade”, “experiência moderna” e “sociabilidade moderna”.

Observada num olhar histórico, a origem do pensamento moderno localiza-se no continente europeu, em especial nos países que vivenciam o contexto de efervescência de ideias e ideais que compõem o Iluminismo. Nesse contexto, as revoluções burguesas no século XVIII – com destaque para a Revolução Francesa, no plano político, e para a Revolução Industrial, no plano econômico – sedimentam o terreno – não livre de tensionamentos – para a formulação de um novo projeto ético e refundam algumas das principais bases que conformam suas relações sociais. De modo particular, como pontua Birman (2010), o levante francês configura-se como o ponto de chegada de um projeto social que se sustenta, entre outros pilares, num novo ideário de moralidade:

O povo passou assim a fundar a soberania política, podendo então delinear os destinos da nação. A *igualdade* de direitos dos cidadãos, associada ao exercício pleno da *liberdade* por estes e da *fraternidade* entre estes, delineava o campo formal para a busca da felicidade para todos os cidadãos. (BIRMAN, 2010, p.34).

Esse ideário engendrado a partir da tríade de premissas da Revolução Francesa culmina, mais tarde, na emancipação histórica de um *ethos* eminentemente burguês que se caracteriza pela “seriedade” e, em última instância, introduz os sentidos de calculabilidade e de racionalidade no compasso do modo de vida moderno (MORETTI, 2003). Assim, a mesma burguesia que se fizera revolucionária no século XVIII opta, num segundo momento, pela sobriedade e pela regularidade como formas de resguardo de suas conquistas; a começar – como revela Franco Moretti amparado em exemplos da literatura – pela formatação de um protótipo de “mundo privado” que se faz ainda presente nos ideais da sociabilidade moderna:

Casas mais cômodas e iluminadas, em que as portas se multiplicam, os aposentos se diferenciam e um deles se torna precisamente o lugar da vida cotidiana: a sala de estar — o "*soggiorno*", "*locale adibito al ricevimento degli ospiti, alla conversazione*" (dicionário Battaglia); a "*drawing room*", que na verdade é a "*with-drawing room*", o aposento onde a classe média se aparta da criadagem e usufrui aquele bem novo que é o "tempo livre". A sala de Vermeer e do romance: de Goethe, Austen, Balzac, Eliot, Mann... Um espaço sempre disponível, sempre pronto a dar início a uma história. (MORETTI, 2003, p.15).

Ou, ainda adiante, pela ideia lukacsiana de “domínio da ordem” – o que se repete sistematicamente, regularmente, pelo que deve forçosamente repetir-se em obediência a uma

norma, pelo que deve ser feito sem consideração pelo prazer ou desprazer (LUKÁCS, 2010, p.75)⁶⁸ – que passa a caracterizar o ritmo da vida cotidiana. Prossegue Moretti nessa direção:

São os "ritmos ocultos" analisados por Zerubavel: aquelas atividades regulares, repetidas, que "interferem nos desejos espontâneos do indivíduo" e "enrijecem" a vida (como no terrificante rito burguês da aula de piano); é "a inclinação típica a um modo de vida racional e metódico" mencionada por Kocka; são os "bons lucros" descritos por Barrington Moore: "pequenos, mas estáveis, que se obtêm com uma atenção laboriosa ao particular"; é "a domesticação do acaso" (Ian Hacking) produzida pela estatística do século XIX, ou a rápida e reveladora difusão de palavras (e de ações) como "normalizar" e "estandardizar". (MORETTI, 2003, p.16).

O complexo processo de consolidação desse *ethos* moderno particularmente calcado nas premissas burguesas, todavia, envolve em seus meandros uma boa dose de hegemonia; e esta, como posteriormente argumenta o próprio Moretti (2009, p. 212), “não exige pureza” para além de “plasticidade, camuflagem e cumplicidade entre o velho e o novo”. Compreende-se assim, como apontam Cardoso de Mello & Novais (1998, p.607), que a modernidade resulta e avança num horizonte histórico por meio de um tensionamento permanente: de um lado, um conjunto de valores mercantis e utilitários – “propriamente capitalistas” –, e de outro, o conjunto de valores “fundamentados seja religiosa, seja secularmente”, corporificados em instituições como a democracia de massas, a escola republicana e a estrutura familiar cristã; tensão que, advertem os autores brasileiros, possui a responsabilidade de frear o “funcionamento desregulado e destrutivo do capitalismo”. Embora se reconheça que os valores capitalistas – a liberdade individual desembaraçada da tradição, a emergência do *homo economicus* utilitário e a caracterização do mercado como estruturador da sociedade e motor da história – se imponham (e respaldem-se) graças à funcionalidade do capital, eles não devem ser confundidos com o conjunto dos valores modernos (CARDOSO DE MELLO & NOVAIS, 1998, p.606). É no contexto dessa relação, por conseguinte, que, no plano analítico, a experiência moderna (marcada pela emergência de valores culturais heterogêneos) deve ser diferenciada do simples acesso aos padrões de consumo e aos signos da modernidade.

Os padrões culturais que – a exemplo da metáfora do magma de Cornelius Castoriadis (1987) – emergem do modo de vida moderno e marcam a experiência contemporânea

⁶⁸ Originalmente, na versão em inglês do trecho do autor húngaro: “*something that recurs systematically and regularly, something that happens again and again in obedience to a Law, something that must be done without concern for desire or pleasure*”.

possuem uma natureza complexa que transpassa o mero exercício do consumo: eles codificam e disseminam novas relações de sociabilidade, cotidianidade e bem-estar. Estabelecem-se, assim, como um conjunto de procedimentos simbólicos que moldam a existência e dão a ela os elementos próprios com os quais se compreende a realidade (FARO, 2011). Fruto do acirramento do capitalismo industrial e de sua conseqüente reprodução de relações sociais⁶⁹, tais padrões respondem a um novo estatuto ético-moral e a um processo de racionalização do mundo (ou de “desencantamento”, na expressão weberiana) sem precedentes históricos: seu cume localiza-se na disseminação da sociabilidade instrumental como modo de vida típico de uma sociedade marcada pelo esclarecimento. Trata-se, finalmente, conforme sugere Faro (2011, p.105), de uma perspectiva que se alimenta de seu próprio imediatismo e da ideia de que os fenômenos que ocorrem ao redor dos indivíduos são dotados de uma “lógica imanente que os dirige e orienta suas condutas”.

3. Uma narrativa para explicar o mundo: o advento da racionalidade instrumental como guia para o conhecimento moderno

Um dos mais emblemáticos traços da racionalização da existência na modernidade vincula-se, nesse panorama, com as experiências de acesso ao imprevisível e de “domesticação do acaso” (MORETTI, 2003). Consiste, por conseguinte, em um processo pautado pelo advento da racionalidade instrumental como modelo explicativo pulsante para as arestas da sociedade – padrão cultural que, como observado anteriormente, se emancipa nas formas modernas de vida e ganha contornos mais claros na experiência cotidiana que chega à contemporaneidade. Observado numa perspectiva histórica, o processo de secularização das experiências mundanas culmina em importantes alterações nos modos humanos de contato com o desconhecido. Assim, como aponta Birman (2010, p.32), “se na Antiguidade os indivíduos poderiam ser protegidos das experiências do acaso e do imprevisível (...) pela intervenção dos deuses, no cristianismo, em contrapartida, a providência divina e a moral da salvação poderiam proteger os indivíduos dos males”. Já na experiência moderna, tal controle passa pela emergência da racionalidade técnico-científica e pela secularização das instituições e práticas sociais. Essa nova relação, objeto da reflexão de filósofos como Bacon e Descartes, introduz uma nova pauta na experiência cotidiana moderna: a emergência da estratégia e do

⁶⁹ Na perspectiva do sociólogo francês Henri Lefebvre, o capitalismo moderno avança com base na reprodução de relações sociais tanto capitalistas quanto não-capitalistas. Esta segunda modalidade consiste em noção teórica também trabalhada por José de Souza Martins em suas análises sobre a experiência moderna brasileira. Neste sentido, ver: Souza Martins (2010) e Gómes Soto (2009).

cálculo – inovação na subjetividade que possibilita o incremento da sensação de poder dos indivíduos sobre a natureza e o mundo. Explicita Birman (2010):

Com efeito, com a emergência do discurso da ciência e do seu correlato, isto é, a calculabilidade na leitura dos acontecimentos do mundo, a possibilidade de ocorrência do acaso foi efetivamente restringida. Em contrapartida, a responsabilidade do indivíduo no engendramento das ações e dos acontecimentos no mundo foi bastante incrementada. (BIRMAN, 2010, p.32).

Desse modo, a articulação da racionalidade aos registros do poder, da política e da ciência que, num recorte histórico, se conjuga com a constituição do discurso do Iluminismo no decorrer do século XVIII, configura-se também, ao longo da modernidade, na herança de traços culturais ainda mais complexos (BIRMAN, 2010, p.32). Tais traços, por sua vez, são decalcados em diferentes níveis da experiência ordinária, tais como a valorização do conhecimento racional-objetivo em detrimento da subjetividade oriunda de outros modos do saber.

No discurso científico propriamente dito, o conhecimento formal moderno projeta-se a partir de uma regra bastante clara: seu objeto é o aumento da influência dos homens sobre as coisas. Nesse sentido, Henri Bergson (1979, p.284), em seu clássico *A evolução criadora*, chega a reconhecer que a ciência, por mais que seja “especulativa em sua forma” e “desinteressada em seus fins imediatos”, é sempre mediada, em última instância, por alguma forma de recompensa. Segundo o pensador francês, uma das essenciais diferenças entre a ciência moderna e a chamada ciência antiga (aquela ligada aos panoramas históricos da Antiguidade e da Idade Média) reside exatamente no modo de apropriação desse objeto-influência:

Já mencionamos [a diferença entre as duas ciências] quando dissemos que os antigos reduziam a ordem física à ordem vital, isto é, a lei aos gêneros, ao passo que os modernos querem reduzir os gêneros às leis. Mas importa encará-la [a diferença] sob outro aspecto que, de resto, é apenas transposição do primeiro. Em que consiste a atitude dessas duas ciências para com a mudança? Nós a formularíamos dizendo que a ciência antiga crê conhecer suficientemente seu objeto quando lhe registrou momentos privilegiados enquanto a ciência moderna o considera a qualquer momento. (BERGSON, 1979, p.285, grifos nossos).

Além disso, prossegue Bergson (1979), a distinção que particulariza o modo moderno de fazer ciência atrela-se à possibilidade do cálculo preciso – à exatidão – propiciada pelos novos mecanismos e formas de abordagem:

Há entre essas duas espécies de ciência [a moderna e a antiga] a mesma relação existente entre o registro das fases de um movimento pelo olho e o registro muito mais completo dessas fases pela fotografia instantânea. É o mesmo mecanismo cinematográfico nos dois casos, mas ele atinge, no segundo, um rigor que não pode ter no primeiro. (BERGSON, 1979, p.287, grifos nossos).

Cotidianidade e rigor matemático. A experiência racional moderna caracteriza-se, dessa maneira, por uma fundamental mudança no modo de conhecimento e experimentação da realidade concreta – constatação que não escapa ao crivo crítico dos pensadores frankfurtianos. Para Adorno & Horkheimer (1985, p.37), esse novo padrão de racionalidade técnico-científica mediado pela “matematização” desenfreada do mundo culmina na redução da natureza à mera “multiplicidade de possibilidades numéricas”:

A natureza é, antes e depois da teoria quântica, o que deve ser apreendido matematicamente. Até mesmo aquilo que não se deixa compreender, a indissolubilidade e a irracionalidade, é cercado por teoremas matemáticos. Através da identificação antecipatória do mundo totalmente matematizado com a verdade, o esclarecimento acredita estar a salvo do retorno do mítico. Ele confunde o pensamento e a matemática. (...) O procedimento matemático tornou-se, por assim dizer, o ritual do pensamento. Apesar da autolimitação axiomática, ele se instaura como necessário e objetivo: ele transforma o pensamento em coisa, em instrumento, como ele próprio o denomina. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.37).

Por outro lado, se encarada sob a perspectiva culturalista de Martin-Barbero (2003), a valorização do conhecimento racional-objetivo nos modos modernos de vida – aspecto entendido como um componente essencial do “longo processo de enculturação” –, encontra respaldo em elementos estruturadores da sociedade e projeta-se diretamente nas “transformações do saber e dos modos populares de sua transmissão” (MARTIN-BARBERO, 2003, p.144). Nessa direção, o teórico colombiano utiliza-se da personagem popular “bruxa” – imagem criada em torno das antigas feiticeiras, mulheres que dominavam um tipo particular de saber transmitido de geração a geração – para tornar clara sua argumentação sobre a nova concepção de sociabilidade:

A bruxa sintetiza para os clérigos e os juízes civis, para os homens ricos e cultos, o mundo que é preciso abolir. Porque é um mundo descentrado, horizontal e ambivalente que entra em conflito radical com a nova imagem do mundo que esboça a razão: vertical, uniforme e centralizado. (MARTIN-BARBERO, 2003, p.144-145).

Em sentido semelhante, prossegue Martin-Barbero (2003, p.145), a escola desempenha “papel preponderante” no solapamento dessa consciência popular e no processo de perseguição instituído pela racionalidade moderna contra o “saber mágico”:

A aprendizagem da nova sociabilidade começa pela substituição da nociva influência dos pais – principalmente da mãe – na conservação e transmissão das superstições. E passa sobretudo pela mudança nos modos de transmissão do saber. Antes se aprendia pela imitação de gestos e através de iniciações rituais; a nova pedagogia neutralizará a aprendizagem ao intelectualizá-la, ao convertê-la em uma transmissão desapaixonada de saberes separados uns dos outros e das práticas. (MARTIN-BARBERO, 2003, p.145-146)

É neste ponto que se sublinha um dos principais legados decalcados na sociabilidade moderna pela secularização do conhecimento: a emergência do modo de experimentação do mundo determinado por uma racionalidade técnico-científica especialmente quantitativa (caracterizada pela calculabilidade e pela precisão matemática) na leitura sobre as coisas e a natureza – operacionalização que resulta, como dito, no incremento da sensação de poder dos indivíduos sobre a natureza e o próprio mundo (BIRMAN, 2010, p.33). Mais do que isso, pontua Muniz Sodré (2006, p.181), trata-se mesmo da emergência de uma nova ética segundo a qual “a vinculação moderna entre os indivíduos se faz pela eliminação das origens fundacionais e das sacralizações”; isto é, “aos laços intersubjetivos fundamentados em consanguinidade, territorialidade e crença religiosa, sucedem o poder impessoal do estado moderno e o princípio matemático como base do pensamento”. No mais, prossegue o teórico brasileiro, “o conteúdo do discurso moral passa a referir-se à vontade e à razão dos indivíduos, abrindo caminho para a visão empirista, que entende a razão prática como razão instrumental” (SODRÉ, 2006, p.188).

Decorrem desse cenário algumas das mais significativas mudanças na experiência espacial que se afloram na modernidade. Surgem novas técnicas de medição e as unidades de medida tornam-se cada vez mais exatas e segmentadas. A cartografia que, em compasso semelhante, ganha em precisão e cálculo, vê suas premissas projetadas – mesmo que metaforicamente – em diferentes áreas. O universo – o “Céu” – secularizado já não causa a apreensão e o temor de outrora; aliás, torna-se também objeto de racionalização. Da mesma forma, aperfeiçoam-se e popularizam-se instrumentos precisos de medição e navegação (como bússolas e astrolábios, depois substituídos por equipamentos mais modernos) desenvolvidos desde a Idade Média por pensadores à frente da sociabilidade daquele tempo (e, por isso, muitas vezes considerados subversivos).

Além disso, como sugere o próprio Martin-Barbero (2003, p.145-146), a dinâmica de mutação estabelecida na pedagogia moderna passa a coincidir com um processo de segmentação do conhecimento – operação que, em impulsos de estratégia e cálculo, procura restringir a complexidade dos fenômenos naturais e sociais dividindo-os em unidades e disciplinas independentes. O ensino e o conhecimento tornam-se, assim, tecnicistas e departamentalizados – rotineiros, segmentados e repetitivos, “como nas linhas de trabalho tayloristas e fordistas” (SODRÉ, 2006, p.100) –, padrão que, para além de seu envolvimento na transmissão do saber, também se dissemina nos mais variados aspectos da vida cotidiana.

4. A construção social do bem-estar moderno: as marcas da sociabilidade instrumental

Tome-se, por exemplo, as experiências modernas da satisfação e do bem-estar: observadas sob uma perspectiva histórica, tais experiências revelam significativos traços de transformações culturais oriundas desde a ascensão dos modos modernos de sociabilidade e do decorrente solapamento de padrões que se fizeram válidos em outros momentos da história ocidental. Detalha-se: conforme pontua Birman (2010, p.30) com base nos escritos de Aristóteles, a experiência da satisfação na Antiguidade vincula-se ao fenômeno da ascese – a busca incessante por um “bem supremo” por meio do “cultivo da alma”. Assim, na Grécia Antiga, a prática contínua da reflexão configura-se como um “componente indispensável da vida feliz” (FREIRE FILHO, 2010, p. 68). A noção de felicidade, nesse contexto, coloca-se “no coração da política, no seio da construção da *polis* e da vivência da cidadania” (FRANÇA, 2010, p. 216) – ou seja, desvela-se como um projeto eminentemente coletivo. Já com o advento do cristianismo (e seus novos padrões morais e éticos) a experiência da satisfação passa a pautar-se pela busca contínua da comunhão com Deus (um novo ideário de “bem supremo”). O conceito de felicidade une-se, então, à concepção de “salvação da alma” e sua conquista na “outra vida” caracteriza-se por uma espécie de “sensorialidade do sofrimento” – ela própria uma “forma de felicidade” (DUARTE, 2010, p. 249). A sociabilidade cristã pré-moderna sedimenta-se, assim, numa ética da dor terrena (e da privação) como forma essencial de satisfação.

Na experiência moderna, contudo, ocorre o descolamento da relação hierárquica entre renúncia e recompensa. O registro da alma, nessa perspectiva, “perde o seu lugar de autonomia e de superioridade, subsumida que foi ao registro do corpo” (BIRMAN, 2010, p.31). Logo, o bem-estar também se desvincula de sua dimensão de sublimação. O prazer –

antes obtido por meio da renúncia – passa a ser “qualitativamente idêntico ao prazer a que se renuncia”; consiste num prazer “vinculado a uma série de práticas que envolvem os prazeres do corpo” (VAZ, 2010, p. 145-146). Desse modo, a ânsia pela felicidade – “antes orientada ao Céu”, como sublinha Ferrer (2010, p.170) – se ocupa agora de seu sentido imanente, “um sucesso a ser conquistado na Terra”. Trata-se, nos termos de França (2010, p.217), da conversão do bem-estar em uma questão individualizada:

Não se trata mais da vida de boa qualidade no seio da *polis*, não é a salvação da alma e o alcance da vida eterna, não está na construção de um mundo novo onde todos possam ser felizes: ela está “dentro de cada um”, “ao alcance de cada um”, e é resultado de um investimento pessoal. Esta é a privatização da felicidade que alcançamos nas últimas décadas, significando o direito, mas também um dever que nos impulsiona e nos atormenta. (FRANÇA, 2010, p.217).

No panorama da modernidade, portanto, as relações sociais ligadas ao bem-estar se secularizam e trazem consigo novos estatutos éticos e morais. O hedonismo (caracterizado pela valorização do prazer individual e imediato), nesse contexto, vivencia um sobressalto e emerge como uma marca distintiva da experiência moderna com reflexos inevitáveis nos modos contemporâneos de vida. Conforme revela Duarte (2010), o “novo hedonismo”, fruto dessa experiência, difere de sua forma tradicional (voltada para a dimensão pública do consumo) por vincular o prazer e a satisfação do indivíduo a estímulos externos e ao mesmo tempo individualizados; ou seja, “não são as qualidades intrínsecas deste (consumo) que o tornam evidentemente atraente, mas sim sua capacidade de suscitar um sentimento pessoal, uma disposição ou afinidade eletiva que eleva o sujeito ao patamar da felicidade” (DUARTE, 2010, p.242). A ilustração a seguir – criação do cartunista brasileiro Adão Iturrugarai – expõe de forma bem humorada a ironia expressa nessa mudança entre as formas de “sublimação” para a conquista da felicidade no contexto da experiência moderna:

Figura 5 – *La vie en rose*, de Adão Iturrusgarai: Reprodução de cartum



(Fonte: Blog “O Mundo Maravilhoso de Adão Iturrusgarai” – www.adao.blog.uol.com.br)

Por sua própria característica expressiva, o cartum problematiza pela via da comicidade a passagem de uma experiência de bem-estar edificada no subjetivismo da ascese para uma nova experiência calcada no consumo desenfreado do hedonismo capitalista. Consiste definitivamente numa nova concepção de ética e de moralidade. Os legados desse novo projeto moral e ético, por sua vez, traduzem-se em níveis ainda mais complexos. Intrinsecamente ligadas às concepções modernas de bem-estar e hedonismo, afloram-se, por exemplo, novas noções de individualismo e perfectibilidade. A primeira delas tem origem na nova configuração do espaço social: concebido agora como “uma associação de indivíduos, conforme o que se enunciou nos preâmbulos das constituições francesa e norte-americana, resultantes que foram de suas revoluções respectivas” (BIRMAN, 2010, p.35). No interior desse projeto, é o discurso do “individualismo como valor” que conquista supremacia. A construção social do bem-estar pauta-se desde então pelo “culto ao indivíduo” (um valor em si e para si), fruto da secularização das relações morais e éticas (que retira do paraíso o monopólio sobre a definição de destinos dos homens sobre a “terra”) (BIRMAN, 2010, p.35) – tal como ilustra comicamente o cartum acima apresentado. Paralelamente, a nova possibilidade de busca contínua pela perfectibilidade terrena (fruto de um estatuto moral secularizado) articula-se ao conceito de progresso, ambos sob a batuta da racionalização técnico-científica e da individualização (BIRMAN, 2010, p.34). Logo, a conquista do bem-estar e do direito à felicidade (aspecto da modernidade que se estende também como lema das culturas ocidentais contemporâneas) ocupa um novo pressuposto reservado à esfera privada: responde agora por uma finalidade a ser assumida por cada indivíduo (VAZ, 2010, p.135-136).

Nesse panorama histórico, reconhece-se a sincronia estabelecida (numa relação de respaldo mútuo) entre novos estatutos de sociabilidade e a emancipação de projetos político-

ideológicos de fundo. Assim, embora as discrepâncias sociais que avançam pelo século XIX e chegam ao século XX coloquem em xeque os ideários modernos de liberdade, de fraternidade e, sobretudo, de igualdade individual, por outro lado, a derrocada dos projetos políticos e econômicos que poderiam se oferecer como alternativas (notadamente a queda do projeto socialista na segunda metade do século XX) permite e alimenta a ênfase numa ordem liberal no ocidente (agora sob chancela do neoliberalismo). Ressalta Birman (2010):

Se o Estado ocupava uma posição importante na ordem social e política da sociedade do bem-estar social com o Estado-previdência, foi sua estrutura que passou a ser o objeto sistemático de críticas e de desmobilização com a nova ordem neoliberal. O Estado perdeu, assim, a posição de mediador e de regulador do espaço social, de maneira que este foi sendo efetivamente transformado num mercado e passou a ser concebido na escala de ser um mercado. Além disso, o mercado adquiriu dimensões internacionais, iniciando-se o processo de globalização numa escala anteriormente inexistente. (BIRMAN, 2010, p.36).

Herança da modernidade, o “culto ao indivíduo” (ou narcisismo) acentua-se, também aqui, no *ethos* moderno. Segundo expõe Freire Filho (2010, p.54), é sintomática a raridade ou inexistência de projetos de mudanças coletivas que, portanto, possam funcionar na contemporaneidade “como paradigma crítico do existente ou como símbolo de esperança na construção de um porvir significativamente distinto”. Em direção oposta, porém, as expectativas de mudanças individuais são tomadas por grande otimismo: “múltiplas fontes acadêmicas e midiáticas irradiam a convicção de que a ciência é capaz de indicar, passo a passo, como robustecer os mananciais biológicos ou psicológicos de uma existência cronicamente feliz” (FREIRE FILHO, 2010, p.54). Além disso, conforme pontua Birman (2010, p.39), o registro psíquico clássico do “eu ideal” vê, nesse contexto, seu solapamento decretado por um registro ascendente de “ideal de eu” – alteração na subjetividade moderna que coloca em xeque o imperativo ético da alteridade. Tal deslocamento, enfim, faz com que o sujeito contemporâneo seja concebido a partir de três eixos: o corpo, a ação e a intensidade, “segundo os quais são a performance e a autonomia que sustentariam a autoestima do indivíduo” (BIRMAN, 2010, p.39). A própria concepção de autoestima, aliás, adensa-se e seu eventual decréscimo passa a representar “um dos maiores fantasmas” da subjetividade moderna: “isso porque, na atualidade, o incremento, a manutenção ou a diminuição da dita autoestima estariam diretamente vinculados à condição do indivíduo de ser vencedor ou de ser perdedor” (BIRMAN, 2010, p.41).

Integrando-se ao debate, Binkley (2010) também vincula a disseminação da experiência moderna de bem-estar às próprias relações de poder da lógica econômica do neoliberalismo. Assim, de acordo com o autor norte-americano, na economia, na administração, nas teorias organizacionais e no marketing, a ideia de satisfação desponta com uma mecânica interna precisa e passível de otimização e coordenação (BINKLEY, 2010, p.83). Ou seja, trata-se de um processo de racionalização da subjetividade a partir dos pressupostos neoliberais:

A tarefa de tornar-se feliz, de interrogar e problematizar os próprios hábitos emocionais infelizes, seus pensamentos e comportamentos, de acordo com seus retornos relativos em volume de felicidade, induz o indivíduo a integrar as prioridades da ordem sócio-econômica dominante na prática de sua própria subjetividade. (BINKLEY, 2010, p.90).

Finalmente, tal racionalização traduz-se, na prática, na construção de um discurso tecnicista a respeito da capacidade de ser feliz. Dissemina-se, dessa forma, “um discurso contagiante sobre a promessa de felicidade individual que é ao mesmo tempo edificante e técnico, protegido pela ciência e aparentemente capaz de estender-se até os momentos mais humanos da vida cotidiana” (BINKLEY, 2010, p.90). A busca pela satisfação individual, nesse sentido, ganha contornos de uma relação “custo-benefício” em que “o retorno sobre o tempo dedicado é dado em quantidades de felicidade” (BINKLEY, 2010, p.99)⁷⁰. Já as sensações de bem-estar, por sua vez, são cada vez mais funcionais, otimizadas e pautadas pelo pragmatismo (FREIRE FILHO, 2010, p.60) – sintomas que reforçam a instrumentalização da experiência moderna herdada por seus modos de sociabilidade.

5. A racionalidade em figuras de tempo: do linear ao mensurável, um percurso até regularidade cotidiana

A racionalização da existência na modernidade possui traços históricos e culturais de diferentes naturezas que, evidentemente, transpassam as referidas experiências da satisfação e do bem-estar. Tais traços, como os demais, também resultam em heranças profundas nos modos com os quais o homem ordinário lida com seu cotidiano. Um dos traços mais significativos, neste sentido, resulta na formatação da temporalidade moderna com base em

⁷⁰ Se considerada a advertência teórico-metodológica de Moretti (2003) segundo a qual a disseminação social de um padrão narrativo somente ocorre quando existe algo na cultura circundante que o respalda, torna-se compreensível o impressionante sucesso da “psicologia positiva” como fenômeno cultural popular e de mídia na contemporaneidade. Autoproclamada a “ciência da felicidade”, este braço da psicologia contemporânea viabiliza-se em torno dos argumentos genéricos da autonomia individual e da autoajuda, atingindo um êxito significativo no mercado editorial ocidental (BINKLEY, 2010, p.87).

aspectos próprios da calculabilidade e da cotidianidade – um percurso que, partindo da mensurabilidade e da linearidade incorporadas à dimensão temporal moderna, desemboca na configuração de um padrão mediado pelo ritmo da regularidade.

Caracterizado como um dos principais traços do modo de vida moderno, o predomínio da dimensão temporal sobre a dimensão espacial – esta última, segundo Muniz Sodré (2009, p.84), a principal dimensão “desvalorizada pelo pensamento modernizante” – inscreve-se socialmente como premissa cultural indispensável. Nas palavras do autor brasileiro, “a partir do movimento das ações cotidianas, cria-se uma unidade que correlaciona de perto o fluxo das coisas e da cultura, e faz do tempo a entidade métrica do movimento ou da passagem, inscrevendo os resultados da medição em calendários e relógios”. A experiência cotidiana moderna passa, assim, pela linearidade temporal, “cujo conteúdo mais evidente é a ideia de progresso, ou seja, muda-se para melhorar ou progredir” (SODRÉ, 2009, p.84). – concepção que dialoga no plano teórico com a problematização proposta por Henri Bergson (1979) para ideia de “imaginários de tempo”.

Na perspectiva bergsoniana, a noção de tempo difere radicalmente do aspecto de linearidade que esta possui no pensamento moderno, isto é, sua complexidade está na interpretação que recebe a partir da ideia de um fluxo que não possui direção nem sentido. Nas reflexões do filósofo francês, portanto, o tempo dito “real” deve ser compreendido com base em uma “multiplicidade de múltiplos” – ou seja, a partir da consciência e da “própria mobilidade do ser” (BERGSON, 1979, p.290) – e, por assim se constituir, escapa aos limites da sucessão temporal culturalmente convencionada:

A verdade é que mudamos sem cessar, e que o estado por sua vez já é mudança. Isso equivale a dizer que não há diferença essencial entre passar de um estado a outro e persistir no mesmo estado. Se o estado que ‘continua o mesmo’ é mais variado do que se crê, inversamente a passagem de um estado a outro assemelha-se mais do que se imagina a um mesmo estado que se prolonga; a transição é contínua. (...) Onde há uma fluidez de matizes fugidios que se interpenetram, ela (nossa imaginação) percebe cores estanques, e por assim dizer sólidas, que se justapõem como contas variadas de um colar: forçoso lhe é supor então um fio, nada menos sólido, que mantenha as contas juntas. (BERGSON, 1979, p.14-15).

Em posição crítica contra o papel desempenhado pelo conhecimento técnico-científico na tentativa desenfreada de dominar a complexidade do fluxo temporal, Bergson (1979, p.290) alega que a ciência moderna deve ser classificada, sobretudo, “por sua aspiração a tomar o tempo por variável independente”. Nas palavras do autor:

Quando a ciência positiva fala do tempo, ela se refere ao movimento de certo móvel T em sua trajetória (...). Mas não se trata aqui do próprio fluxo, e muito menos, com mais forte razão, de seu efeito sobre a consciência; porque o considerado, no caso, são pontos T_1 , T_2 , T_3 ... tomados no fluxo, e nunca o próprio fluxo. Pode-se reduzir o quanto se queira o tempo considerado, isto é, decompor à vontade o intervalo entre duas divisões consecutivas T_n e T_{n+1} , e será sempre de pontos, e de pontos apenas, que estaremos tratando. (BERGSON, 1979, p.290-291).

Além disso, como modo de enfatizar sua argumentação, Bergson (1979) utiliza-se de outra metáfora para problematizar a relação entre o chamado “tempo real” e o tempo cronológico e mensurável da sociabilidade moderna: a passagem de um rio sob pontes localizadas em suas margens. Para pensador francês, a sucessão temporal convencionada “não se aplica ao devir, no que ele tem de móvel, tanto quanto pontes erguidas de longe em longe sobre o rio não acompanham a água que flui sob seus arcos” (BERGSON, 1979, p.292). Inapreensível pela inteligência, portanto, o “tempo real” somente torna-se passível de compreensão quando racionalizado e assimilado culturalmente a partir de representações simbólicas – a mais famosa delas, “uma seta que avança infinitamente do passado em direção ao futuro” (KILPP, 2010, p.1). O aperfeiçoamento do relógio, nesse contexto, permite a racionalização da experiência temporal e transmite uma “reconfortante sensação de controle sobre a passagem do tempo e dos acontecimentos a ele relacionados” (KILPP, 2010, p.2) – percepção que, na concepção de Bergson (1979), limita-se a uma representação socialmente convencionada que não responde ontologicamente à complexidade do fenômeno.

Uma das principais premissas bergsonianas que colaboram para o entendimento da experiência temporal na modernidade sustenta-se, como revela Kilpp (2010, p.2), no postulado de que “quando várias coisas estão em movimento, é preciso imobilizar pelo pensamento uma delas, colocar-se em seu lugar e observar o movimento das demais coisas em relação ao lugar em que artificialmente paramos o tempo ou o movimento”. Tal exercício subjetivo, contudo, ao subordinar-se a um hábito enunciativo que resulta necessariamente na construção de uma hierarquia simbólica, acaba por afetar a apreensão da realidade concreta. Assim, longe de constituir o acesso a uma estrutura concreta estável, a percepção temporal da realidade passa a ser inevitavelmente mediada por metáforas – duas delas fundamentais para o imaginário de tempo das sociedades ocidentais: além da seta, o ciclo (GOULD, 1991). Mas, embora a noção cíclica do tempo contemple a elaboração de um elo entre a experiência temporal humana e os ciclos da natureza e permita a busca de “princípios gerais tão regulares que existiriam fora do tempo-espaço” (KILPP, 2010, p.3), a experiência racional moderna

acaba por privilegiar as representações simbólicas oriundas do imaginário mensurável e linear da seta.

Nessa conjuntura, localiza-se no bojo da modernidade a valorização da noção de “atualidade”, processo que culmina na reorganização cultural da experiência temporal. Em outros termos, conforme ilustra Sodré (2009, p.60), significa dizer que para além das profundas mudanças na experiência espacial (pautadas, sobretudo, pelo advento das novas técnicas de medição), a experiência temporal moderna radicaliza-se pelos sentidos disseminados pela cronologia do relógio: a ideia de “atual” estabelece-se, assim, como promotora de um “curto circuito entre passado e presente” – traço fundamental que passa a orientar a experiência cotidiana. Tais alterações podem ser encaradas como típicos sintomas da racionalidade nos modos de experimentação do cotidiano. Em outros termos:

No momento em que se concebe a hipótese de um futuro diferente do passado, dá-se o rompimento com o mundo da tradição e das ordens eternizadas. Desde o Iluminismo, a história afirma-se como aspiração a uma unidade racional, distinta das histórias exemplares narradas, trabalhada pelos historiadores e pelos filósofos. Os acontecimentos deixam de ser pensados no quadro de uma desordem ontológica (a heterogeneidade das experiências) para serem enfeixados no conceito de uma entidade maior, racional e teleologicamente orientada no sentido de progresso. (SODRÉ, 2009, p.60-61)

Trata-se, nas reflexões de Martin-Barbero (2003), de mais um traço de “enculturação” que se caracteriza, desta vez, pelas “rupturas no sentido de tempo”. Para o autor colombiano, a linearidade instaurada pelas mediações que posteriormente se tornariam massivas rompe, por exemplo, com a temporalidade cíclica que caracterizava as festas e outras manifestações populares nas sociedades que a antecedem. Diz o autor: “As festas, com sua repetição, ou melhor, com seu retorno, balizam a temporalidade social nas culturas populares. Cada estação, cada ano, possui a organização de um ciclo em torno do tempo denso das festas” (MARTIN-BARBERO, 2003, p.142). Por outro lado, “a aparição do relógio possibilita a unificação dos tempos, e a ‘descoberta’ pelo mercador do valor do tempo dá origem a uma nova moral e a uma nova piedade” (MARTIN-BARBERO, 2003, p.143). O tempo-vivido, ressalta Martin-Barbero (2003, p.143), é substituído pelo tempo-valor, “o tempo valorizado, ou melhor, a fonte do valor, já não é o da circulação do dinheiro e das mercadorias, mas o da produção, o do trabalho enquanto tempo irreversível e homogêneo”.

Tal redefinição no sentido de temporalidade pode ser encarada, uma vez mais, como sintoma de um processo de mutação cultural. Assim, nas palavras de Sodré (2009, p.61), “é

cada vez mais próprio da modernidade ocidental tomar o tempo como ‘fonte para a solução dos problemas’” – ou seja, trata-se da tarefa moderna de pautar o fato pelo “atual” (pelo “aqui e agora”) e singularizá-lo para esclarecê-lo. Margeada por essa nova noção de temporalidade, emerge também uma concepção moderna de notícia: “sempre em busca de algum esclarecimento ou de uma unidade social explicativa no cotidiano da cidadania, daí o prestígio dessa pretensa unidade dos microaspectos singularizados do fato” (SODRÉ, 2009, p.61). Nessa nova caracterização da temporalidade na modernidade, norteadas pelo solapamento do “tempo denso” e do “tempo-vivido”, respalda-se ainda uma nova marcação rítmica que caracteriza o modo de vida do cotidiano. Conforme destaca Sodré (2009, p.85), a ideia de cotidianidade – “onde a temporalidade é descontínua e múltipla” – passa a ser racionalizada pelo fracionamento resultante da temporalidade cronológica. Esse novo tempo cronologicamente pontuado e ritmado, por sua vez, incorpora-se e torna-se predominante também no senso comum, marcando – no plano simbólico – a experiência cotidiana socialmente construída.

Portanto, a segmentação do tempo em unidades cronológicas e métricas (voltadas a um futuro “unidimensional e contínuo”), bem como a segmentação do conhecimento em unidades intelectualizadas e objetivas, marcam a nova sociabilidade de uma sociedade que passa a responder por moderna. A atividade jornalística, nesse contexto, não foge à regra e, ainda além, vincula a essa nova sociabilidade algumas de suas principais premissas – tais como a noção de credibilidade, “principal capital simbólico do jornalista”. A credibilidade, conforme aponta Sodré (2009, p.42-43), traduz-se, então, num “pacto induzido pela bandeira da objetividade, fincada no solo da cultura jornalística desde meados do século XIX”. Assim, a atividade jornalística, entendida como uma construção cultural particular, estabelece suas marcações simbólicas entre a racionalidade moderna e o senso comum, contribuindo para a disseminação de um sentido peculiar que encontra suporte e finalidade nas práticas ordinárias e regulares da vida cotidiana.

6. A narrativa noticiosa como traço da experiência moderna e sua mediação pela vida cotidiana: os sentidos de um ‘viver’ instrumentalizado

Tratada como “a vida de todo homem” na acepção de Agnes Heller (1972, p.31), a ideia de vida cotidiana, ao lado do próprio conceito de cotidiano a ela atrelada, desempenha um papel preponderante neste debate por vincular-se umbilicalmente, como visto no capítulo anterior, à concepção de *doxa* ou senso comum. De modo geral, o conceito se configura

como o espaço de trocas sociais em que o senso comum se estabelece como forma legitimada de conhecimento. No caso da conceituação de Pierre Bourdieu (1977), a esfera do cotidiano pode ser ainda entendida como a dimensão social na qual se constitui o processo simbólico de rotinização das práticas, bem como da naturalização das arbitrariedades decorrente dela. A ideia de regularidade cotidiana, por seu turno, vincula-se à concepção de racionalidade instrumental, da qual, como também observado anteriormente, é resultante pela disseminação de uma série de processos sociais hegemônicos.

Conceitualmente, a sociedade moderna caracteriza-se como uma sociedade mediada pela cotidianidade – embora a multiplicidade de sentidos de tempo vinculada a tal concepção passe por um solapamento regido pela temporalidade característica da racionalidade instrumental. Esse postulado, reconhecido por Souza Martins (2010), se faz fundamental no entendimento da experiência moderna. Para o sociólogo brasileiro, num claro endosso da posição teórica de Henri Lefebvre, ao menos duas demarcações conceituais devem ser consideradas na compreensão sociológica do cotidiano: de um lado, sua compreensão em oposição ao chamado “tempo festivo”, ou seja, o “tempo cósmico do processo social”; e de outro, o entendimento do cotidiano como tempo linear, “privado do ritmo natural e cósmico, reduzido à sua linearidade quantitativa, capturado pela lógica da acumulação e da mensuração – o tempo determinado pela mediação do valor de troca das mercadorias e do trabalho mercantilizado” (SOUZA MARTINS, 2010, P.90).

Entendido numa perspectiva sociológica, o cotidiano desponta, assim, como uma expressão típica da modernidade, ou seja, um contraponto particular à subjetividade dos modos de saber pré-modernos. Daí a pertinência de reconhecê-lo como algo despojado de sentido quando dissociado do processo histórico que o reproduz. Conforme adverte Souza Martins (2010, p.131), “numa perspectiva verdadeiramente dialética é necessário antes de tudo ter em conta que a chave explicativa que dá sentido ao curso da História está na contradição entre o homem e sua obra”, na relação alienada entre “aquilo que ele quer e aquilo que ele faz” – e nesta conjectura também se localiza a compreensão teórica do cotidiano. Portanto, embora tenda a ser confundido com o “banal” e o “indefinido” (bem como com o “doméstico” e o “íntimo”), o cotidiano vai bem além das “rotinas e banalidades de todos os dias” com as quais é correntemente identificado. Trata-se de um conceito que não pode ser destituído de sua historicidade (SOUZA MARTINS, 2010, p.89), pois – como ressalta Souza Martins (2010, p.125) – consiste numa mediação fundamental sobre a qual é possível “edificar e compreender a História”.

A mesma advertência teórica pode ser projetada para a noção de cotidianidade. Conforme define o sociólogo brasileiro, sua operacionalização está marcadamente na consciência possível a respeito da carência de significados que domina as rotinas modernas, em especial o “mundo do trabalho”. Diz Souza Martins (2010):

A exploração não priva (o trabalhador) apenas do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário. Priva-o também da clareza em relação ao que está acontecendo, ao confisco do tempo de trabalho excedente. O processo de valorização do capital implica em tornar o trabalhador conivente com a exploração que sofre. Ele deve legitimá-la para submeter-se a ela. Desse modo, ele perde a visibilidade do processo em que está envolvido. Mas, essa perda de visibilidade, que o faz reconhecer-se como juridicamente igual e o torna economicamente desigual, o coloca, ao mesmo tempo, em face da contradição que se encerra na sua exploração. (SOUZA MARTINS, 2010, p.154, grifos nossos).

Arelada ao “desencantamento do mundo” oriundo da racionalidade moderna, a cotidianidade consiste, portanto, na consciência do lugar das contradições na era do cotidiano (SOUZA MARTINS, 2010, p.94) – processo que, secularizado na modernidade, já não pode mais ser colocado nas contas da fé e da sublimação extraterrena. Seu advento relega ao homem comum o “domínio da suspeita difusa”, ou seja, cabe sempre ao homem cotidiano “o ônus de provar permanentemente que é inocente” numa sociedade caracterizada por valores já nem sempre estáveis (SOUZA MARTINS, 2010, p.69). Daí a relevância de se compreender a cotidianidade no horizonte contraditório do capitalismo e da experiência modernizante.

A concepção de vida cotidiana, por sua vez, vincula-se às relações possíveis entre o cotidiano e a cotidianidade. Agnes Heller (1972), numa clara e interessante distinção metodológica, aponta que as formas necessárias da estrutura e do pensamento da vida cotidiana se distribuem ao longo de cinco eixos distintos: trabalho, vida privada, descanso, lazer e atividade social. Entretanto, em que pese tal distinção, é notadamente no desenvolvimento capitalista – e em seus consequentes modos discrepantes de organização da atividade produtiva – que se localiza a emergência histórica do conceito. Argumenta Souza Martins (2010):

Justamente quando, com o desenvolvimento do capitalismo, a finalidade do trabalho passa a ser o próprio trabalho, tenha sentido ou não, e o trabalhador se põe numa relação de divórcio e alteridade com sua obra, que se acumula sem destino, na acumulação pela acumulação, é que o trabalho sem sentido dá origem à vida cotidiana. (SOUZA MARTINS, 2010, p.126).

No interior dessa perspectiva sociológica, portanto, ao menos dois pontos merecem ser sublinhados: primeiramente, é preciso considerar que nem todas as sociedades e épocas tiveram como parâmetros as ideias de cotidiano e de vida cotidiana⁷¹; posto que essas, como observado, estão relacionadas ao contexto da sociabilidade moderna (SOUZA MARTINS, 2010, p.126). Além disso, se faz necessário o reconhecimento de que a abordagem conceitual dessas noções possui sua base de apoio relacionada à concepção sociológica de alienação. A alienação desponta, assim, como uma espécie de “mal-estar da vida cotidiana e do mundo moderno”; e se configura dessa forma, pois, conforme argumenta Souza Martins (2010, p.74-75), no pensamento modernizante a consciência social do homem cotidiano se empobrece como imaginação (instância “criadora e revolucionária”) e se enriquece como imaginário.

Tal olhar teórico para a alienação, contudo, difere das análises clássicas do pensamento marxista ortodoxo que, numa clara ênfase economicista, vinculam exclusivamente o conceito à questão do trabalho e da mais valia. Para Agnes Heller (1972), por exemplo, a alienação pode estar no próprio solapamento promovido por um dos eixos estruturantes da vida cotidiana (como a vida privada ou lazer) sobre os demais⁷². Já para Souza Martins (2010, p.73-75), em semelhante perspectiva, as análises marxistas clássicas não explicam, de fato, como as pessoas vivenciam no cotidiano as próprias limitações oriundas da alienação (“o trabalhador não apenas trabalha”, chama a atenção o sociólogo brasileiro). Em outros termos, significa estender o questionamento da alienação para além da rotina produtiva diária, ou seja, trata-se de questionar o que acontece com a consciência do trabalhador quando esta é “liberada” da necessidade de pensar o “trabalho”.

Reconhece-se, dessa forma, que o conceito de rotina (derivado do termo rota), embora expresse uma acepção próxima (a rotina alienante do trabalho diário, por exemplo), não coincide e nem se faz suficiente para a compreensão da noção de regularidade na vida cotidiana. A regularidade cotidiana, figura de tempo que se estabelece como padrão cultural essencial para o entendimento da sociabilidade moderna, vai além da simples ideia de

⁷¹ O mesmo pode ser dito em relação ao conceito de “vida privada”. Sobre este assunto, ver o capítulo “Apontamentos sobre vida cotidiana e História” (SOUZA MARTINS, 2010).

⁷² É importante considerar no contexto desta discussão o próprio envolvimento de Agnes Heller numa escola de pensamento de origem marxista. Ao lado de Ferenc Fehér, György Márkus e Mihály Vajda, Heller integrou a chamada Escola de Budapeste, formada pelos discípulos mais próximos de George Lukács. Porém, como seguidores da perspectiva teórica de Lukács, as teses desse grupo se diferenciam das premissas do chamado marxismo dogmático. Isso significa que, partindo da concepção do marxismo como uma ontologia do ser social, a Escola de Budapeste opôs-se tanto ao “historicismo subjetivista” quanto às versões “estruturalistas do marxismo (que substituem a dimensão ontológico-social por um epistemologismo formalista e anti-histórico)” (HELLER, 1972, p.ix-xii).

“rotineiro”, pois é exatamente em sua contraditória falta de sentido que reside sua maior complexidade. Esclarece Souza Martins (2010):

Aparentemente, o repetitivo, o fragmentário, o episódico constituem toda a realidade do homem comum, constituem a única coisa que tem sentido. No entanto, estamos em face de uma quase completa falta de sentido, o viver aparentemente reduzido a ações e reações que se repetem, num retorno eterno ao mesmo e à mesmice. Acabou a história e a historicidade do homem? Certamente, não. O que parece mesmo nunca é o mesmo. (SOUZA MARTINS, 2010, p.136)

A redução da noção de vida cotidiana aos usos e costumes diários (ao rotineiro e ao repetitivo) consiste, desse modo, num empobrecimento conceitual que, segundo Souza Martins (2010, p.88), não a considera propriamente como um “modo de vida”. Entendidos como objeto de análise, o cotidiano e a vida cotidiana são caracterizados, por outro lado, pela incessante busca de sentido numa sociedade preenchida por contradições, mas pautada pela regularidade. Trata-se de uma espécie de “mundo em vigília” carimbado pelo ônus constante de se buscar significados numa vida secularizada e contraditória. É nesse mundo social, fruto dos modos de produção modernos, que se entrecruzam – segundo a interpretação lefebvrea – a temporalidade cíclica e principalmente o tempo linear do cotidiano, “modalidades diversas do repetitivo e também demarcadores de ritmo dos processos sociais” (SOUZA MARTINS, 2010, p.81).

A emergência da narrativa jornalística, por seu turno, desempenha papel essencial nesse cenário. No contexto das hipóteses de pesquisa aqui trabalhadas, a noção de regularidade cotidiana, vinculada à ideia de racionalidade instrumental, passa a constituir uma instância fundamental no processo de construção simbólica da notícia. Reveste-se de pertinência, nesse panorama, o exemplo de cobertura jornalística que abre o presente capítulo. Em suma, a crise líbia – fenômeno histórico-social de natureza multifacetada – possui, ao mesmo passo, sua complexidade reduzida à singularidade do fato jornalístico e sua explicação pautada pelos elementos do atual – o “aqui” e o “agora” caracterizadores da narrativa noticiosa. Essa dinâmica de caráter simbólico é mediada por elementos estético-expressivos que encontram respaldo nos padrões culturais da experiência racional moderna. Constituem exemplos relevantes da sistemática em questão a própria utilização do *lead* jornalístico – o que, quem, quando, por que e como –, elemento sintomático da singularização dos acontecimentos pelo jornalismo moderno, ou, de modo mais específico, a presença de

estatísticas e dos gráficos de linha para explicitar – de modo racional e matemático – o desenrolar dos fatos singularizados.

Cumpre-se, dessa forma, uma espécie de rito de passagem marcado pelo ritmo da regularidade jornalística: há a acentuação dos aspectos mais insólitos do evento (nesse caso, a violência, as mortes, a possibilidade de crise de desabastecimento de petróleo, a turbulência nos mercados econômicos, etc.) para na sequência ocorrer a emergência de um sentido atenuador com base em seus elementos explicativos. O assunto em pauta, outrora desviante, perde, assim, seu protagonismo para outros eventos mais insólitos num contexto mediado pela valorização do “atual”. No exemplo da crise líbia, após figurar em cenário de destaque no noticiário econômico por sucessivos dias, o enfoque jornalístico no assunto diminui seu espaço e gradativamente deixa a cena principal para ser substituído por outros eventos de caráter semelhante àquele assumido pela própria crise no início de sua cobertura⁷³.

Embora de modo ainda sumário, reconhece-se com base nesse cenário teórico-conceitual que o ritmo regular que caracteriza a vida cotidiana dialoga, a partir de uma análise ampliada, com a regularidade que conduz o ritmo da seleção dos fatos jornalísticos e da constituição propriamente dita da narrativa noticiosa. Trata-se de um jogo dinâmico, numa via de mão dupla, pelo qual o jornalismo – uma das pedras angulares da vida moderna – encontra respaldo e sentido tanto no compasso da experiência cotidiana quanto nos modos explicativos de suas formas de apreensão da realidade. Reforça-se, assim, que o discurso jornalístico representa uma forma narrativa tipicamente híbrida que se apoia ao mesmo tempo no pragmatismo dos fatos que constituem sua matéria-prima e nos aspectos simbólicos que pautam a sociabilidade operacional como modo de vida peculiar da modernidade. Consiste, em última instância, numa projeção no plano narrativo do processo histórico de “enculturação” pelo qual passa a racionalidade instrumental. Tal processo, marcado pela

⁷³ Naquela ocasião, os levantes contra Muamar Kadafi substituíram a ênfase então pertencente à outra crise política no mundo árabe: o levante egípcio que culminara na renúncia do líder Hosni Mubarak. Para efeito de exemplificação, na mesma edição do jornal *O Estado de S. Paulo* em que a crise líbia é inicialmente abordada, o veículo publica a matéria “Egito celebra ‘dia da vitória’ na Praça Tahrir”, seguida da foto-legenda “Fim de uma era” – inserções que, embora precariamente e momentaneamente, como mostraria a sequência dos fatos, reinserem simbolicamente o então levante egípcio num cenário *doxal*. Ver: *O Estado de S. Paulo*, 19/02/2011, p. A17. Operação simbólica correlata ocorre, mais à frente, no momento em que a cobertura do terremoto que abala o Japão em 11 de março de 2011 inicia um processo de substituição da pauta antes ocupada pela crise líbia. Assim, é sintomático que logo na edição posterior ao dia do terremoto, pela primeira vez em três semanas, o tema Líbia seja sequer mencionado na capa do veículo. Mais representativa ainda configura-se a quase imediata retirada de cena do assunto no âmbito do noticiário econômico e sua substituição por novas temáticas a partir de uma fórmula discursiva que expressa elementos próprios de regularidade. As matérias no caderno *Economia* sobre o terremoto e a crise nuclear no Japão passam, assim, a substituir a cobertura antes ancorada na crise líbia. Em muitos casos, a própria estrutura temática das chamadas é semelhante à cobertura anterior. Nesse sentido, ver, por exemplo, as chamadas: “Terremoto no Japão derruba bolsas ao redor do mundo” e “Tragédia no Japão afeta commodities”. *O Estado de S. Paulo*, 12/03/2011, p. B10 e B12.

transcodificação e pela disseminação de sentidos culturais hegemônicos, funda, enfim, as bases para a discussão que orientará a sequência do percurso teórico-conceitual até aqui percorrido. Foca-se nos capítulos seguintes nessa complexa dinâmica de inscrição cultural a que se vincula a concepção de noticiabilidade no jornalismo.

II – Processos

CAPÍTULO IV – PARA ALÉM DA *DOXA*, O *PARADOXO*: O FATO JORNALÍSTICO COMO *PARADOXO* COTIDIANO E A CONSTRUÇÃO CULTURAL DOS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

*O fato ainda não acabou de acontecer
 e já a mão nervosa do repórter
 o transforma em notícia.
 O marido está matando a mulher.
 A mulher ensanguentada grita.
 Ladrões arrombam o cofre.
 A polícia dissolve o meeting.
 A pena escreve.
 Vem da sala de linotipos a doce música mecânica.
 (“Poema do jornal” - Carlos Drummond de Andrade)*

A dinâmica de seleção noticiosa compreende duas etapas básicas e independentes, porém não estanques, que resultam em um processo de natureza circular, isto é, que se retroinfluenciam. São elas: a *disponibilidade* de itens noticiáveis e a subsequente *adequação* que os congrega em termos de notícia⁷⁴. Essa é a interpretação do sociólogo norte-americano Herbert Gans (2004), cuja perspectiva teórica visualiza em tal dinâmica um processo de “escolhas” e “tomadas de decisão” que se operacionalizam de uma maneira naturalmente “acelerada”⁷⁵. A referência ao verbo “acelerar”, por sua vez, não ocorre de modo aleatório. Para Gans (2004, p.81), embora os jornalistas sejam geralmente conscientes de que tomam decisões a todo o momento, por outro lado, caso fossem levados a indicar formalmente cada uma de suas incontáveis escolhas, não haveria condições para que o trabalho de confecção de um noticiário se completasse de um modo razoável. Inversamente, sublinha o sociólogo, os critérios que envolvem a disponibilidade e a adequação das notícias consistem em julgamentos que são tomados de maneira intuitiva no dia-a-dia das rotinas jornalísticas. Assim, os critérios de decisão atrelados ao processo de seleção noticiosa acabam por envolver uma série de peculiaridades que não podem ser desconsideradas numa leitura crítica do fenômeno; a saber: 1) tais critérios devem ser facilmente e rapidamente aplicáveis, uma vez que a escolha dos itens noticiosos deve ser feita com base em pouca deliberação; 2) devem ser flexíveis, posto que eles precisam se adaptar a uma infinita gama de itens noticiáveis; 3)

⁷⁴ Originalmente, em inglês, “*availability*” e “*suitability*”.

⁷⁵ Define Gans (2004, p.81): “*Story selection is a decision-making and choice-making process, but a hurried one*”.

devem ser relacionais e comparáveis, pois a adequação de uma notícia depende sempre de outros itens noticiosos disponíveis; 4) devem também ser facilmente racionalizáveis, uma vez que a substituição de uma notícia por outra deve ser justificada por uma razão que venha facilmente à mão; e, finalmente, 5) requerem uma espécie de consenso partilhado entre os jornalistas, dado que a aplicação desses diversos critérios – alguns deles contraditórios – evita o desenvolvimento de um cenário “caótico” no campo (GANS, 2004, p.81-82).

No interior dessa conjuntura teórica, entende-se que os critérios clássicos da noticiabilidade – parâmetros, esses, sistematizados por Shoemaker (1996) em categorias de “desvio” e de “significância social” –, a despeito da redução na complexidade do fenômeno que possam eventualmente acarretar, não devem ser meramente – e automaticamente – dispensados; entretanto, quando inseridos em um quadro epistemológico mais amplo, configuram conceitos que podem adquirir um novo padrão de pertinência. Tome-se, por exemplo, o caso da concepção de “desvio”. A partir de uma angulação teórica substancialmente culturalista e não limitada aos aspectos operacionais da notícia – isto é, com base em um entendimento geertziano da cultura como uma trama cotidiana tecida pelos próprios homens na qual o jornalismo constitui um de seus principais teares –, o conceito pode conduzir a uma interpretação mais abrangente e colocar em relevo a própria noção de “senso comum” trabalhada nos capítulos precedentes.

É neste ponto que ganha propósito a concepção de *paradoxo* como um aspecto privilegiado da noticiabilidade. Explica-se: embora sua referência dicionarizada conceda margem a uma ampla interpretação, o termo *paradoxo* – num processo de sobrevalorização de apenas um de seus significados – é correntemente reduzido à ideia de “contradição”. Contudo, uma vez levada em consideração sua origem etimológica, a palavra reveste-se de complexidade; ou seja, no contexto desta tese, a noção ganha protagonismo quando observada em paralelo ao conceito de *doxa*, concepção correlata no plano aristotélico à ideia de “senso comum”. A noção de *paradoxo* é interpretada, assim, como uma palavra-composta constituída pelo vocábulo “*para*”, prefixo de origem grega que pode significar “além” ou “estranho/anormal à”, e o sufixo “*doxa*”, resultando nos sentidos de “além da *doxa*” ou “estranho à *doxa*” – isto é, trata-se de uma instância – um típico “desvio” – que rompe com a ordem simbólica socialmente estabelecida no senso comum.

Como forma de ilustrar essa linha reflexiva, debruça-se aqui sobre mais um caso de destaque extraído da empiria dos jornais: a cobertura noticiosa do terremoto que abalou o Japão em 11 março de 2011. Em termos de exemplificação, quando observadas as edições

diárias do jornal *O Estado de S. Paulo* que sucedem tanto o abalo sísmico em si quanto suas consequências diretas e indiretas, nota-se a grande repercussão tomada pelo assunto na imprensa brasileira: no intervalo de pouco mais de uma semana o evento ocupa o espaço de manchete em seis ocasiões e resulta na publicação de cadernos especiais em outras duas datas. Nas duas edições em que não recebe o aval de manchete, a temática é destacada na primeira página por meio de chamadas e fotos, o que ressalta sua relevância no contexto das demais pautas trabalhadas pelo veículo. Quantitativamente, em um período de análise de oito dias, considerado apenas o conteúdo dito “noticioso” (ou seja, a despeito de artigos e análises opinativas), a cobertura do terremoto distribui-se ao longo de um volumoso material: 84 inserções, entre chamadas de capa, matérias, fotos-legendas e notas informativas. Depois desse período, num movimento gradual, o assunto diminui seu espaço e praticamente desaparece da pauta, cedendo terreno a novas temáticas.

Detalha-se: na prática, sob a manchete “Tremor e tsunamis castigam Japão e geram alerta nuclear” (12 de março de 2012), o jornal inaugura, logo no dia subsequente ao terremoto, sua cobertura com destaque para as questões mais “desviantes” do acontecimento. Além disso, na mesma data, um caderno especial intitulado “Natureza em fúria” apresenta matérias que ressaltam o temor gerado em torno do ocorrido⁷⁶. A volumosa edição dominical que é publicada dois dias após a tragédia segue a tendência inicial da cobertura e, por meio de outro caderno especial⁷⁷, também sublinha uma série de traços insólitos. Tal tendência é apresentada ao leitor pela valorização de diferentes aspectos de “desvio” envolvidos no abalo sísmico (ele próprio um fenômeno desviante):

- *Da potência do sismo*: “Sismo equivale a 27 mil bombas atômicas” (12 de março de 2011);
- *Da consequência geofísica*: “Sismo desloca eixo da terra em cerca de 10 centímetros” (12 de março de 2011);
- *Da proporção do ‘efeito tsunami’*: “Maior terremoto do país provoca ondas de até dez metros” (12 de março de 2011);
- *Do ponto de vista histórico*: “Crise é a mais grave desde a Segunda Guerra” (13 de março de 2011);

⁷⁶ Caderno especial “Natureza em fúria”. *O Estado de S. Paulo*, 12/03/2011, p. A19-A27.

⁷⁷ A edição dominical do veículo, tradicionalmente a mais volumosa da semana, traz a manchete “Vazamento nuclear desafia Japão”. *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2011, p. A1. O jornal também repete a estratégia do dia anterior e também apresentou o caderno especial “Natureza em fúria”. *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2011, p. A23-A26.

- *Do caráter excêntrico da tragédia:* “Maré de corpos chega à costa” (15 de março de 2011)
- *Do caráter excêntrico de fatos singulares:* “Telhado salva idoso em alto-mar” (14 de março de 2011);
- *Da proporção do prejuízo econômico:* “Terremoto está entre os dez mais caros do mundo em 30 anos” (13 de março de 2011);
- *E, por fim, de seu potencial trágico em geral:* “Terremoto e tsunami arrasam nordeste do Japão” (12 de março de 2011).

Não é preciso ir muito adiante para notar que a concepção restrita de “desvio” (sumariamente tomada como sinônimo de “fato inaudito”) assume uma posição preponderante na abordagem jornalística nos dias iniciais da cobertura. Tal operação simbólica é exequível e quase inevitável – como desvela a verificação empírica – dado o caráter demasiadamente trágico do evento. Um olhar mais atento à cobertura, todavia, mostra-se também capaz de revelar outros traços que ajudam a expandir o sentido *strictu* do conceito em direção a uma compreensão mais abrangente da noticiabilidade – esta, ao mesmo passo, vista como um fenômeno social que se inscreve tanto no senso comum quanto no sentido de regularidade que o caracteriza (ambos interpretados aqui, senso comum e senso de regularidade, como facetas essenciais da vida cotidiana).

Nessa direção, para além da singularidade do caráter insólito acima referido, outros enquadramentos vinculam-se à cobertura noticiosa propiciada pelo *O Estado de S. Paulo* nos dias que seguem a tragédia. Um desses principais enfoques, por exemplo, recai sobre os laços culturais compartilhados entre brasileiros e japoneses⁷⁸. Outra forte tendência verificada, de forma semelhante ao que ocorre na cobertura jornalística da crise política na Líbia anteriormente citada, é a interpretação econômica dos acontecimentos⁷⁹. Há ainda enfoques mais específicos, como a abordagem que notadamente enfatiza as influências da tragédia na

⁷⁸ Foca-se, nesse sentido, numa eventual apreensão vivida no Brasil pela afinidade identitária com a região da tragédia. As matérias “No Brasil, a busca por informações sobre parentes” e “Bairro da Liberdade está apreensivo e solidário” (12 de março de 2011) ilustram tal aspecto.

⁷⁹ Seja nas seções do veículo destinadas às questões internacionais ou especialmente no caderno *Economia*, tais pautas abordam o grande temor gerado pelo terremoto nos mercados financeiros mundiais. As matérias “Terremoto no Japão derruba bolsas ao redor do mundo” (*O Estado de S. Paulo*, 12/03/2011, p. B10), “Tragédia no Japão afeta commodities” (*O Estado de S. Paulo*, 12/03/2011, p. B12) e “Tragédia deve atrasar em seis meses recuperação econômica” (*O Estado de S. Paulo*, 15/03/2011, p. A14) são exemplos desse enfoque nas páginas do veículo.

economia brasileira⁸⁰. Em que pese a presença na pauta do pragmatismo específico desses enquadramentos temáticos (parece ponto pacífico que, sob uma perspectiva estritamente prática, suplementos editoriais voltados a áreas específicas, como a economia, devem necessariamente apresentar matérias ali situadas), entretanto, nota-se, num segundo momento, a adoção de um novo ritmo narrativo no tratamento noticioso do assunto. Assim, com o desenrolar dos fatos nos dias seguintes, ocorre um processo de redução gradual de referências a eventos singulares diretamente relacionados ao abalo sísmico (mortes, pessoas desaparecidas, inundações, etc.) e a substituição da pauta por uma de suas consequências não menos desviante, mas de ordem mais normativa: a ameaça de uma catástrofe nuclear de grandes proporções. A própria evolução das manchetes do veículo a partir do segundo dia de cobertura sobressalta tal tendência: “Vazamento nuclear desafia Japão” (13 de março de 2011); “Com três usinas em alerta, crise nuclear se agrava no Japão” (14 de março de 2011); “Japão pede socorro aos EUA para enfrentar risco nuclear” (15 de março de 2011); “Radiação nuclear e desabastecimento levam pânico ao Japão” (16 de março de 2011); e, por último, “Radiação no Japão atinge nível extremo, alertam EUA” (17 de março de 2011). Tal face da cobertura, embora se refira a um aspecto típico de “desvio” (uma vez que lança luz sobre o rompimento de uma ordem que até então se fazia vigente), coloca também em evidência importantes desdobramentos de natureza política que escapam ao espaço geográfico do terremoto e chegam ao próprio cenário brasileiro. Ao passo em que matérias como “UE volta a debater projetos atômicos” (15 de março de 2011); “Europa submeterá usinas a novos testes” (16 de março de 2011) e “Obama ordena revisão nuclear nos EUA” (16 de março de 2011) ressaltam a relevância do debate no âmbito externo, temáticas semelhantes orientam a discussão no contexto nacional: “Brasil teme abalo em programa nuclear” (15 de março de 2011); “Em Angra, maior perigo são as encostas íngremes” (17 de março de 2011); e “Usinas brasileiras passarão por testes de segurança” (18 de março de 2011).

O que isso explica? Primeiramente, pode-se afirmar que todos os enfoques apresentados, quando analisados sob um vértice eminentemente operacional e com o amparo na categorização proposta por Shoemaker (1996), dizem respeito a eventos que, além de “desviantes”, são dotados de “significados” econômicos, culturais e políticos. Na perspectiva adotada neste estudo, entretanto, tais tendências assumidas pela cobertura jornalística revelam

⁸⁰ Embora se sustente em um contexto mais amplo disposto no plano internacional, tal tendência apresenta características próprias voltadas ao aspecto alarmante gerado nos mercados do país. As chamadas “Brasil será afetado na venda de minério” (15 de março de 2011), “Real é moeda mais vulnerável a repatriações por japoneses, diz HSBC” (17 de março) e “CNI prevê recuo na exportação para o Japão” (17 de março) exemplificam o enquadramento.

mais: elas não se resumem a uma sequência singular de “fatos inauditos”, mas tratam de acontecimentos que rompem com a regularidade caracterizadora do senso comum. Interpretado como uma dimensão cultural multifacetada e caracterizadora da experiência moderna, o senso comum, nesse contexto, é observado como uma instância detentora de diferentes regimes de temporalidade e de espacialidade que se entrecruzam na vida cotidiana. Trata-se, mais propriamente, do espaço assumido pelos símbolos compartilhados no cotidiano – ou, simplesmente, do espaço da *doxa* – na conjuntura da modernidade. Daí a viabilidade das pautas e dos contratos comunicativos relacionados a elas no âmbito da produção e da difusão das notícias no veículo analisado.

Espaço privilegiado de apreensão da realidade, o senso comum adquire, assim, uma especificidade que concede ao noticiário a sua própria razão de ser. A possibilidade de queda nos preços das *commodities* e de elevação do valor do petróleo no mercado internacional; seus reflexos na cotação do Real e nos rumos da economia brasileira; a relação de identidade que envolve imigrantes, nisseis, sanseis e os laços culturais entre Brasil e Japão; a simbologia assumida pelo tradicional bairro paulistano da Liberdade no contexto do terremoto; o risco de uma tragédia nuclear de grande proporção e sua repercussão no xadrez diplomático ao redor do mundo; e, finalmente, a reavaliação do próprio modelo nuclear brasileiro: todas essas temáticas se inscrevem como fissuras nas representações e expectativas conformadoras de um cenário *doxal* que emerge e consolida-se – tal como a metáfora do magma – na comunidade de sentido em que o veículo (no caso em questão, *O Estado de S. Paulo*) insere-se e dissemina sua narrativa noticiosa.

O sentido *strictu* da ideia de “significância social” é transpassado, dessa forma, por uma concepção de senso comum (e pela regularidade a ela intrínseca) mais abrangente, que, uma vez rompida, concede margem aos processos de seleção e de produção das notícias. Por seu turno, a atividade jornalística, enquanto um dos teares que ajuda a tecer a trama do cotidiano –, é compreendida como uma prática social que caracteriza os eventos rompedores dessa regularidade – os “*paradoxos* cotidianos” – como acontecimentos portadores de “noticiabilidade” (isto é, eventos dotados de “valor” como “notícia”). Nesse contexto, o entendimento da questão da noticiabilidade passa necessariamente pela compreensão da complexidade que configura a *doxa* na experiência cotidiana moderna. Todo esse processo, uma vez utilizados os termos de Gans (2004), transpassa ainda as dinâmicas de “disponibilidade” e de “adequação” que conformam os itens noticiosos; representam,

portanto, componentes simbólicos intuitivamente incorporados às rotinas jornalísticas profissionais.

Interpretados como elementos decorrentes dos *paradoxos* cotidianos, contudo, os chamados “fatos jornalísticos”, numa perspectiva analítica, não se restringem a somente um nível de significação. Passíveis de conformação em planos distintos, eles instituem-se nos moldes tanto de estruturas pragmáticas (a partir da produção de efeitos de realidade) quanto de configurações expressivas (a partir da produção de efeitos de sentido) (GOMES, 2009). Dessa maneira, antes de se debruçar sobre o processo peculiar de constituição das notícias com base em seus sentidos *paradoxais* – isto é, sobre a dinâmica que propriamente conduz os *paradoxos* cotidianos às páginas dos jornais –, faz-se necessário explicitar os modos de configuração dos fatos jornalísticos em seus diferentes campos de possibilidades.

1. A natureza do acontecimento jornalístico: entre a estrutura pragmática e a configuração expressiva

Recupere-se, neste ponto, algumas das principais premissas mencionadas no decorrer da tese: 1) os “fatos” – jornalísticos ou não – não configuram estruturas estáveis posto que se vinculam a convenções culturais socialmente partilhadas; 2) por sua vez, os “fatos” propriamente “jornalísticos” instituem-se a partir de eventos que são substancialmente *paradoxais*, ou seja, aqueles eventos atrelados ao rompimento de uma ordem no senso comum e de um padrão de regularidade na vida cotidiana; 3) logo, por constituírem construções culturais que se referem a diferentes regimes de temporalidade e de espacialidade, os “fatos jornalísticos” não dizem respeito a estruturas estáveis e objetivamente verificáveis na realidade concreta. Em outras palavras, quando entram em questão os chamados critérios de noticiabilidade localizados na origem dos acontecimentos noticiosos, não há objetividade que se faça válida, possível ou averiguável.

Certo e errado, simultaneamente. Embora exista alguma coerência na relação de causalidade entre os pressupostos anteriores, o debate em torno da noticiabilidade – notadamente por seu intrínseco grau de complexidade – não deve ser resumido a um mero exercício de empirismo lógico. Nesse sentido, a exemplo do que argumenta Wilson Gomes (2009) ao colocar a questão em pauta, apesar de configurar fundamental a construção de uma séria crítica contra o chamado “realismo ingênuo” que paira sobre os estudos do jornalismo – a saber, a crença de que os fatos configuram estruturas imutáveis, estáveis e, por isso, sempre empiricamente verificáveis –, por outro lado, o simples argumento de que não existe qualquer

resquício de objetividade na atividade noticiosa, desde que não seja resguardado o necessário embasamento teórico-crítico para tanto, pode cair no mesmo fosso de reducionismo ao qual se pretende questionar. Esclarece o autor:

Os fatos devem poder reger os parâmetros da sua própria interpretação. Eles são algo dado e induzem a sua própria apreensão e representação. Em outros termos, se é verdade (contra o primeiro modelo) que os fatos são sempre *abertos*, no sentido de que para existirem enquanto tal dependem da colaboração de um intérprete, continuam, de qualquer sorte, sendo fatos; o que quer dizer, contra o segundo modelo, que os fatos podem suscitar infinitas interpretações mas não consentem qualquer apreensão possível. (GOMES, 2009, p.28, grifos do autor).

Duas posições limítrofes são postas em crivo nesse panorama teórico: 1) a única “verdade” relacionada às notícias é a de que é impossível determinar se uma notícia é verdadeira ou não; e 2) em perspectiva, uma notícia será sempre verdade para uma pessoa enquanto falsidade para outra (GOMES, 2009, p.48-49). De algum modo, ambas as sentenças dizem respeito à radicalização da proposta filosófica do perspectivismo de Friedrich Nietzsche, vértice teórico esmiuçado por Wilson Gomes (2009). Conforme alerta o autor brasileiro, porém, os limites identificáveis nos dois pressupostos colocam em debate outra problematização ainda mais abrangente: a própria validade do perspectivismo como proposta interpretativa para o jornalismo. Apesar dos méritos de sua aceitação ou amplitude, o fato é que a radicalização da proposta filosófica de Nietzsche pode conduzir, contraditoriamente, ao esfacelamento da possibilidade de existência de uma dimensão crítica na atividade noticiosa; isto é, pode levar a uma grave contradição repousada no esvaziamento da possibilidade de se aferir o conceito de verdade no jornalismo.

Nessa encruzilhada conceitual, uma vez considerado válido o pensamento do filósofo alemão Martin Heidegger de que a interpretação de um objeto somente se viabiliza quando o intérprete e o próprio objeto pertencem-se reciprocamente, a definição de “interesse” como “envolvimento intrínseco” passa a situar-se como responsável por desarticular a definição de “verdade” enquanto fruto do distanciamento e da objetividade em relação aos fatos (GOMES, 2009). Por outro lado, sugere o próprio Gomes (2009), embora um objeto só se faça visualizável a partir de uma determinada perspectiva, isso não significa que ele não exista fora dessa; ou, em outras palavras, reconhece-se a compreensão de que a “coisa em si” (no mundo fenomênico) e a “coisa para nós” (no plano da consciência) não são opostas, mas submetidas a diferentes procedimentos de verificação:

Há, assim, um sentido natural das coisas e fatos, mas não deve ser entendido como o faz qualquer realismo ingênuo – os fatos e as coisas existiriam por si só indiferentes da experiência humana –, mas sim no sentido de que diferença humana (o fato de que a presença do homem altera os dados da experiência) não significa que em cada ato perceptivo o indivíduo se põe como construtor da realidade. (GOMES, 2009, p.59).

Prepara-se terreno, nessa direção, para dois refinamentos conceituais caros ao presente estudo cujos delineamentos não podem ser interpretados senão em correlação: as concepções de “fato” e de “notícia”. Para Gomes (2009, p. 29), as notícias fazem referência a “dados da realidade, que se apresentam na forma de eventos ou fenômenos, com os quais é possível pôr-se em relação imediata na experiência e/ou mediada por meio do texto – os fatos”. Por sua vez, ao menos em princípio, os fatos constituem propriamente “objetos ‘mudos’, isto é, objetos com os quais não é possível nenhuma comunicação ou interação linguística” – embora eles sempre configurem o objeto de perseguição (a matéria-prima fundamental) dos jornalistas. Além disso, e neste ponto localiza-se boa parte da complexidade do fenômeno, os fatos constituem estruturas multifacetadas que apresentam três intrínsecas “marcas características”: a “atividade”, a “relação” e a “temporalidade”.

Com base nessa linha interpretativa, o autor conclui que um fato deve ser compreendido como a “consequência de uma ação, aquilo que uma produção ou operação deixa para trás como seu produto ou obra”. Não consiste, porém, na “ação enquanto tal (*actio*), movimento pelo qual algo passa do poder-ser ao ser”, mas na “ação que se consuma ou realiza (*actum*), o repouso entendido como o ápice do movimento, a sua estabilidade mínima onde este perdura” – característica que é denominada de “atividade” (GOMES, 2009, p.30). O conceito diz respeito também a uma “relação entre coisas”; isto é, integra-se a ele a noção de “um recorte voluntário (não necessariamente consciente) no *continuum* das interações da realidade” – trata-se da presença de “contornos” em estratos da realidade, com início e fim, muito embora não exista precisão em tais demarcações – atributo traduzido na ideia de “relação”. Finalmente, entende-se que um fato atrela-se a “uma espécie de hiato, de destaque no tempo e/ou espaço entre a narração e o evento” – marca característica que é chamada pelo autor de “temporalidade” (GOMES, 2009, p. 30-31).

Toda essa diferenciação, por sua própria trajetória teórico-conceitual, conduz a outro discernimento que ocupa lugar de destaque na construção da narrativa jornalística: a diferença nos sentidos de temporalidade existentes entre o fato e a narração. Tal dessemelhança, aponta Gomes (2009, p. 32), não é difícil de ser verificada no plano analítico, uma vez que o fato é sempre “lançado ao passado”, configurando “o campo daquilo que não está ao nosso alcance,

do irrevogável”. Por conseguinte, dotado das marcas características acima mencionadas, um fato deve também ser entendido conceitualmente como “uma tessitura de inter-relações, uma unidade dramática que inclui em sua moldura entidades interagentes”. Já a narração – o texto –, como “tessitura discursiva”, institui-se “nas tramas da linguagem” (GOMES, 2009, p.32). Ambos, todavia, são mediados por diferentes regimes de correlação e de relação com a realidade:

O texto, visto em si mesmo, é uma *configuração expressiva*, que produz sentidos que se referem a fatos reais, a fatos imaginários ou não se referem absolutamente a fatos. O seu efeito é o sentido. Já o texto, visto como fato ou parte de um fato, não é mais apenas uma configuração expressiva, mas desenvolve essa sua potencialidade inevitável tornando-se também e, sobretudo, uma *configuração pragmática*, um ente que, ao produzir sentido, produz também efeito prático, como todos os outros objetos e agentes inseridos na inter-relação factual. (GOMES, 2009, p.33, grifos nossos).

Adotando como base o caso da cobertura jornalística sobre o terremoto que atinge o Japão em março de 2011, recorte acima trabalhado, tais correlações podem ser visualizadas de modo ainda mais evidente. Tome-se, por exemplo, as seguintes notícias: “Radiação no Japão atinge nível extremo, alertam EUA” (17 de março de 2011); “China cobra transparência do Japão” (18 de março de 2011); e “Brasil teme abalo em programa nuclear” (15 de março de 2011). Em todos os casos, o fato originário, entendido como estrutura pragmática instituída no *locus* fenomênico – entenda-se, o terremoto propriamente dito –, é suplantado por estruturas eminentemente expressivas – “EUA alertam”, “China cobra”, “Brasil teme” – que, além de efeitos de sentido no nível expressivo, passam a constituir efeitos de realidade no próprio plano pragmático. Tais relações, entretanto, são permeadas por mais um componente de complexidade que não pode passar despercebido na análise. Explicita Gomes (2009):

A notícia tem essa capacidade de ser reversível, no sentido de que pode ela mesma tornar-se fato tanto quanto o fato de que ela fala. Mas, evidentemente, ao tornar-se fato ela se transforma, tornando-se como os outros elementos do fato. O que não significa que ela perca alguma coisa; ela continua sendo expressiva e, se adquire uma função pragmática, é justamente por causa da sua função expressiva. Certamente, porém, não é a mesma coisa produzir sentido (ser expressivo) e produzir efeitos na realidade (ser pragmático). (GOMES, 2009, p. 33, grifos nossos).

Nesse panorama, como é possível deduzir a partir dos exemplos mencionados, a atividade jornalística acaba por lidar cotidianamente com ambas as instâncias de produção de efeitos: os efeitos de sentido e os efeitos de realidade. Deriva daí a importância de um

entendimento de que o processo de conformação das notícias – a seleção dos acontecimentos noticiáveis e a construção da narrativa noticiosa, dinâmicas estabelecidas com base nos chamados *paradoxos* cotidianos –, pode envolver elementos extraídos tanto da configuração expressiva quando da estrutura pragmática da realidade. Na prática, um indicativo desse processo reside no próprio reconhecimento de que o conceito de “verdade” atrelado às notícias faz-se passível de localização em ambos os planos⁸¹:

No primeiro caso, a “verdade da notícia” é a compreensão verdadeira daquilo que a notícia é ou diz, significando “verdade”, neste caso, a desvelação daquilo que a notícia manifesta. Assim, a verdade da notícia tem a ver, portanto, com o sentido verdadeiro do texto. Já no segundo caso, a “verdade da notícia” é a verdade daquilo que fala a notícia acerca do fato; verdade aqui é a desvelação (na notícia) daquilo de que a notícia fala, tem a ver, portanto, literalmente com a verdade do texto. (GOMES, 2009, p.35).

Dessa forma, uma vez mais, são colocados em crivo crítico tanto o chamado “realismo ingênuo” – a interpretação do fato como estrutura estável presente na realidade concreta, ponto de vista teórico decorrente da tradição positivista – quanto a radicalização do perspectivismo – vértice interpretativo que defende a impossibilidade de qualquer apreensão do fato como concretude, posto que este (o fato) não possui existência verificável fora dos seres interpretantes. São nas possibilidades da terceira via sugerida por Gomes (2009), portanto, que se instituem como construções culturais os elementos simbólicos que concedem essência e forma às notícias – no contexto desta tese, são eles: os *paradoxos* cotidianos dos quais decorrem os “fatos jornalísticos” (instituem-se eles no *lócus* pragmático ou nível expressivo) e a própria *doxa* que a eles dá origem e razão de existência.

Inspirado na semiologia de Roland Barthes, o teórico norte-americano Tom Koch (1990) defende um modelo interpretativo que dialoga com as questões até aqui debatidas. O autor sugere um olhar para o jornalismo com base em processos de significação que se estabelecem em diferentes níveis de análise. Para tanto, parte de três conceitos-chave: os eventos-limite, os eventos jornalísticos e os eventos atributivos⁸². De acordo com Koch (1990, p.62), os “eventos-limite” dizem respeito aos fatos localizados na base da cadeia de significação, ou seja, consistem nos acontecimentos presentes no plano fenomênico e que

⁸¹ Essa perspectiva é, ao menos em parte, compartilhada por Muniz Sodré em reflexão anteriormente mencionada. O autor argumenta que existem duas modalidades de “verdade” – a chamada “verdade do necessário” (pertencente à lógica) e a “verdade do verossímil” (pertencente à retórica). No entanto, Sodré enfatiza que somente uma delas, a que se relaciona com a verossimilhança, é privilegiada pela prática jornalística. Ver: Sodré (2009, p. 46).

⁸² Originalmente, *boundary events*, *reportorial events* e *attributive events*.

servem de significado aos “eventos jornalísticos” (esses, os significantes da narração noticiosa). As notícias, porém, nem sempre se atrelam a situações vivenciadas *in loco* pelos repórteres e tampouco se relacionam integralmente a dados provenientes de atores envolvidos na origem dos fatos. Muitos eventos jornalísticos, nesse sentido, são “atributivos”, uma vez que remetem a informações – versões, opiniões e repercussões de diferentes ordens – atribuídas a terceiros (KOCH, 1990, p.79).

Todos esses diferentes níveis narrativos, por seu turno, vão além do conteúdo das notícias e envolvem a própria estética do jornalismo. Desse modo, argumenta o autor norte-americano, estabelece-se uma espécie de subjunção dos questionamentos primários relacionados aos “eventos-limite” pelo sentido de “completude” disseminado pela forma em si da narrativa noticiosa. Explica-se: na prática, algumas das questões básicas da estrutura do texto jornalístico – entenda-se, do *lead* – deixam de ser direcionadas aos acontecimentos originadores das notícias (até mesmo pela dificuldade – ou impossibilidade – de acesso a eles no plano fenomênico) e recebem novas significações em um cenário eminentemente atributivo. Nesse contexto, por exemplo, a despeito do personagem envolvido na origem do fato no plano fenomênico, o pronome relativo “quem” passa a referir-se a um ator social legitimado, geralmente uma voz oficial, citado como decorrência de um contexto formal (um perito, um especialista ou um porta-voz de uma empresa ou governo, etc.), ao passo que a expressão “o que” dirá respeito a uma versão tornada pública por um desses agentes (a versão da polícia sobre o crime, a opinião do especialista sobre a crise financeira, a posição do governo sobre a crise política, etc.), e assim por diante (KOCH, 1990, p.68-69). Em síntese, embora sejam significantes dos chamados “eventos-limite”, os “fatos atributivos” constituem instâncias simbólicas responsáveis pela produção de efeitos de sentido e de realidade próprios, geralmente disseminando a ideia de que informação ali situada encerra-se em si mesma.

Tome-se, como ilustração, outros dois exemplos aleatórios extraídos da cobertura do terremoto que afeta o Japão em março de 2011:

As três maiores fábricas de automóveis japonesas – Toyota, Nissan e Honda – anunciaram que na segunda-feira a produção de suas fábricas no Japão estará paralisada por problemas de fornecimento de energia após o terremoto de 8,9 graus. As fábricas nas províncias próximas da região do tremor estão fechadas desde sexta-feira⁸³.

A Confederação Asiática de Futebol adiou os jogos da Liga dos Campões Asiáticos que seriam disputados no Japão. O presidente da AFC, Mohamed Bin Hamman, disse que as partidas de hoje em Nagoya e

⁸³ “Nissan, Toyota e Honda paralisam produção”. *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2011, p. A 25.

Kashima estão suspensas. O técnico da seleção japonesa, o italiano Alberto Zaccheroni, voltou à Itália para ficar com a família⁸⁴.

Em ambos os casos, apesar de remeterem ao mesmo assunto central – o terremoto –, as notícias fecham-se em torno de eventos atributivos específicos. Além disso, instituem-se como narrativas que se limitam a acontecimentos isolados (nos exemplos em questão, a paralisação na produção de automóveis e o cancelamento das partidas de futebol), concedendo a eles um sentido completo – com início, meio e fim – amparado nas estruturas da “pirâmide invertida” e do *lead* jornalístico. Em última análise, pode-se afirmar que a expressão “o que” – nos casos citados, originalmente relativa ao próprio terremoto – passa a referir-se à motivação – o “porquê” – que dá origem aos eventos atributivos.

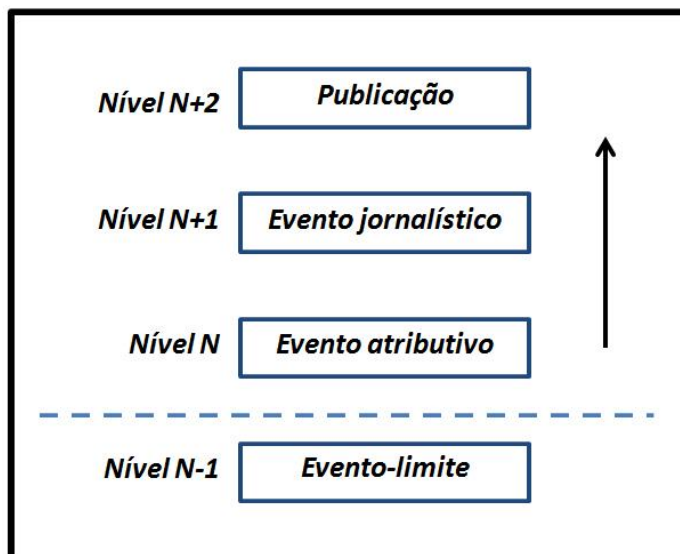
Com base nesse panorama, argumenta Koch (1990, p.81), mais do que remeter ao plano fenomênico propriamente dito, um item noticioso, em sua essência, reproduz a “reconstrução” de uma versão legitimada proveniente de atores que de alguma maneira estão envolvidos com os “eventos-limite”. Trata-se de uma característica própria disseminada pela estética da narração noticiosa, que, por seu turno, é construída a partir da histórica e inalcançável busca de um paradigma de imparcialidade. Esclarece o autor:

Utiliza-se um filtro para focar aquelas famosas cinco questões do jornalismo [o *lead*]. Essa é uma necessidade do estágio atributivo [da narrativa], de modo a encontrar alguém que possa descrever os fatos ocorridos, uma vez o repórter não pode falar por si próprio. Suas palavras devem ser atribuídas; e quanto mais impecável é sua fonte (...), mais seguro e forte será o resultado da notícia. Oficiais de polícia, políticos e ‘*experts*’ fazem a mediação entre o evento-limite, sua ênfase e o resumo eventualmente tornado público pelo repórter. Acima de tudo, o “quem”, no nível atributivo, diz respeito a atores profissionais em uma cultura que valoriza as habilidades assumidas e os títulos relacionados às suas funções. (KOCH, 1990, p.86, tradução nossa).

A partir da distância que se estabelece nos diversos estágios atributivos entre a narração jornalística e seu acontecimento originário, por conseguinte, algumas das questões centrais relacionadas aos eventos-limite passam por um processo de “diluição”, chegando eventualmente ao cume da invisibilidade (KOCH, 1990, p.89). Em outros termos, com base em um vértice esquemático, institui-se uma espécie de barreira simbólica entre os eventos levados a cabo no plano fenomênico e seus correspondentes no plano expressivo – conforme ilustra o modelo gráfico a seguir:

⁸⁴ “Jogos são suspensos em Nagoya e Kashima”. *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2011, p. A 25.

Figura 6 – Níveis de significação da notícia segundo Tom Koch



(Fonte: Modelo gráfico adaptado de KOCH, 1990, p. 67)

Sugere-se, a partir do diagrama, que os níveis de significação relacionados aos acontecimentos jornalísticos e à estrutura final de propagação desses no plano narrativo (a publicação das notícias) decorrem não raro de fatos atributivos e não propriamente dos “eventos-limite” que se localizam na base da cadeia. Dessa forma, conforme se estabelece a transição entre um nível narrativo e outro, um dos principais efeitos de sentido engendrados na dinâmica de significação das notícias passa a ser a alteração no foco dos fatos jornalísticos; isto é, dos próprios acontecimentos no plano pragmático para a percepção recebida por eles. Assumindo uma postura crítica, Koch (1990, p.68) postula que tal processo, embora dissemine uma aparência de completude em torno da singularidade dos acontecimentos jornalísticos atributivos, não contribui, de fato, para a compreensão dos “eventos-limite” que originam as notícias. Em decorrência disso, o autor ressalta a impossibilidade de ocorrência de uma relação de “verdade” entre os fatos jornalísticos e seus eventos originadores, uma vez que esta – a verdade, uma das pedras fundamentais do paradigma da imparcialidade – é substituída na dinâmica de significação por uma espécie de contrato de “veracidade” estabelecido no plano expressivo (KOCH, 1990, p.80) – perspectiva que dialoga com as posições de Gomes (2009) e Sodré (2011) mencionadas anteriormente. Finalmente, a partir desse ângulo interpretativo, reconhece-se como válida a premissa de que as notícias, via de regra, não versam propriamente sobre os “eventos-limite” aos quais estão vinculadas; tais eventos, por outro lado, incorporam-se geralmente de modo periférico ao “foco institucional” do jornalismo – atividade profissional cujo modo de expressão privilegia informa es e

discursos atribuídos a terceiros como caução de uma suposta ideia de imparcialidade (KOCH, 1990, p.102-103).

Um questionamento, todavia, merece ser reconsiderado neste ponto: de que maneira pode ser localizada a posição assumida pelos *paradoxos* cotidianos – isto é, pelos acontecimentos que quebram as expectativas do senso comum e da regularidade cotidiana – nesses diferentes níveis de significação da narração noticiosa? Como esboço de resposta, retoma-se primeiramente o argumento de Wilson Gomes (2009) de que as notícias, no papel de tessituras discursivas, produzem efeitos em uma dupla direção: no plano expressivo, com os seus já referidos efeitos de sentido, e no plano pragmático, com seus eventuais efeitos de realidade. Assim, as características interpretadas como *paradoxais* no contexto deste estudo – ou seja, aquelas peculiaridades responsáveis por atribuir um valor noticioso aos acontecimentos jornalísticos – passam, de forma semelhante, a ser localizadas em dois potenciais espaços simbólicos: são engendradas substancialmente nos eventos-limite ao mesmo passo em que podem também vir à tona nos chamados fatos atributivos (KOCH, 1990) – desde que esses últimos, evidentemente, estejam posicionados em um novo patamar de significação e, uma vez na base da cadeia, cumpram efeitos de realidade.

A fixação desses pressupostos se faz essencial para a decifração das hipóteses que fundamentam a presente tese. Tal debate, porém, será retomado especialmente no próximo capítulo com a entrada em discussão do “movimento simbólico” proporcionado pela narrativa noticiosa na racionalização e na atenuação dos *paradoxos* cotidianos. Convém destacar, por ora, que os critérios que balizam a passagem desses *paradoxos* do *locus* pragmático ao plano narrativo – processo que diz respeito às dinâmicas de “disponibilidade” e “adequação” (GANS, 2004) anteriormente trabalhadas – configuram elementos simbólicos imbricados nas engrenagens das rotinas jornalísticas.

2. Os *paradoxos* cotidianos nas rotinas dos jornais: o *habitus* jornalístico e a atribuição de um sentido hegemônico às notícias

De que modo o arcabouço cultural que faz do processo de seleção das notícias uma ampla inscrição simbólica atrelada aos sentidos *paradoxais* da sociedade ganha, de fato, a dimensão prática das salas de redação? E de que maneira, por sua vez, a concepção de racionalidade instrumental, marca característica da sociabilidade moderna, projeta-se nessa mesma prática noticiosa e permite a ela a disseminação de um sentido de diluição dos *paradoxos* cotidianos – faceta fundamental do processo de construção simbólica da

regularidade cotidiana? Os dois questionamentos, apontamentos centrais da estrutura da tese, estão relacionados a processos simbólicos multifacetados e tomados como essenciais para a compreensão da atividade jornalística a partir das hipóteses de pesquisa colocadas. A resposta a eles, por seu turno, recai sobre outra chave-explicativa fundamental para o estudo: o conceito bourdieusiano de *habitus* jornalístico. Antes de uma imersão mais profunda na aplicabilidade das reflexões de Pierre Bourdieu ao campo do jornalismo, entretanto, um delineamento da complexidade que envolve as rotinas balizadoras da prática noticiosa se faz preciso.

Como antecipado no primeiro capítulo, os estudos sobre as chamadas “rotinas jornalísticas” não são recentes e remetem – ao menos no contexto das abordagens sociológicas modernas – às pesquisas norte-americanas na passagem da primeira para a segunda metade do século XX. Um desses estudos pioneiros consiste na análise funcionalista conduzida nos anos 1950 por Warren Breed (1960) sobre o “controle social” estabelecido nas redações jornalísticas nos Estados Unidos. A importância da abordagem de Breed, da mesma forma como anos antes havia feito o também pioneiro estudo de David White (1950) sobre o processo de *gatekeeping*, localiza-se na ênfase que projeta sobre uma etapa específica da dinâmica do *newsmaking*. Ao passo que White (1950) foca especificamente as decisões individuais tomadas pelos atores sociais denominados de *gatekeepers*, Breed (1960) amplia o olhar sobre a abrangência do fenômeno e lança luz sobre a socialização de regras implícitas no ambiente profissional dos jornalistas.

É certo que a análise eminentemente funcionalista do sociólogo norte-americano – tal como ensinava os cânones do modelo científico hegemônico do período – avalia a prática noticiosa como uma espécie de sistema fechado e, dessa maneira, não se faz suficiente para contemplar a complexidade da questão. Por outro lado, o estudo traz à tona temas pertinentes que ajudam a pautar a pesquisa acadêmica sobre jornalismo nas décadas seguintes. Na prática, Breed (1960, p.180) parte de um questionamento central bastante claro que norteia tanto sua coleta de dados quanto a interpretação que concede a eles: de que forma as implícitas regras profissionais partilhadas no interior das salas de redação, a despeito de suas inúmeras contradições, são seguidas? O núcleo da resposta projetada pelo autor situa-se no reconhecimento de que os jornalistas aprendem depressa a reconhecer as expectativas sobre o próprio trabalho de modo a evitar eventuais punições e atingir mais naturalmente o prestígio profissional (BREED, 1960, p.182). São ainda apresentadas seis razões que caracterizam a aceitação dessas regras no ambiente de trabalho: 1) a autoridade profissional explícita e a

possibilidade de sanções diretas; 2) possíveis sentimentos de gratidão, compromisso ou estima pelos superiores; 3) a própria aspiração de mobilidade profissional; 4) a ausência de fidelidade a grupos de pressão (sindicatos, por exemplo); 5) o prazer natural pelo trabalho (o sentimento de bem-estar atrelado à “solidariedade” profissional compartilhada com os demais jornalistas, ainda que estejam em funções superiores); e, finalmente, 6) a compreensão da ideia de “notícia” como uma espécie de “valor superior” a ser constantemente buscado (independentemente do local de trabalho, do horário ou da função exercida) (BREED, 1960, p.184-188).

Em que pese o pioneirismo da pesquisa de Warren Breed e o lugar de referência que isso lhe concede na história dos estudos comunicacionais nos Estados Unidos, novos olhares são naturalmente projetados sobre a temática das rotinas jornalísticas nas décadas que seguem. Outro nome norte-americano que recebe destaque, nesse sentido, é o da também socióloga Gaye Tuchman. Ao menos dois estudos que antecedem a principal obra da autora sobre mídia – nomeadamente, *“Making news: a study in the construction of reality”*, de 1978⁸⁵ – são correntemente citados em pesquisas sobre a atividade jornalística pelo foco depositado nas rotinas profissionais: *“Making news by doing work: routinizing the unexpected”*, datado de 1973, e *“The exception proves the rule: the study of routine news practices”*, publicado em 1977. No primeiro caso, Tuchman (1973) recorre também à concepção de “controle” – tema predominante na sociologia do período –, mas, de modo distinto a Breed (1960), realça o fluxo propriamente dito da produção noticiosa. Em suma, a autora coloca em questão a maneira como a rotinização constitui um componente pragmático que facilita o controle dos fluxos de trabalho nas redações, reduzindo, por conseguinte, o amplo universo de eventos cotidianos em determinadas categorias que conformam as notícias. Tuchman (1973, p.116-117) enfatiza que as “tipificações” tomadas como prontas pelos jornalistas representam soluções práticas para problemas e tarefas incorporadas ao dia-a-dia

⁸⁵ É pertinente a crítica de Eduardo Meditsch (2010) ao fato de que este livro de Gaye Tuchman possui uma significativa influência, ainda que indireta, na interpretação indiscriminada da concepção de “construção social da realidade” como decorrência direta da prática jornalística. O autor considera a hipótese de que muitos pesquisadores brasileiros tiveram o primeiro contato com a obra de Tuchman por meio de uma tradução em língua espanhola do início da década de 1980 cujo título é *“La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad”*. Segundo Meditsch (2010, p.21), “embora sutil, a alteração no subtítulo na tradução (de *in the* para *sobre la*) transforma o sentido da frase”. Prossegue o autor: “E se a autora adota uma postura ambígua no texto original sobre a relação entre a construção da notícia e a construção da realidade, na versão castelhana essa relação de onipotência passa a ser um pressuposto a partir do subtítulo”. A crítica recai ainda sobre o uso sobressaltado feito por Gaye Tuchman das reflexões de Peter Berger e Thomas Luckmann (1974). De acordo com Meditsch (2010, p.22-23), é importante destacar que no famoso livro publicado originalmente em 1966, Berger e Luckmann atribuem ao jornal uma influência “menor do que as rotinas cotidianas – através das quais o indivíduo se relaciona com as instituições que lhe afetam a vida – e também menos eficaz do que as relações pessoais”.

das redações. Assim, o uso corrente de categorias que pautam a atividade de seleção e redação das notícias – a exemplo das denominadas “notícias quentes” e “notícias frias”⁸⁶ – resulta em um controle implícito no trabalho de repórteres e editores. Mais tarde, a socióloga aponta que essa espécie de “rotinização do inesperado” acaba por determinar a própria concepção de noticiabilidade, reconhecendo, portanto, a influência sobre a produção jornalística do modo como os acontecimentos noticiáveis são racionalizados nas rotinas profissionais (TUCHMAN, 1977, p.45).

Outros autores, ainda no cenário norte-americano, também se distinguem por enfatizar as dinâmicas simbólicas imbricadas na rotinização das práticas noticiosas. Em período contemporâneo ao de Gaye Tuchman, por exemplo, Leon Sigal (1973) enumera uma série de procedimentos operacionais partilhados pelos repórteres no relacionamento com as fontes e na captação das notícias. Já Herbert Gans (2004), em seu clássico estudo citado de forma recorrente neste capítulo, aborda a relação existente entre as pressões profissionais e as práticas de autocensura e de autorregulação disseminadas nas redações jornalísticas. Contudo, vem de Todd Gitlin, outro sociólogo de destaque no contexto dos Estados Unidos, uma das mais essenciais considerações ao fio condutor percorrido até aqui pela discussão. Em sua análise sobre o enquadramento recebido no país pelo movimento político da *New Left*, Gitlin (2003) sugere que as engrenagens das rotinas jornalísticas são engraxadas por elementos típicos de hegemonia – e quando em pauta estão tais elementos, recorda Franco Moretti (2009, p.212), não há “pureza” requerida para além de “plasticidade” e da “camuflagem” cotidiana de componentes ideológicos.

É neste ponto que se reveste de pertinência as reflexões teóricas de Pierre Bourdieu. O sociólogo francês concede profundidade ao debate ao permitir uma aproximação entre o processo social de rotinização das práticas e a operacionalização do conceito gramsciano de hegemonia – relação outrora evidenciada por Jesús Martin-Barbero (2003, p.123-124). Nessa conjuntura, a concepção de *habitus* jornalístico estabelece-se como uma chave-explicativa fundamental para a maneira como os chamados *paradoxos* cotidianos – os acontecimentos originários das quebras de expectativas instituídas pela regularidade do senso comum – são localizados como eventos noticiáveis no pragmatismo da atividade jornalística.

Mas, o que realmente se coloca por trás desse complexo conceito bourdieusiano? Do ponto de vista epistemológico, a ideia de *habitus* situa-se como parte indispensável na tríade que sustenta a chamada “sociologia dos campos” de Bourdieu. Ao lado das noções de

⁸⁶ Chamadas em inglês de “*hard news*” e “*soft news*”, respectivamente.

“campo” e de “capital”, a concepção integra o quadro conceitual que, segundo a perspectiva do pensador francês, permite explicar as problemáticas intrínsecas do mundo social. A pertinência da conceituação, no entanto, não impede que recaia sobre ela uma série de críticas a respeito de sua simplicidade estrutural⁸⁷. Em resposta, Bourdieu identifica um cenário de “incompreensão” sobre o que precisamente suas noções pretendem explicar e afirma ser os sistemas simbólicos o foco de sua teoria (BOURDIEU, 2009a, p.72). Para o autor, em combate a uma possível rotulação de reducionista, a noção de *habitus* exprime exatamente a recusa a toda uma série de alternativas nas quais as ciências sociais já haviam se encerrado: a da consciência, a do inconsciente, a do finalismo e a do mecanicismo (BOURDIEU, 2009a, p.60). Dessa forma, o conceito é entendido pelo sociólogo como “um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista); o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 2009a, p.61) – ou, como resume em “A economia das trocas simbólicas”, trata-se simplesmente de disposições inconscientes que estão presentes em diferentes sujeitos, levando-se em conta que tais disposições são resultado da “interiorização de complexas estruturas objetivas presentes numa sociedade” (BOURDIEU, 1974, p. 201).

No interior de sua complexidade, o conceito de *habitus* também se articula diretamente com a concepção de “campo” cunhada pelo próprio Bourdieu. Um campo, nesse sentido, representa um “ponto de vista” a partir do qual se pode captar “posições produtoras de visões, obras e tomadas de posição, a que correspondem classes de agentes providos de propriedades distintivas, portadores de um *habitus*, também socialmente construído” (MICELI, 2003, p. 65). Por conseguinte, o *habitus* constitui um dos elementos centrais que permite a operacionalização dos sistemas simbólicos no interior dos campos sociais – a exemplo do campo jornalístico. O *habitus* ainda recupera duas características da noção aristotélica de “hábito”; isto é, além de ser “socialmente construído”, remete a um saber incorporado que dispensa “a ação calculadora da consciência” (BARROS FILHO & MARTINO, 2003).

Especificamente sobre a atividade noticiosa – foco da corrente discussão, Bourdieu reserva um espaço significativo em sua vasta produção reflexiva para traçar considerações a respeito do funcionamento dos meios de comunicação. Reassume, assim, a postura acadêmica de reaplicar sua conceituação da teoria geral dos campos em novos objetos – tornando-os “tão

⁸⁷ O sociólogo chega a apresentar o conceito de campo como um “espaço estruturado de posições” (BOURDIEU, 1983, p. 89) e o *habitus*, conseqüentemente, como a objetivação do exterior estruturado nas atitudes subjetivas dos sujeitos, posição que o aproxima da perspectiva estruturalista.

inventivos quanto suas aplicações conceituais originais” (BOURDIEU, 2009a, p.63). Tais reflexões, portanto, devem ser compreendidas no contexto mais amplo de sua atividade intelectual. Em seu estudo sobre a televisão, realizado já na década de 1990, por exemplo, Bourdieu (1997) retoma o conceito de campo para delinear algumas das particularidades que marcam a prática jornalística. Define o autor:

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. (BOURDIEU, 1997, p. 58).

O campo jornalístico, nessa perspectiva, é encarado como um espaço em constante tensionamento – “um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos” (BOURDIEU, 1997, p.55). A partir do vértice teórico do sociólogo francês, o entendimento do campo jornalístico como autônomo consiste necessariamente no reconhecimento de que sua compreensão não pode ser pensada de maneira direta como resultante de fatores externos. Tal posição é conflitiva, logo em primeira instância, com os modelos explicativos de caráter determinista, como os de cunho político ou econômico, por exemplo – este último associado a determinadas interpretações da tradição marxista ortodoxa que, nas palavras do próprio Bourdieu (1997, p. 56), “denuncia sem esclarecer nada”. Em contrapartida, aponta o autor, a atividade jornalística requer uma compreensão própria a partir do entendimento específico de suas tensões:

A concorrência econômica entre as emissoras ou os jornais pelos leitores e pelos ouvintes ou, como se diz, pelas fatias de mercado realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, concorrência que tem seus desafios próprios, específicos, o furo, a informação exclusiva, a reputação na profissão, etc., e que não se vive nem se pensa como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros, enquanto permanece sujeita às restrições ligadas à posição do órgão de imprensa considerado nas relações de força econômicas e simbólicas. (BOURDIEU, 1997, p. 57-58).

Assume-se, nesse panorama, que as particularidades do campo jornalístico apresentadas por Bourdieu (1997) fazem-se essenciais em diferentes aspectos para o entendimento dos processos de seleção e de construção das notícias. Um primeiro aspecto

consiste no próprio modo de operacionalização da atividade noticiosa no interior do campo do jornalismo. O sociólogo chama atenção, nesse sentido, para o fato de a estrutura dos meios de comunicação estabelecer-se socialmente em consonância com a ideia de uma “ordem simbólica consensualmente estabelecida” – ou, nos termos aristotélicos, em torno da concepção de *doxa*. Tal operação pode ser observada em paralelo com as reflexões de Roland Barthes (1988), que observa o discurso do jornalismo convencional como um modelo de discurso “enclítico” (inscrito socialmente em consonância com um padrão *doxal*), ou com as reflexões de Muniz Sodré (2009) sobre relação entre jornalismo e senso comum. Para o autor brasileiro, como visto nos capítulos precedentes, embora o senso comum estabeleça-se no campo do sensível (em oposição ao conhecimento sistemático, à *episteme*), a atividade jornalística atua de modo a não desprezar o conhecimento *doxal*, aspecto que se faz necessário na construção de um sentido de “pertencimento à comunidade”.

Além disso, especificamente sobre a questão da noticiabilidade, Pierre Bourdieu (1997, p.25) recorre a uma metáfora: a dos óculos. Os óculos – que podem ser compreendidos como uma articulação simbólica no interior do *habitus*, espécie de “social incorporado” – são utilizados pelo teórico para explicar as seleções realizadas pelos jornalistas em função de categorias que lhes são próprias. Nos termos do autor, “os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (BOURDIEU, 1997, p.25). Esse processo, no entanto, não escapa a uma importante contradição: a homogeneização da informação que contraditoriamente é resultante do processo de concorrência em busca do “furo” jornalístico. Nas palavras de Bourdieu:

O extra-ordinário é também e sobretudo o que não é ordinário com relação aos outros jornais. É o que é diferente do ordinário e o que é diferente do que os outros jornais dizem do ordinário, ou dizem ordinariamente. É uma limitação terrível: a que impõe a perseguição do furo. Para ser o primeiro a ver e a fazer alguma coisa, está-se disposto a quase tudo, e como se copia mutuamente visando a deixar os outros para trás, fazer antes dos outros, acaba-se por fazerem todos a mesma coisa. (BOURDIEU, 1997, p. 26-27).

No campo jornalístico, portanto, a busca da exclusividade, que em outros campos pode produzir a originalidade, acaba por resultar – segundo a visão de Bourdieu (1997) – na uniformização. Na prática profissional, jornalistas convivem coletivamente, andam em grupos e partilham experiências e narrativas. Trata-se, como na metáfora de Nelson Traquina (2008), de uma espécie de “matilha” que caminha para a homogeneização enquanto persegue a notícia

em “primeira mão”. No mais, interpretado como um “microcosmo autônomo”, o conceito de campo jornalístico pode também ser compreendido a partir de seus “mecanismos de autopreservação”; ou seja, a partir dos mecanismos socialmente incorporados que se reúnem em torno de dois aspectos centrais: a contundente autocrítica do campo e a defesa incessante das críticas externas (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p.112-113). Assim, ao passo em que o discurso de autocrítica possibilita, no plano simbólico, uma impressão de independência e autonomia (afastando do debate algumas contradições que condicionam sua real prática), a defesa das críticas externas, por outro lado, corporifica um discurso de autolegitimação sustentado na suposta defesa do “interesse público”. Por sua vez, as práticas profissionais propriamente ditas, a exemplo dos “mecanismos de autopreservação” do campo, também podem ser observadas a partir de critérios nem sempre estabelecidos de formas objetivas e mensuráveis. Dessa maneira, apresentam-se como consequências de ações anteriores (representações simbólicas incorporadas) e com efeitos objetivados (orientados em seus sentidos práticos). O *habitus* profissional é, então, entendido como uma espécie de “princípio gerador e regulador das práticas cotidianas” dos jornalistas (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p.115).

Em perspectiva semelhante, Robert Darnton (1990) destaca a necessidade de compreensão da prática noticiosa no interior de um conjunto próprio de relações simbólicas incorporadas às rotinas profissionais das redações. Nesse sentido, o historiador norte-americano situa o jornalismo no limiar de um sistema de valores previamente compartilhado a partir de padrões culturais vigentes. Em outros termos, consiste no reconhecimento de que a produção jornalística busca sempre respaldo em concepções culturais prévias que influenciam e são influenciadas (num jogo dinâmico) pela atividade de seleção noticiosa. Conforme as reflexões de Darnton (1990, p.87), o jornalismo possui uma espécie de “mitologia própria” culturalmente incorporada à sua rotina produtiva, sendo que os jornalistas “aprendem depressa a ler o sistema de *status* e não têm dificuldades em escolher modelos de identidade positivos e negativos”. Ainda além, assimilam com precisão princípios como “imperturbabilidade, precisão, velocidade, esperteza, firmeza, pragmatismo e energia” (DARNTON, 1990, p.89).

Embora não se refira nominalmente a Pierre Bourdieu, Darnton supõe uma modalidade própria de incorporação do capital simbólico compartilhada no interior do campo jornalístico. Dessa forma, o “furo” e o *dead-line*, entre outras representações culturais, são vistos como pontos fulcrais de nivelamento no mercado das trocas simbólicas do campo. Essa

reflexão permite também que os critérios de noticiabilidade sejam entendidos muito mais como representações simbólicas incorporadas ao *habitus* profissional do jornalismo do que como elementos objetivos supostamente retirados da realidade. O conteúdo de um dado veículo, por consequência, longe de ser enquadrado deterministicamente nas imposições econômicas ou nas limitações técnicas de seu suporte (como pregam algumas das mais representativas correntes teóricas da comunicação), deve – de fato – “caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia” (DARNTON, 1990, p.96).

Tal olhar para a noticiabilidade com base nos conceitos de *habitus* e de campo de Bourdieu permite, finalmente, uma ampliação de perspectiva frente à compreensão da questão a partir de seus processos técnico-operacionais – sejam aqueles vinculados às “categorias desviantes” ou, nos termos de Shoemaker (1996), às dimensões teóricas da “significância social”. Pelo ponto de vista aqui adotado, todas essas categorias (ou “óculos”, para fazer uso da metáfora de Bourdieu) devem ser compreendidas no contexto próprio dos tensionamentos do campo jornalístico e em seu diálogo com a operacionalização de processos sociais hegemônicos – debate que será retomado à frente. Como microcosmo autônomo, portanto, o campo jornalístico requer reflexões próprias no entendimento de suas dinâmicas. Debruça-se agora sobre a questão dos contratos simbólicos que se estabelecem na prática noticiosa a partir de uma interpretação culturalista do “senso comum”.

3. *Paradoxo aqui, mas não ali: a dimensão sociocultural do senso comum e seus diferentes contratos simbólicos*

A compreensão da ideia de senso comum como uma construção cultural que não deve ser automaticamente universalizada (*Capítulo II*) permite um raciocínio análogo à concepção de *paradoxo* cotidiano, ou seja, trata-se do entendimento de que um evento que fere a ordem simbólica compartilhada por um dado grupo social pode não ser igualmente interpretado como *paradoxal* por outro grupo. Tal raciocínio ajuda a explicar a presença (ou a não-presença) de notícias diferentes em distintos espaços socioculturais e recortes temporais. A caracterização dos critérios de noticiabilidade passa, assim, pelo estabelecimento de diferentes contratos simbólicos, ideia trabalhada na tese como parte da explicação para o complexo processo de seleção e construção das notícias.

Um olhar comparativo para distintos modelos de cobertura a respeito de um mesmo evento jornalístico ajuda a elucidar a questão. Tome-se como exemplo as abordagens feitas por diferentes jornais sobre a visita do presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil no

início de 2011. Um breve levantamento dos distintos enquadramentos noticiosos em torno do assunto concede mostras dos diferentes contratos simbólicos ali instituídos. Dois dos principais jornais brasileiros – *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* –, nesse sentido, atribuem atenção semelhante ao episódio. Nas edições de 20 de março de 2011, dia posterior à chegada de Obama ao Brasil, ambos publicam o resultado de um volumoso trabalho de repórteres e analistas escalados para cobrir e emitir considerações sobre a célebre visita. Na *Folha de S. Paulo*, por exemplo, constata-se a publicação de seis matérias no primeiro caderno (o de maior proeminência), além de cinco artigos de opinião assinados por seus colunistas em diferentes seções do jornal. Já no *O Estado de S. Paulo*, o dia seguinte ao desembarque de Obama no Brasil é tratado de maneira também enfática: a despeito de um menor número de artigos opinativos comparado à *Folha* – são três no total –, o veículo apresenta dezoito itens noticiosos distribuídos por onze diferentes páginas. Chama atenção, todavia, o semelhante enfoque dado ao conteúdo noticioso pelos dois veículos. Como elemento ilustrativo, as praticamente idênticas chamadas de capa⁸⁸ mostram-se sintomáticas de contratos simbólicos muito próximos que resultam em recortes similares no plano empírico:

Figura 7 – Fragmento de capas: *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*



(Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 20/03/2011; p. A1; *Folha de S. Paulo*, 20/03/2011; p. A1)

⁸⁸ No *O Estado de S. Paulo*: “Obama manifesta ‘apreço’ à pretensão do Brasil na ONU” (20/03/2011, p.A1). Na *Folha de S. Paulo*: “Obama diz ter ‘apreço’ por Brasil na ONU” (20/03/2011, p.A1).

Como forma de aprofundamento da análise, contudo, faz-se também interessante a abordagem de um terceiro veículo cuja proposta editorial se diferencia dos demais. Tome-se, nessa direção, o caso do periódico *Jornal da Tarde (JT)*⁸⁹. Embora pertença ao mesmo grupo empresarial que edita o tradicional *O Estado de S. Paulo*, o *JT* possui um perfil que pode ser denominado – sem a atribuição de juízo de valor ao termo – de “popular”; ou seja, possui preço mais acessível às camadas trabalhadoras e menor número de seções e páginas, além de foco na comercialização em banca. Evidentemente, a relação que se institui entre os chamados *paradoxos* cotidianos para os leitores da *Folha* e do *Estado* não é a mesma daquela estabelecida para o público do *Jornal da Tarde*. Considerados especificamente os enquadramentos sobre a visita de Barack Obama ao Brasil, nota-se uma clara distinção: ao passo em que os dois primeiros veículos evidenciam de forma clara as supostas consequências políticas e econômicas do encontro diplomático bilateral⁹⁰, o *JT* sublinha a singularidade da visita e opta por enumerar as localidades visitadas pela família presidencial norte-americana no Rio de Janeiro⁹¹. Outra curiosa demonstração de que os efeitos do desembarque de Obama no Brasil não são os mesmos para o público leitor do *JT* é a publicação de uma matéria que utiliza a oportunidade do momento para dar dicas pragmáticas sobre o aprendizado do idioma nativo dos ilustres visitantes⁹².

Em que pese a pertinência da diferença de enquadramento estabelecida entre os três jornais paulistas, entretanto, faz-se ainda mais emblemática a projeção de uma visão comparativa na direção de um quarto veículo que se distingue do contexto brasileiro: o *The New York Times*, um dos mais influentes jornais dos Estados Unidos. Um breve olhar se faz suficiente, nesse sentido, para identificar que o *paradoxo* causado no cotidiano brasileiro pelo encontro entre Barack Obama e Dilma Rousseff é substancialmente distinto do significado que a visita diplomática possui para a cultura política norte-americana. Não constitui coincidência, por conseguinte, a abismal diferença no espaço reservado ao evento no *The New York Times*: uma única matéria e um artigo de opinião. Não obstante, a distinção não se resume ao espaço físico destinado à cobertura. Como lembra Robert Darnton (1990, p.96), mais do que “caber” na mancha impressa de papel-jornal, as notícias devem se adequar a

⁸⁹ O veículo teve suas atividades descontinuadas no final de outubro de 2012, ou seja, durante o período de redação desta tese. Optou-se, de todo modo, pela manutenção do exemplo citado.

⁹⁰ São exemplos as chamadas: “Presidente americano iguala Brasil, China e Índia”; “Dilma cobra comércio mais justo e equilibrado” e “Obama promete facilitar vistos” (*O Estado de S. Paulo*); “Presidentes firmam acordo para destravar comércio bilateral”; “Obama diz ter apreço por aspiração de Brasil na ONU” e “Ataques à Líbia roubam a cena de visita de presidente” (*Folha de S. Paulo*).

⁹¹ Constituem exemplos de matérias: “Obama visita Corcovado com a família”; “Cinelândia espera Obama”; “Michele Obama vai a barracão da Unidos da Tijuca” e “No Rio, Obama deve visitar a Cidade de Deus”.

⁹² “Para aprender inglês, vale até terapia”. *Jornal da Tarde*, 20/03/2011.

concepções culturais prévias. Dessa forma, em meio à crise política então recém-eclodida no norte da África, o que naquele momento é interpretado como *paradoxal* para a vida cotidiana estadunidense é exatamente o fato de o presidente deixar a nação e aportar na América do Sul – enfoque adotado pela matéria⁹³. Portanto, ainda que observados sumariamente, os diferentes enquadramentos noticiosos dirigidos ao mesmo fenômeno social – no caso em questão, a visita de Barack Obama ao Brasil – são reveladores da materialização de distintos contratos simbólicos que ocorre em contextos socioculturais específicos.

De modo geral, diversos enfoques teóricos podem ser utilizados para justificar tais “contratos”. Na perspectiva sociológica de linha mais tradicionalista, essa relação entre distintas tendências de categorização e caracterização das notícias é interpretada, não raro, como decorrência de uma espécie de contrato pragmático instituído entre veículos e audiências com base nas leis de mercado. Esse ponto de vista – ancorado na trinca “seleção noticiosa-audiência-lucro” – constitui-se, por exemplo, um dos vértices adotados (ou pelo menos uma das variáveis consideradas) por Herbert Gans (2004) na abordagem que desenvolve sobre os jornais norte-americanos nas décadas de 1960 e 1970. Trata-se de um modelo de análise fundamentado no conceito de “audiência predita” – isto é, na ideia de que jornalistas escrevem simplesmente de acordo com o que seus leitores querem ler. Outro claro exemplo prático desse modo de tratamento do fenômeno é um estudo quantitativo conduzido por Marie Hardin (2005) sobre a relação entre os “interesses de leitura da audiência” e as decisões tomadas por editores na cobertura de esportes femininos nos Estados Unidos. Por meio de enquetes telefônicas, a pesquisadora avalia cerca de três centenas de periódicos da região sudoeste do país (região considerada um recorte sócio-demográfico de população mais conservadora do que a média) e conclui que as pautas esportivas são determinadas pelo “senso de realidade” que os editores possuem dos gostos de suas audiências. Além disso, Hardin (2005, p.72, tradução nossa) mostra que tal “sensibilidade” a respeito do que as pessoas querem ver na mídia é dirigida, pelo menos em parte, “por crenças pessoais e por uma ideologia hegemônica (sic) sobre os esportes femininos”. Embora reconheça que raramente os veículos possuam recursos adequados para um exato diagnóstico da audiência, a autora advoga que o processo de seleção das notícias deve ser guiado por um levantamento mais claro dos interesses dos leitores (HARDIN, 2005, p.73-74).

⁹³ A matéria do *The New York Times* aborda justamente esse enfoque: “*Amid crises, Obama lands in South America*” (NYT, 20/03/2011, p. A6). Em tradução livre: “Em meio a crise, Obama desembarca na América do Sul”.

Sob uma perspectiva eminentemente técnica e operacional, abordagens como as de Gans (2004) e Hardin (2005) são exequíveis e muitas vezes empiricamente verificáveis via metodologias pragmáticas de análise (ambos os estudos, amparados que são por levantamentos quantitativos, mostram isso). Todavia, da mesma forma como o pragmatismo das rotinas jornalísticas não é suficiente para explicar a complexidade dos elementos simbólicos e hegemônicos que penetram a atividade noticiosa (reside aí a pertinência do conceito de *habitus* jornalístico de Pierre Bourdieu trabalhado anteriormente como chave-explicativa), a noção de “audiência predita” também não elimina a natureza complexa e multifacetada envolvida nos contratos simbólicos estabelecidos nas diferentes comunidades de sentido. Assim, a despeito dos importantes avanços teórico-conceituais estabelecidos historicamente em torno da concepção de noticiabilidade (*Capítulo I*), busca-se na conjuntura desta tese um entendimento da concepção de notícia como um tipo peculiar de “narrativa híbrida” que se refere tanto à singularidade dos acontecimentos que compõem a realidade em sua imediaticidade quanto, e, sobretudo, aos componentes simbólicos presentes na vida cotidiana (FARO, 2011). Trata-se de um modo de abordagem da notícia como uma modalidade narrativa particular que somente se dissemina socialmente quando respalda uma forma característica de consumo simbólico da modernidade – embora, evidentemente, esse padrão de apreensão simbólica relaciona-se, em diferentes comunidades de sentido, a “formas contratuais” específicas.

A ideia de “contrato de comunicação” aplicada na tese, nesse cenário, emerge majoritariamente das reflexões teóricas de Patrick Charaudeau. Explica-se: entre as principais contribuições levadas ao campo das ciências sociais pelo teórico francês figura-se uma visão peculiar dos processos de trocas simbólicas embutidos nos discursos sociais. É nessa direção que o autor localiza dois de seus principais compromissos teóricos: as articulações entre os chamados planos “situacional” e “linguístico” e entre os planos macro e microssocial – perspectivas consideradas essenciais no contexto das hipóteses deste estudo. Para Charaudeau, conforme sintetiza Nogueira (2004):

Todo ato de linguagem realiza-se dentro de um tipo específico de relação contratual, implicitamente reconhecido pelos sujeitos, e que define, por um lado, aspectos ligados ao plano situacional – qual a identidade dos parceiros, seus objetivos, o assunto de que falam, em que circunstâncias materiais – e, por outro, aspectos relativos ao plano comunicacional e discursivo – quais as maneiras de dizer ou quais as estratégias discursivas pertinentes. (NOGUEIRA, 2004, p. 3).

Ainda no interior da concepção de contrato, Charaudeau propõe uma compreensão diferenciada para os diálogos estabelecidos nos planos macro e microsocial – percepção que foge das interpretações mecanicistas ou deterministas dadas a esses planos:

Os atributos decorrentes das posições macroestruturais ocupadas pelos sujeitos só tornam-se relevantes em articulação com as circunstâncias microsociais em que eles atuam. Charaudeau vai, no entanto, ainda mais longe. Não basta a existência de uma adequação entre a localização macroestrutural do sujeito (com os atributos daí decorrentes) e as circunstâncias e objetivos de sua atuação. É necessário que esses atributos sejam reconhecidos pelos sujeitos destinatários para que eles se tornem operantes, e esse reconhecimento ocorre, justamente, dentro do encontro linguageiro, através da interação e avaliação mútua dos interlocutores. (NOGUEIRA, 2004, p. 4).

Elucidados esses compromissos teóricos, permite-se a introdução das reflexões estabelecidas por Charaudeau em torno do chamado “discurso da informação” – isto é, do tipo específico de discurso que rege a mídia. Nesse sentido, o autor defende os meios de comunicação como suportes institucionais que usufruem de diferentes conceitos para integrá-los em suas distintas lógicas: a econômica, a tecnológica e a simbólica (CHARAUDEAU, 2003, p.11). Porém, de acordo com essa perspectiva teórica, uma lógica específica se sobressai. Explica o teórico francês:

Sem nenhuma dúvida, a lógica econômica e a lógica tecnológica são elementos inescapáveis, mas aqui nos interessa a lógica simbólica, que trata do modo como indivíduos regulam os intercâmbios sociais e constroem as representações que dão aos valores que são subjacentes em suas práticas, quando criam e manipulam signos. Assim produzem sentido e, finalmente, não há o menor dos paradoxos no fato de que seja essa lógica que rege as demais. (CHARAUDEAU, 2003, p. 12, tradução nossa)⁹⁴.

Na contramão das interpretações que observam na mídia apenas motivações econômicas ou determinações tecnológicas, Charaudeau (2003, p.13-15) argumenta que os indivíduos envolvidos na elaboração dos discursos sociais (entre esses discursos está o midiático) agem a partir da construção de sistemas de valores. Assim, caem por terra três premissas vistas pelo linguista francês como mal-entendidos teóricos; a saber: 1) os meios de comunicação são instâncias de poder; 2) os meios de comunicação são manipuladores da

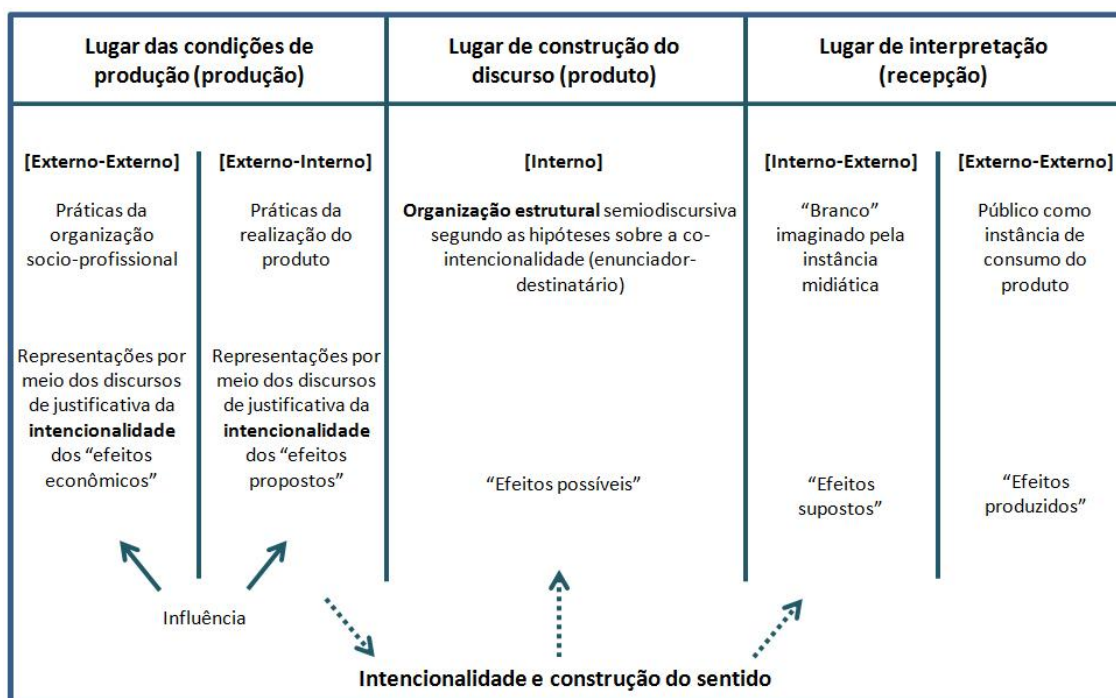
⁹⁴ As traduções de Patrick Charaudeau aqui utilizadas foram feitas do espanhol para o português e constam, tal como parte das reflexões do capítulo, no artigo “Como os acontecimentos se tornam notícia: uma revisão do conceito de noticiabilidade a partir das contribuições discursivas”, publicado em 2010 na Revista Estudos de Jornalismo e Mídia, da Universidade Federal de Santa Catarina. Ver: Silva (2010).

sociedade; e 3) os meios de comunicação são reprodutores transparentes da realidade social. Por outro lado, na concepção do autor, os veículos de mídia devem ser vistos como agentes particulares envolvidos na construção do espaço público:

Os meios de comunicação, se constituem um espelho, somente são um espelho deformante ou, ainda melhor, são ao mesmo tempo vários espelhos, daqueles que, nas brechas e apesar da deformação que promovem, dão testemunho, cada um a sua maneira, de uma parcela amplificada, simplificada e estereotipada do mundo. (CHARAUDEAU, 2003, p.15, tradução nossa).

Ainda além, de acordo com Charaudeau (2003, p. 22-23), a relação entre essas três lógicas – econômica, tecnológica e simbólica – no discurso da informação (articulação metaforizada pelo autor como “máquina midiática”) ocorre em três lugares de pertinência: nas condições de produção (instância de enunciação), na construção do discurso propriamente dito e nas condições de interpretação (instância de recepção). O diagrama a seguir ilustra a referida dinâmica:

Figura 8 – As posições da “máquina midiática” segundo Patrick Charaudeau



(Fonte: CHARAUDEAU, 2003, p. 23)

Por se tratar esta tese de um estudo que se debruça predominantemente sobre a construção cultural do conceito de noticiabilidade, foca-se aqui nos dois primeiros lugares de

pertinência da máquina midiática: os processos de seleção dos acontecimentos noticiáveis (lugar das condições de produção) e de construção noticiosa (lugar de construção do discurso). Conforme se faz observável no modelo gráfico, o lugar das condições de produção das notícias (instância de enunciação) se estrutura em dois espaços distintos: o “externo-externo”, que compreende as condições conjunturais (plano “macro”) envolvidas no processo comunicacional; e o “externo-interno”, responsável por abarcar as condições semiológicas da produção. Assim, ao entender a notícia como produto de uma determinada empresa cuja organização está regida por práticas institucionalizadas (que se relacionam com os estatutos e as funções dos atores nela envolvidos), o “externo-externo” configura-se uma problemática de ordem socioeconômica. Tal espaço social, emaranhado nas práticas profissionais da organização, dialoga – num processo de influências mútuas – com o espaço “externo-interno”, responsável pela produção propriamente dita (escolhas temáticas e discursivas, entre outras) do produto midiático. Em outros termos, pode-se dizer que as variáveis socioculturais e econômicas que caracterizam o espaço “externo-externo” influenciam as escolhas narrativas dos jornalistas na construção da notícia (externo-interno), e vice-versa. Ademais, entende-se que a instância de enunciação da “máquina midiática” trabalha com “efeitos propostos”, já que o destinatário não é conhecido e, numa perspectiva ideal, pode no máximo ser considerado uma espécie de “vazio” a ser “preenchido” pelas significações propostas.

Por sua vez, o lugar de construção do discurso guia-se por uma dada organização semiodiscursiva, ou seja, rege-se a partir da disposição de formas que pertencem, predominantemente, ao sistema verbal e a outros sistemas semiológicos, como o icônico, o gráfico e o gestual. Diferentemente do lugar das condições de produção, baseado essencialmente em questões de intencionalidade (já que o destinatário só pode ser imaginado idealmente), o lugar da construção do discurso estrutura-se numa relação de cointencionalidade, uma vez que se reconhece o destinatário num processo de intercâmbio comunicativo (resultando em “efeitos possíveis”). Explicita Charaudeau:

Por uma parte, a instância de enunciação somente pode imaginar o receptor de uma maneira ideal, quer dizer, construí-lo por hipóteses em um destinatário supostamente adequado às suas intenções, sem prejudicar, portanto, sobre sua atividade interpretante real, e como, por outra parte, esta instância de enunciação não pode pretender dominar a totalidade de sua própria intencionalidade, dito que, como ser coletivo, leva consigo vários campos de significação dos quais não necessariamente possui consciência, nos vemos obrigados a concluir que o texto produzido é portador de uma cointencionalidade que se estabelece entre o enunciador e o destinatário (seres de fala) e não entre o produtor e o receptor (seres atuantes). (CHARAUDEAU, 2003, p. 25, tradução nossa).

Conclui-se, nesse panorama, que o texto jornalístico nasce carregado de efeitos possíveis, ao passo que somente uma parte desses efeitos corresponde às intenções conscientes do enunciador; outra parte, não necessariamente a mesma, será reconstruída pelo receptor (CHARAUDEAU, 2003, p.26). Portanto, nas circunstâncias de análise de produtos noticiosos (entendidos como atos comunicativos), convém distinguir os “efeitos propostos” (localizados no lugar das condições de produção) dos “efeitos possíveis” (localizados no lugar de construção do discurso) e dos “efeitos supostos” (localizados no espaço simbólico da interpretação) (CHARAUDEAU, 2003, p.45). Assim, as seleções de fatos noticiáveis e as subsequentes escolhas linguísticas realizadas na construção das notícias devem ocorrer sempre em função de receptores pré-idealizados e dos efeitos pretendidos. Trata-se de dinâmicas de seleção, seja no âmbito do falar, do comunicar ou do informar (CHARAUDEAU, 2003, p.47).

Intrínsecos em tais escolhas residem também os processos de construção de sentido do discurso informativo – são dois, chamados de “transformação” e “transação” (CHARAUDEAU, 2003, p.50-51). Detalha-se: entende-se que o ato de informar se inscreve em um processo típico de transformação, pois é responsável por descrever, contar e explicar algo – ou, em outras palavras, por transformar um “mundo por significar” em um “mundo significado”. Tal processo de transformação é regido no entendimento da teoria discursiva de Patrick Charaudeau (2003) pelo processo de transação. Desse modo, o ato de comunicar inscreve-se também em uma dinâmica transacional, pois, para que seja válido, os interlocutores devem estar em condições de reconhecer o mesmo marco de intencionalidade. Em síntese, todo discurso, antes de manifestar o mundo, manifesta uma relação. A mesma lógica vale para o discurso informativo. O sujeito informante, “emaranhado” nas redes do processo de transação, somente pode construir sua informação (processo de transformação) em função de dados específicos da situação de intercâmbio (CHARAUDEAU, 2003, p.52). No contexto do contrato de comunicação, marcado em sua dinâmica pela influência dos dados externos – ou seja, pelas peculiaridades socioculturais que caracterizam os condicionamentos situacionais – e, ao mesmo tempo, pelos dados internos – localizados no interior propriamente dito das escolhas discursivas (condicionamentos discursivos) – os processos de transformação e transação podem ser ilustrados da seguinte maneira:

Figura 9 – Processos de “transformação” e “transação” no âmbito do contrato de comunicação de Patrick Charaudeau



(Fonte: CHARAUDEAU, 2003, p. 83)

Apresentados conceitualmente os modos de funcionamento da chamada “máquina midiática” e do contrato de comunicação na perspectiva de Patrick Charaudeau (2003), abre-se caminho, finalmente, para o entendimento das dinâmicas de seleção e de construção dos acontecimentos midiáticos – reflexão que permite diálogo com a concepção de noticiabilidade. Volta-se, assim, para a formulação de uma proposta de interpretação mais abrangente a respeito do processo de construção cultural da narrativa noticiosa a partir dos diversos conceitos trabalhados neste capítulo.

4. Como, enfim, os *paradoxos* cotidianos ganham as páginas dos jornais: uma proposta interpretativa

Plano pragmático *versus* plano expressivo, *habitus* jornalístico, hegemonia, contrato de comunicação... O desafio que se coloca nesta etapa do debate reside exatamente na demonstração de como essa complexa gama de conceitos dialoga entre si de modo a possibilitar uma proposta interpretativa viável para a dinâmica de conformação dos acontecimentos noticiosos. Como explicitado no decorrer do capítulo, todos os conceitos acima citados se colocam, de alguma maneira, como chaves-explicativas em diferentes estágios do processo. A tarefa de articulá-los passa, por conseguinte, pela premissa que serve de fio condutor à discussão: trata-se da ideia de que a noticiabilidade, interpretada como uma construção cultural peculiar da vida cotidiana, relaciona-se com a concepção de *doxa*

(*Capítulo II*). Desse modo, os acontecimentos dotados de uma determinada valoração como notícia (ou simplesmente de “valor-notícia”) passam a ser entendidos como instâncias desviantes da regularidade que caracteriza o senso comum; são, portanto, *paradoxos* cotidianos por romperem com as expectativas *doxais*.

Com base nessa perspectiva teórica, a “disponibilidade” de itens noticiáveis – uma das duas etapas do modelo circular sugerido por Gans (2004) – atrela-se a aspectos *paradoxais* que, ao menos *a priori*, se vinculam a fatos localizados no plano fenomênico; cumprem, assim, efeitos de realidade. Contudo, uma vez resignificados no plano expressivo, tais acontecimentos – agora na forma de “eventos jornalísticos” (KOCH, 1990) – são também posicionados como motores de efeitos de sentido (GOMES, 2009). Essa “transposição”, por sua vez, não retira das notícias – narrativas construídas com base em fatos que rompem com a regularidade cotidiana – sua potencialidade na produção de efeitos no plano pragmático. Nesse sentido, um acidente de trânsito (instância que cumpre um claro efeito de realidade) constitui indubitavelmente um exemplo de *paradoxo* cotidiano; ao mesmo passo, porém, uma determinada interpretação dada a ele no plano expressivo (uma notícia ou uma simples versão) pode semelhantemente quebrar as expectativas do senso comum. É preciso que se reconheça, portanto, que os aspectos *paradoxais* da realidade cotidiana – quando inseridos nas dinâmicas de significação que conformam a narração noticiosa – são passíveis de localização em todos os níveis da cadeia de produção de efeitos: sejam eles efeitos de realidade ou efeitos sentido – debate que será retomado no próximo capítulo.

O processo de inscrição cultural desses significados *paradoxais* na práxis jornalística, todavia, longe de constituir um mero decalque, é dotado de complexidade e passa pela operacionalização no plano empírico de diferentes componentes simbólicos compartilhados socialmente. É neste ponto que se reveste de pertinência a aplicação da concepção bourdieusiana de *habitus*. O conceito proposto pelo sociólogo francês representa, assim, uma importante ferramenta para explicar o modo como os padrões culturais intrínsecos na sociedade (*Capítulo III*) – entenda-se aqui, sobretudo, os sentidos de “operacionalização da existência” e de “domesticação do acaso” oriundos de um padrão hegemônico de racionalidade instrumental – são transcodificados e disseminados na prática noticiosa. Isto é, tal como abstraído das reflexões de Robert Darnton (1990), reconhece-se a existência dos critérios de noticiabilidade como um tipo peculiar de representação simbólica incorporada ao *habitus* do campo jornalístico; um modo particular de “social incorporado”, ou, nas palavras

do próprio Bourdieu (1974, p.201), de “interiorização de complexas estruturas objetivas presentes numa sociedade”.

Nesse cenário, ao menos quatro questões teóricas já mencionadas no decorrer do capítulo merecem ser recuperadas: 1) a disseminação social da atividade noticiosa em consonância com a ideia aristotélica de “senso comum”; 2) a relação entre tal “ordem simbólica comumente consensual” – intrínseca e extrínseca ao campo – e os processos simbólicos – aparentemente contraditórios – de uniformização do conteúdo noticioso; 3) os mecanismos de autolegitimação e autopreservação do jornalismo que viabilizam tais operações; e, por último, 4) a disseminação social desses mecanismos a partir de representações simbólicas incorporadas ao *habitus* do campo jornalístico. Admite-se, assim, sobretudo em termos de problematização, que tais pontilhamentos teóricos apresentam-se como chaves-explicativas alternativas e viáveis para o entendimento dos processos de seleção noticiosa quando comparados ao enquadramento automático do conteúdo noticioso em categorias delimitáveis de critérios de noticiabilidade. Dessa maneira, a despeito de eventuais classificações que possam ser operacionalmente aplicáveis para tais critérios noticiosos – das elaborações clássicas aos aprimoramentos mais contemporâneos de caráter sociológico (*Capítulo I*) –, reconhece-se que as reflexões cunhadas por Pierre Bourdieu podem proporcionar um arcabouço teórico melhor acabado para o entendimento da complexidade simbólica por trás dos processos de seleção das notícias.

Da mesma forma, as elaborações conceituais propostas pelo sociólogo francês abrem frutíferas possibilidades de diálogo com outras formulações teóricas no entendimento da atividade jornalística. A noção de *habitus*, nesse sentido, ao realizar a função de estrutura intermediária e proporcionar a mediação entre as “condições objetivas de funcionamento de uma sociedade” e as “aptidões subjetivas de seus membros”, pode ser posta em interface com a já explicitada proposta teórica de Patrick Charaudeau. Entre outros aspectos, o entendimento da noticiabilidade a partir das contribuições do linguista francês recai sobre a valorização da articulação entre os aspectos situacionais (externos) e linguísticos (internos) que se mobilizam na conformação do discurso informativo – ao que parece encaixar-se o entendimento do *habitus*.

Mais especificamente, entende-se que a operacionalização no jornalismo das marcas culturais provenientes do plano macrossocial – ou seja, das instâncias socioculturais e econômicas repousadas no espaço discursivo do “externo-externo” segundo a metáfora da “máquina midiática” de Charaudeau (2003) – ocorre propriamente no local de pertinência do

“externo-interno” – isto é, no espaço discursivo interpretado como instância “micro” da cadeia. Assim, a passagem do “plano situacional” ao “plano discursivo” (CHARAUDEAU, 2003) – ou, em outros termos, o decalque no plano pragmático de valores que são previamente compartilhados a partir de padrões culturais vigentes na sociedade – possui seu suporte operacional na complexidade do *habitus*. Como em poucas outras circunstâncias, o complexo conceito bourdieusiano encontra nesse peculiar contexto da atividade jornalística tão clara ressonância na definição atribuída a ele por Martin-Barbero (2003, p.123): “o produto da interiorização dos princípios de um expediente cultural capaz de perpetuar nas práticas os princípios de um expediente interiorizado”.

Outra questão que merece ser recuperada nesse contexto é a operacionalização propriamente dita dos chamados “contratos comunicativos” (CHARAUDEAU, 2003). Reconhece-se assim, tal como visto anteriormente, que o pragmatismo por trás das explicações ancoradas no conceito de “audiência predita” não se faz suficiente para esclarecer a complexidade presente nos contratos simbólicos que se instituem na prática noticiosa. Em suma, pode-se afirmar que os chamados *paradoxos* cotidianos não são os mesmos em situações ou conjunturas distintas; esse processo, por seu turno, se deve substancialmente à relação estabelecida entre os “efeitos propostos”, os “efeitos possíveis” e os “efeitos supostos” que se inscrevem em uma dinâmica de cointencionalidade discursiva. Além disso, segundo Charaudeau (2003, p.122), o trabalho de ordenamento de sentido dos acontecimentos (passagem do “mundo a significar” ao “mundo significado”) rege-se por uma dupla faculdade: a percepção dos fenômenos estruturados no tempo e no espaço; e a estruturação temática do mundo ao ser “comentado” por meio da linguagem. Nessa perspectiva, um acontecimento nasce, vive e morre no interior de um processo dialético que depende dos sujeitos que interpretam o mundo. Charaudeau (2003, p. 125) ainda refina seu raciocínio e argumenta que a finalidade da informação midiática é dar conta do que ocorre no “espaço público”. Na visão do autor, o espaço público não possui significação por si mesmo, mas depende dos vários discursos sociais (entre eles o discurso midiático) que o fazem inteligível. Os discursos que permitem a inteligibilidade do mundo, por sua vez, dependem dos grupos sociais nos quais estão inseridos e dos sistemas de valores por eles produzidos (CHARAUDEAU, 2003, p.165) – diálogo que se estabelece com o conceito de *doxa*.

Conclui-se, nessa perspectiva, que os meios de comunicação não se apoderam do espaço tornado público pelo “senso comum”, mas participam constantemente de sua constituição e transformação. A dinâmica de constituição do espaço público e seu

consequente diálogo com a concepção de construção do acontecimento midiático (noticiabilidade) permite, assim, uma pertinente reflexão de ordem qualitativa cara à sequência da discussão: 1) se a seleção dos acontecimentos fenomênicos e sua transformação em acontecimentos midiáticos está ligada à noção de espaço público; e 2) se a noção de espaço público, por definição, não é universal, mas depende das especificidades culturais dos grupos sociais (o espaço público é “móvel e plural”, diz Charaudeau); 3) então, a seleção de acontecimentos midiáticos não pode ser encarada de maneira enrijecida por estar intimamente relacionada aos padrões culturais de cada grupo.

Finalmente, a relação entre a atividade jornalística e a tematização simbólica do espaço público posta em debate por Patrick Charaudeau (com “respaldo” da interpretação sociológica de Pierre Bourdieu sobre configuração simbólica do senso comum) pode ser também problematizada em diálogo com um terceiro teórico francês já mencionado anteriormente: Roland Barthes. Tanto Bourdieu, ao tratar da articulação do poder simbólico no interior dos campos sociais, quanto Barthes (1988), no entendimento dos chamados “discursos encráticos”, reconhecem a importância da noção aristotélica de *doxa*; ou seja, da materialização de uma opinião corrente e consensual, espécie de ordem simbólica previamente estabelecida na vida cotidiana. Nesse cenário, conceitualmente, uma notícia configura a inscrição no plano expressivo de um determinado acontecimento – uma dada instância produtora de efeito de realidade – que rompe com tal ordem. Esse acontecimento, todavia, somente será interpretado como *paradoxal* devido a um “contrato” de cointencionalidade discursiva instituído entre enunciadores e enunciatários nos termos de Charaudeau (2003). *Doxa*; *paradoxos* cotidianos; *habitus* jornalístico; contrato comunicativo. Localiza-se nesses potenciais diálogos, portanto, uma viável compreensão da construção da narrativa noticiosa como prática cultural que, para além do pragmatismo que recai sobre a imediaticidade dos fatos jornalísticos, colabora para uma modalidade própria de ordenamento simbólico do cotidiano – representação que passa a ser primordial no interior do *habitus* do campo jornalístico.

CAPÍTULO V – DEPOIS DA TEMPESTADE, A BONANÇA: A INSCRIÇÃO DO JORNALISMO NA CULTURA E A ATENUAÇÃO DOS *PARADOXOS* COTIDIANOS PELA NARRATIVA NOTICIOSA

Ultimamente, pelas manhãs, lia apenas a seção de esportes, concentrando toda a atenção nas últimas páginas, onde placares e estatísticas eram cuidadosamente listados e atualizados a cada dia. De alguma forma achava as colunas de números e porcentagens reconfortantes. Eram claras e concisas, uma ordem absoluta num mundo desordenado. Saber quem havia atingido a maioria dos home runs para os Dodgers o fazia sentir que de alguma forma ainda estava ligado à cidade e à sua vida. (Trecho do romance “A loira de concreto”, de Michael Connelly)⁹⁵

“Fim da tempestade, o sol nascerá”. Os versos rascunhados com sucesso pelos sambistas cariocas Cartola e Elton Medeiros, gravados originalmente em 1974, possuem um sentido latente que não se encerra no simples entoar da canção. Famosos por rimas que remetem às angústias e aos sentimentos da intimidade, os compositores conseguem metaforizar nessas simples orações a busca de dias mais promissores por parte do enunciador dos versos – “a sorrir, eu pretendo levar a vida”, completa o refrão. A aderência da metáfora de Cartola e Medeiros, porém, não é ocasional. Ao incluírem na letra do samba o sentido de um dos mais emblemáticos ciclos da natureza (a “alternância” entre tempestade e calmaria), os compositores inscrevem o sofrimento humano expresso na forma de poesia em uma lógica mais abrangente e disseminada em diversas culturas. Ensina o antigo provérbio: “depois da tempestade vem sempre a bonança”. Na ótica cristã, tal lógica se faz presente, por exemplo, em diferentes alegorias bíblicas em referência à sublimação proveniente dos céus – da famosa interrupção do dilúvio no livro do Gênesis ao evangelho de Lucas: “tudo cessou e veio a bonança” (Lucas 8: 22-25). Em outras culturas pré-modernas, por seu turno, esse mesmo encadeamento de fatos remete, em certa medida, a modalidades de misticismo oriundas do equilíbrio e da temporalidade cíclica da própria natureza: ritualizam-se as estações do ano, as

⁹⁵ O fragmento citado diz respeito ao policial Bosch, personagem central da trama que se passa na turbulenta cidade de Los Angeles no início dos anos 1990. Embora o romance de Michael Connelly conste entre as leituras recentes do autor desta tese, a observação da pertinência do trecho no contexto desta reflexão sobre jornalismo somente ocorreu após referência feita ao mesmo por Muniz Sodré (2009, p. 96). Para acesso ao texto original, conferir: Connelly (1994, p.12).

fases da lua e os períodos de colheita. Nem sempre, todavia, o remediar dos eventos que rompem com as crenças e expectativas difundidas na cultura decorre da divindade dos céus ou das forças naturais do cosmo. Na modernidade, como visto anteriormente (*Capítulo III*), o percurso metafórico entre a “tempestade” (caos e tormenta) e o “nascer do sol” (ordem e calmaria) toma um rumo diferenciado: deixa o campo do sublime e passa ao vértice das realizações que se concretizam, aqui e agora, pelas mãos e pelo raciocínio (entenda-se, pelo conhecimento técnico-científico) da própria sociedade.

É evidente, entretanto, que o homem comum, no desempenho de suas atividades mais corriqueiras, não faz ciência a todo o momento. A esse respeito, metaforiza Clifford Geertz (2007, p.122): “os homens tapam os orifícios nas barragens de suas crenças mais necessárias com o primeiro tipo de barro que encontram”. De modo mais específico, o antropólogo se refere à operacionalização da concepção de “senso comum” na cultura; isto é, ao passo em que a religião, a ideologia e a ciência estruturam seus argumentos respectivamente na “revelação”, na “paixão moral” e na “metodologia”, o senso comum, na perspectiva do autor, acaba por se basear no sentido prático da “vida como um todo” (GEERTZ, 2007, p.114). Consiste, assim, em uma das mais sólidas formas de conhecimento da vida moderna; embora, notadamente, uma distinção se faça sempre indispensável nesse quesito: longe de configurar um mero modo casual de apreensão da realidade, o senso comum institui-se como forma de “sabedoria coloquial” que a julga e a avalia (GEERTZ, 2007, p.115).

Entende-se, dessa maneira, que em um modo de sociabilidade pautado por um padrão de racionalidade eminentemente operacional – ou seja, em um padrão de sociabilidade que lida com suas arestas de forma a resolvê-las racionalmente –, as fissuras nas expectativas cotidianas são estancadas e corrigidas rotineiramente a partir de elementos simbólicos respaldados na cultura. Daí a pertinência do jornalismo nas engrenagens da experiência moderna: trata-se de uma prática sociocultural que, apesar de transcodificar os padrões culturais hegemônicos da racionalidade instrumental, se dissemina na práxis do senso comum contribuindo para a atribuição de significado à vida cotidiana. Descrevem Berger e Luckmann (1974) nesse sentido:

De modo considerável, todos os ‘outros’ – ou pelo menos a maior parte – encontrados pelo indivíduo na vida cotidiana servem para reafirmar sua realidade subjetiva. Isto acontece mesmo numa situação tão “pouco significativa” como viajar num trem diário para um trabalho. O indivíduo pode não conhecer ninguém no trem nem falar com qualquer pessoa. Apesar disso, a multidão dos companheiros de viagem reafirma a estrutura básica da vida cotidiana. Pela conduta global os viajantes

retiram o indivíduo da tênue realidade do estremunhamento matinal e demonstram em termos indubitáveis que o mundo é constituído de homens sérios, que vão ao trabalho, de responsabilidade e horários, da *New Haven Railroad* e do *Times* de New York. Este último, evidentemente, reafirma as mais amplas coordenadas da realidade individual. Do boletim meteorológico até os anúncios de “precisa-se”, tudo lhe assegura de que está, de fato, no mundo mais real possível. (BERGER E LUCKMANN, 1974, p.198-199, grifos nossos).

Reveste-se de significação, nesse contexto, o alívio proporcionado pelos componentes da narrativa jornalística na angústia do policial Bosch – personagem ficcional de Michael Connelly – citado na epígrafe deste capítulo: “de alguma forma achava as colunas de números e porcentagens reconfortantes; eram claras e concisas, uma ordem absoluta num mundo desordenado”. Mais do que uma simples ratificação de presença no mundo, portanto, a narrativa jornalística tem seu peso elevado quando as expectativas comuns falham e quando o homem cotidiano se confronta com anomalias e contradições em seu sistema social. Além disso, como mencionado anteriormente (*Capítulos II e IV*), a narração do jornalismo se dissemina em um cenário eminentemente *doxal* que proporciona sua própria razão de existência e formata seus principais elementos. Stuart Hall (1981b, p.236) é bastante claro, nessa direção, ao reconhecer que os parâmetros de noticiabilidade, quando interpretados para além da funcionalidade operacional do jornalismo, preenchem-se de sentido somente com base em um “conhecimento consensual do mundo”. Diz o autor:

Os valores-notícia estão relacionados com ‘aquilo que (ainda) não é amplamente conhecido’: eventos escassos, raros e imprevisíveis. (...) As notícias geralmente giram em torno do inesperado, do problemático; mas um evento, por outro lado, somente é imprevisto porque ‘rompe com nossas expectativas sobre o mundo’. De fato, muitas notícias reportam desenvolvimentos que são inesperados para uma continuidade prevista das instituições e da vida social. Eles incrementam algo àquilo que nós já sabemos ou poderíamos predizer a respeito do mundo. Entretanto, se as notícias retratam acontecimentos que nós realmente não conhecemos ou se somente adicionam um misto de imprevistos ao que já é conhecido, o fato central é que os valores-notícia operam como uma estrutura de ‘primeiro plano’ que oculta uma ‘estrutura profunda’. Isto é, os valores-notícia se posicionam continuamente contra um quadro de construções e crenças que são compartilhadas pelos leitores. Eles requerem um conhecimento consensual a respeito do mundo. (...) Sem esse pano de fundo consensual – nosso ‘conhecimento rotineiro das estruturas sociais’ –, nem os jornalistas, tampouco os leitores, são capazes de reconhecer ou de entender o primeiro plano das notícias. (HALL, 1981b, p. 235-236, tradução nossa).

Uma vez mais, por conseguinte, os acontecimentos dotados de noticiabilidade são interpretados como “*paradoxos* cotidianos” (elementos rompedores do pano de fundo consensual da *doxa*). Ao caracterizar os “valores-notícia” como “estruturas profundas”, no entanto, a leitura de Hall (1981b) vai ainda adiante e concede margem a uma interpretação mais abrangente para o fenômeno. Compreende-se, assim, que a inscrição da prática jornalística em um cenário *doxal* não se restringe à caracterização dos eventos noticiáveis (dinâmica exaustivamente tratada no capítulo anterior), mas toca outro ponto sensível na constituição da vida cotidiana: a atenuação – regular e rotineira – de seus sentidos mais desviantes. Desse modo, a “bonança” que sucede a “tempestade” na metáfora do antigo provérbio popular, longe de remeter apenas às explicações dos céus ou do cosmo, requer na práxis do cotidiano uma narrativa que dilua seus elementos inauditos e repare suas fissuras. A narração jornalística, nesse contexto, assume papel preponderante ao identificar tais elementos e racionalizá-los – não somente no plano do conteúdo, mas, sobretudo, por meio de sua dimensão estético-expressiva –, disseminando um padrão hegemônico de “domesticação do acaso” e de “instrumentalização da existência” (LUKÁCS, 2010; MORETTI, 2003; BIRMAN, 2010).

No interior desse vértice teórico, a retomada de um caso empírico já trabalhado no decorrer da tese – a saber, a cobertura jornalística realizada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* do terremoto que aflige Japão em março de 2011 – ajuda a elucidar a questão em voga. Detalha-se: a despeito da pertinência prática dos parâmetros de noticiabilidade que caracterizam a abordagem do assunto (*Capítulo IV*), nota-se no transcorrer da cobertura a manifestação de um traço mais amplo, de natureza simbólica, que – a exemplo das colunas esportivas lidas diariamente pelo atribulado personagem de Michael Connelly citado acima – repercute um padrão cultural de racionalidade. Trata-se de uma tendência de racionalização do “caos” instituído como forma de atenuação dos sentidos mais *paradoxais* do acontecimento. A natureza caótica dos eventos (terremoto, tsunami, risco nuclear, etc.) é, dessa maneira, esmiuçada, racionalizada e simbolicamente dissolvida.

Na prática, como visto no capítulo precedente, a abordagem que se inicia amparada por questões excêntricas e insólitas passa gradativamente a receber um padrão “atenuador”. Quando em pauta está o anunciado risco nuclear na área do terremoto, por exemplo, novas aproximações temáticas reduzem o peso das incertezas ali estabelecidas e projetam um cenário de “acesso controlado” ao problema. As notícias “Técnicos rejeitam repetição de Chernobyl” (13 de março de 2011); “Cientistas tentam calcular rota de nuvem radioativa” (18

de março de 2011); e “Japão avança no resfriamento de reator” (19 de março de 2011), recorrentes que são a uma semântica própria do campo técnico-científico, ilustram a nova caracterização concedida ao assunto. Esse traço de “racionalização”, por sua vez, se faz também presente nas demais faces da cobertura. No noticiário econômico, âmbito no qual os padrões de racionalidade e de objetividade fazem-se ainda mais decalcados, a atenuação dos significados *paradoxais* do terremoto se mostra mais evidente. Nessa direção, gráficos, análises técnicas e estatísticas são utilizados como recursos para a “explicação” gradual do assunto. Semelhantemente, as chamadas “Crescimento global será afetado apenas temporariamente” (15 de março de 2011); “Preços retomam alta com alívio nuclear” (18 de março de 2011); “Intervenção no iene faz dólar cair após três altas seguidas” (19 de março de 2011); e, no plano nacional, “Bovespa sobe 0,32% com redução de temor sobre crise nuclear” (18 de março de 2011) expõem – com base em estatísticas e argumentos técnicos – a nova ênfase dada à questão.

Assim, fato novo após fato novo, argumento após argumento, cessa-se o caos e introduz-se a calma: depois de figurar em cenário de destaque nas páginas do diário paulista por sucessivos dias, a cobertura do terremoto diminui seu espaço e deixa a cena principal (leia-se, manchetes e cadernos especiais) para ser substituída, em uma espécie de movimento cíclico, por outros acontecimentos mais “*paradoxais*”. Nesse panorama teórico-conceitual, mais do que remeter ao questionamento expresso historicamente como *lapis philosophorum* da prática noticiosa – notadamente, “como os acontecimentos se tornam notícia?” –, valoriza-se neste capítulo uma tentativa de inversão da clássica pergunta. Questiona-se: como os acontecimentos, uma vez notícia, deixam as páginas dos jornais? Busca-se, assim, com base nos itens que passam a pontuar a discussão a partir de agora, a compreensão da estética da narração jornalística como dimensão simbólica diluidora dos *paradoxos* cotidianos que pautam as notícias.

1. Isolar, esquadrihar e esclarecer: a operacionalização da racionalidade instrumental no plano narrativo

Recupere-se, neste ponto, outro caso retirado da empiria dos jornais e trabalhado no decorrer da tese: a cobertura jornalística da crise política que assola a Líbia no primeiro semestre de 2011. De modo específico, volta-se a um dos aspectos mais ressaltados pelo noticiário econômico a respeito do assunto: o *Libyan Investment Authority*, amplo fundo de investimentos mantido pela família Kadafi ao redor do mundo. Contextualiza-se: de natureza

tentacular e então com abrangência nos mercados mais desenvolvidos do Ocidente, o fundo líbio, desde o início da crise, é contraditoriamente tratado pela imprensa ocidental como uma espécie de incógnita. De modo análogo, o assunto não tarda a tornar-se alvo do noticiário internacional do jornal *O Estado de S. Paulo*, recorte aqui analisado. Nesse sentido, já nos primeiros dias de abordagem da crise – ou seja, logo que os conflitos delineiam-se em seus contornos mais dramáticos no território líbio –, o diário paulista procura esquadrinhar e explicitar a natureza do então “misterioso” fundo, apontando – nas palavras do próprio veículo – “seus tentáculos em todos os setores e regiões do mundo”⁹⁶.

A matéria “Fortuna de Kadafi chega a US\$ 70 bi” (23 de fevereiro de 2011), assinada pelo correspondente do *Estado* em Genebra, na Suíça, apresenta-se como um exemplo particular dessa face da cobertura. No texto, são explicitados os principais focos de investimento do fundo líbio – detalhamento que inclui dados de aplicações financeiras em algumas das principais potências econômicas do mundo e no próprio Brasil:

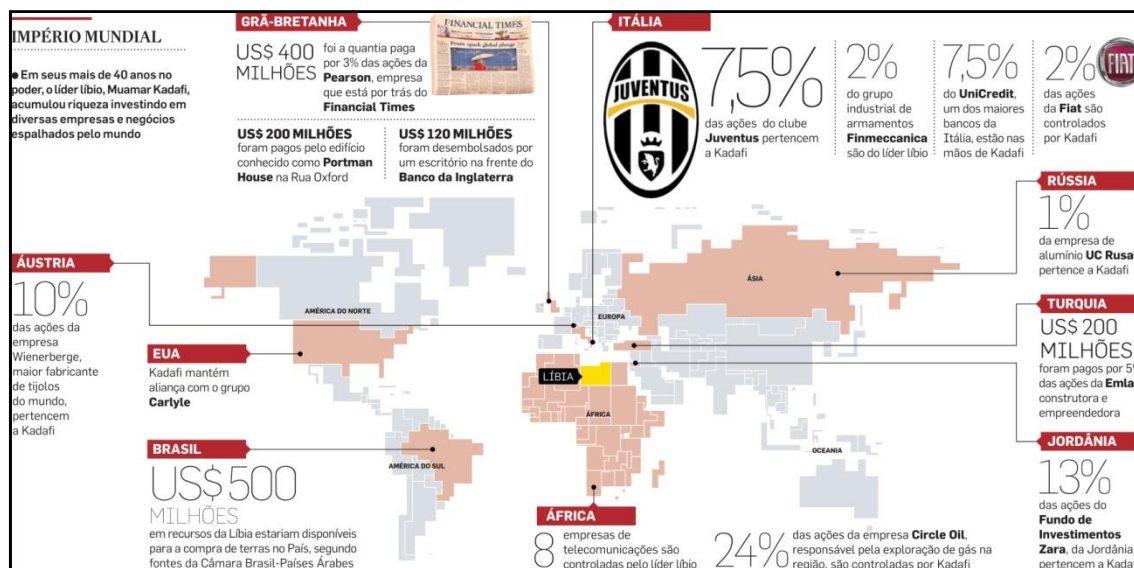
Sem distribuir os recursos à população, a família Kadafi rapidamente acumulou uma fortuna e diversificou seus negócios. Seu fundo acumulou ainda lucros de US\$ 2,5 bilhões em apenas quatro anos. Em 2010, comprou por quase US\$ 400 milhões 3% das ações da Pearson, empresa que está por trás do *Financial Times*. Na Grã-Bretanha, que hoje patrocina uma resolução na ONU contra Kadafi, o líbio ainda comprou uma série de propriedades. Na Rua Oxford, o ditador pagou mais de US\$ 200 milhões pelo famoso edifício conhecido como Portman House. Nos EUA, o Grupo Carlyle é parte dos parceiros do fundo de Kadafi, que também investe no setor têxtil da África. Em ações pelo mundo, o fundo ainda investiu US\$ 1,5 bilhão. (...) No Brasil, os responsáveis pelo fundo buscam terras e afirmam que teriam US\$ 500 milhões para gastar, segundo fontes da Câmara Brasil-Países Árabes.⁹⁷

Anexo à matéria, um infográfico explicativo reforça a natureza descentralizada dos investimentos – característica que, segundo as fontes do jornal, concede ao *Libyan Investment Authority* abrangência em algumas das mais badaladas marcas mundiais:

⁹⁶ “Fortuna de Kadafi chega a US\$ 70 bi”. *O Estado de S. Paulo*, 23/02/2011, p. A14.

⁹⁷ *Op.cit.*, p.14.

Figura 10 – Reprodução de infográfico: “Império mundial”



(Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 23/02/2011, p. A14)

Para além da singularidade e da imediatividade que envolvem as questões do *Libyan Investment Authority*, contudo, um olhar mais atento ao enfoque noticioso concedido ao assunto pelo *Estado* é passível de revelar ainda adiante: tratados discursivamente como casos típicos de alteridade, os adeptos do regime líbio – e particularmente do próprio fundo de investimentos da família Kadafi – são simbolicamente inseridos na narrativa econômica do veículo sob uma espécie de rótulo genérico de “outro” em oposição a uma eventual identidade partilhada pelo Ocidente. Assim, pragmaticamente, o jornal não tarda em apontar as possíveis implicações da instabilidade do regime de Muamar Kadafi – um típico *alter* na ótica da civilização ocidental retratada pelo noticiário – para a saúde dos mercados financeiros internacionais:

Ainda que o dinheiro venha do petróleo do país, o setor financeiro internacional considera a Autoridade de Investimentos da Líbia como uma empresa da Família Kadafi. A eventual queda do ditador, portanto, poderia ter repercussões para dezenas de empresas do mundo. (...) Na Itália, a presença de Kadafi é ainda mais impressionante. Não por acaso, a bolsa de Milão é a que mais sofre com a crise em Trípoli.⁹⁸ (grifos nossos)

A alteridade é claramente posta em pauta. Muamar Kadafi, líder líbio assentado no poder por 42 anos – em muitas ocasiões sob o próprio consentimento das forças econômicas e políticas internacionais –, tem agora, deflagrada a crise, seu “cartão de visita” midiaticamente

⁹⁸ “Fortuna de Kadafi chega a US\$ 70 bi”. *O Estado de S. Paulo*, 23/02/2011, p. A14.

reapresentado ao Ocidente: “ditador”, “filho de pastor beduíno”, que “usou o petróleo, corrupção e opressão para construir um fundo de investimentos de US\$ 70 bilhões”⁹⁹. Semelhantemente – tal pai, tal filhos –, o noticiário procura apresentar nos dias posteriores ao início da crise um cenário de abusos e excentricidades financiado pelo *Libyan Investment Authority* para desfrute dos demais membros do “clã Kadafi”. A matéria “WikiLeaks revela extravagâncias da família Kadafi” (24 de fevereiro de 2011), traduzida do jornal norte-americano *The New York Times*, configura um exemplo típico desse modo de abordagem:

Após o ano-novo de 2009, a mídia ocidental noticiou que Saif Al-Islam Kadafi, um dos filhos do líder líbio, Muamar Kadafi, havia pago US\$ 1 milhão a Mariah Carey para ela cantar apenas quatro músicas numa festa da Ilha de St. Barts no Caribe. No jornal que controlava, Saif negou com a indignação a notícia – o grande gastador, disse ele, era seu irmão, Muatassim. (...) Foi também Muatassim que pediu em 2008 US\$ 1,2 bilhão do presidente da corporação nacional de petróleo da Líbia para criar sua própria milícia.¹⁰⁰ (grifos nossos).

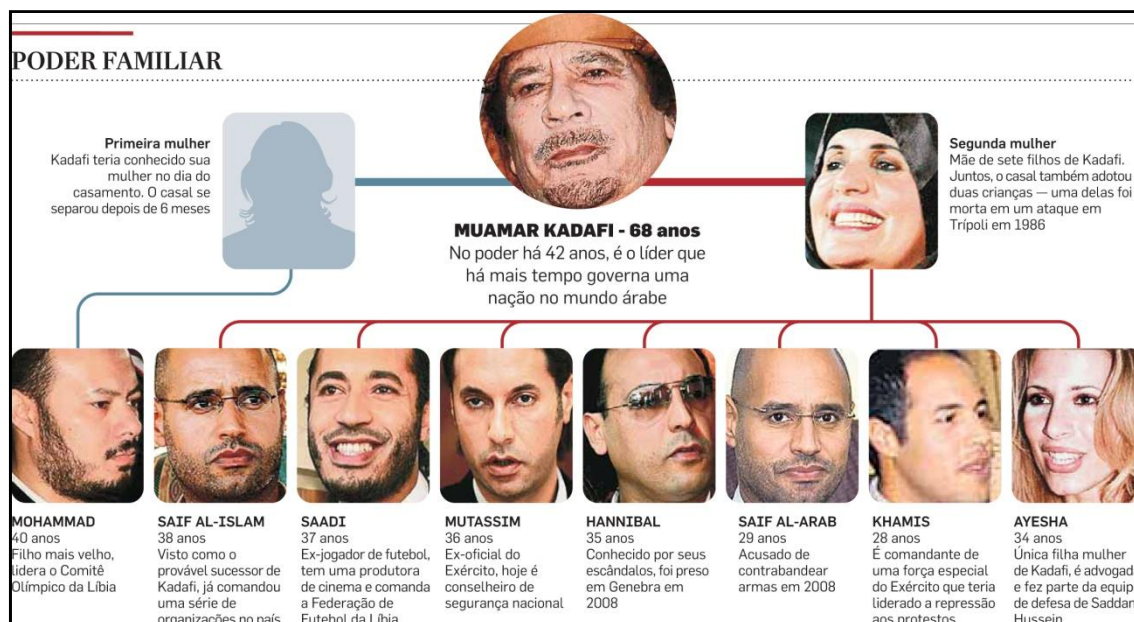
Mais uma vez, Muamar Kadafi e seus descendentes, representados discursivamente como “*alter*”, são traduzidos em *paradoxo*: um mar de extravagâncias e excentricidades que difere dos padrões culturais de regularidade e de sobriedade reivindicados pelo Ocidente. Trata-se, conforme expõe Roland Barthes (1988), da apresentação do “diferente” como algo estranho aos sentidos que são consensualmente – e, neste caso, ocidentalmente – estabelecidos. O “outro”, nessa conjuntura, tem seus aspectos mais dissonantes apresentados e segmentados em unidades simbólicas compreensíveis – face a face, no sentido literal –, conforme ilustra o infográfico que acompanha o texto¹⁰¹:

⁹⁹ *Op. Cit. O Estado de S. Paulo*, 23/02/2011, p. 14.

¹⁰⁰ “WikiLeaks revela extravagâncias da família Kadafi”. *O Estado de S. Paulo*, 24/02/2011, p. A16.

¹⁰¹ “Poder familiar”. *O Estado de S. Paulo*, 24/02/2011, p. A16.

Figura 11 – Reprodução de infográfico: “Poder familiar”



(Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 24/02/2011, p. A16.)

Abrangente ao ponto de manter ações ativas em importantes marcas ocidentais (a exemplo de um dos principais clubes de futebol da Itália, o *Juventus* de Turim; de um dos principais jornais da Grã-Bretanha, o *Financial Times*; e de uma badalada produtora de *Hollywood*), o *Libyan Investment Authority*, por outro lado, é apresentado midiaticamente como uma incógnita que, em meio à crise política que assola o país, causa apreensões nos mercados financeiros ao redor do mundo. Gradativamente, entretanto, o mistério em torno do poderoso fundo mantido pelo regime de Kadafi é posto em voga (mostrado nominalmente como no infográfico acima), delineado “racionalmente” e “dissolvido”.

Na prática, com o decorrer da cobertura, a tendência que se consolida é a de que o mundo ocidental (capitaneado especialmente por Estados Unidos, União Europeia e ONU) age no sentido de impor sanções econômicas às divisas líbias para que a crise local não abale os mercados internacionais. As matérias “EUA rompem laços e devem sancionar Trípoli” (26 de fevereiro de 2011) e “EUA congelam US\$ 300 bilhões em ativos da Líbia e de Kadafi” (1º de março de 2011) são exemplos de inserções temáticas que gradativamente disseminam no noticiário a sensação de acesso controlado ao significado caótico tomado pelas finanças líbias espalhadas pelo globo. Esse sentido de “acesso controlado” ao “outro” (entenda-se, ao *paradoxal* fundo de investimentos que rompe com as expectativas dos mercados ocidentais), por sua vez, traduz-se ainda numa espécie de discurso hegemônico de sobriedade atribuído ao Ocidente e reflete, concomitantemente, um destoar das afirmações “excêntricas” de Muamar

Kadafi veiculadas pelo noticiário internacional¹⁰². Um exemplo pertinente, nessa direção, pode ser localizado na matéria “UE concorda em congelar o fundo soberano da Líbia” (9 de março de 2011), publicada duas semanas após o início da cobertura da crise. No caso em questão, ao mesmo passo em que o conteúdo noticioso demonstra a ampliação do acesso do Ocidente às contas de Kadafi, ele também ressalta – no plano discursivo – a reinserção do assunto em um cenário consensual compartilhado pelos países ocidentais:

Os 27 países-membros da União Européia (UE) chegaram ontem a um acordo para ampliar as sanções econômicas contra o regime de Muamar Kadafi e congelar os ativos do fundo soberano líbio e outras instituições do país, informaram fontes diplomáticas. As novas medidas ainda devem ser aprovadas formalmente, algo que os países-membros esperam fazer até sexta-feira, quando se reunirão em Bruxelas os chefes de Estado e de governo da UE para discutir a questão líbia. (grifos nossos).

“Chegar a um acordo”, “aprovar formalmente”, “discutir a questão”: traços de responsabilidade e de sobriedade decalcados na abordagem do assunto em pauta. Nesse contexto, enfim, uma das principais faces midiáticas do “*paradoxo Líbia*” – nominalmente, o *Libyan Investment Authority*, volumoso e contraditório fundo de investimentos controlado pela família Kadafi – possui seus sentidos mais desviantes atenuados ao ser reinserido em um discurso de consenso compartilhado pela mídia ocidental e assim deixar, aos poucos, as páginas noticiosas – característica que não se faz diferente no noticiário econômico apresentado pelo *O Estado de S. Paulo*.

Toda essa dinâmica pode ser justificada, conforme sublinha Michael Schudson (2003), pelo fato de os jornalistas construírem suas narrativas no interior de determinadas “zonas de tradição cultural”. São três esses territórios simbólicos explorados pelo sociólogo norte-americano: os “valores compartilhados”, a “controvérsia legitimada” e o “desvio”. Explica-se: segundo Schudson (2003, p.186-187), o território dos “valores compartilhados” inclui a abordagem de “histórias de interesse humano” (*fait-divers*) e de outras narrativas nas quais a simpatia dos jornalistas é partilhada com os leitores. Por seu turno, a zona da “controvérsia legitimada” diz respeito ao reconhecimento feito pela imprensa de conflitos culturalmente sancionados (a exemplo da divergência entre líderes políticos num cenário democrático), garantindo-se o “profissionalismo” e a “imparcialidade” da cobertura com a atribuição de voz

¹⁰² As matérias que apresentam trechos de discursos de Muamar Kadafi no início da crise política ressaltam expressões fortes, tais como “esmagar os ratos e mercenários”, “derramar sangue” e “morrer como mártir”. Ver: “Kadafi ordena bombardeio aéreo de manifestações, dizem testemunhas”. *O Estado de S. Paulo*, 22/02/2011, p. A9; e “Oposição avança no norte da Líbia e Kadafi promete ‘resistir até a morte’”. *O Estado de S. Paulo*, 23/02/2011, p. A10.

a ambos os lados da contenda. Já o território do “desvio” envolve a abordagem de assuntos e grupos que ultrapassam as fronteiras das obrigações jornalísticas consideradas normais no balanceamento das vozes envolvidas. Trata-se da cobertura de grupos considerados desviantes de uma dada ordem legitimada (tal como criminosos de periculosidade elevada, terroristas ou grupos excessivamente destoantes da ordem social ratificada) que podem ser marginalizados ou simplesmente trivializados pela narrativa noticiosa – ao que parece enquadrar-se o caso da família Kadafi no panorama caracterizado pela deflagração da crise política na Líbia.

Admite-se, desse modo, que a narrativa noticiosa, entendida na concepção de Roland Barthes (1988) como uma modalidade discursiva encrática (ou seja, que age em consonância com a noção aristotélica de *doxa*), deve ser também compreendida como uma prática cultural que – no mercado das trocas simbólicas – encontra legitimidade e respaldo ao ser inscrita numa determinada ordem social hegemônica. Assim, com sua estética e seu método de abordagem da realidade, age simbolicamente na atenuação dos chamados *paradoxos* da sociedade por meio da disseminação de um sentido de ordenamento sistematizado do cotidiano. Nos termos da metáfora barthesiana, atua em diferentes aspectos: seja por seus processos de angulação, enquadramento e edição, que levam ao “palco” do debate apenas temáticas legitimadas socialmente; seja pelas “figuras de sistema”, que procuram incluir o “outro” (as minorias, os diferentes, os movimentos contra-hegemônicos, enfim, os *paradoxos* sociais) em seu discurso como um objeto estranho aos sentidos “*doxais*”; seja ainda pela própria estética e expressão de sua narrativa, que reproduz os padrões culturais vigentes na sociedade – a exemplo de um padrão estético-expressivo sustentado na regularidade e na racionalidade instrumental. A alteridade, nesse contexto, é explicitada, esmiuçada e explicada objetivamente – até gradativamente deixar a pauta da mídia.

Em direção semelhante, Michael Schudson (2003, p.189) acrescenta ao debate o significado da distinção cultural que o jornalismo sanciona ao segmentar seu conteúdo em departamentos específicos: local, nacional, internacional, geral, negócios, esportes, variedades, etc. Essas unidades supostamente independentes, afirma o autor, consistem em “convenções narrativas” mais abrangentes que não se colocam integralmente sob controle dos jornalistas – daí a pertinência dos efeitos simbólicos disseminados para além do mero conteúdo dos meios. O sociólogo norte-americano ainda concorda com Stuart Hall (1981b) sobre os sentidos disseminados pela ideia de “individualização” levada a cabo pela narração noticiosa. Para o teórico britânico, a “personalização”, que na dimensão operacional dos critérios de noticiabilidade pode ser interpretada simplesmente como um “valor-notícia de

construção” (WOLF, 2003; TRAQUINA, 2008), diz respeito, em um nível ideológico mais profundo, a um processo de isolamento dos indivíduos de seus contextos sociais e institucionais. Essa dinâmica de segmentação e individualização, por seu lado, quando operacionalizada no âmbito da cultura, auxilia na concessão de sentidos explicativos aos *paradoxos* situados na vida cotidiana (HALL, 1981b, p.236-237; SCHUDSON, 2003, p.186-190).

Dessa maneira, ao apresentar uma problemática complexa pelas vias de uma face individualizada ou de um fato singularizado – como visto nos exemplos da família Kadafi e do *Libyan Investment Authority* –, a narração noticiosa viabiliza a atribuição de uma “explicação” pragmática (a sanção, a prisão, o exílio, em suma, a retomada da ordem) para o fenômeno social que está em questão. Resulta, conseqüentemente, na diluição no plano simbólico do caráter *paradoxal* do evento pautado e na disseminação de um efeito hegemônico – a saber, a inviolabilidade da ordem social que repousa na sociedade – no plano ideológico (HALL, 1981b). Além disso, em um modo de sociabilidade eminentemente operacional, tais procedimentos narrativos ajudam a ratificar o próprio “imperativo ético” atingido pela ideia de “alteridade” na subjetividade moderna (*Capítulo III*): a partir do solapamento do registro clássico do “eu ideal” pelo registro instrumental do “ideal de eu” (BIRMAN, 2010), cria-se a necessidade cultural de que as diferenças sociais sejam atenuadas, corrigidas e reinscridas em um cenário hegemônico.

A argumentação conduzida até este ponto com amparo nos exemplos empíricos apresentados, todavia, não permite a abordagem de toda a complexidade que perpassa o debate. Para além da segmentação da realidade em unidades funcionais e independentes, uma série de outros recursos e ferramentas – simbólicas e pragmáticas – compõe a dinâmica de operacionalização da racionalidade instrumental no plano narrativo. É sobre esses componentes que fazem da narração jornalística uma modalidade particular de “narrativa híbrida do cotidiano” (FARO, 2011) que o fio condutor da discussão recai na sequência.

2. O aqui e o agora: o factual como dimensão temporal para a resolução dos problemas cotidianos

O retorno do fato. A expressão cunhada como manifesto pelo historiador Pierre Nora (1979), um dos expoentes da nova escola historiográfica francesa na segunda metade do

século XX¹⁰³, projeta-se como sintoma de um novo olhar epistemológico que pauta o “fazer histórico” do período. Num cenário de profundas transformações que culmina na crise da denominada história total – a história construída a partir das grandes cenas e acontecimentos -, o novo modo de sociabilidade que se levanta no ritmo da civilização industrial (e na essência massiva de suas manifestações) acaba por projetar luz inédita sobre o chamado *fato cotidiano*. “Afogado que se encontra espalhado, fora de categoria, consagrado ao inclassificável e ao que não é importante” pela simples razão de “ser cotidiano” (NORA, 1979, p.185), esse modo peculiar de acontecimento da experiência moderna – corriqueiro por natureza – esboça, num modelo interpretativo da história agora voltado ao presente, uma aproximação do cânone formal outrora monopolizado pelo “acontecimento” da historiografia tradicional. É bem verdade, contudo, que mesmo em um contexto de agudas mudanças, a distinção entre os dois conceitos, notadamente por força da longa tradição positivista na ciência historiográfica, mantêm-se “teoricamente bastante nítida”. Resguardado pelas paredes da interpretação científicista, o acontecimento em seu sentido “maiúsculo” segue dizendo respeito a uma categoria bem delimitada da “razão histórica”: o “acontecimento político ou social, literário ou científico”, que se faz “assinalar por sua importância, a novidade da mensagem, tanto menos indiscreto quanto menos banal”; enfim, aquele acontecimento que a ciência positivista esforça-se por encadear continuamente como forma de constituir a linhagem tradicional da história (NORA, 1979, p.185-186).

Espécie de filho bastardo do dado histórico totalizante, por sua vez, o fato cotidiano, em um lugar “simetricamente inverso”, acaba por remeter “a um conteúdo estranho a um contexto de convenções sociais” (NORA, 1979, p.184); isto é, atrela-se a qualquer quebra do percurso – trivial e rotineiro – que caracteriza a regularidade da vida cotidiana. Daí sua inferioridade – ou debilidade – na relação teórica erigida com o cimento do vértice positivista. É exatamente essa relação, entretanto, que se “esfuma”, conforme manifesta Pierre Nora, na conjuntura da sociedade industrial e da cultura massiva:

Não que não haja mais diferença entre o fato cotidiano e o acontecimento; mas sobre qualquer acontecimento no sentido moderno do termo, o imaginário de massa quer poder enxertar qualquer coisa do fato cotidiano: seu drama, sua magia, seu mistério, sua estranheza, sua poesia, sua tragicomicidade, seu poder de compensação e de

¹⁰³ Em suma, a escola historiográfica que passou a ser conhecida como Nova História Francesa consiste em um grupo de pensadores também chamado de *École des Annales*, originado a partir da fundação da revista *Annales*, em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre. Diferentes gerações de historiadores, das quais se destacam nomeadamente Jacques Le Goff e Pierre Nora na segunda metade do século XX, ajudam a disseminar e sedimentar as posições epistemológicas assumidas pelo grupo na interpretação da história.

identificação, o sentimento da fatalidade que o acompanha, seu luxo, sua gratuidade. (NORA, 1979, p.184).

Para além de um simples desbotar de fronteiras, todavia, o fato cotidiano – no sobressalto que faz às páginas dessa “nova história” pelas vias da narrativa de massa – tende a eliminar o fosso tradicional que outrora separava “dominantes e dominados da informação” (NORA, 1979, p.186). Assim, do interior de sua fortaleza hierárquica, o eruditismo assiste ao levante do popular na cultura: fruto que é da sociedade industrial, a narração direta do fato – a notícia e seus congêneres – “acaba por arrancar o acontecimento de seu caráter histórico para projetá-lo no vivido das massas” (NORA, 1979, p.185). Detalha-se: se antes se fazia necessária a radicalização do “extraordinário” para que houvesse “acontecimento” histórico, a experiência moderna modifica esse estatuto e, a partir do que Nora (1979, p.187) denomina de “inflação factual”, projeta o acontecimento ao plano do cotidiano. Além disso, ao contrário das formas tradicionais de sociabilidade que tinham por inclinação “torná-lo raro”, a modernidade agora se vale do acontecimento – já não mais “histórico” em maiúsculo – a partir da relativização da própria noção hegemônica de “importância”.

Não se trata, porém, de processo isento de complexidade: a modernidade, como forma de se igualar a seus modos precedentes de sociabilidade, tende, por meios próprios, a resguardar-se do poder da “novidade” – entenda-se, do *paradoxal* estatuto do acontecimento – de maneira a “reduzir seu poder corrosivo” na estabilidade da cultura. Esclarece o teórico francês:

Todas as sociedades procuram dessa forma perpetuar-se por um sistema de novidades que têm por finalidade negar o acontecimento, pois o acontecimento é precisamente a ruptura que colocaria em questão o equilíbrio sobre o qual elas são fundamentadas. Como a verdade, o acontecimento é sempre revolucionário, o grão de areia na máquina, o acidente que transforma e que prende inesperadamente. Não há acontecimentos felizes, são sempre catástrofes. Mas para exorcizar o novo há dois meios: conjurá-lo através de um sistema de informação sem informações, ou integrá-lo ao sistema da informação. (NORA, 1979, p.187, grifos nossos).

Pelos meandros da hegemonia, a experiência moderna abstrai tanto das dissonantes formas de cultura como das culturas tradicionais os elementos para seu próprio modo de lidar com as contravenções do “novo”. Assim, se nas sociedades totalitárias, marcadas pela carência de democracia, a censura da “imprensa sem novidades” – um “sistema de informação sem informações” – não se mostra eficaz na contenção da efervescência do cotidiano e expõe

suas fissuras (há sempre algum espaço para a resistência e a contravenção), nas culturas pré-modernas, por outro lado, a dissolução da novidade (do acontecimento “tornado raro”) se operacionaliza através da ritualização – lições que são absorvidas pelos processos hegemônicos do presente. No caso da experiência moderna, entretanto, longe de remeter ao sublime, esse “processo ritual” – o que Pierre Bourdieu (1977) denomina de “ritualização das práticas” no interior da *doxa* – toca a própria imediaticidade da regularidade cotidiana. Exemplifica Pierre Nora:

Países inteiros do Leste vivem sob o regime da notícia sem novidade. Leia-se a imprensa, nada de imprevisível: vida interna do partido, aniversários e comemorações esperadas, *performances* de produção, novidades do Ocidente recuperadas pela deformação que impressionam pela presunção, ronronar da propaganda, tudo é feito para esvaziar a informação daquilo que arriscaria a colocar em questão a instituição que a emite. Os hagiógrafos da Idade Média só davam o dia e o mês do acontecimento da vida de um santo, nunca o ano, para inscrever esse acontecimento numa eternidade sem memória e, portanto, sem eficácia temporal. O segundo meio de conjurar o novo consiste em fazer dele, até os limites da redundância, o essencial da mensagem narrativa, arriscando-se a dar ao sistema de informação a vocação de destruir a si próprio: é o nosso. (NORA, 1979, p.187, grifos nossos).

Portanto, antes relegado – “afogado” e “espalhado”, nos termos Nora (1979) – à irrelevância do dia-a-dia, o fato cotidiano, nas engrenagens da experiência moderna, passa a ser isolado, classificado e – pudera! – encadeado nas páginas dos jornais. Diferentemente do tradicionalismo que perpetua o encadeamento contínuo de acontecimentos na história positivista, todavia, ele é agora inserido em uma dinâmica rotineira de autossubstituição – a chamada “vocação de destruir a si mesmo” – que encontra respaldo na própria regularidade da vida cotidiana. O “retorno” ao fato e ao cotidiano anunciado pelo olhar epistemológico da nova história francesa, no entanto, se por um lado possibilita um rompimento emancipador com o padrão canônico da história total, por outro, encontra no ápice da sociedade de massas uma boa dose de procedimentos hegemônicos que pautam toda a complexidade da vida cotidiana pela singularidade metódica do factual; isto é, a mesma civilização técnico-industrial que, por intermédio da cultura massiva que permite emergir, traz o fato cotidiano à tona em detrimento do acontecimento monopolizado pela cientificidade histórica do positivismo, também relega a ele – ao fato cotidiano – os aparatos simbólicos típicos de uma racionalidade eminentemente instrumental.

Tome-se, por exemplo, o caso da abordagem “factual” no contexto das ciências físicas esmiuçado por Henri Bergson (1979)¹⁰⁴ em período que antecede as reflexões da *École des Annales*. Para o filósofo, tanto a ciência moderna quanto a ciência antiga, na aproximação que fazem de seus objetos de estudo, valem-se de um método “cinematográfico” de interpretação: a utilização de signos que possam substituir a continuidade móvel – e complexa – das coisas por uma recomposição artificial que lhe equivalha na prática e que tenha a vantagem de se manipular sem dificuldade (BERGSON, 1979, p.284). É exatamente pela razão de pautar a complexidade do todo pela individualização do fato, porém, que faz a ciência moderna diferir de sua predecessora. Afirma o pensador francês:

Poderíamos dizer, pois, que nossa Física difere da Física dos antigos, sobretudo pela decomposição infinita do tempo que ela opera. Para os antigos, o tempo compreende tantos períodos indivisos quanto nossa percepção natural e nossa língua lhe destacam fatos sucessivos que apresentem uma espécie de individualidade (...). Por que se, ao descrever o tempo, se é levado a distinguir fases nele, ter-se-ão muitos fatos em vez de um único; mas sempre o tempo terá sido dividido em períodos determinados, e sempre esse modo de divisão terá sido imposto ao espírito por crises aparentes do real. (BERGSON, 1979, p.286).

Uma vez mais, por conseguinte, coloca-se em evidência a complexa relação entre o conceito de “tempo real” (caracterizado por uma “multiplicidade fluída de múltiplos”), oriundo da perspectiva bergsoniana, e a concepção de “tempo mensurável” (unidirecional, contínuo e segmentável), fruto da racionalidade científica da modernidade. Bergson (1979, p.290), nesse panorama, frisa que a ciência moderna atua de modo a distinguir “um número tão grande quanto queira de momentos no intervalo de tempo que considera”; no entanto, por minúsculos que possam ser os intervalos nos quais ela se concentra, trata-se de um modo de operar a ciência que “nos autoriza a dividi-los ainda mais caso nos seja necessário” – dessemelhança que se coloca em relação à ciência antiga (esta, voltada a “certos momentos considerados essenciais”). Convém ao método científico moderno, assim, aparar seus problemas pelo constructo do “momentâneo” – o que permite esquadrihá-los e decifrá-los. Daí a pertinência de pautá-los pelo factual:

(A ciência moderna) considera sempre momentos, sempre paradas virtuais, sempre, em resumo, imobilidades. O que equivale a dizer que o tempo real, considerado como um fluxo, ou, em outras palavras, como a própria mobilidade do ser, escapa, no caso, ao domínio do conhecimento científico. (BERGSON, 1979, p.290).

¹⁰⁴ A obra foi originalmente publicada em francês em 1907.

Portanto, tal como na metáfora bergsoniana das “pontes erguidas de longe em longe sobre um rio” (estruturas que não passíveis de acompanhar “a água que flui sob seus arcos”), a sucessão temporal pautada pelo factual – uma típica convenção da modernidade – não é passível de abordar toda a complexidade do “devir” do tempo fluxo (BERGSON, 1979, p.292). Resta à experiência moderna, desse modo, o postulado de que “quando várias coisas estão em movimento, é preciso imobilizar pelo pensamento uma delas, colocar-se em seu lugar e observar o movimento das demais coisas em relação ao lugar em que artificialmente paramos o tempo ou o movimento” (KILPP, 2010, p.2) – tarefa cumprida pela noção de “aqui e agora” atrelada ao fato cotidiano pela racionalidade moderna.

Além disso, como sublinhado acima, outro numeroso rol de elementos complexos imbrica-se nessa relação. No interior da posição crítica da Escola de Frankfurt, por exemplo, tal valorização do factual pelo modo moderno de sociabilidade reflete a “instrumentalização da existência” em uma forma de racionalidade que se insere nas engrenagens do capitalismo pela via de mecanismos reducionistas. Advertem Adorno & Horkheimer (1985):

O medo que o bom filho da civilização moderna tem de afastar-se dos fatos – fatos esses que, no entanto, já estão pré-moldados como clichês na própria percepção pelas usanças dominantes na ciência, nos negócios e na política – é exatamente o mesmo medo do desvio social. Essas usanças também definem o conceito de clareza na linguagem e no pensamento a que a arte, a literatura e a filosofia devem conformar-se hoje. Ao tachar de complicação obscura e, de preferência, de alienígena o pensamento que se aplica negativamente aos fatos, bem como às formas de pensar dominantes, e ao colocar assim um tabu sobre ele, esse conceito mantém o espírito sob o domínio da mais profunda cegueira. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.14).

Exponentes do pensamento crítico frankfurtiano, os pensadores alemães destacam algumas das diferentes formas de redução às quais a racionalidade instrumental emoldura a complexidade da vida; são elas: 1) a multiplicidade das figuras à posição e à ordem; 2) as coisas à matéria; e 3) finalmente, a história ao fato (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.22). Os números e a calculabilidade deles decorrente tornam-se, nessa perspectiva, os cânones do conhecimento ao mesmo passo em que o procedimento matemático – o “formalismo redutor”, nas palavras de Mészáros (2009) – ritualiza o pensamento. O “factual” mostra-se, assim, a única referência dos modos de vida e de fazer ciência da modernidade, subordinando a si próprio a noção de “razão” (agora instrumentalizada):

O que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado. Compreender o dado enquanto tal, descobrir nos dados não apenas suas relações espaço-temporais abstratas, com as quais se possa então agarrá-las, mas ao contrário pensá-las como a superfície, como aspectos mediatizados do conceito, que só se realizam no desdobramento de seu sentido social, histórico, humano – toda a pretensão do conhecimento é abandonada. Ela não consiste no mero perceber, classificar e calcular, mas precisamente na negação determinante de cada dado imediato. Ora, ao invés disso, o formalismo matemático, cujo instrumento é o número, a figura mais abstrata do imediato, mantém o pensamento firmemente preso à mera imediatez. O factual tem a última palavra, o conhecimento restringe-se à sua repetição, o pensamento transforma-se na mera tautologia. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 38-39).

Nos meandros dessa conjuntura complexa, o jornalismo não passa ileso. Assim se configura, pois, como uma das pedras angulares da experiência moderna, a narração noticiosa somente se dissemina socialmente ao encontrar legitimidade em instâncias socioculturais mais amplas presentes na vida cotidiana – ao que se enquadra a maneira hegemônica de se encarar a vida, fruto de uma racionalidade substancialmente operacional. Na prática, ao quebrar as expectativas da rotinização hegemônica no dia-a-dia, uma determinada sorte de ocorrências cotidianas passa a receber a “valoração” de notícia; conseqüentemente, tais ocorrências são pautadas pelo “factual”, singularizadas e inseridas em uma narrativa que concede sentido ao mundo social, atenuando-as e disseminando os sentidos de instrumentalização e de regularidade típicos do modo de vida moderno. Observe-se, por exemplo, as abordagens jornalísticas do terremoto no Japão e da crise política na Líbia, ambos ocorridos no primeiro semestre de 2011. Nos dois casos, como debatido anteriormente, os aspectos mais desviantes dos eventos são datados, singularizados e explicitados – seja com base em números, gráficos e argumentos “racionais” ou a partir da própria estética dos jornais que, dia após dia, dilui a complexidade dos fenômenos que são notícia até retirá-los da pauta e substituí-los por outros eventos mais “atuais” (ou “factuais”, nos termos assumidos pela linguagem jornalística).

Essa dinâmica é ratificada pelo ponto de vista teórico de Muniz Sodré (2009, p.60-61), segundo o qual a noção de “atual” promove na experiência cotidiana uma espécie de “curto circuito entre passado e presente”; isto é, faz-se “cada vez mais próprio da modernidade ocidental” a ação de “tomar o tempo como ‘fonte para a solução dos problemas’” – processo que culmina, em última instância, na perspectiva moderna de pautar o fato cotidiano pelo “atual” (pelo “aqui e agora”) e singularizá-lo para esclarecê-lo. Nesse cenário, conforme argumenta o autor, para além da objetivação dos fatos na atualidade cotidiana, o discurso

informativo do jornalismo leva-se a constituir uma narrativa das práticas humanas. Explicita Sodré (2009, p.69-71): “à emergência da ocorrência ou fato em bruto, segue-se a busca social de sentido para ela e, finalmente, a sua neutralização explicativa pela narrativa do acontecimento”. Complementa o autor na mesma direção: “a narrativa noticiosa restaura uma falha e confirma a previsibilidade da ordem por meio da inscrição do ocorrido na causalidade do fato social”.

No interior desse aspecto que hipoteticamente orienta o *ethos* do jornalismo moderno, a atividade noticiosa passa a configurar uma prática cultural particular cuja produção de sentido resulta na “diluição” – desconstrução e posterior explicação – dos fatos inauditos que quebram a ordem simbólica estabelecida na vida cotidiana. Trata-se, enfim, de um constante processo de explicação dos fenômenos que rompem com a regularidade cotidiana (decorre daí o fato desses fenômenos receberem uma valoração como notícia – ou simplesmente um “valor-notícia”), seguido da restauração da ordem anteriormente estabelecida a partir de uma narração de sentido substancialmente instrumental¹⁰⁵. Encontra respaldo nessa chave-explicativa as formas como o jornalismo se apropria dos sentidos mais desviantes de seus critérios de noticiabilidade. Ao lado do noticiário diário, localizam-se seções, colunas, *boxes* e infográficos analíticos sob o rótulo genérico de “entenda o caso” cujo chamariz principal apresenta um significado comum: retomar a ordem que previamente estava ali consolidada. Do mesmo modo, como será visto a seguir, colunistas especializados e analistas de diferentes áreas projetam suas explicações – aparentemente sedimentadas em aspectos da objetividade racional (ou cientificista) – para devolver à regularidade cotidiana os sentidos caóticos dos acontecimentos noticiáveis. Consiste, portanto, em um ordenamento do fluxo confuso da vida a partir de sua divisão, descrição e concatenação (com início, meio e fim) – ou, nos termos de Franco Moretti (2003, p. 21), de um processo de racionalização da existência, primeiro passo para dominá-la.

Por sua vez, a temporalidade métrica e cronológica, fruto da experiência racional moderna, também dissemina na prática jornalística um sentido explicativo aos seus fatos inauditos. Nas palavras de Martin-Barbero (2003, p.144), o tempo da produção capitalista, caracterizado pela abstração em oposição à coletivização do antigo tempo cíclico, “desvaloriza socialmente o tempo dos sujeitos – individuais ou coletivos – e institui um tempo único e homogêneo – o dos objetos – fragmentável mecanicamente”. Essa nova temporalidade

¹⁰⁵ Parte da presente discussão foi previamente abordada no artigo “Jornalismo, racionalidade e senso comum: fundamentos reflexivos sobre a atenuação dos *paradoxos* cotidianos pela atividade noticiosa” redigido no processo de emadurecimento das hipóteses desta tese. Para detalhes, ver: Silva (2011).

é irreversível e passa a representar “o tempo geral da sociedade e da história”. Reconhece-se, dessa forma, que a abordagem jornalística dos fatos que constituem “desvios” na regularidade que configura a vida cotidiana (fatos, esses, dotados de noticiabilidade) lança mão, no plano simbólico, de um processo de racionalização e de abstração do tempo a partir de seu fracionamento. Assim, conforme sintetiza Sodré (2009, p.85) ao recuperar as reflexões do sociólogo alemão George Simmel, “a determinação do tempo abstrato pelos relógios como a do valor abstrato pelo dinheiro fornece um esquema de divisões e de medidas extremamente apuradas e seguras”.

Pode-se então considerar, a partir das hipóteses teóricas adotadas nesta tese, que a própria divisão dos jornais tradicionais em seções e cadernos específicos – métrica e cronologicamente segmentados, caracterizados por regularidades temporais próprias (diários, semanais, quinzenais, etc.) – ajuda a compreender o particular sentido de ordenamento cotidiano disseminado pela prática noticiosa. Para os consumidores de notícia, consiste na tarefa diária de “virar a página” do jornal e visualizar, uma após a outra, abordagens “racionais e objetivas” dos acontecimentos cotidianos sem se deparar – dia após dia – com surpresas drásticas. Mais além, representa o acesso controlado ao “caos” dominado pela racionalidade jornalística. Eis, assim, a “seriedade e a regularidade” traduzidas em “confiabilidade e método”, em “ordem e clareza” – condutas de uma vida sólida e responsável que, nas palavras de Moretti (2003, p.20), configuram “a pedra angular do mundo burguês” – muito embora, evidentemente, esse padrão de consumo simbólico da modernidade atrele-se, em diferentes comunidades de sentido, a contratos comunicativos bem específicos (CHARAUDEAU, 2003). Debruça-se agora sobre a dinâmica de legitimação das fontes pela narrativa noticiosa.

3. Procura-se ‘experts’ para explicar (tudo) o que acontece: o processo de legitimação das fontes pelo jornalismo

Após um debate partidário nos Estados Unidos, o telefone toca em um dos departamentos da Universidade da Virgínia.

Produtor de TV: Professor, o senhor diria que essa é a razão para o realinhamento partidário em questão?

Professor da Universidade da Virgínia: Não, eu não diria isso, mas certamente o Professor X, do Instituto Brookings, diria.

Produtor de TV: OK. Muito obrigado pela informação.

E então liga para o Instituto Brookings, em Washington, agendando uma entrevista para o telejornal da manhã seguinte.

O tom de ironia do diálogo descrito por Janet Steele (1990), professora de comunicação da Universidade da Virgínia, nos Estados Unidos, é sintomático de um posicionamento crítico mais amplo a respeito das dinâmicas de uso e de legitimação das fontes em assuntos nos quais a narrativa jornalística – pela própria natureza de sua operacionalidade – requer a opinião dos agentes sociais denominados de *experts*. Em síntese, o que a autora sugere é uma tática implícita que se dissemina nos meandros do fazer jornalístico por meio de uma relação raramente exposta de forma clara ao público: na iminência de um convite para opinar sobre determinada questão, o especialista tem conhecido de antemão pelo jornalista os limites a respeito do que tem ou não a dizer. Para a pesquisadora norte-americana, tal relação remete a um duplo equívoco com repercussões no plano da ética profissional em ambos os lados da contenda: 1) a utilização de acadêmicos com a primazia de reforçar o próprio ponto de vista do jornalista; e 2) o uso de *experts* como caução de uma ilusória premissa de imparcialidade no jornalismo (STEELE, 1990, p.28).

Ao desenvolver seus argumentos, Steele (1990, p.28-29) afirma que os jornalistas, de modo geral, não procuram por acadêmicos que “possam promover provocações ou desafios” ao assunto em pauta – escolha que repousa, em última instância, na redundante função do convidado “em apenas afirmar o óbvio na forma de uma voz autorizada”. Estabelece-se assim, frisa a pesquisadora, um processo cíclico de legitimação das fontes levado a cabo pela típica característica de atribuição de *status* da narração noticiosa: quanto mais constantemente determinados nomes aparecem na agenda da mídia, mais aptos eles se dispõem a receber a legitimação – o rótulo – de *experts* no interior do campo jornalístico (STEELE, 1990, p.29). Nesse cenário, reforça a análise da autora norte-americana, as fontes especializadas denotam uma espécie de “aura de imparcialidade” à narrativa jornalística ao passo em que a audiência, ao menos em tese, passa a reconhecer em tais especialistas a ausência de um discurso enviesado. Localiza-se, entretanto, ainda mais complexidade na crítica desenvolvida por Steele (1990): embora sejam normalmente apresentados como representantes de uma perspectiva exterior ao *locus* jornalístico – e, por isso, isentos e imparciais –, esses acadêmicos ou especialistas de diferentes áreas costumam partilhar um posicionamento paralelo ao chamado pensamento dominante. Nas palavras da autora:

Os “mandarins” que aparecem cada vez mais na televisão fazem suas reputações demarcando posições intelectuais dominantes. Quanto mais seus nomes aparecem na mídia, mais eles são aptos a se introduzir nos programas como “*experts*”. (...) No caso das “notícias quentes”, um produtor [jornalístico] percorrerá o seu *Rolodex* [espécie de arquivo ou agenda] em busca de acadêmicos que são “bons para a televisão”. E mesmo que esses acadêmicos sejam muitas vezes mostrados como representantes de uma perspectiva externa, eles detêm posições paralelas ao *establishment*. Um caso em questão é o da arena das relações internacionais, onde as fronteiras entre um consultor do Departamento de Estado, um estrategista (*think-tank*) ou um *expert* universitário “independente” tendem a se confundir. (STEELE, 1990, p. 29, tradução nossa).

É significativo que um dos mais cruciais pontos desse debate sustente-se em um dos pilares estilísticos da própria da narração jornalística: a institucionalização de uma relação profissional (jornalista-fonte) sem que quaisquer dos lados da cena tenham identificados, com base em uma estética narrativa ancorada no suposto paradigma da imparcialidade, suas posições no amplo espectro político-ideológico presente na sociedade. Janet Steele (1990), nesse panorama, sugere três caminhos para que os especialistas e acadêmicos sejam inseridos nas rotinas da mídia de maneira mais efetiva; a saber: 1) a própria caracterização de forma clara do posicionamento político-ideológico dos pesquisadores que irão aparecer nas notícias; 2) o reconhecimento dos jornalistas de que os assuntos noticiáveis não necessitam necessariamente de “vozes autorizadas” para que sejam legitimados como notícias; e 3) a efetivação de um genuíno debate de ideias nas páginas da mídia a partir da apresentação de perspectivas antagônicas.

Pesadas por um lado a validade das críticas de Steele (1990) e por outro a referida complexidade da questão, é preciso que sejam resguardados neste debate todos os cuidados para que não se recaia em uma visão meramente maniqueísta do assunto. Daí a pertinência – no processo de elaboração de uma interpretação culturalista sobre a disseminação social da narrativa noticiosa – da observação do fenômeno a partir do conceito de hegemonia. Antes da retomada e do aprofundamento da concepção gramsciana, todavia, faz-se necessária a própria delimitação do que pode ser entendido pela noção de “*expert*” no contexto deste estudo – tarefa auxiliada pela definição exposta por Shoemaker & Resse (1996) para o termo. Apropriado do idioma inglês e com valor semântico aproximado das ideias de “perito”, “técnico” ou “especialista”, o vocábulo é adaptado ao âmbito das notícias como:

A pessoa confiada pelos jornalistas para colocar os eventos no interior de um contexto e explicar o sentido das notícias. Posto que a rotina da objetividade orienta os repórteres a não expressar abertamente seus

pontos de vista, eles devem procurar por *experts* para providenciar uma análise compreensível do significado dos eventos noticiosos. A escolha dos *experts* possui, assim, uma significativa influência no modo como as notícias são formatadas. (SHOEMAKER & REESE, 1996, p. 130, tradução nossa).

No mérito da definição, os autores se aproximam de Janet Steele (1990) ao afirmar que as fontes especializadas agregam em torno de seus nomes uma modalidade específica de valor simbólico responsável por permitir – e por viabilizar – a expressão midiaticizada de suas opiniões. Trata-se, além disso, de fontes que podem ser incluídas na narrativa noticiosa para reforçar o próprio entendimento que os jornalistas possuem da questão em jogo, aspirando, porém, uma “ilusão prática de objetividade” (SHOEMAKER & REESE, 1996, p.131). Desse modo, um olhar pelo vértice das rotinas práticas do campo ajuda a explicitar, sem grandes dificuldades, que a consulta a um estreito grupo de “especialistas” já legitimados pela própria mídia constitui um expediente operacionalmente viável – “seguro e previsível” – para os jornalistas no desempenho de suas atividades cotidianas. Para além da funcionalidade operacional da questão, entretanto, é preciso reconhecer – como observa Todd Gitlin (2003) – que os chamados *experts* inserem-se em uma conjuntura mais ampla de manutenção das relações sociais de poder: cumprem, em última análise, um importante papel no “jogo hegemônico” instituído na sociedade.

Lawrence Soley (1992) auxilia no refinamento da questão ao dividir as fontes jornalísticas em dois grupos de acordo com o envolvimento estabelecido por elas com o evento originador da notícia. O autor denomina de *news makers* – “fazedores de notícias” numa tradução literal – as fontes claramente identificadas como representantes de lados específicos no interior da narrativa noticiosa ao passo em que os *news shapers* – “formatadores de notícias” – são apresentados como analistas especializados (geralmente acadêmicos) sob o rótulo genérico de “não-partidários” (embora muitos deles possam eventualmente ter longos históricos de envolvimento com partidos políticos ou movimentos sociais) (SOLEY, 1992, p.2). Nos Estados Unidos, foco da análise do pesquisador, o grupo de elite desses “formatadores” de opinião constitui historicamente um círculo não somente bastante homogêneo em termos de educação, associativismo, etnicidade e gênero, mas, acima de tudo, um grupo de dimensão demasiadamente estreita (SOLEY, 1992, p.6).

A preocupação dos estudos acadêmicos com os chamados *news shapers* ganha projeção na segunda metade do século XX com o desenvolvimento de um novo método para pesquisar a questão da “distorção da realidade” supostamente estabelecida pela mídia

(SOLEY, 1992, p.11). No turbilhão de críticas sobre o enviesamento da atuação dos veículos de comunicação do período, pesquisadores substituem a ênfase antes depositada nas mensagens jornalísticas propriamente ditas pelo foco nas fontes utilizadas pelos jornalistas na construção de suas narrativas. Um dos principais expoentes desse método é Leon Sigal (1973). Em uma análise debruçada sobre duas décadas de atividades de dois dos mais significativos jornais diários norte-americanos – *The New York Times* e *The Washington Post*, entre 1949 e 1969 –, o autor comprova suas hipóteses de que os jornalistas optam preferencialmente pelo uso de fontes oficiais e de canais tradicionais de acesso à informação no dia-a-dia da profissão. A conclusão de Sigal (1973) é de que os canais tradicionais (relatórios, dados oficiais, *press releases*, conferências de imprensa, discursos e cerimônias, entre outros) respondem por cerca de dois terços do material pesquisado ao mesmo passo em que as fontes jornalísticas envolvidas nesses canais são numericamente marcadas pela preponderância de porta-vozes oficiais do governo norte-americano (cerca de metade de todas as fontes citadas no estudo). Além disso, é emblemático que a rotina de acesso às fontes oficiais do governo norte-americano ocorra também no contexto das notícias que transpassam as fronteiras dos Estados Unidos, ou seja, na abordagem de problemáticas internacionais (SIGAL, 1973, p.121-129). A explicação atribuída pelo autor é a de que as informações oriundas de canais tradicionais e obtidas com base em fontes oficiais produz uma espécie de “certificação” de relevância ao conteúdo jornalístico:

Para os homens comuns que não conhecem ou que não podem conhecer as características “reais” dos eventos noticiáveis, as rotinas de apuração das notícias produzem “notícias certificadas” – informações que soam válidas na medida em que fazem parte do conhecimento tanto dos jornalistas quanto de suas fontes. (SIGAL, 1973, p.131, tradução nossa).

Outros estudos posteriores mostram que as considerações iniciais traçadas por Leon Sigal nos anos 1970 mantêm sua validade estrutural. Lasorsa & Reese (1990), por exemplo, desenvolvem décadas mais tarde uma análise empírica sobre a seleção de fontes na cobertura de um evento específico: o crash econômico que atinge os Estados Unidos em 1987. Uma das principais constatações dos autores é a supremacia na utilização de fontes oriundas do circuito financeiro de *Wall Street* para elucidar as causas e os efeitos da crise econômica. Outra observação pertinente é a de que as fontes citadas na cobertura são geralmente replicadas em diferentes contextos de modo a abranger aspectos distintos do assunto em pauta – isto é, o mesmo círculo restrito de *experts* é convidado em diferentes cenários para conceder explicações sobre as questões colocadas em voga (LASORSA & REESE, 1990, p. 60-63).

Todavia, se por um lado os estudos de Sigal (1973) e Lasorsa & Reese (1990) comprovam a consolidação de um modelo hegemônico de interpretação da realidade edificado a partir de fontes oficiais que reproduzem uma determinada hierarquização social, por outro lado os autores não promovem a diferenciação das fontes entre os chamados *experts* e aqueles personagens diretamente envolvidos nos acontecimentos jornalísticos. Exemplifica-se: embora seja também representante de uma determinada hierarquização social hegemônica, um pesquisador entrevistado por ser responsável por uma nova descoberta científica cumpre no jogo de produção de sentidos do jornalismo um papel diferente de outro cientista convidado a conceder sua explicação sobre um evento com o qual não está relacionado. Deriva daí a importância, uma vez mais, da diferenciação entre as duas categorias estabelecida na conceituação de Soley (1992).

Num recorte histórico, a recorrência aos chamados *news shapers* – as fontes que explicam as notícias – ganha relevância no jornalismo ocidental na passagem do século XIX para o século XX. É nesse período que se viabiliza a introdução das ideias de “objetividade” e de “imparcialidade” no panorama do jornalismo norte-americano (SCHUDSON, 1978) – premissas que são disseminadas no jornalismo brasileiro décadas mais tarde com a industrialização da imprensa nos principais centros urbanos do país. Consolida-se, assim, em um cenário caracterizado pela soberania do paradigma positivista, o ambiente propício para o desenvolvimento das denominadas “teorias do espelho”. Posto que tais teorias, como observado nos capítulos precedentes, levam em consideração a suposição de que o jornalismo apenas espelha o que ocorre na realidade fenomênica, ganha corpo a hipótese da impossibilidade de diferenciação entre os eventos ditos “reais” e aqueles reportados pela mídia. Por essa ótica, os *news shapers* são tratados como “representantes legítimos de observadores externos dos eventos noticiosos” (SOLEY, 1992, p.16-17). Apesar da pretensa objetividade requerida pelas “teorias do espelho”, entretanto, não tarda para que inúmeros estudos coloquem seus pressupostos em xeque. A contraprova é simples: as notícias não espelham meramente a sociedade, pois, se assim fosse, os diferentes estratos sociais apareceriam de forma mais proporcional nos noticiários. Constata-se, em contrapartida, um “sistemático enviesamento na seleção das fontes”. Dessa forma, embora os jornalistas possuam sempre na manga o argumento de que, em busca da objetividade, procuram por fontes “bem informadas” sobre um determinado assunto, recai-se de modo constante sobre uma grave contradição: esse não constitui por si só um argumento eminentemente “objetivo” (SOLEY, 1992, p. 17-18).

Herbert Gans (2004), nesse cenário, apresenta uma tese interessante para a questão da seleção e da inclusão dos especialistas na narrativa jornalística. De acordo com o sociólogo, os jornalistas trabalham com fontes que são similares a eles próprios numa perspectiva social e geográfica – isto é, para romper com o isolamento no qual os selecionadores de pautas geralmente trabalham, não basta que as fontes sejam “adequáveis” ao contexto escolhido, mas elas devem estar “geograficamente e socialmente” próximas das redações (em que pese a necessidade dos repórteres de também manterem-se próximos dos especialistas com os quais querem ter acesso, é preciso reconhecer que os jornalistas são usualmente mais móveis – ao menos fisicamente – do que as fontes) (GANS, 2004, p.124). O autor busca recurso na metáfora para explicar seu raciocínio:

A relação entre fontes e jornalistas assemelha-se a uma dança, com as fontes procurando os jornalistas e os jornalistas procurando as fontes. Embora se enveredem no compasso do ‘dois-prá-cá-dois-prá-lá’ de um tango, tanto fontes quanto jornalistas podem ditar o passo da dança, mas mais provavelmente serão as fontes que darão o ritmo. Equipes [de reportagem] e tempo [de apuração] são muitas vezes escassos. Jornalistas procuram ativamente apenas um pequeno número de fontes regulares que anteriormente já se apresentaram disponíveis e adequáveis; e ao mesmo passo são passíveis de serem contatados por outras possíveis fontes de informação. (GANS, 2004, p. 116, tradução nossa).

De forma semelhante a outras partes do livro *Deciding what's news*, obra clássica de Gans (2003) sobre o jornalismo norte-americano, seu raciocínio sobre a seleção de fontes noticiosas também ganha repercussão entre outros pesquisadores que se debruçam sobre a atividade jornalística. A tese é compartilhada, por exemplo, pelo conterrâneo Lawrence Soley (1992) na reflexão promovida sobre a inclusão no jornalismo dos denominados *news shapers*. Para o pesquisador:

[Do ponto de vista das características demográficas,] editores, chefes de redação e repórteres de elite dos veículos de maior prestígio possuem muito mais em comum com homens de negócio, líderes de governo e sociólogos da Universidade de Harvard do que com trabalhadores afro-americanos. Não deveria ser surpresa o fato de os jornalistas recorrerem mais provavelmente a homens de negócio, líderes de governo ou acadêmicos da *Ivy League*¹⁰⁶ para comentar sobre crimes do que a trabalhadores afrodescendentes ou a agentes de liberdade condicional. (SOLEY, 1992, p. 22, tradução nossa).

¹⁰⁶ Correntemente citada no contexto norte-americano, a *Ivy League* representa um grupo de oito universidades privadas da região nordeste do país. Constituído por algumas das mais antigas instituições universitárias do continente americano, dentre as quais se destacam as universidades de Harvard, Yale, Columbia e Pensilvânia, a liga remete geralmente a um cenário de excelência acadêmica nos Estados Unidos, embora também faça analogia ao elitismo acadêmico e político que caracteriza parte da intelectualidade da região.

Soley (1992, p. 23) assume um posicionamento ainda mais categórico ao desenvolver sua crítica sobre a estratégia de incorporação da ideia de “objetividade” pelo jornalismo e o vínculo conseguinte do chamado “jornalismo objetivo” com o processo de legitimação social do *status quo*. Com o suporte de uma série de pesquisas empíricas, o autor afirma que:

Reportar de forma objetiva ajuda a perpetuar o *status quo*, pois não gera críticas à ordem social existente e porque confia profundamente em fontes oriundas de instituições socialmente legitimadas – a exemplo das grandes corporações, governos, agentes do mercado e associações profissionais. Porta-vozes dessas instituições legitimadas são referenciados como ‘fontes convencionais’. Esses porta-vozes são rotineiramente contatados por jornalistas, daí o fato de receberem essa. Membros de grupos anti-*status quo*, por outro lado, são vistos como ‘fontes não-convencionais’. Eles são raramente usados como fontes jornalísticas, pois as instituições socialmente legitimadas geram bem mais notícias e informações do que os veículos podem acomodar em suas páginas. (...) Jornalistas nunca admitem que evitam a utilização de ‘fontes não-convencionais’ pelo fato delas representarem pontos de vista que questionam o *status quo*. Ao contrário, argumentam que as instituições legitimadas possuem mais noticiabilidade e, portanto, merecem uma maior atenção da mídia. Assim, porta-vozes de instituições legitimadas são geralmente utilizados como fontes bem mais do que aqueles originários de instituições não-legitimadas. (SOLEY, 1992, p. 23, tradução nossa).

É a partir dessa dinâmica de “convencionalização” das fontes que são inseridos nas rotinas jornalísticas os chamados *news shapers* – “comentaristas” de acontecimentos noticiosos conhecidos pelo rótulo genérico de “*experts*”. De acordo com Soley (1992, p.24), no interior das engrenagens responsáveis pela manutenção de uma ordem social hegemônica, a atribuição desse rótulo geralmente repousa sobre as fontes oriundas de instituições que já foram legitimadas pela sociedade e pela própria mídia. Em última análise, a “convencionalização” das fontes num modelo hegemônico de interpretação do mundo também dialoga com o conceito de “reificação da realidade social” trabalhado por Peter Berger e Thomas Luckmann (1974). Tema recorrente na bibliografia marxista, a concepção de reificação é interpretada pelos autores como uma espécie de “radicalização da objetivação das relações sociais” presentes nas dinâmicas de “construção social da realidade”. Em suas palavras:

A reificação é a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos. Outra maneira de dizer a mesma coisa é que a reificação é a apreensão dos produtos da atividade humana como se fossem algo diferente de produtos humanos, como se fossem fatos da natureza, resultados de leis cósmicas ou manifestações da vontade divina. A reificação implica que o

homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência. O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado. É sentido pelo homem como uma facticidade estranha, um *opus alienum* sobre o qual não tem controle, em vez de ser sentido como o *opus proprium* de sua mesma atividade produtora. (BERGER & LUCKMANN, 1974, p. 122-123).

Projetada para o campo do jornalismo, a reflexão de Berger e Luckmann (1974) respalda o raciocínio elaborado por Lawrence Soley (1992, p. 25-26) sobre a explicação das notícias por especialistas legitimados pela mídia. Para o pesquisador norte-americano, os *news shapers* constituem componentes importantes no processo de reificação da realidade devido ao fato de a mídia apresentar rotineiramente as ocorrências sociais como eventos “fora do controle humano”. Nesse panorama, para que possam ser compreendidas – e apreendidas – pelo público-alvo de cada periódico, as notícias passam a ser explicadas por *experts* precisamente selecionados pelos jornalistas:

‘Experts’ são utilizados por repórteres para explicar eventos sociais e econômicos para os consumidores de notícias exatamente como meteorologistas explicam o clima. Sociólogos, economistas e *‘experts’* de meio-ambiente cumprem para os processos sociais a mesma função que meteorologistas fazem para o clima: eles providenciam expertise sobre fenômenos complexos que os consumidores de notícias presumidamente não entenderiam se não fosse por essas análises individuais. Quando os consumidores entendem o fenômeno, a necessidade de *news shapers* presumidamente desaparece. A função primária dos *news shapers*, de acordo com os jornalistas que os utilizam, é proporcionar análises que são compreensíveis para leitores e espectadores. *News shapers*, segundo essa visão, providenciam pano de fundo e comentários sobre fenômenos que, de outra forma, seriam dificilmente entendidos. Se *news shapers* são utilizados para proporcionar análises a respeito de eventos políticos cotidianos, sugere-se que os jornalistas veem os eventos políticos como insondáveis para o cidadão médio. Assim, quanto mais frequentemente os veículos de comunicação recorrem a *news shapers*, mais eles implicam que os eventos noticiáveis são explicados apenas pelos argumentos de *experts*. (SOLEY, 1992, p. 26, tradução nossa).

Tome-se novamente, nesse contexto, os exemplos empíricos trabalhados no decorrer da tese. No caso da atleta Caster Semenya exposto no *Capítulo II*, geneticistas são convidados a explicar em bases científicas a origem do hermafroditismo e os possíveis “tratamentos” para o fenômeno – temática abordada, ainda que nas entrelinhas, como um “desvio da normalidade”¹⁰⁷. Da mesma forma, membros da IAAF – a Associação Internacional de Atletismo – são legitimados como especialistas para comentar o imbróglio envolvendo o

¹⁰⁷ “Principal causa do hermafroditismo é mutação genética”, *Portal GI*, 11/09/2009.

esporte¹⁰⁸ ao mesmo passo em que a imprensa internacional é tomada como referência tanto como fonte de informações para as matérias quanto como instrumento para legitimação da relevância do assunto¹⁰⁹. Na cobertura do terremoto que atinge o Japão no primeiro semestre de 2011 (*Capítulos IV e V*), por seu turno, cientistas e outros especialistas tentam esclarecer o máximo volume possível de aspectos em torno do ocorrido. São alvos de suas explicações as “causas geológicas” do abalo sísmico¹¹⁰, as eventuais falhas técnicas que contribuíram para o acidente nuclear em Fukushima¹¹¹ e a posterior redução no risco de uma tragédia nuclear de proporções mais amplas¹¹². Mais tarde, analistas financeiros de diferentes nacionalidades são integrados na narrativa noticiosa como fontes para explicar o alívio no mercado proporcionado pelo afastamento da possibilidade de uma catástrofe de impactos mais abrangentes¹¹³. Já no episódio da crise política na Líbia, eclodida também no início de 2011 (*Capítulos III e V*), o caminho assumido pelo discurso noticioso é semelhante – com o agravante, neste caso, de se tratar de um fenômeno com variáveis substancialmente socioculturais, políticas e econômicas. A exemplo do trecho a seguir – no qual uma fonte é apresentada sob o rótulo genérico de “especialista em Oriente Médio” – analistas ligados aos mais diversos campos das ciências sociais e jornalistas de diferentes áreas explicam com base em argumentos variados o colapso social no norte da África:

A Líbia poderá desaparecer no caos e numa possível guerra civil em meio a um levante popular que desafia o líder Muamar Kadafi, que está no poder há 42 anos. Mesmo que abandone o país – pressupondo que encontre uma nação onde possa se refugiar, Kadafi deixaria para trás uma Líbia com escassas estruturas normais para uma transição pacífica, depois de quatro décadas de governo autoritário. “Qualquer período pós-Kadafi está cercado de incertezas”, diz o analista do Oriente Médio, Philip McCrum. “Não há uma oposição organizada, não há instituições civis nas quais o povo possa se agrupar de maneira ordenada”, acrescenta. “A oposição no exílio é pequena e heterogênea. Por isso passará algum tempo até que se estabeleça uma nova ordem política. Enquanto isso,

¹⁰⁸ “Fenômeno dos 800 m e campeã, sul-africana é acusada de ser homem”, *Folha de S. Paulo*, 20/08/2009; “Cartola é suspenso após mentir no caso Semenya”, *Folha de S. Paulo*, 06/11/2009; “Sul-africana é liberada para correr; Caster Semenya passou por série de exames para comprovação de sexo”, *Folha de S. Paulo*, 07/07/2010.

¹⁰⁹ “Sul-africana é hermafrodita, afirma jornal”, *Folha de S. Paulo*, 11/09/2009; “Semenya já havia sido testada, diz jornal; dirigentes sabiam que atleta sul-africana é hermafrodita”, *Folha de S. Paulo*, 19/09/2009.

¹¹⁰ “Cinturão de Fogo concentra 90% dos terremotos”. *O Estado de S. Paulo*, 12/03/2011; “Cismo deslocou eixo da Terra em cerca de 10%”. *O Estado de S. Paulo*, 12/03/2011.

¹¹¹ “A causa do acidente em Fukushima foi banal’ – Para especialista, apesar de terremoto e tsumani, problema poderia ter sido evitado com proteção mais rigorosa de usina”, *O Estado de S. Paulo*, 19/03/2011.

¹¹² “Técnicos rejeitam repetição de Chernobyl”. *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2011; “Cientistas tentam calcular rota de nuvem radioativa”, *O Estado de S. Paulo*, 18/03/2011.

¹¹³ “Crescimento global será afetado apenas temporariamente”, *O Estado de S. Paulo*, 15/03/2011; “Preços retomam alta com alívio nuclear”, *O Estado de S. Paulo*, 18/03/2011; “Bovespa sobe 0,32% com redução de temor sobre crise nuclear”, *O Estado de S. Paulo*, 18/03/2011.

devem se intensificar as tensões porque os vários grupos que se opõem – as tribos, o Exército, os islâmicos e os liberais – buscam o poder”, afirma. (grifos nossos)¹¹⁴

Com o avanço da cobertura, efeitos de sentido similares àqueles observados nos casos acima estudados são também verificados na interpretação da crise na Líbia. No noticiário econômico, de modo específico, cenários são traçados por analistas do mercado financeiro para explicar tanto a turbulência econômica decorrente dos confrontos entre os rebeldes e o exército leal ao regime líbio¹¹⁵ quanto para esclarecer a retomada do “equilíbrio” após as medidas internacionais adotadas para o controle da produção de petróleo no Oriente Médio e do bloqueio das contas bilionárias da família Kadafi no exterior¹¹⁶. Ainda de maneira análoga, análises e opiniões extraídas de outros veículos de comunicação e agências internacionais – fontes ligadas a *Reuters*, *Associated Press*, *France-Presse*, *The New York Times*, entre outros, a maior parte enquadrada numa lógica ocidental de compreensão da crise – são legitimadas no interior de um processo que remete a diferentes esferas de “autonomismos” levados à tona pelo jornalismo moderno: a autolegitimidade, a autorreferencialidade e a autopromoção (LEAL & CARVALHO, 2012).

Na ótica das teorias funcionalistas, esse expediente de inserção da opinião explicativa dos *experts* nas notícias pode ser interpretado como um princípio de “disfunção” que contribui para a erosão da participação política na sociedade (SOLEY, 1992; ARAÚJO, 2001). De validade precária, tal pressuposto sustenta-se basicamente no argumento de que a “capacidade de solução” dos problemas por parte dos especialistas reduz potencialmente o empenho da participação cidadã nos processos decisórios (SOLEY, 1992, p.26-27). Todavia, uma vez projetada para um cenário de interpretação da sociedade com foco em seus processos socioculturais mais abrangentes, uma parcela significativa desse argumento outrora

¹¹⁴ “Um país sem instituições, à beira da guerra civil”. *O Estado de S. Paulo*, 22/02/2011, p. A14. Nesse mesmo sentido, ver também: “Até onde Kadafi está disposto a ir para manter-se no poder”, *O Estado de S. Paulo*, 22/02/2011; “Oficiais do exército se assemelham dos senhores da guerra”, *O Estado de S. Paulo*, 23/02/2011; “O interesse por trás do interesse dos expectadores”, *O Estado de S. Paulo*, 24/02/2011; “As várias faces de Muamar Kadafi”, *O Estado de S. Paulo*, 25/02/2011; “Líder líbio sempre manteve exército fraco e dividido”, *O Estado de S. Paulo*, 26/02/2011; dentre inúmeros outros exemplos de análises apresentados pela imprensa no período.

¹¹⁵ “Crise árabe ameaça economia global”, *O Estado de S. Paulo*, 23/02/2011; “Conflitos fazem petroleiras cortar produção na Líbia”, *O Estado de S. Paulo*, 23/02/2011; “Conflitos provocaram descolamento dos preços dos barris”, *O Estado de S. Paulo*, 24/02/2011; “Crise provoca queda no preço de commodities”, *O Estado de S. Paulo*, 24/02/2011.

¹¹⁶ “EUA congelam US\$ 300 bilhões em ativos da Líbia e de Kadafi”, *O Estado de S. Paulo*, 01/03/2011; “UE concorda em congelar o fundo soberano da Líbia”, *O Estado de S. Paulo*, 09/03/2011; “Reserva de petróleo pode aliviar alta de preço”. *O Estado de S. Paulo*, 07/03/2011; “EUA agem para evitar queda na oferta de petróleo”. *O Estado de S. Paulo*, 08/03/2011.

“funcionalista” reveste-se de certa pertinência¹¹⁷. Isto é, num modo de sociabilidade pautado pelas premissas de uma racionalidade substancialmente instrumental (*Capítulo III*), pode-se fazer reconfortante por parte dos enunciatários o reconhecimento da existência de *experts* (profissionais dos mais diferentes setores sociais) que “entendem”, esquadrinham e são capazes de resolver os problemas cotidianos de uma forma tipicamente racional – daí o respaldo e a disseminação da narrativa jornalística nos elementos simbólicos que compõem a vida cotidiana moderna.

Finalmente, no âmbito desta tese, os debates conduzidos até aqui ratificam a interpretação de que a inclusão da figura dos *experts* na construção da narrativa noticiosa diz respeito a um processo mais amplo de concessão de elementos explicativos aos sentidos mais dissonantes dos eventos noticiáveis – ou seja, trata-se da introdução na narração jornalística de uma determinada categoria de agentes sociais dotados de uma especificidade de capital simbólico capaz de corroborar a dinâmica de diluição dos *paradoxos* cotidianos. Não constitui, porém, uma mera “inclusão” isenta de complexidade. Em última análise, consiste em mais um componente da multifacetada cadeia simbólica que permite a transmissão de sentidos hegemônicos aos *paradoxos* da sociedade de modo a devolvê-los aos parâmetros *doxais* que norteiam a cultura – ou ainda, para valer-se das citadas palavras de Berger & Luckmann (1974, p. 123), de uma dinâmica de transformação, espécie de rito de passagem, entre o *opus alienum* e o *opus proprium* culturalmente identificados. Eis, enfim, outro elemento elucidativo que auxilia na edificação de uma resposta viável ao questionamento motivador do presente capítulo: por que os acontecimentos, uma vez notícia, deixam as páginas dos jornais?

4. Quanto mais *paradoxal*, mais racionalidade: recursos e ferramentas para a produção de sentido

Embora, como visto até aqui, a relação entre o jornalismo e os chamados *paradoxos* cotidianos seja complexa e evidentemente não possa ser resumida a uma mera proporção matemática, reconhece-se que a atividade noticiosa dissemina-se no interior de uma lógica que reflete, em última análise, um padrão cultural de racionalidade decorrente do modo moderno de instrumentalização da existência; isto é, quanto mais *paradoxal* – desviante da *doxa* – um evento se configura, mais elementos que remetem à racionalização do fenômeno em pauta fazem-se necessários para a completude da narrativa. Nesse contexto, são três os

¹¹⁷ Este debate entre as abordagens “funcionalista” e “culturalista” para o fenômeno do jornalismo será retomado com mais ênfase no próximo capítulo.

recursos trabalhados no transcorrer do capítulo que merecem ser demonstrados nesta seção a partir de sua operacionalidade: a caracterização do factual (o movimento de “encapsulamento” da complexidade dos fenômenos pela estética da narração noticiosa) como dimensão temporal apropriada para a resolução dos problemas cotidianos; a dinâmica de legitimação das fontes de informação com base na apropriação de discursos hegemônicos; e, finalmente, a utilização de estatísticas, elementos gráficos e outros procedimentos narrativos como signos de um processo de “domesticação do acaso” e de “racionalização do viver” (LUKÁCS, 2010; MORETTI, 2003; BIRMAN, 2010).

Tome-se como exemplo, nesse sentido, a notícia a seguir extraída das páginas de um jornal de circulação regional no interior do Estado de São Paulo:

Um motociclista ficou gravemente ferido após sua motocicleta ser atingida por um carro, na manhã de ontem, no bairro Nova Esperança, em Bauru. O fato aconteceu por volta das 7h30 na quadra 12 da Rua São Sebastião. Segundo informações obtidas junto à Polícia Militar, o condutor da moto Honda/CB 300, cor preta, com placa de Bauru, H. A. M., 28 anos, seguia no sentido bairro-centro quando foi atingido por um Gol, também com placas de Bauru, cor prata, conduzido por A.S.T., de 24 anos (somente as iniciais foram divulgadas). Conforme o *JC* apurou no local, o veículo estaria tentando realizar uma ultrapassagem a um caminhão no momento em que colidiu com o motociclista. (...) H. foi socorrido inconsciente pela Unidade de Resgate (UR) do Corpo de Bombeiros e encaminhado ao Pronto-Socorro Central (PSC). (...) O condutor do Gol não sofreu ferimentos e, ainda ontem, prestaria depoimento no Plantão Policial.¹¹⁸

Nota-se que a notícia diz respeito a um típico acontecimento desviante dos padrões rotineiros daquela comunidade de sentido em que o veículo se insere (os parâmetros de regularidade, ou seja, os parâmetros da *doxa*, sugerem que o trânsito deveria fluir normalmente naquela manhã de segunda-feira na pacata Rua São Sebastião). O *paradoxo* – o elemento de ruptura na regularidade cotidiana – ocorre exatamente no momento em que a imprudência de um motorista modifica a rotina da região e passa a merecer – ou a requerer – um sentido explicativo. O jornalismo, neste caso, isola (“encapsula”) o acontecimento (o *paradoxo* cotidiano) pelo factual e, com base em sua própria estética narrativa – “o que”, “quem”, “quando”, “por quê” e “como” –, pauta o fenômeno por sua singularidade, atribuindo a ele uma matiz de esclarecimento. É possível ainda perceber na narração noticiosa do evento uma clara referência às vozes autoritativas que são socialmente – e jornalisticamente – sancionadas como fontes legítimas de informação – no caso em questão, a Polícia Militar.

¹¹⁸ “Acidente deixa motociclista com ferimentos graves no N. Esperança”. *Jornal da Cidade*, 02/10/2012.

Entretanto, devido ao fato de o acidente constituir um acontecimento de complexidade relativa – ou seja, que possui seus aspectos *paradoxais* atrelados a um desvio de pequena significância na rotina daquela comunidade de sentido (talvez uma via interdita ou um membro da vizinhança hospitalizado, etc.) –, os recursos utilizados na concessão de um efeito explicativo são limitados. Sintoma disso é que no dia seguinte à veiculação da notícia, o assunto desaparece das páginas do jornal, cedendo espaço a outros acontecimentos de caráter semelhantemente dissonantes.

Agora, tome-se o exemplo da cobertura de um dos mais emblemáticos acidentes envolvendo meios de transporte protagonizados pelo Brasil nos últimos anos: a queda do voo 447 da *Air France* que levaria 228 pessoas – entre passageiros e tripulantes – do Rio de Janeiro à Paris em 31 de maio de 2009. Alguns aspectos do acidente merecem ser aqui sublinhados. Em primeiro lugar, a partir de um olhar histórico para o jornalismo, deve ser considerado que a chancela das “tragédias” ocupa tradicionalmente um lugar privilegiado entre os critérios de noticiabilidade desde os primórdios da atividade de “noticiar” (PEUCER, 2000; SOUSA, 2004; TRAQUINA, 2008) – daí a pertinência inicial da temática em questão. No episódio específico do acidente reportado, todavia, levada em consideração sua grande complexidade, a repercussão é ainda mais significativa: a imprensa brasileira prepara um grande volume de conteúdo noticioso no período posterior à queda do avião na tentativa de edificação de respostas aos inúmeros aspectos *paradoxais* ali sublevados. No caso do jornal paulista *O Estado de S. Paulo*, recorte empírico aqui observado, constata-se dezenas de páginas e centenas de referências destinadas à cobertura especial do acidente – ênfase que leva o veículo a posicionar o assunto em lugar de destaque ao longo de pelo menos duas semanas consecutivas. Numa perspectiva analítica, consideradas apenas as referências ao tema localizadas diariamente na primeira página do periódico, verifica-se a publicação de 14 textos noticiosos – entre manchetes, chamadas de capa e pequenas notas – no período imediatamente posterior à data que marca a confirmação da tragédia:

Quadro 4 – Referências ao acidente aéreo da *Air France* nas primeiras páginas do jornal *O Estado de S. Paulo* entre os dias 2 e 16 de junho de 2009

Data	Título	Natureza da referência
02/06/2009	“Em tragédia inédita, Airbus some da rota Rio-Paris com 228 a bordo”	Manchete
03/06/2009	“Tragédia se desenhou em 4 minutos”	Manchete
04/06/2009	“França: 50 investigam tragédia”	Chamada de capa

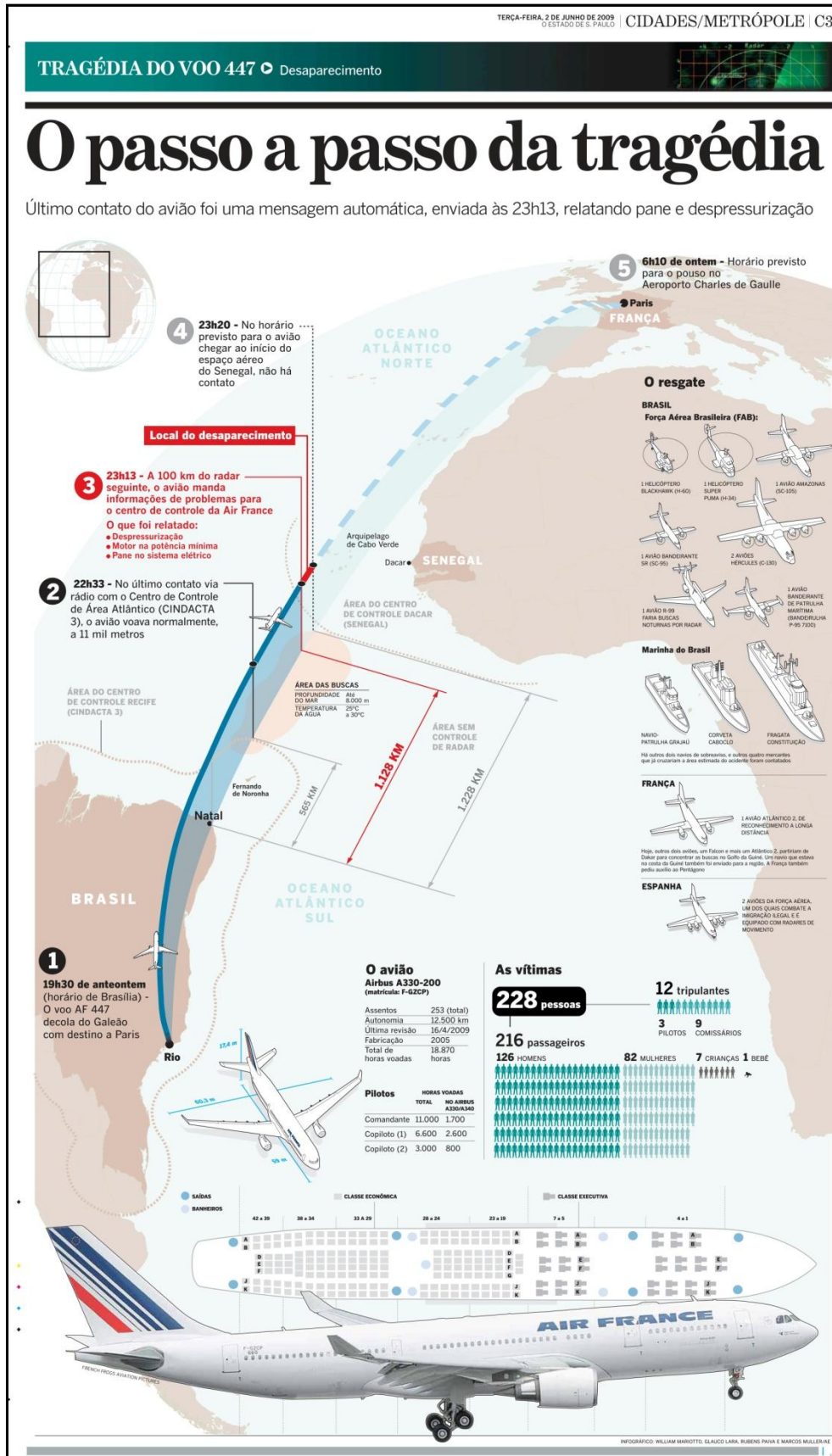
Algumas conclusões iniciais podem ser abstraídas desse levantamento. A mais evidente delas, sobretudo a partir de uma simples sobreposição ao exemplo acidente envolvendo um carro e uma moto no interior paulista, é a de que a amplitude da complexidade de um *paradoxo* – isto é, a extensão da dissonância entre um dado evento e a regularidade do senso comum – leva o discurso noticioso a requerer um período de tempo também mais amplo na dissolução de seus efeitos dissonantes. Um segundo aspecto, esse de natureza multifacetada, é a atenuação gradativa desses *paradoxos* cotidianos numa relação proporcional que leva em consideração ao menos três medidas: 1) a própria duração da cobertura de acordo com a complexidade do assunto; 2) o volume e a natureza dos argumentos expressos na tentativa de racionalização do fenômeno; e 3) o surgimento extrínseco ao evento noticiado de um novo acontecimento com aspectos ainda mais *paradoxais* do que o anterior.

No caso relatado do acidente aéreo da companhia *Air France*, da mesma forma como nos demais recortes empíricos trabalhados no decorrer da tese, o estágio inicial da cobertura – entenda-se, aqui, suas duas primeiras semanas – revela uma face bastante clarividente: com o passar dos dias e com a construção de uma narrativa que se esforça para reduzir as incertezas relacionadas ao ocorrido, verifica-se uma proporcional diminuição da aparição do assunto nas posições dotadas de maior visibilidade simbólica nas páginas do jornal – são elas: a manchete e os demais espaços da capa (ver o *Quadro 4* acima). Após duas semanas consecutivas e com a transmutação gradual do assunto de manchete a pequenas chamadas ou notas, o tema desaparece – ao menos temporariamente – da disputada “chancela” da primeira página¹¹⁹.

Nessas duas semanas, o emprego de recursos narrativos que remetem à produção de um sentido de racionalidade é constantemente verificável no tratamento noticioso dado ao acidente aéreo. Uma dessas táticas mais manifestas de produção de sentido é a ação de esquadrinhamento dos componentes mais incógnitos do assunto em unidades simbólicas delimitáveis e compreensíveis – o que, em última instância, constitui uma forma de pautar a complexidade da questão pela temporalidade cada vez mais precisa e mensurável do factual. Tome-se, nessa direção, os seguintes exemplos:

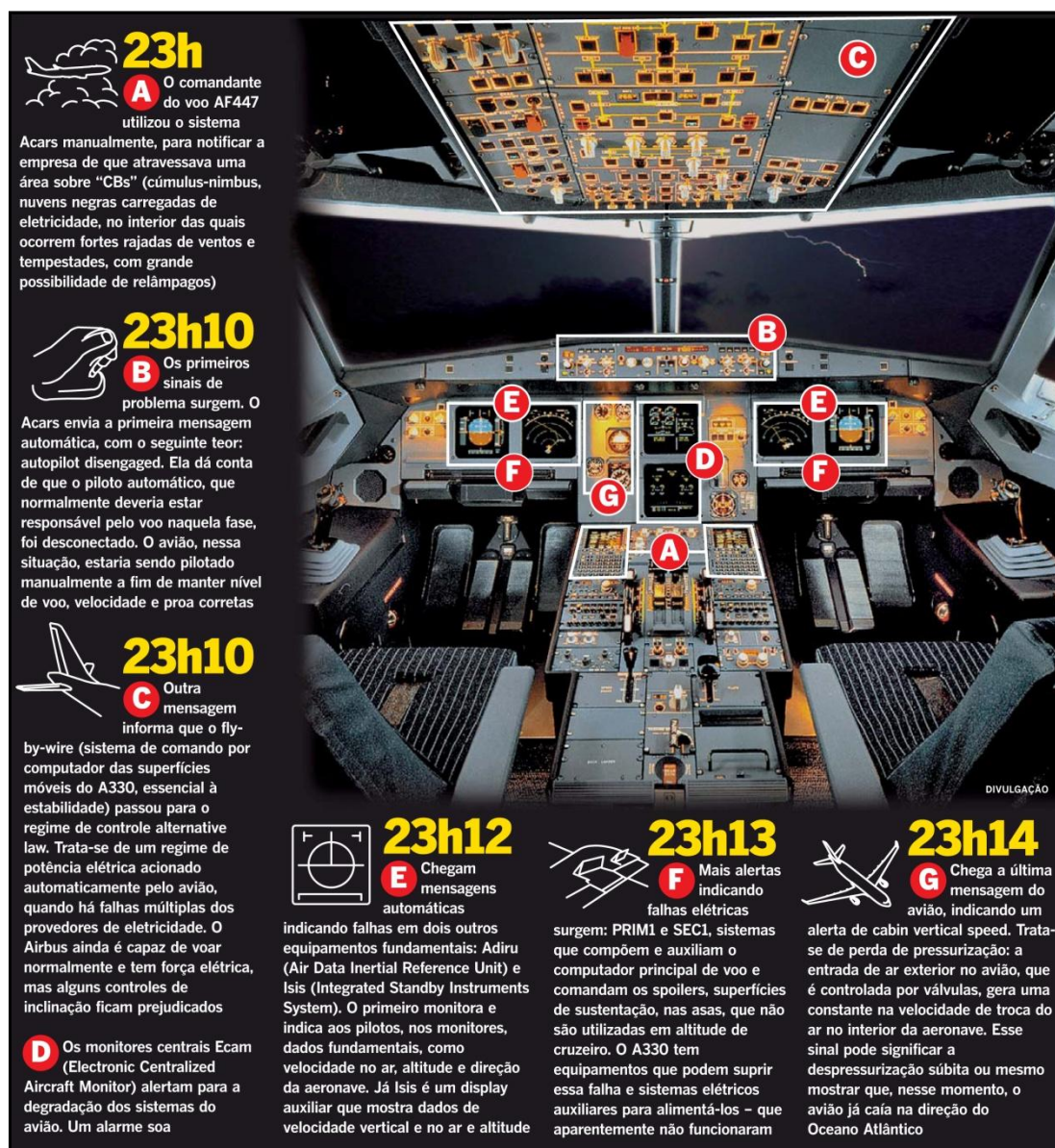
¹¹⁹ Sobre tais “disputas simbólicas” no interior do campo jornalístico, ver novamente: Bourdieu (1997) e Darnton (1990).

Figura 13 – Reprodução de página do jornal *O Estado de S. Paulo*



(Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 02/06/2009, p. C3)

Figura 14 – Reprodução de infográfico vinculado à matéria “4 minutos da 1ª. Pane até a tragédia” – O Estado de S. Paulo



(Fonte: O Estado de S. Paulo, 03/06/2009, p. C1)

Nos dois recortes apresentados, a descrição minuciosa dos momentos que antecedem a tragédia concede a tônica da abordagem. No primeiro caso, são expostas descrições de todo o trajeto do voo, bem como as características da aeronave, das vítimas e do suposto resgate. Já no infográfico seguinte, de modo ainda mais específico e preciso, volta-se a atenção ao retalhamento e à explicação dos últimos breves momentos que precedem a queda do avião – tudo demonstrado, evidentemente, com precisão quase matemática e didatismo ímpar.

Todavia, como visto no decorrer do capítulo, os aspectos de atenuação dos *paradoxos* cotidianos vão bem além da mera estética narrativa do *lead* jornalístico (tal como observado

no citado acidente de trânsito numa pacata rua do interior paulista) e dos demais recursos que colaboram para que as questões dissonantes da regularidade cotidiana sejam pautadas pela temporalidade factual e isoladas em sua singularidade (como visto acima nos recortes referentes à queda do voo 447). Nesse cenário, outro recurso comum no tratamento midiático das situações de *paradoxo* é a matematização do assunto por meio do uso de estatísticas e de gráficos que – a exemplo do recém-demonstrado esquadrinhamento do acontecimento noticioso pelo recurso da factualidade – disseminam um sentido de domesticação racional da complexidade em pauta. No próprio caso do acidente aéreo da *Air France*, dados estatísticos são incorporados às matérias como forma de inserção dos aspectos incógnitos do assunto em uma conjuntura prenunciável proporcionada pelo universo das probabilidades matemáticas:

Estatísticas aeronáuticas mostram que apenas 27,73% dos acidentes aéreos em todo o mundo ocorrem durante o voo, segundo o Bureau d'Archives des Accidents Aéronautiques, de Genebra, Suíça. Desses, 9,51% foram registrados quando os aviões estavam sobre o mar. O número de vítimas fatais em acidentes aéreos no mundo despencou nos últimos anos. Mas a América Latina segue com uma taxa de acidentes três vezes maior que a média mundial, segundo a Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata). A América Latina terminou 2008 como segundo pior índice de acidentes aéreos, 2,55 para cada milhão de voos. Só se sai melhor do que os países da ex-União Soviética (6,4). No mundo, o índice é de 0,81 acidentes a cada um milhão de voos.¹²⁰

Observada para além do exemplo acima descrito, nota-se que a matematização do discurso noticioso pode se vincular a situações ainda mais específicas. Nos demais recortes empíricos trabalhados no decorrer da tese, por exemplo, o uso de estatísticas e – sobretudo – de gráficos de linha atrela-se a uma tentativa particular de ilustração dos fenômenos sociais a partir de recursos explicativos legitimados pela calculabilidade científica. Assim, quanto mais *paradoxal* um assunto se desponta, mais recursos que possam esclarecer e diluir seus significados dissonantes são incorporados à pauta – até que, na iminência de um novo *paradoxo* sancionado pelos parâmetros de noticiabilidade do campo jornalístico, ele seja substituído e excluído (como se num movimento simbólico pudesse retornar à *doxa*), ainda que temporariamente, das páginas dos periódicos. Casos semelhantes, nesse sentido, são verificados no noticiário econômico nas coberturas do terremoto no Japão e da crise política na Líbia:

¹²⁰ “Um em cada dez acidentes em voo ocorre sobre o mar”. *O Estado de S. Paulo*, 02/06/2009, p. C2.

Figura 15 – Detalhe de gráfico “Mercado tenso” vinculado à matéria “Crise nuclear no Japão leva pânico às bolsas, mas ação do Fed limita perdas”



(Fonte: O Estado de S. Paulo, 16/03/2011, p. B1)

Figura 16 – Detalhe de gráfico “Alta do petróleo perde fôlego” vinculado à matéria “Arábia Saudita amplia produção e preço do petróleo sobe menos”



(Fonte: O Estado de S. Paulo, 26/02/2011, p. B6)

Para Alves de Souza (2011, p. 71-72), em estudo específico sobre a utilização das estatísticas pelo discurso noticioso, a “linguagem matemática” instituiu-se socialmente como uma “linguagem universal” na medida em que se integra à vida cotidiana e posiciona a “quantificação” como forma legitimada de entendimento e explicação racional da realidade. Segundo a autora, a presença em grande escala de dados quantitativos na mídia sugere que eles conferem às notícias uma “aura de verdade e de credibilidade” atrelada à premissa de que “os números não mentem jamais”:

Os números têm a função de retirar da matéria jornalística a sua “humanidade” dando a ela “consistência”, “precisão” e “racionalidade”. O jornalista se apropria do discurso estatístico e desta forma acredita que está garantindo a neutralidade e a objetividade da notícia. A natureza do discurso estatístico fica subvertida: de construção relativa do real, a real absolutizado, contra o qual não cabe contestação. Uma abstração de que toda interpretação humana da realidade é um recorte desta realidade, seja do leitor, do jornalista ou da pesquisa. A notícia é um discurso construído

sobre o real, por mais que se procure a objetividade deste discurso na razão, que no caso da matéria jornalística procura ser garantida pela Matemática e pela Estatística. (...) A primeira finalidade do uso da estatística e da matemática na mídia é a necessidade de síntese, na medida em que o número tem o poder de condensar a significação. A segunda principal finalidade da quantificação na mídia é transmitir mensagens inquestionáveis, por estarem baseadas na cientificidade matemática. O verdadeiro objetivo do número na mensagem jornalística é transmitir significações que vão além da quantidade. (ALVES DE SOUZA, 2011, p.78-79)

No interior dessa linha reflexiva, reconhece-se que a matematização da mensagem jornalística contribui para uma dinâmica mais abrangente de concessão de sentidos explicativos aos acontecimentos noticiosos – isto é, ela auxilia na redução dos aspectos *paradoxais* (aqueles aspectos que são desviantes da regularidade do senso comum) que os eventos noticiosos podem apresentar (tal como visualizado nos exemplos dos gráficos acima expostos). A utilização de dados matemáticos e de estatísticas como recursos argumentativos da narração jornalística, entretanto, somente encontra seu respaldo em outra dinâmica complementar já esboçada anteriormente: o emprego pelo jornalismo de “vozes atributivas” socialmente legitimadas – processo que é exteriorizado na interpretação dos *paradoxos* cotidianos por especialistas de diferentes áreas; os chamados *experts*.

De acordo com Koch (1990), a utilização dessas fontes jornalisticamente sancionadas ajuda a distanciar progressivamente a narrativa noticiosa dos eventos originais instituídos no plano fenomênico ao mesmo passo em que auxilia – ao lado dos demais recursos que remetem ao esquadrinhamento e à matematização dos fenômenos – na atribuição de um senso hegemônico de racionalidade e de cientificidade aos assuntos em pauta. Para o autor, uma das peculiaridades da atividade jornalística moderna é justamente o decréscimo do envolvimento dos repórteres com os casos noticiados e sua substituição por interpretações, investigações e versões provenientes de fontes oficiais e/ou socialmente legitimadas. Nesse contexto, os conceitos de “verdade” e de “imparcialidade” – concepções intangíveis, mas bastante caras ao paradigma da objetividade jornalística – acabam por se transformar em registros operacionais e diretos daquilo que determinados atores sociais têm a dizer em um determinado momento sobre o assunto que prende a atenção midiática (KOCH, 1990, p.101). Não se faz incomum, por esse vértice, que os *experts* sem envolvimento direto com os casos noticiados – portanto, propagados como detentores de uma “perspectiva externa” – recebam uma crescente importância na narrativa jornalística em detrimento dos próprios personagens diretamente relacionados com o ocorrido. A concepção de “objetividade jornalística”, nessa perspectiva,

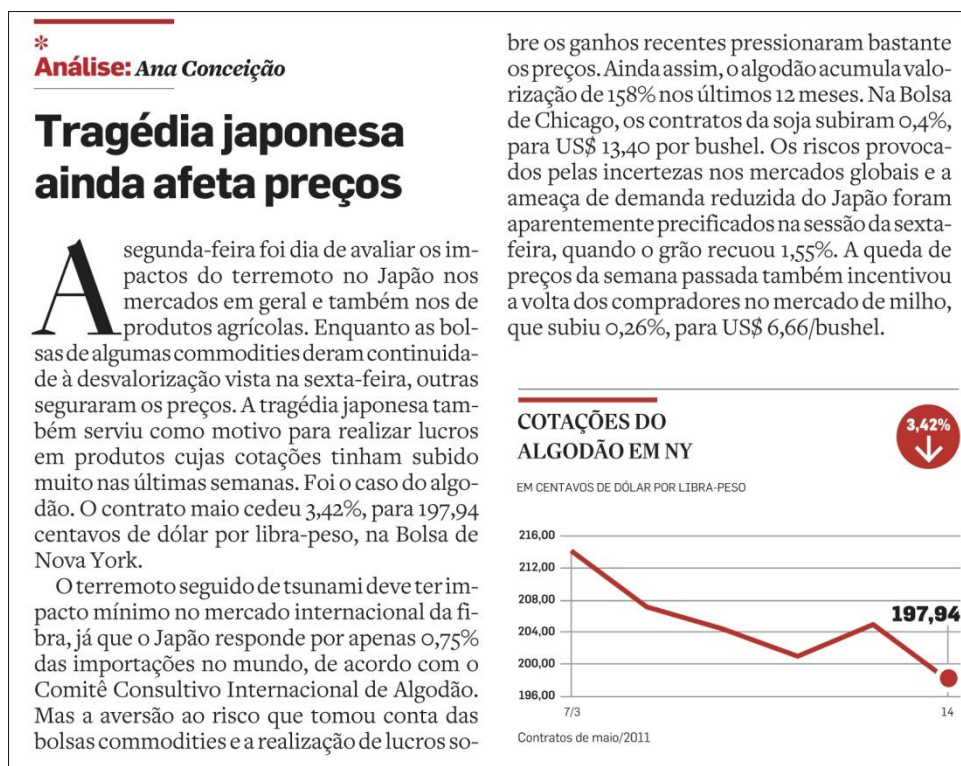
passa a ser substituída por uma descrição objetiva de abstratas versões oficiais e/ou oficiosas – e o resultado, “na linguagem de Barthes”, consiste na mudança entre “um signo aparente (o ‘evento-limite’) e uma mensagem social responsável por conotar significações de ‘competência oficial’, ‘vigilância jornalística’ e ‘preocupação burocrática’ com o acontecimento” (KOCH, 1990, p.107-108, tradução nossa)¹²¹.

Todos esses processos acima descritos, como visto no capítulo anterior, não são estanques e configuram elementos simbólicos complexos incorporados ao *habitus* do campo jornalístico (BOURDIEU, 1997). Conforme sublinha Koch (1990, p.149-150), devido ao modo como historicamente foram formatadas e difundidas as rotinas noticiosas profissionais no mundo ocidental¹²², os jornalistas em geral não possuem tempo nem bagagem técnica e teórica para compreender as especificidades de determinados assuntos. Recorrer a especialistas que não raro distanciam suas interpretações dos contextos originadores dos eventos noticiados passa a configurar mais do que uma mera necessidade imediata no desempenho das funções jornalísticas profissionais: constitui uma consolidada regra implícita compartilhada no interior do campo. Um típico exemplo desse modo de abordagem no contexto do jornalismo brasileiro se relaciona com as já citadas coberturas nos setores de “economia e negócios”. Verifica-se rotineiramente nessas áreas a transposição de interpretações dos eventos noticiosos originais por interpretações de eventos jornalísticos secundários pautados por “explicações racionais” e potencializados por estatísticas e opiniões técnicas de analistas. As duas análises a seguir, ambas veiculadas na seção de agronegócios do jornal *O Estado de S. Paulo* durante o período de cobertura do terremoto no Japão em 2011, ilustram a referida problemática:

¹²¹ Alguns exemplos são trabalhados pelo autor norte-americano. Explicita Koch (1990, p.109): aquelas notícias que citam ágeis oficiais de polícia demonstrando vigilância em suas investigações acabam por oferecer, em última instância, a ideia caução de que a polícia irá punir os culpados, proteger a sociedade e todo o sistema social. Trata-se de um signo transmutado de uma sensação de perigo e de ausência de leis para uma sensação de proteção policial e de afirmação social de segurança. Essa função desempenhada pela “voz autorizada” da polícia é, por sua vez, a mesma realizada pela posição de um médico especialista em um caso em que a solução de um *paradoxo* cotidiano se coloca sob os arautos da opinião científica – ou seja, ambas ajudam a disseminar um sentido de ordem cotidiana ao mesmo passo em que o mito da objetividade no jornalismo é mutuamente reforçado.

¹²² Principalmente pela concepção de *deadline* e pela ideia de que os repórteres são “especialistas em generalidades”.

Figura 17 – Reprodução do texto “Tragédia japonesa ainda afeta preços”



(Fonte: O Estado de S. Paulo, 15/03/2011, p. B9)

Figura 18 – Reprodução do texto “Preços retomam alta com alívio nuclear”



(Fonte: O Estado de S. Paulo, 18/03/2011, p. B14)

No primeiro caso, variações estatisticamente demonstradas no preço das *commodities* seguidas de um gráfico sobre as “cotações do algodão em New York” servem de instrumento para potencializar a análise sobre os efeitos do *paradoxo* japonês no plano econômico. Nota-se, nessa circunstância, que o terremoto em si (enquanto desastre natural instituído no plano fenomênico) é sucedido na pauta do noticiário econômico por seus efeitos secundários – “os riscos provocados pelas incertezas nos mercados globais” – e especialmente pela interpretação técnica de tais efeitos na perspectiva de uma fonte especializada no setor. Mais tarde, a mesma modalidade de dados – dessa vez ao lado de um gráfico a respeito das “cotações do trigo em Chicago” – é utilizada para redesenhar o cenário e apontar para a dissolução dos outrora dissonantes efeitos do abalo sísmico na economia internacional. Constata-se, dessa forma, que a atribuição de explicações racionalizadas destinadas às inúmeras reverberações possíveis por fontes jornalisticamente legitimadas contribui para a disseminação de um sentido de acesso controlado aos aspectos *paradoxais* do fenômeno original.

No interior da conjuntura apresentada, todavia, a propagação de um modelo alternativo de “fazer jornalismo” – eventualmente menos vinculado às “vozes atributivas” e mais próximo de uma interpretação levada a cabo pelos próprios “analistas do dia”¹²³ – não se restringe a uma mera questão de preparo teórico-técnico ou de tempo destinado à cobertura de cada evento: mais do que isso, como argumenta Robert Darnton (1990), trata-se da difusão social de um modo de narrar o mundo já emaranhado historicamente em padrões culturais mais abrangentes. De acordo com o modelo hegemônico no qual o jornalismo ocidental molda-se desde o final do século XIX (SCHUDSON, 1978), a fuga da clássica fórmula de encadeamento dos acontecimentos jornalísticos como acontecimentos singulares e muitas vezes precariamente relacionados com seus contextos fundacionais é apresentada no interior das regras do campo como a “maneira não adequada” de reportar objetivamente uma notícia (KOCH, 1990, p.151). De modo contrário, a descrição jornalística e “objetiva” de um evento singular é geralmente transformada em um significante socialmente aceito, suportando uma significação culturalmente respaldada. A alternância nos níveis de significação entre os chamados “eventos-limite” e os “eventos jornalísticos” descrita no capítulo anterior remete, nesse panorama, a uma estética narrativa desenvolvida para responder a necessidades culturais, sociais e informacionais. Numa perspectiva barthesiana, trata-se da transmutação dos “eventos-limite” para sequências categorizadas de informação, sem dualismos ou

¹²³ Etimologicamente, o termo “jornalista” significa “analista de um dia”. O termo é problematizado por Ignacio Ramonet na forma de uma crítica ao “jornalismo instantaneísta” que ganha corpo na entrada do século XXI. Para detalhes, ver: Ramonet (2004, p.74).

ambiguidades, que acaba por enfatizar o significado mais amplo de uma “força de coesão” na sociedade (KOCH, 1990, p. 167) – ou seja, os eventos dotados de noticiabilidade são interpretados como fatos descontínuos e singulares em uma sociedade caracterizada por um cenário hegemônico de equilíbrio e autossuficiência. Discorre Koch (1990) a esse respeito:

Não interessa se um jornal escreve sobre um oficial de polícia corrupto, um julgamento de jogos de azar, congressistas corruptíveis, oficiais venenosos ou altas taxas de crimes e contravenções de um presidente. Em todas essas histórias a significação permanece constante. Em cada oportunidade em que a conduta ilegal for descoberta, o evento isolado irá ser afirmado como uma narrativa de gramática própria, quando não única; e o resultado desse processo – as vozes oficiais podem afirmar – será o de que a “maçã podre” foi posta em uma “boa cesta” de oficiais engajados em sua solução. (KOCH, 1990, p. 176, tradução nossa).

Nas tramas dessas relações de significação, uma vez mais, reveste-se de pertinência a construção da ideia de “objetividade” no jornalismo: cada evento singular é descrito como se fosse um evento único e isolado – e, por consequência, um *paradoxo* cotidiano distinto a ser esquadrihado e esclarecido. Na prática, a ausência de uma voz particular (em primeira pessoa) na descrição dos eventos jornalísticos que caracteriza o padrão estético-expressivo da narrativa noticiosa ajuda a disseminar um sentido de objetivação que, de maneira geral, não ultrapassa a fronteira da “singularidade dos fatos”. Esse “senso de objetividade”, por seu turno, recobre-se de potencialidade pelo fato de o modo de narrar em terceira pessoa típico da estética jornalística privilegiar em sua essência apenas quatro das clássicas questões do *lead* noticioso – “o que”, “quem”, “quando” e “onde” –, relegando as demais perguntas – “por que” e “como”, que endereçam à concessão de um sentido explicativo ao fenômeno em pauta – aos cuidados de versões provenientes de fontes hegemônicas e socialmente sancionadas (KOCH, 1990, p.170). Esse raciocínio, no contexto desta tese, representa outra chave-explicativa para a complexa dinâmica de reprodução de um padrão cultural hegemônico de racionalidade instrumental no plano estético-expressivo da práxis noticiosa. Já a repercussão desse padrão narrativo no jornalismo moderno responde precisamente por uma inflexão que favorece versões oficiais e visões tecnocratas a respeito dos acontecimentos noticiáveis e, em última análise, das próprias relações sociais que atribuem sentido à vida cotidiana.

Nessa direção, uma das mais consistentes considerações que podem ser extraídas do debate é a validação da relação de proporção direta entre a complexidade do *paradoxo* cotidiano pautado pelo jornalismo e a demanda de recursos argumentativos envolvidos na concessão de um significado explicativo legitimado pela comunidade de sentido na qual o

veículo se insere. Encaixa-se nessa lógica o distanciamento proporcionado pela atividade jornalística entre a narração do fato originador da notícia no plano fenomênico e as inúmeras reverberações possíveis oriundas das mais diversas modalidades de eventos atributivos a ele relacionados – dinâmica que possibilita a concessão de explicações aos eventos em pauta dentro de determinadas convenções culturais. Assim, quanto maior a complexidade do fenômeno que rompe com a regularidade cotidiana de um dado grupo social, maior também será o volume de eventos atributivos utilizados na cobertura (novas investigações e descobertas que possam esclarecer o caso, entrevistas com estudiosos da temática sobre os efeitos em uma determinada área, opiniões de *experts* que tentam explicar o ocorrido no interior de contextos específicos; enfim, reverberações nos mais distintos planos) até que o acontecimento jornalístico possa deixar as páginas da mídia ali situada e ser substituído por outro evento de caráter então mais *paradoxal*.

Operacionalmente, um dos sintomas que ilustram essa dinâmica simbólica de diluição dos *paradoxos* cotidianos e de devolução deles à *doxa* consiste na disseminação de um efeito de sentido – espécie de chancela no campo simbólico – que remete à ideia de “caso encerrado”. Conforme frisa Koch (1990, p.101), existe no campo jornalístico o pressuposto intrínseco de que um caso noticiado é considerado terminado após a chegada a essa conclusão por uma voz socialmente sancionada – um perito, um árbitro, um cientista, um legista; em suma, uma voz autorizada e legitimada em uma determinada área do conhecimento –, muito embora esse ator social possa localizar-se no plano pragmático distante do evento que motivou a atenção jornalística. Não se trata, todavia, de uma relação simplista de autoridade – ou de autoritarismo – levada a cabo no plano simbólico. Como mencionado anteriormente, esse processo de racionalização e de atenuação dos *paradoxos* cotidianos registrado pela narração jornalística demanda tempo e, sobretudo, uma diversidade de recursos argumentativos relacionados ao grau de complexidade ali localizado. Além disso, por se tratar de uma construção cultural, a fronteira que demarca a diferença entre os estatutos de um *paradoxo* “à flor da pele” e de outro uma vez atenuado e “encerrado” se faz por vezes tênue e por outras permeável, o que leva determinados assuntos a retornar de tempos em tempos às pautas jornalísticas – fenômeno que pode ser observado nas reverberações dos próprios recortes empíricos trabalhados no decorrer deste estudo.

No caso da atleta Caster Senemya (*Capítulo II*), por exemplo, o *paradoxo* volta à tona em agosto de 2012, exatamente três anos após sua ocorrência original (desta vez recuperado pela conquista da medalha de prata pela jovem sul-africana nas Olimpíadas de Londres). No

entanto, embora seja revestido por um “fato novo”, a cobertura explicita a ancoragem que possui na problemática original:

Com seu gênero questionado por anos, a sul-africana Caster Senemya, 21, ganhou a medalha de prata nos 800 m. A prova foi vencida pela russa Marya Savinova, com o tempo de 1m56s19, marca que foi 1s04 mais baixa do que a da corredora africana. Após vencer o campeonato mundial, em 2009, Senemya passou a ter seu gênero questionado pela IAAF (Associação Internacional de Atletismo). Foi submetida a exames, inclusive ginecológicos, e foi impedida de competir por um ano, até que foi liberada para competir a partir de 2010, precisando provar ser mulher. Obteve o melhor tempo nas eliminatórias dos 800 m na Olimpíada. Agora há pouco, correu quase o tempo inteiro em último. Sua arrancada foi nos últimos 200 m e no final da prova conseguiu a última ultrapassagem que a levou à prata. (grifos nossos)¹²⁴

Dinâmica semelhante ocorre com o caso do terremoto que aflige o Japão no início de 2011 (*Capítulos IV e V*). Como visto anteriormente, com a propagada redução do risco de uma tragédia nuclear de proporções mais amplas, constata-se uma clara diminuição na incidência do assunto nas pautas jornalísticas. Em julho de 2012, quinze meses após o episódio original, entretanto, um estudo da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, reaviva a atenção midiática direcionada ao assunto a partir de um novo levantamento sobre os efeitos da radiação atômica em Fukushima – epicentro do abalo sísmico. A matéria abaixo, distribuída no Brasil pela *Agência Estado* e publicada no portal de notícias *UOL* (pertencente ao *Grupo Folha*), representa um exemplo típico de recorte factual do assunto e da posterior concessão – a partir do uso de estatísticas e de argumentos de “*experts*” – de um sentido de racionalização ao *paradoxo* em questão. Na prática, o texto jornalístico ajuda a aparar as arestas mais afiadas dos efeitos incógnitos do terremoto no mundo ocidental; isto é, embora na região do abalo sísmico a divulgação da trágica estatística auxilie na radicalização de seu sentido *paradoxal*, por outro lado, ao apresentar a explicação de um especialista sobre a baixa probabilidade de a radiação vitimar pessoas fora do continente asiático, a abordagem noticiosa acaba por potencializar um “senso de conforto” viabilizado pela configuração de um contrato comunicativo específico estabelecido com os enunciatários do Ocidente – aspecto que pode ser verificado no argumento de que a estimativa “serve apenas para ‘administrar o medo’ em outros países”:

¹²⁴ “Sul-africana que precisou provar ser mulher é prata nos 800 m”. *Folha de S. Paulo*, 12/08/2012.

Contrariando avaliações de que o acidente nuclear de Fukushima não afetaria a saúde da população local, pesquisadores da Universidade de Stanford concluíram que entre 24 e 2.500 pessoas provavelmente desenvolverão câncer pelo contato com o material radioativo vazado no desastre. Além disso, entre 15 e 1.300 pessoas podem morrer prematuramente em decorrência da doença. A grande maioria dos casos ficará concentrada no Japão, com poucas ocorrências previstas no restante da Ásia e na América do Norte. Para John Ten Hoeve, pesquisador do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental de Stanford, o número de casos no resto do mundo é relativamente baixo e a estimativa serve apenas para "administrar o medo em outros países de que o desastre possa ter tido um alcance mundial".¹²⁵

Algumas últimas inferências podem ser abstraídas da conjuntura exposta. Nos parâmetros das reflexões de Clifford Geertz (2007) mencionadas na tese (*Capítulo II*), a concepção de *doxa* sintetiza-se como um conjunto de “sistemas esquematizados e organizados de pensamento e ação” oriundos de um “emaranhado de práticas herdadas, crenças aceitas, juízos habituais e emoções inatas” (GEERTZ, 2007, p.112). Dada a complexidade da definição, a ideia de “retorno” – de “devolução” de um *paradoxo* – aos sentidos consensuais da *doxa* exige, como visto acima, uma multifacetada dinâmica levada a cabo no plano simbólico. No interior dessa dinâmica, além dos recursos e das ferramentas voltadas à produção de efeitos de sentido discutidas no decorrer deste capítulo, faz-se também necessário sublinhar a pertinência dos distintos contratos comunicativos que se estabelecem nos processos de identificação e de concessão de sentidos explicativos aos *paradoxos* cotidianos. Assim, uma vez recuperada a interpretação de Patrick Charaudeau (2003) de que o processo de transformação dos acontecimentos jornalísticos (a passagem de um “mundo a significar” constituído pelos acontecimentos brutos no plano fenomênico a um “mundo significado” formatado pela construção de sentidos pelo discurso mediatizado) rege-se por um processo de transação (pelos sentidos compartilhados entre enunciadores e enunciatários), entende-se que no seio de contratos comunicativos distintos, a atenuação – a identificação, o esquadrinhamento e a posterior diluição – dos *paradoxos* cotidianos ali situados se dará de forma também diferenciada.

Os versos, finalmente, voltam ao debate: “fim da tempestade, o sol nascerá”. A passagem da “tempestade” a “bonança”, portanto, mais do que remeter a qualquer misticismo na resolução dos problemas cotidianos pela fé ou pela constância quase mágica dos ciclos da natureza, diz respeito, na metáfora da sociabilidade moderna, a um padrão hegemônico de regularidade que se origina a partir de um modo de racionalidade substancialmente

¹²⁵ “Radiação de Fukushima pode matar até 1.300 pessoas”. *Portal UOL*, 18/07/2012.

instrumental. A narrativa noticiosa, por seu turno, encontra nesse padrão cultural um terreno fértil para disseminar-se ao mesmo passo em que transcodifica seus sentidos mais operacionais de “domesticação do acaso” e de “racionalização da existência” (LUKÁCS, 2010; MORETTI, 2003; BIRMAN, 2010). As notícias, nessa conjuntura, vão e vêm em uma dinâmica bastante singular e complexa. Não basta, dessa forma, retomar a clássica questão que historicamente pauta os estudos teóricos do jornalismo – “por que os acontecimentos se tornam notícia?” –, mas, ainda além, convém entender com a mesma ênfase o que leva tais eventos cotidianos, num processo cíclico de substituição, a deixar as pautas da mídia. Compreende-se que somente assim – e esta é uma das principais contribuições pretendidas pela presente tese – se enriquecerá conceitualmente outra pergunta já clássica que se faz ainda mais pertinente no cenário acadêmico: por que as notícias, de fato, são como são?

III – Sistematização

CAPÍTULO VI – JORNALISMO, RACIONALIDADE E SENSO COMUM: UM MODELO TEÓRICO-CONCEITUAL PARA A RELAÇÃO ENTRE A SELEÇÃO DE NOTÍCIAS E A CONSTRUÇÃO CULTURAL DA REGULARIDADE COTIDIANA

*Hay dias que no sé lo que me pasa
Eu abro meu Neruda e apago o sol
Misturo poesia com cachaça
e acabo discutindo futebol*

*Acordo de manhã, pão com manteiga
e muito, muito sangue no jornal
então a criançada toda chega
e chego a achar Herodes natural*

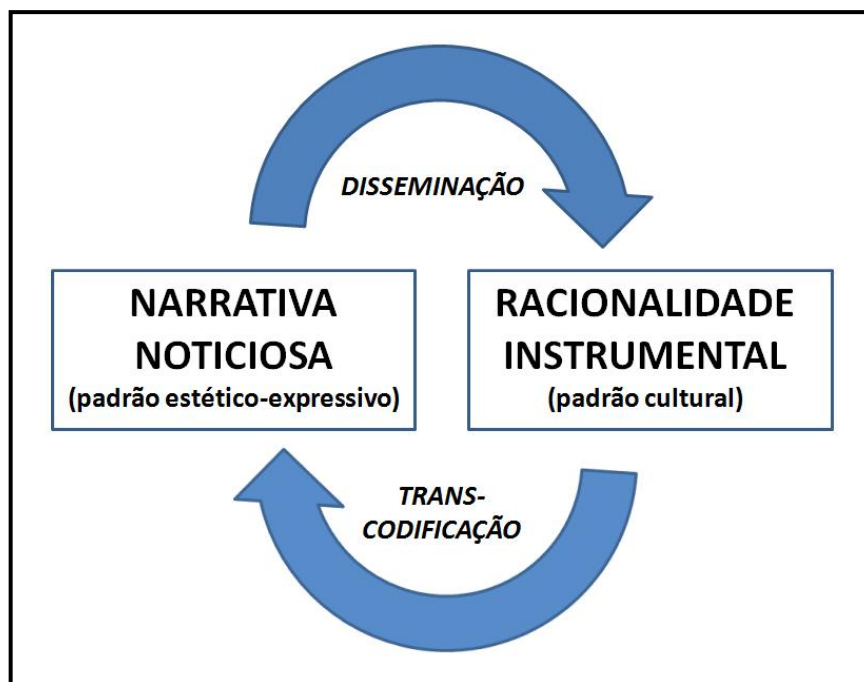
*Aos sábados, em casa, tomo um porre
e sonho soluções fenomenais
mas quando o sono vem e a noite morre
o dia conta histórias sempre iguais*

*Mas não tem nada, não
tenho meu violão.*

(Cotidiano n.º 2 – Vinícius de Moraes e Toquinho)

Da mesma forma como Herbert Gans (2004) sugere o envolvimento de duas etapas básicas – a *disponibilidade* e a *adequação* – na dinâmica de seleção noticiosa (*Capítulo IV*), a construção da narrativa jornalística, numa leitura ampliada para o fenômeno, também pode ser dimensionada pela abrangência que estabelece de dois processos complementares enraizados no plano simbólico: a caracterização dos *paradoxos* cotidianos a partir dos critérios de noticiabilidade e a instituição de uma narração que possa dissolver seus aspectos mais dissonantes para além da imediaticidade dos fatos. Assim se constitui, pois, como debatido nos capítulos precedentes, a disseminação da narrativa noticiosa encontra respaldo no padrão de regularidade que configura a experiência cotidiana na modernidade. Trata-se, portanto, de um processo circular que envolve a transcodificação e a difusão pelo modo de narrar do jornalismo dos parâmetros de racionalidade que pautam a sociabilidade moderna – conforme ilustra o diagrama abaixo:

Figura 19 – Representação gráfica das relações de transcodificação e de disseminação do padrão de racionalidade instrumental pela narrativa noticiosa



(Fonte: Diagrama elaborado livremente para finalidade deste trabalho)

Tal como poetiza a canção de Vinícius de Moraes e Toquinho destacada na epígrafe acima, o significado ordinário da vida moderna encontra sua ressonância exatamente no sentido corriqueiro da cotidianidade – “o dia conta histórias sempre iguais”, salientam os compositores. A narração noticiosa, nessa conjuntura, estabelece-se como uma narrativa típica do modo cotidiano de vida na modernidade – regular, racional e instrumental –, contribuindo para a propagação de um traço cultural de ordenamento dos sentidos mais *paradoxais* contidos na experiência do dia-a-dia; ou seja, constitui uma forma de narrar o mundo que ganha propósito com o rompimento das expectativas ordinárias do senso comum.

De que maneira, entretanto, as relações entre a prática jornalística e a construção cultural da regularidade cotidiana se operacionalizam no plano narrativo? A resposta, conforme revela as discussões estabelecidas nos *Capítulos IV e V*, não é simples e envolve uma série de componentes simbólicos e recursos narrativos que transpassam o plano do conteúdo e recaem sobre a própria estética da narração noticiosa. Em síntese, os acontecimentos dotados de noticiabilidade são compreendidos como elementos rompedores de uma ordem simbólica instituída no senso comum ao passo em que a narrativa jornalística,

por meio dos padrões culturais de racionalidade e de regularidade que transcodifica, é tomada como uma instância atenuadora dessas “bifurcações”¹²⁶ presentes na vida cotidiana.

Nesse contexto, como forma de sistematização do debate, uma metáfora de natureza rítmica ganha corpo e encontra legitimidade na constituição de um modelo interpretativo para a tríade entre o jornalismo, a racionalidade e o senso comum. Isto é, uma vez considerada a premissa teórica de que tanto a seleção dos acontecimentos noticiosos quanto a disseminação da narrativa jornalística constituem processos intrinsecamente relacionados a um padrão cultural de regularidade, poucas metáforas fazem-se mais adequadas do que um instrumento utilizado historicamente para demarcar o ritmo da sociedade capitalista: o pêndulo, mecanismo que assegura a introdução da ideia de regularidade – oriunda da concepção circular de tempo – no interior da linearidade proporcionada pelas rotinas produtivas do capitalismo. É sobre a construção de um modelo teórico-conceitual com base nessa pertinente analogia rítmica que a discussão se inclina a partir de agora.

1. Jornalismo, *doxa* e *paradoxos* cotidianos: uma metáfora pendular

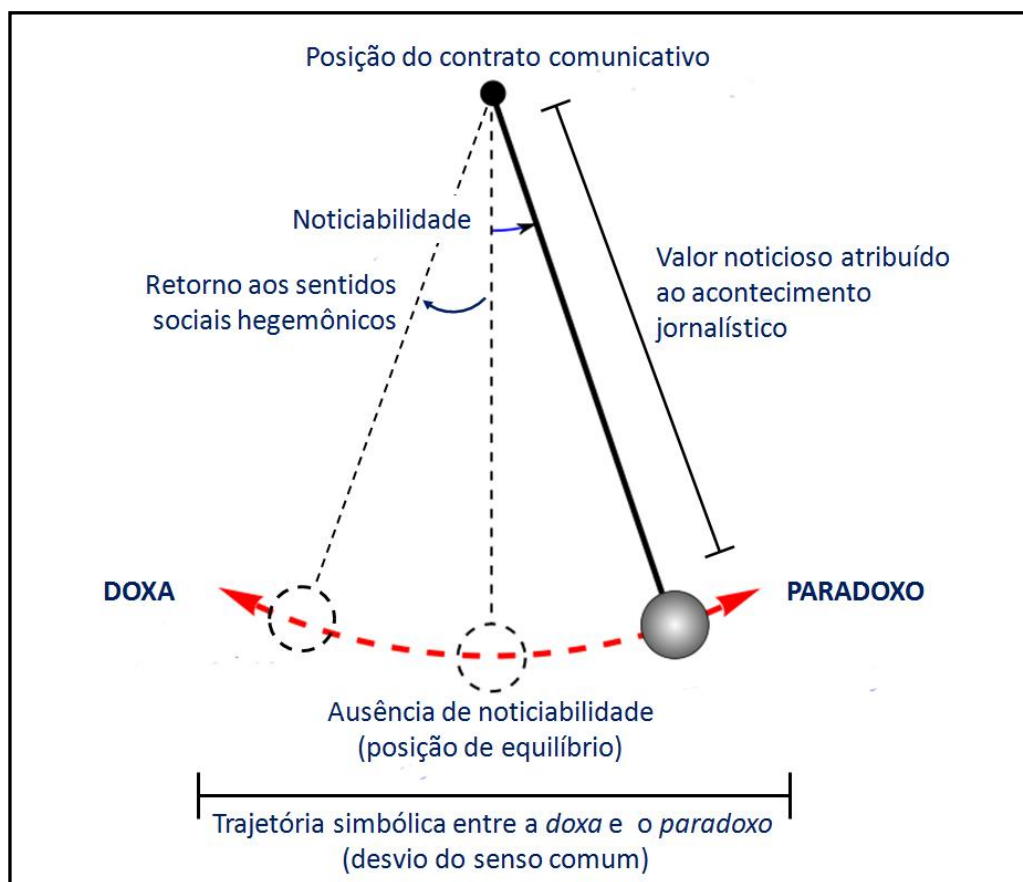
Historicamente, diferentes analogias e modelos explicativos têm sido empreendidos nos estudos sobre o jornalismo para ilustrar os processos de seleção das notícias e de construção da narrativa noticiosa. Entre os mais clássicos desses modelos situam-se a “pirâmide invertida” e a famosa analogia do *gatekeeper* (“porteiro”, em inglês), decorrências diretas dos paradigmas da imparcialidade e da objetividade que ganham relevância no jornalismo ocidental no século XX – ambos citados em suas especificidades no decorrer deste estudo. Com o inevitável avanço histórico das discussões teórico-conceituais, todavia, novas e mais complexas metáforas são instituídas no âmbito acadêmico. No campo das análises linguísticas aplicadas aos produtos midiáticos, por exemplo, o teórico francês Patrick Charaudeau (2003) utiliza a complexa metáfora de uma “máquina” para elucidar as diversas etapas de construção e de viabilização dos “contratos comunicativos” entre enunciadores e enunciatários. Já no caso particular das reflexões brasileiras sobre a atividade jornalística, um dos mais emblemáticos modelos metafóricos consiste naquele sugerido por Adelmo Genro Filho (2012) ao desconstruir a clássica analogia da pirâmide invertida e desvelar seu “segredo

¹²⁶ O termo é aqui adaptado a partir das reflexões de Franco Moretti (2003) sobre o campo literário. O autor utiliza a ideia de “bifurcação” em sua análise dos romances europeus da segunda metade do século XIX. Conceitualmente, no campo literário, as “bifurcações” podem ser entendidas como possíveis desdobramentos da trama, ou seja, os ápices e pontos de clímax encontrados no decorrer da narrativa – o beijo, a morte, a prisão, a sanção, etc. Elas se operacionalizam no plano narrativo em oposição aos “enchimentos”. Por sua vez, como o próprio nome sugere, os enchimentos consistem naquilo que acontece entre uma mudança e outra – trata-se, portanto, dos espaços de preenchimento da narrativa entre as bifurcações.

da pirâmide” com base nas relações instituídas entre os conceitos de “singularidade” e de “universalidade” das notícias.

Não obstante, a despeito da pertinência dos modelos metafóricos citados, o percurso argumentativo percorrido até este ponto sugere que as relações entre o jornalismo e as concepções de senso comum e de *paradoxos* cotidianos podem ser inseridas em outro quadro interpretativo peculiar. Reconhece-se, nesse sentido, a validade da analogia proposta por Muniz Sodré entre a prática jornalística e a pontuação rítmica de uma composição musical. Detalha o autor: “os microaspectos do fato, como as notas, fluem ritmicamente dentro de uma ‘métrica’, que é a temporalidade marcada como ‘o cotidiano’” (SODRÉ, 2009, p.92). Por sua vez, essa pontuação rítmica possui intervalos cíclicos diferenciados, o que leva toda notícia a ter “um ciclo cuja duração varia, na prática, de acordo com o valor jornalisticamente atribuído ao fato” (SODRÉ, 2009, p.94). Tal relação metafórica proposta por Sodré possibilita, na concepção desta tese, a elaboração de uma nova metáfora, de analogia cinética, baseada num movimento pendular instituído no plano simbólico; em outros termos, ao passo em que depende dos *paradoxos* cotidianos (traduzidos em eventos dotados de valores noticiosos) para construir sua estrutura narrativa, a atividade jornalística também se estabelece como uma prática cultural essencial para a instituição da regularidade cotidiana. Ou seja, ao transcodificar e, ao mesmo tempo, disseminar padrões culturais de racionalidade, frutos da experiência moderna, o jornalismo – atividade social inscrita no senso comum – colabora para um processo de atenuação dos sentidos *paradoxais* da vida cotidiana, racionalizando-os e devolvendo-os à ordem simbólica consensual, conforme ilustra o modelo gráfico a seguir:

Figura 20 – Modelo gráfico para relação entre jornalismo, *doxa* e *paradoxo*¹²⁷



(Fonte: Diagrama elaborado livremente para finalidade deste trabalho)

Cada elemento do pêndulo possui seu sentido metafórico; a saber:

- **Posição do contrato comunicativo:** Como ressaltado até aqui, as concepções de *doxa* e, conseqüentemente, de *paradoxo* constituem construções eminentemente culturais. Isto é, os parâmetros que caracterizam as circunstâncias de “senso comum” em um determinado grupo social ou recorte socio-histórico podem não necessariamente ser os mesmos em outros grupos ou situações sociais. Tais relações, outrora debatidas, vinculam-se também ao conceito de “contrato comunicativo” e ao local de operacionalização que este institui no sistema social. Nos termos de Patrick Charaudeau (2003), a passagem de um acontecimento bruto e interpretado pelo enunciador a um acontecimento construído como notícia e

¹²⁷ Este modelo metafórico foi substancialmente aprimorado durante o período de realização de estágio-sanduíche na Syracuse University, nos Estados Unidos. Registra-se, dessa forma, o agradecimento às opiniões e aos comentários emitidos sobre o modelo pelos pesquisadores do grupo de pesquisa em Teoria do Jornalismo da Cátedra John Ben Snow, sediada na instituição.

intercambiado pelo enunciatário rege-se por processos complementares de transformação (entre algo a significar no plano fenomênico a algo significado no plano simbólico) e de transação (entre os dois polos da cadeia comunicativa – enunciadores e enunciatários), sempre em consonância com a transição dinâmica também estabelecida entre os planos macro e microssociais (*Capítulo 4*). Em outras palavras, no entendimento das trocas simbólicas que se estabelecem em uma ação comunicativa, entende-se que “os atributos decorrentes das posições macrossociais ocupadas pelos sujeitos só tornam-se relevantes em articulação com as circunstâncias microssociais”; além disso, faz-se necessário que “esses atributos sejam reconhecidos pelos sujeitos destinatários para que eles se tornem operantes” (NOGUEIRA, 2004, p.4). Ou seja, para valer-se da metáfora mencionada, a posição de fixação do pêndulo nos sistemas semi-discursivo e social reveste-se de pertinência na compreensão das concepções de *doxa* e *paradoxo* então instituídas e, em última instância, do diálogo entre a narrativa noticiosa e a construção cultural da regularidade cotidiana.

- **Noticiabilidade:** A concepção de noticiabilidade, como comprova a longa discussão levada à tona no *Capítulo I*, possui natureza complexa. Quando observada por uma ótica histórica, a concepção é compreendida a partir de um padrão clássico de “desvio” – em suma, parte-se do entendimento de que um acontecimento para se tornar noticiável deve violar uma norma moral ou probabilística. Ao menos dois estudos realizados em épocas distintas podem ser encarados como representativos desse modo de abordagem: a tese seiscentista *De Relationibus Novellis*, do erudito alemão Tobias Peucer (2000), e a tipologia de inspiração matemática elaborada pelos pesquisadores dinamarqueses Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (1965). Com o passar do tempo, entretanto, o conceito de noticiabilidade passa por uma série de refinamentos que permitem atrelar a ele novas diferenciações. Herbert Gans (1979), por exemplo, vincula a eventual existência de critérios norteadores da atividade noticiosa aos valores de natureza ideológica que são partilhados pelos jornalistas. Mauro Wolf (2003) e Nelson Traquina (2009), por seu turno, destacam que os valores envolvidos na seleção das notícias estão presentes no decorrer de toda a dinâmica de produção noticiosa: da escolha dos eventos noticiáveis à construção de sua narrativa. Já

Pamela Shoemaker (1996), além dos diferentes aspectos de “desvio” (probabilístico, normativo e de mudança social), incorpora à concepção de noticiabilidade outras dimensões que remetem à concepção de “significância social” (o significado político, o significado cultural, o significado econômico e o significado público), também adicionando a elas a noção de “complexidade” (a combinação das referidas dimensões de desvio e de significância social como características de um determinado acontecimento) (SHOEMAKER & COHEN, 2006). Apesar desses representativos aprimoramentos teórico-conceituais, no entanto, busca-se na conjuntura desta tese um entendimento do conceito de notícia como uma “narrativa híbrida” que permeia ao mesmo passo a singularidade dos acontecimentos jornalísticos e os parâmetros simbólicos da vida cotidiana (FARO, 2011). Dessa forma, a concepção de noticiabilidade passa a ser compreendida em paralelo à ideia de *paradoxo* cotidiano. De modo mais específico, ou seja, nos termos do modelo gráfico do pêndulo noticioso apresentado acima, a noticiabilidade passa a configurar a “amplitude” do ângulo que determina a distância entre a *doxa* e seu desvio *paradoxal*. Por conseguinte, pode-se deduzir que quanto mais *paradoxal* (desviante da regularidade do senso comum) um evento se apresenta, mais aspectos de noticiabilidade ele eventualmente terá. Já a ausência da noticiabilidade é representada graficamente como a não existência de qualquer desvio da regularidade cotidiana.

- **Valor noticioso atribuído ao acontecimento jornalístico:** Todo evento dotado de certo grau de noticiabilidade recebe, em geral, um valor noticioso que determina seu posicionamento nas páginas da mídia. Num vértice pragmático, tal valoração pode ser traduzida em três aspectos verificáveis no plano empírico: a proeminência jornalística do acontecimento (o volume de itens noticiosos, o espaço físico que eles ocupam e suas posições hierárquicas nos veículos de comunicação), as fontes utilizadas (o volume de especialistas citados, o espaço destinado a eles na concessão de um sentido explicativo ao acontecimento noticioso e o grau de racionalidade imbricado nas opiniões desses *experts*) e os eventos atributivos relacionados ao acontecimento em pauta (o volume de eventos secundários que reverberam a complexidade do *paradoxo* para além de seus significados dissonantes iniciais). Não se trata, entretanto, de uma mera questão numérica.

Embora possa ser quantificado em determinadas ocasiões, o capital que se coloca em jogo no estabelecimento desse valor noticioso é essencialmente simbólico. Daí a pertinência de sua compreensão em sintonia com um quadro teórico-conceitual bourdieusiano (*Capítulo IV*). No interior da metáfora pendular, o “valor noticioso atribuído ao acontecimento jornalístico” passa então a representar o comprimento do pêndulo. Dessa maneira, em combinação com a amplitude do ângulo que ilustra a “noticiabilidade”, resulta na caracterização da “trajetória simbólica entre a *doxa* e o *paradoxo*”.

- **Retorno aos sentidos sociais hegemônicos:** Também relacionado aos itens anteriormente explorados, a ideia de “retorno aos sentidos sociais hegemônicos” remete diretamente às dinâmicas de atribuição de sentidos explicativos aos *paradoxos* cotidianos em pauta (*Capítulo V*). São elas: a segmentação pelo jornalismo da realidade em unidades funcionais e independentes, o reconhecimento do factual como dimensão temporal apropriada para a resolução dos problemas cotidianos, a legitimação das fontes jornalísticas com base em um pano de fundo hegemônico emaranhado na vida cotidiana e o estabelecimento de diferentes níveis de produção de sentido a partir de eventos secundários que ajudam a diluir o caráter *paradoxal* do acontecimento noticioso original. Trata-se, em suma, de um processo de atenuação dos sentidos que são dissonantes da *doxa* e do retorno que tal movimento simbólico proporciona à regularidade cotidiana. Graficamente, diz respeito a um ângulo idêntico – porém oposto – àquele metaforizado no pêndulo pela concepção de *noticiabilidade*. Nesse cenário, auxilia na elucidação da dinâmica que leva um determinado acontecimento a deixar as páginas da mídia e ser substituído por outro ao incorporar um sentido explicativo hegemônico e ser destituído de sua condição de *paradoxo*.
- **Trajecória simbólica entre a *doxa* e o *paradoxo*:** O movimento simbólico entre a *doxa* e seu desvio *paradoxal* consiste metaforicamente no deslocamento total realizado pelo pêndulo. Em outras palavras, remete ao desvio que um acontecimento institui na regularidade do senso comum e a seu retorno a partir da atribuição pela narração noticiosa de um sentido explicativo. Determinada pela combinação entre o grau de *noticiabilidade* de um evento (o ângulo do pêndulo no

modelo gráfico) e o valor noticioso por ele recebido (o comprimento da haste), essa trajetória, embora simbólica, condiz com a própria duração pragmática da cobertura jornalística. Metaforicamente, a trajetória do pêndulo pode ser completada independentemente do decalque que o *paradoxo* cotidiano institui no plano pragmático. Assim, ao produzir potenciais efeitos de sentido para além de seus efeitos de realidade (GOMES, 2009), um acontecimento jornalístico pode atingir um novo estatuto simbólico sem que se altere, evidentemente, seu estado no plano fenomênico (um acidente aéreo, por exemplo, pode ter seus sentidos *paradoxais* atenuados a partir do desvelamento de suas causas e assim deixar as páginas da mídia, mas essa atenuação não alterará em nada seus efeitos de realidade – destroços, mortes, etc. – no plano pragmático). De todo modo, esses mesmos efeitos de sentido proporcionados pelas notícias passarão a constituir novos efeitos de realidade. A trajetória entre *doxa* e *paradoxo* – e vice-versa –, portanto, consiste no movimento rítmico que proporciona o sentido de ordenamento típico do padrão cultural moderno de regularidade cotidiana.

Sugere-se que a pertinência da metáfora do pêndulo localiza-se justamente na ilustração que permite das duas etapas do processo de construção da narração noticiosa: a caracterização dos *paradoxos* cotidianos como eventos noticiáveis e a atenuação dos mesmos pelos recursos narrativos do jornalismo. Alguns elementos ajudam a didatizar o debate. Tome-se, nessa direção, as duas figuras a seguir, criações bem-humoradas do cartunista norte-americano Bob Thaves, que auxiliam na concessão de um aspecto ilustrativo ao movimento rítmico instituído pelo modelo pendular proposto:

Figuras 21 e 22 – Frank e Ernest, de Bob Thaves: reprodução de cartuns





(Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 11/03/2011, p. D4; 29/03/2011, p. D3)

Um olhar atento aos personagens *Frank* e *Ernest* nas duas situações apresentadas possibilita algumas reflexões pertinentes. Em primeiro lugar, se entendida para além dos limites denotados no próprio cartum, a afirmação presente na tira inicial – “O mundo não vai acabar amanhã” caracterizada como manchete jornalística – preenche-se de caráter cômico notadamente pela carnavalização que proporciona na relação simbólica entre as concepções de *doxa* e *paradoxo*. Ou seja, ao materializar-se como manifestação típica da regularidade cotidiana (já que, evidentemente, a tendência consensual é a de que o mundo não irá acabar amanhã), a manchete em forma de anedota coloca em relevo o outro lado da relação: o de que os critérios de noticiabilidade, por assim se constituírem (isto é, por atribuírem um valor noticioso a um determinado acontecimento), revestem-se necessariamente de aspectos *paradoxais* em sua essência narrativa. Nos parâmetros da metáfora do pêndulo, é como se não ocorresse qualquer movimento passível de distanciar a *doxa* de seu estágio de equilíbrio, posto que não se verifica qualquer angulação responsável por proporcionar aspectos de noticiabilidade ao evento – daí o caráter anedótico da tira. O segundo cartum, por sua vez, embora se inscreva também no plano da comicidade, remete a uma relação simbólica ainda mais profunda: o sentido de regularidade cotidiana disseminado pela atividade noticiosa na atenuação dos *paradoxos* que perpassam o dia-a-dia. Neste caso, a reação cômica dos personagens ilustra movimento rítmico de retorno do pêndulo aos seus sentidos hegemônicos após um eventual desvio materializado em *paradoxo*.

Recorre-se assim, uma vez mais, às pertinentes palavras de Wilson Gomes (2009, p.15): “através das notícias o mundo deixa de ser o complexo das coisas e pessoas que formam o meu círculo existencial para tornar-se, para além deste, um horizonte”. Tal horizonte, contudo, depende de um “acordo tácito entre consumidores de notícia e jornalismo” que “finda por estabelecer o limite entre o que existe e é digno de menção e o que não existe ou não merece atenção” (GOMES, 2009, p.15). Trata-se, portanto, de uma espécie de contrato instituído no plano discursivo, segundo o qual “sem sujeitos de percepção,

inexiste acontecimento” (SODRÉ, 2009, p.34). Reveste-se de essencialidade, dessa forma, uma importante ressalva: embora se reconheça a relação estabelecida no plano simbólico entre a atividade jornalística e a atenuação dos *paradoxos* cotidianos, tal relação depende de negociações discursivas entre as peculiaridades do veículo que pauta a notícia e sua comunidade de sentido. As concepções de *paradoxo* e ordem consensual (componentes do movimento pendular instituído pelo jornalismo), nesse panorama, não se projetam na realidade fenomênica de forma constante ou inequívoca, mas, como debatido ao longo dos demais capítulos, são culturalmente construídas a partir diferentes variáveis socioculturais e distintos contratos comunicativos.

2. Entre laranjas e maçãs, para evitar a salada de frutas: os limites do funcionalismo e as diferenças de uma abordagem culturalista para a compreensão da relação entre o jornalismo e a regularidade cotidiana

O pêndulo – ou, mais especificamente, seu mecanismo de oscilação isocrônica identificado por Galileu Galilei no final do século XVI – insere-se historicamente no funcionamento de diversos instrumentos responsáveis por pontuar com precisão a regularidade que caracteriza a sociabilidade moderna. Os exemplos variam desde os clássicos relógios pendulares criados em meados do século XVII – instrumentos de considerável importância na formulação de um novo padrão de tempo que integra o processo histórico denominado por Martin-Barbero (2003) de “longo processo de enculturação” (*Capítulo III*) – até os antigos metrônimos – equipamentos inventados no início do século XIX e que são essenciais na introdução de um ritmo constante e mensurável no campo musical.

Todo esse cenário, ao lado do próprio deslocamento metodológico sugerido por Martin-Barbero (2003) dos “meios” para as “mediações culturais”, inspira no contexto desta discussão um novo deslocamento de matriz também analítica no entendimento do modo jornalístico de narrar a realidade: da ideia de “mecanicismo” como abordagem teórico-metodológica total¹²⁸ para sua compreensão como um padrão cultural caracterizador de uma forma de sociabilidade marcada pela valorização de uma racionalidade tipicamente instrumental. Neste caso, a metáfora rítmica do pêndulo acima sugerida configura-se uma analogia assumidamente mecânica, mas não constitui, entretanto, o resultado de uma perspectiva teórico-metodológica mecanicista, uma vez que baseia-se em uma abordagem essencialmente culturalista. O que a metáfora pretende explicar no interior dessa perspectiva

¹²⁸ Conforme instilam inúmeras aproximações e análises oriundas das teorias funcionalistas.

teórica é justamente a dinâmica pela qual as notícias (envolvendo os processos de seleção, construção e consumo noticioso) estão intrinsecamente incorporadas à vida cotidiana como mais um dentre muitos modos de expressão que se difundem com base na racionalidade operacional moderna. Não se trata, portanto, da compreensão do jornalismo como um sistema orgânico, com funções reparadoras do sistema social – como poderia sugerir um ponto de vista funcionalista –, mas de uma sistemática multifacetada de produção de sentidos.

Em tempo, o funcionalismo tem suas raízes fundadas na tradição sociológica do “organicismo” no início do século XIX e configura uma das mais antigas e difundidas correntes teóricas no mundo ocidental. Com premissas inspiradas nas obras de autores como Auguste Comte e, posteriormente, Herbert Spencer e Émile Durkheim, essa linha de pensamento recorre à valorização de taxonomias sociais – ou “tipos ideais” – para vislumbrar o estudo da sociedade como um “organismo social” (TUNDER, 1982, p.35). Outros expoentes como Robert Merton também posicionam o funcionalismo como uma linha interpretativa direcionada às consequências das partes no organismo social total a partir de variáveis sociológicas mensuráveis. O conceito de “função”, nesse cenário, diz respeito ao desempenho de “medidas de efetividade” instituídas para o “bom funcionamento do sistema” (HAGE, 1972, p.192-193). Especificamente no universo da comunicação, o funcionalismo ganha repercussão nos estudos norte-americanos entre as décadas de 1920 e 1960 com a emergência hegemônica do campo de estudos denominado de *Mass Communication Research*. No interior da multiplicidade de olhares desse campo (com variações que vão da engenharia das comunicações aos enfoques da psicologia comportamental e da sociologia positivista), algumas características comuns podem ser identificadas. Destacam-se entre elas a “orientação empirista” (com privilégio da dimensão quantitativa) e a “orientação pragmática” (com abordagens muitas vezes mais políticas do que científicas) das pesquisas (ARAÚJO, 2001, p.120). A corrente propriamente funcionalista da *Mass Communication Research* origina-se a partir dos estudos de Harold Lasswell, Charles Wright, Paul Lazarsfeld e do próprio Robert Merton, todos vinculados de algum modo ao campo da pesquisa empírica. Conforme aponta Carlos Alberto Araújo (2001), o interesse das teorias da comunicação passa então a enfatizar o entendimento da globalidade do sistema social como um organismo cujas distintas partes desempenham funções específicas:

Entre alguns modelos de funções, temos o de Wright, o de Lasswell e o de Lazarsfeld-Merton. Lasswell apresenta as seguintes funções: de vigilância (informativa, função de alarme); de correlação das partes da sociedade (integração); e de transmissão da herança cultural (educativa).

Wright apresenta uma estrutura conceitual que prevê funções e disfunções dos meios, sendo que essas funções podem ser latentes ou manifestas; às funções apresentadas por Lasswell, acrescenta a função recreativa. Já Lazarsfeld e Merton apresentam outras funções: a atribuição de *status* (estabilizar e dar coesão social à hierarquia da sociedade); a execução de normas sociais (normatização); e o efeito narcotizante (que seria, de acordo com os autores, uma disfunção). (ARAÚJO, 2001, p.123).

As limitações oriundas das dimensões orgânica (teórica) e quantitativa (metodológica), dentre outras variadas características originais do vértice funcionalista, colocam essa corrente de pensamento em posição de crivo crítico frente a outras abordagens que paulatinamente ganham espaço nas ciências sociais e particularmente no campo da comunicação. Nessa direção, Adelmo Genro Filho (2012) mostra-se categórico ao apontar as superações e as precariedades do funcionalismo para a compreensão da prática jornalística. No interior de uma perspectiva marxista, o autor delinea o conceito de “conhecimento” como uma forma de apreensão da realidade atravessada por uma série de contradições intrínsecas – o que coloca em xeque a concepção de um eventual “papel orgânico” desempenhado pelo jornalismo como forma de conhecimento da realidade:

Se tomarmos o conhecimento como a dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade, poderemos conceber o jornalismo como uma das modalidades partícipes desse processo e, igualmente, atravessado por contradições. Marx já indicou de forma inequívoca que a atividade prático-crítica dos homens está no coração do próprio conhecimento e, por isso mesmo, não se pode estabelecer uma contraposição absoluta entre sujeito e objeto, entre a percepção e a coisa ou, se preferirmos, entre a atividade social que produz o mundo humano e os conceitos que desvendam o universo. (GENRO FILHO, 2012, p.55).

De forma oportuna, Genro Filho (2012, p.55-56) assinala que a “tendência em reduzir os fenômenos históricos concretos ao seu papel ‘orgânico’ no interior de um sistema social” acaba por encontrar ressonância em várias correntes que vão além do funcionalismo e chegam à própria tradição marxista. Como forma de exemplificação, o autor indica que as críticas desenvolvidas por Theodor Adorno e Max Horkheimer na conjuntura da Escola de Frankfurt posicionam o jornalismo como um instrumento de manipulação “funcional ao sistema de dominação”. Dinâmica semelhante ocorre com um dos principais argumentos da obra de Louis Althusser que, a partir do vértice de Genro Filho (2012), é questionado por conceber “as classes sociais como ‘funções’ do processo de produção”. A revisão crítica do autor brasileiro também recai sobre o modo de abordagem da Teoria Geral dos Sistemas. Embora o

autor reconheça que essa corrente teórico-metodológica seja responsável por propor categorias de análise “mais complexas e flexíveis” do que a sociologia de tradição empirista e positivista, ele coloca sob crítica a ambição do sistemismo pelo “controle dos fenômenos complexos”, uma vez que esse enfoque vislumbra a identificação de princípios e leis gerais que possam ser adaptados para todos os conjuntos sociais. A superação de todos esses paradigmas passa a encontrar caminho na dialética crítica. De acordo com o autor, é particularmente neste modo marxista de abordagem da realidade que a complexidade da concepção de “totalidade” supera e contradiz a funcionalidade básica que nas outras tradições teóricas remete à relação “parte-todo”:

A própria ideia de totalidade, na acepção da dialética marxista, implica um todo estruturado que se desenvolve e se cria, e não na simples pressuposição holista de que o todo é superior à soma das partes. Ora, se o todo se desenvolve e se cria, sendo por isso uma totalidade dialética, isso envolve contradições internas que são as verdadeiras fontes do desenvolvimento e da transformação, o que contraria a ideia de uma ontologia meramente funcional das partes em relação ao todo. O ‘sistemismo’ se propõe a superar o funcionalismo, à medida que acusa este de privilegiar ou absolutizar a dimensão da complementaridade e funcionalidade do sistema, relegando os conflitos e contradições para o terreno da anomalia ou da patologia. Noutro sentido, o sistemismo se dispõe a substituir a dialética. Não obstante, no pensamento sistêmico existe um limite para o conflito. Isto é, os conflitos existem, mas são sempre superáveis e manejáveis, de forma a não levar à ruptura do sistema. Seria, assim, uma espécie de dialética não antagônica. (GENRO FILHO, 2012, p.72-73).

O reconhecimento da pertinência das críticas de Adelmo Genro Filho (2012) deposita ainda mais ênfase na necessidade de uma interpretação que não se confunda e que possa ultrapassar os limites do mecanicismo de natureza funcionalista. Por essa razão, a representação gráfica do pêndulo como elemento didático para a compreensão da comunicação noticiosa institui-se não como uma simples analogia mecânica que pressupõe sua sobreposição direta à complexidade dos fenômenos sociais, mas, pelo contrário, como uma metáfora que ilustra um movimento estabelecido substancialmente no plano simbólico. Trata-se, assim, de uma típica relação de produção de sentido sobre a opacidade da realidade objetiva. O próprio Genro Filho (2012), nesse panorama, mostra-se novamente consistente ao sublinhar a essência complexa do vínculo entre a configuração do acontecimento noticioso e a construção de uma “interpretação subjetiva do real”:

A complexidade do fato jornalístico decorre da contradição inerente à produção do próprio mundo social. Essa contradição nasce da relação axiomática do sujeito com o mundo objetivo, na mesma medida em que a objetividade vai constituindo o substrato que confere realidade à autopromoção do sujeito. Logo, qualquer gênero de conhecimento é tanto revelação como atribuição de sentido ao real; assim como a projeção subjetiva não pode ser separada da atividade prática, a revelação das significações objetivas não pode ser separada da atribuição subjetiva de um sentido à atividade. (GENRO FILHO, 2012, p.61).

Deriva desse contexto, uma vez mais, a importância da apropriação do conceito gramsciano de hegemonia na edificação de uma reflexão crítica para a prática jornalística. Um exemplo significativo nesse sentido, tal como debatido nos capítulos precedentes, vem das análises do pensador britânico Stuart Hall. É salutar, aliás, que o teórico britânico valha-se do próprio substantivo “função” para refletir a respeito da correlação entre mídia e ideologia, sem que sua perspectiva analítica recaia, no entanto, em qualquer instância de ordem funcionalista. A utilização do termo, neste caso, serve ironicamente de recurso semântico para uma discussão de natureza eminentemente culturalista – considerando, aqui, sempre o entendimento geertziano da noção de cultura. De acordo com Hall (1977, p. 340), a primeira “função” desempenhada pela mídia consiste “na construção seletiva de imaginário e conhecimento social” por meio dos quais as pessoas possam perceber “visões de mundo e realidades vividas” para além de seus contextos imediatos. Já a segunda “função” reflete a concepção de “pluralidade” ao disseminar um inventário de léxicos, estilos de vida e ideologias por meio de um constante processo de objetivação do mundo. Neste ponto, o “*social knowledge*” difundido seletivamente pela mídia passa a ser “ranqueado e rearranjado” a partir de “classificações normativas e valorativas” ratificadas na cultura. Em suma, trata-se do caminho pavimentado pelos meios de comunicação para que as pessoas não apenas “saibam a respeito do que acontece no mundo”, mas também “façam sentido dele” (HALL, 1977, p.341). Finalmente, a terceira “função” diagnosticada pelo autor remete às dinâmicas simultâneas de “organização, orquestração e alinhamento de vozes” que a mídia configura – posto que no bojo de um cenário hegemônico “algum grau de integração e coesão” deve ser socialmente reconhecido. No interior dessa reciprocidade de vozes, argumenta Hall (1977, p.342), alguns atores exibem maior densidade, embora sempre necessitem da legitimação proporcionada por outras reverberações – opiniões minoritárias e pontos de vista contrários –, processo que respalda a complexa dinâmica de produção de consenso e de legitimidade em uma sociedade de classes.

A descrição dessas “funções” da mídia trabalhadas por Stuart Hall, um dos principais expoentes da corrente teórica dos estudos culturais, marca uma evidente distinção daquelas funções propagadas pela abordagem funcionalista tradicional – casos das noções de “disfunção narcotizante” e de “reparo social” (*social repair function*). Tais formulações teórico-conceituais – e suas inúmeras nuances funcionalistas –, todavia, ancoram-se em um paradigma que se faz hegemônico durante um período de tempo representativo na visão de ciência no mundo ocidental – daí o reconhecimento necessário de sua força e capilaridade. Faz-se sintomático, desse modo, que até mesmo autores cujos referenciais estão amparados em outros modelos teóricos e metodológicos acabem por resvalar no funcionalismo em suas análises da atividade noticiosa¹²⁹. Na conjuntura desta tese, contudo, a despeito da visão multiperspectívica¹³⁰ sugerida pelo caráter plural dos capítulos anteriores, defende-se uma postura metodológica que possa se diferenciar de um mero agregado aleatório de pontos de vista teóricos. Portanto, embora se recorra neste capítulo a uma metáfora de inspiração mecânica e rítmica (um pêndulo), as concepções trabalhadas de “racionalidade instrumental” e de “regularidade cotidiana” passam longe de ser interpretadas como consequências funcionais da prática jornalística a partir de supostas “desordens” ou “anomalias” sociais que precisam ser “reparadas” no interior de um sistema fechado. Muito além disso, entende-se a atividade noticiosa como uma prática social disseminadora de um sentido de racionalização dos *paradoxos* cotidianos justamente pelo fato de transcodificar um padrão cultural hegemônico de racionalidade emaranhado na vida cotidiana. Nesse contexto, ao propor seu próprio deslocamento interpretativo “dos meios às mediações”, a presente tese recorre uma vez mais à lúcida leitura que Hall (1977) proporciona para o fenômeno:

¹²⁹ Tome-se, nessa direção, o exemplo do autor Tom Koch (1990) que assumidamente se sustenta na semiologia de Roland Barthes para estudar a correlação entre “fato e contexto” no jornalismo. Ao abordar o que ele próprio denomina de “mito das notícias”, o autor defende que “a forma narrativa [do jornalismo] constitui uma consequência da função da mídia de promover o mito social de uma democracia efetiva, progressiva e em pleno funcionamento na qual cada membro é salvaguardado pela vigilância de uma potente e oniciente burocracia. (...) Isso assegura que quando falhas sociais claramente ocorrem, a forma narrativa irá proscrever uma completa investigação em favor de uma descrição limitada, resultando em um tipo de ‘contenção de danos’. Essa sistemática não requer tipicamente dos oficiais a promoção de uma censura consciente ou de uma desinformação ativa” (KOCH, 1990, p.175, tradução nossa). Embora o autor norte-americano recorra nomeadamente à semiologia barthesiana em sua obra, o trecho citado ilustra uma eventual aproximação dos conceitos funcionalistas de “reparo social” (*social repair*) e de “atribuição de *status*”, abordagens típicas do modelo científico que caracterizou a escola norte-americana durante décadas.

¹³⁰ Cunhado por Douglas Kellner (2001), o termo multiperspectivismo inspira-se na ideia de “perspectivismo” de Friedrich Nietzsche (segundo a qual toda interpretação é necessariamente mediada pela perspectiva de quem a faz). De acordo com a definição do filósofo alemão, portanto, todo ato de interpretar a realidade traz inevitavelmente em seu bojo pressupostos, valores, preconceitos e limitações. Para Kellner (2001, p.131), em um panorama metodológico, deve ficar claro que a concepção de multiperspectivismo distingue-se de um mero “ecletismo liberal” ou de “pout-pourri de diferentes pontos de vista”.

Significativamente, há diferentes meios pelos quais os eventos – especialmente aqueles eventos problemáticos e preocupantes, os quais violam nossa normalidade, rompem nossas expectativas de senso comum, contrariam uma consolidada tendência social ou ainda ameaçam o *status quo* de alguma maneira – podem ser codificados (*encoding*). De toda sorte, a seleção de códigos – aqueles ‘códigos preferenciais’ em determinados domínios e os quais aparecem para incorporar as explicações ‘naturais’ que a maior parte dos membros da sociedade pode aceitar (isto é, os quais aparecem naturalmente para encarnar a ‘racionalidade’ particular de nossa sociedade) – projeta de forma consensual esses eventos problemáticos para o interior de alguma instância respaldada pelo repertório das ideologias dominantes. (HALL, 1977, p. 343, tradução nossa).

É dessa maneira que, nos sentidos metafóricos de um movimento ritmado, a vida cotidiana se faz capaz de conceder significados à sociedade moderna e transforma a narrativa noticiosa em um de seus mais eloquentes modos de expressão. Assim, a própria estética da expressão jornalística, ao preceder seu conteúdo, engendra-se nesse movimento regular de modo a ratificar os sentidos *doxais* de uma sociabilidade operacional e instrumentalizadora de seus símbolos dissonantes.

3. Da banca de jornal ao mercado de peixes: a substituição de um *paradoxo* por outro no cenário da regularidade cotidiana

No cerne da subjetividade que caracteriza a construção social dos fatos jornalísticos, existe sempre uma faceta de objetividade concreta que não pode ser desconsiderada. Essa afirmação de Adelmo Genro Filho (2012) ratifica sua reflexão mais ampla segundo a qual um acontecimento singular no plano fenomênico necessita necessariamente de uma inscrição subjetiva numa particularidade contextual para que faça sentido enquanto dimensão do conhecimento. Argumenta o autor:

Aqui entra em jogo não apenas o problema de uma linguagem adequada, mas, principalmente, o enfoque epistemológico que vai presidir essa linguagem e permitir sua eficácia. Há um grau mínimo de conhecimento objetivo que deve ser proporcionado pela significação do singular (pelo singular-significante), que exige um mínimo de contextualização do particular, para que a notícia se realize efetivamente como forma de conhecimento. A partir dessa relação minimamente harmônica entre o singular e o particular, a notícia poderá – dependendo de sua abordagem ideológica – tornar-se uma apreensão crítica da realidade. (GENRO FILHO, 2012, p.202).

Nessa conjuntura, prossegue o autor brasileiro, “sempre que um fato se torna notícia jornalística, ele é apreendido pelo ângulo da sua singularidade, mas abrindo um determinado leque de relações que formam o seu contexto particular” (GENRO FILHO, 2012, p.201). É sobre essa relação contextual que se assoma à frente da imediaticidade dos acontecimentos noticiosos que a linha reflexiva desta tese encontra seu cume como meio de sistematizar o debate teórico-conceitual conduzido até o presente momento. O contexto aqui referido, no entanto, diz respeito a um padrão estético-expressivo vinculado à face da narração noticiosa que produz intercâmbio com os padrões culturais que conformam a experiência cotidiana moderna. Nesse sentido, o crítico literário Roberto Schwartz (2012), ao recorrer a uma antiga fórmula do pensador húngaro György Luckács para a análise de textos ficcionais, faz-se pertinente ao destacar que o aspecto social de uma obra localiza-se substancialmente em sua forma¹³¹. Detalha o autor:

Não que os conteúdos não sejam sociais, mas a forma, ao trabalhá-los e organizá-los, ou também ao ser infletida por eles, configura algo de mais geral, análogo à precedência da sociedade sobre os seus conteúdos separados. Se as obras interessam, é porque se organizam de um modo revelador, que algum fundamento tem na organização do mundo histórico. (SCHWARZ, 2012, p.288, grifos nossos).

Tal raciocínio, oriundo do campo literário, pode ganhar uma interpretação apropriada ao terreno do jornalismo. A estética do modo noticioso de narrar a realidade, neste caso, condiz com a dinâmica dupla de transcodificação e de disseminação de um sentido social de regularidade decalcado na cultura. Em perspectiva semelhante, Schwarz acrescenta:

A forma – que não é evidente e que cabe à crítica identificar e estudar – seria um princípio ordenador individual, que tanto regula um universo imaginário como um aspecto da realidade exterior. Em proporções variáveis, ela combina a fabricação artística e a intuição de ritmos sociais preexistentes. (...) O vaivém exige uma descrição estruturada dos dois campos, tanto da obra como da realidade social, cujas ligações são matéria de reflexão. (SCHWARZ, 2012, p.48, grifos nossos).

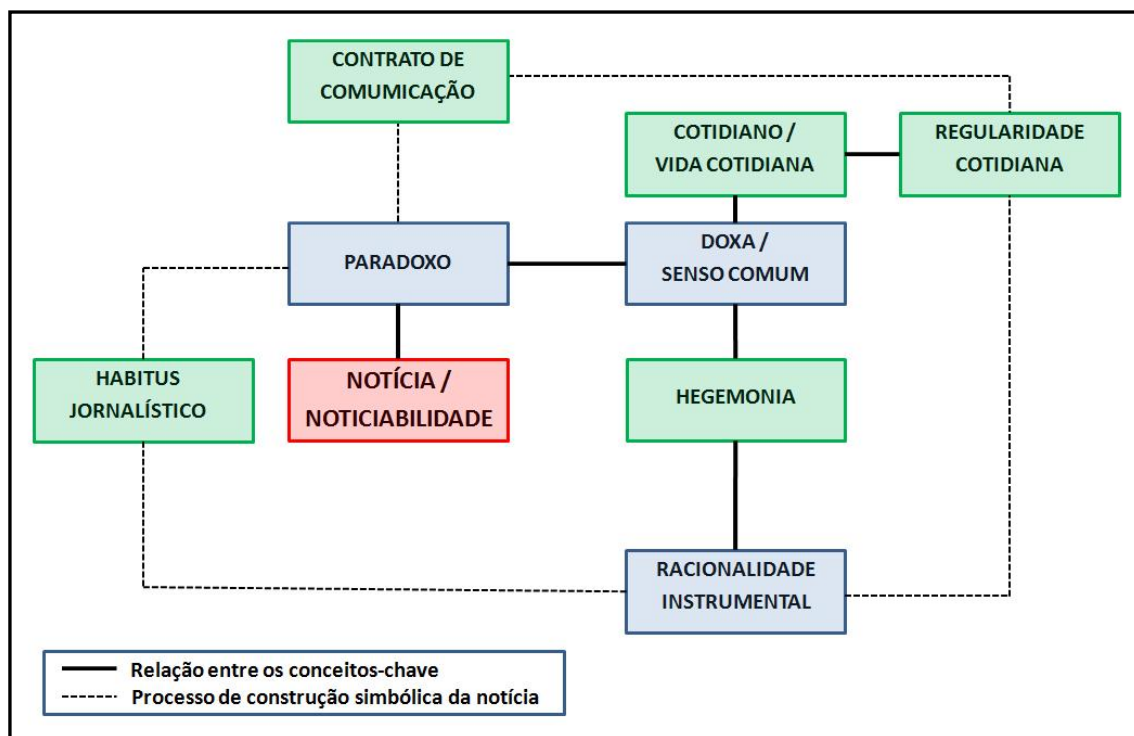
Projetando essa linha reflexiva para o campo específico da comunicação noticiosa, encontra-se ressonância – conforme explicita o raciocínio de Pierre Nora (1979) citado no capítulo anterior – no processo de encadeamento dos fatos cotidianos pela cultura massiva de modo que um acontecimento possa substituir o outro num movimento simbólico pautado pela

¹³¹ As referências a Roberto Schwartz citadas nesta seção foram extraídas respectivamente das entrevistas “Na periferia do capitalismo” e “Sobre Adorno” compiladas na obra *Lucrecia versus Martinha: ensaios e entrevistas*. Para detalhes, ver: SCHWARZ (2012).

regularidade. Ou ainda, a exemplo da discussão apropriada da análise de Franco Moretti (2003) no mesmo capítulo, remete à possibilidade cotidiana de virar a página de um jornal sem que o enunciatário se depare com grandes sustos devido à racionalidade incorporada à maneira noticiosa de refratar a realidade. Assim, os *paradoxos* do “ontem”, uma vez racionalizados e atenuados, são substituídos pelas novidades do “hoje” (ou do “agora”), sendo relegados a um espaço simbólico que endereça ao passado (ao metafórico “mercado de peixes”). Nesse cenário, da mesma forma como a sociedade moderna que, numa ótica mais abrangente, lida com seus entraves cotidianos de forma a resolvê-los num sentido racional de “domesticação do acaso” (BIRMAN, 2010), o jornalismo transcodifica esse padrão de racionalidade instrumental para além dos limites de seu conteúdo e estende-o para sua própria dimensão estético-expressiva: como no vaivém metafórico de um movimento pendular, identifica esses *paradoxos* como eventos dotados de noticiabilidade para, na sequência – e a partir de contratos comunicativos específicos –, explicitá-los e devolvê-los aos sentidos *doxais* culturalmente pavimentados.

Dito isso, é preciso reconhecer que todas as concepções teóricas apresentadas no decorrer desta tese não possuem sentido para os objetivos propostos quando observadas de um ponto de vista desconexo; ou seja, nos parâmetros do que Douglas Kellner (2001) denomina de “*pout-porri* teórico”. Quando articuladas num quadro mais amplo, entretanto, os conceitos passam a configurar um viável modelo interpretativo tanto para a complexa caracterização da ideia de noticiabilidade no jornalismo quanto para sua compreensão crítica no interior da regularidade cotidiana que marca a sociabilidade moderna. Dessa maneira, o diagrama a seguir – espécie de esboço elaborado como guia para a visualização das principais relações entre os conceitos trabalhados nos diferentes capítulos – permite uma melhor localização das ideias que compõem a linha-mestra do estudo:

Figura 23 – Representação gráfica das relações teórico-conceituais centrais da tese



(Fonte: Diagrama elaborado livremente para finalidade deste trabalho)

Ao assumir o pressuposto de que a narrativa jornalística constitui uma construção cultural complexa que pode ser explicada teoricamente com base em relações dinâmicas e dialéticas entre as concepções teóricas discutidas, justifica-se, por exemplo, a ausência de setas ou símbolos direcionais no modelo gráfico, de modo que, como declarado anteriormente, todos os conceitos relacionados não sejam encarados sob uma perspectiva estanque ou a partir de interpretações deterministas. Contudo, o diagrama acima consiste em apenas uma espécie de “croqui” para a visualização das relações teórico-conceituais que compõem o núcleo da tese e, dessa forma, não possui sentido em si mesmo. Acima de tudo, faz-se essencial o reconhecimento de que a narrativa noticiosa constitui um rico e multifacetado objeto de estudo que somente dissemina-se socialmente quando encontra legitimidade e respaldo em padrões culturais mais amplos – problemática finalmente sistematizada nos parágrafos a seguir:

I

A sociedade se organiza em torno de um complexo de sentidos socialmente compartilhados traduzidos na ideia de *doxa* – ou senso comum no sentido aristotélico –, dimensão fundamental para a concessão de significados à vida cotidiana.

II

Nesse cenário, entendida etimologicamente como algo insólito à natureza da *doxa*, a noção de *paradoxo* configura uma instância simbólica passível de rompimento com tal ordem socialmente partilhada. É pela natureza desviante, portanto, que as questões consideradas *paradoxais* recebem relevo na experiência cotidiana.

III

Por seu turno, a estrutura do senso comum está também relacionada à concepção gramsciana de hegemonia, dimensão pela qual os aspectos ideológicos dominantes da sociedade disseminam-se nas práticas ordinárias da vida cotidiana.

IV

Dentre tais aspectos hegemônicos encontra-se em destaque a ideia de racionalidade instrumental, parâmetro – ou padrão cultural – pelo qual se atrelam à sociabilidade moderna o domínio e o acesso controlado aos elementos que rompem com a ordem do senso comum – são, por isso, *paradoxais* e devem ser explicados racionalmente.

V

Esse processo eminentemente simbólico decalca-se profundamente na natureza da narrativa jornalística, considerada uma das pedras de toque da experiência cotidiana moderna. Nesse âmbito, ocorre a caracterização dos *paradoxos* cotidianos como elementos que, por um lado, são passíveis de configurarem notícia e, por outro, são merecedores de uma explicação nos sentidos e procedimentos próprios da racionalidade instrumental.

VI

No bojo desse aspecto que concede orientação ao *ethos* do jornalismo moderno, a narrativa noticiosa constitui, então, uma prática cultural particular cuja produção de sentido resulta na “diluição” – identificação, singularização e posterior esclarecimento – dos *paradoxos* que rompem com a ordem simbólica instituída na vida cotidiana pela via do senso comum.

VII

Encontra ressonância nessa chave-explicativa a maneira como a narração noticiosa se vale dos sentidos mais *paradoxais* de seus critérios de noticiabilidade. Na construção estética da narrativa jornalística, por exemplo, elementos gráficos e seções analíticas específicas – os famosos elementos-clichês traduzidos na ideia de “entenda o caso” – apresentam como chamariz um traço simbólico comum: o retorno por meio de uma explicação culturalmente aceita aos sentidos consensuais outrora intactos. Semelhantemente, “*experts*” de diferentes áreas – atores sociais legitimados como fontes de informação – atribuem seus argumentos supostamente ancorados na objetividade jornalística e/ou na racionalidade científica para a “captura” dos sentidos *paradoxais* que abalam a regularidade cotidiana e, na sequência, devolvê-los aos significados *doxais* respaldados pela sociedade.

VIII

Com base nas hipóteses e pressupostos trabalhados na tese, entende-se que a própria concatenação dos fatos jornalísticos em cadernos temáticos e seções noticiosas específicas – segmentados em simetrias temporais particulares (diários, hebdomadários, quinzenários, etc.) – auxilia na disseminação, no plano estético-expressivo da narração jornalística, de um sentido peculiar de regularidade e ordenamento cotidiano.

IX

Tal caracterização, contudo, possui complexidade e somente penetra nos meandros da cultura jornalística por meio da concepção de *habitus* profissional, instância simbólica que deve ser também entendida como espaço privilegiado de emergência dos aspectos hegemônicos da sociedade.

X

Além disso, por constituir uma construção cultural complexa, a ideia de senso comum não pode ser observada como uma concepção universal – posição que, por analogia, projeta-se também ao conceito de *paradoxo*. Dessa maneira, da mesma forma como a caracterização de um *paradoxo* cotidiano atrela-se a um determinado recorte sociocultural ou temporal e pode não ser a mesma em outro contexto, a prática simbólica de esclarecer os sentidos *paradoxais* da sociedade também não será a mesma em instâncias distintas. Ou seja, no âmbito da prática jornalística, o que constitui um evento noticiável em determinado cenário,

pode, em outro contexto, sequer merecer atenção. Portanto, como lembra Patrick Charaudeau (2003), antes de manifestar o mundo, a narrativa jornalística manifesta uma relação. A chave-explicativa repousa, aqui, na concepção de “contrato de comunicação”.

XI

Entende-se, por fim, que todos esses processos encontram sentido na vida cotidiana, dimensão que possui no senso comum e no ritmo da regularidade, respectivamente, sua forma intrínseca de conhecimento e sua dimensão temporal fundamental. Nesse contexto, o movimento rítmico do qual, ao mesmo passo, o jornalismo é parte ativa e passiva, garante à vida ordinária com os *paradoxos* cotidianos um sentido próprio de regularidade – uma espécie de “vaivém” simbólico, como num pêndulo – típico de um modo racional de sociabilidade que instrumentalmente dissolve seus imprevistos rotineiros.

XII

Em suma, a concepção de noticiabilidade trabalhada na tese passa a ser entendida a partir da ideia de *paradoxo* e sua operacionalização somente encontra significação na regularidade da vida cotidiana. Trata-se de um movimento simbólico de natureza complexa e culturalmente inscrito no qual todos os conceitos acima apresentados aparecem dialeticamente envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se sabe: para uma linha razoável com uma correta informação, há léguas de insensatas cacofonias, de confusões verbais e de incoerências. (Sei de uma região montanhosa cujos bibliotecários repudiam o supersticioso e vão costume de procurar sentido nos livros e o equiparam ao de procurá-lo nos sonhos ou nas linhas caóticas da mão... Admitem que os inventores da escrita imitaram os vinte e cinco símbolos naturais, mas sustentam que essa aplicação é casual, e que os livros em si nada significam. Esse ditame, já veremos, não é completamente falaz). Durante muito tempo, acreditou-se que esses livros impenetráveis correspondiam a línguas pretéritas ou remotas. É verdade que os homens mais antigos, os primeiros bibliotecários, usavam uma linguagem assaz diferente da que falamos agora; é verdade que algumas milhas à direita a língua é dialetal e que noventa andares mais acima é incompreensível. (...) Dessas premissas incontrovertíveis deduziu que a Biblioteca é total e que suas prateleiras registram todas as possíveis combinações dos vinte e tantos símbolos ortográficos (número, ainda que vastíssimo, não infinito), ou seja, tudo o que é dado expressar: em todos os idiomas. Tudo. (Trecho do conto “A Biblioteca de Babel”, de Jorge Luis Borges)

Um acervo sem mensuração, demasiado ao ponto de se perder de vista e não encontrar sentido em si mesmo, composto por livros que reúnem todas as combinações possíveis de todos os caracteres existentes em todos os idiomas. Embora finita, por ser fruto da natureza humana, trata-se de uma coleção de horizonte desconhecido, utópica e difusora de incompreensão para o falível senso de abstração dos homens comuns que vagueiam por suas intermináveis galerias. São nas entrelinhas de suas metáforas que a enigmática Biblioteca de Babel, ícone do realismo fantástico do escritor argentino Jorge Luis Borges, preenche-se de pertinência nesta etapa final da tese ao possibilitar uma dupla analogia para os distantes caminhos trilhados até aqui.

A primeira metáfora que emerge desse cenário remete ao próprio sentimento permanente de incompletude – ou de “inconclusão”, na acepção não pejorativa dos termos – que caracteriza a elaboração de um estudo acadêmico de tal envergadura: uma tese de doutoramento. Trocando em miúdos, consiste em um percurso que se palmilha – um edifício que se erige tijolo a tijolo – na assídua companhia da ansiedade de não se poder olhar pelo retrovisor a todo instante. O lema partilhado é o de seguir em frente – tecer argumentos e

costurar ideias – na tentativa de reforçar as linhas do “mapa” – do método – outrora traçado. Portanto, quando da opção pela realização de um estudo menos empírico e mais teórico-conceitual, assume-se simultaneamente – e inevitavelmente – os riscos e os benefícios expressos em tal cartografia.

Tome-se inicialmente seus riscos. De um vértice metodológico, a ausência planejada (e amplamente debatida nas preliminares da pesquisa) de um recorte empírico específico – recorte, este, que pudesse se fechar no interior de suas fronteiras e emanar uma suposta precisão com a possibilidade de instrumentos pragmáticos de análise – acaba por sublinhar a preocupação quase angustiante de se construir uma argumentação consistente o bastante para aparar todas as arestas levantadas – muito embora sempre se reconheça, a exemplo do perambular aflito dos personagens de Borges pelos corredores intermináveis de Babel, o caráter utópico da tarefa.

Nesse sentido, foram três as hipóteses apresentadas no início da tese que serviram de parâmetros para sua totalidade. Como guia para as demais formulações, partiu-se primeiramente da suposição central de que o modo noticioso de narrar a realidade somente se difunde socialmente ao encontrar legitimidade em instâncias socioculturais mais abrangentes que escapam à imediaticidade manifesta dos fatos. Abriu-se caminho, assim, para as outras duas construções hipotéticas – mais específicas – que também balizaram o desenvolvimento do estudo; a recordar: 1) os critérios de noticiabilidade constituem construções simbólicas que transcodificam e ao mesmo passo disseminam os sentidos característicos de um padrão de racionalidade instrumental; e 2) por meio de tais critérios, a narrativa jornalística atua sobre os *paradoxos* do cotidiano, atenuando-os e disseminando (não apenas através de seu conteúdo, mas sobretudo por sua essência estético-expressiva) os sentidos de instrumentalização e de regularidade típicos da sociabilidade moderna.

Construídas as hipóteses e pesados os referidos “riscos” assumidos no plano metodológico, fizeram-se cumprir em seus devidos momentos todos os objetivos arquitetados no início do percurso. Em primeiro lugar e com a ênfase que se julgou necessária, houve o desenvolvimento de uma discussão teórica baseada em revisão crítica de literatura a respeito de algumas das mais significativas abordagens conceituais recebidas pelos critérios de noticiabilidade nas ciências sociais (*Capítulo I*). Na sequência, trabalhou-se de maneira perseverante na apresentação de um conjunto alternativo de concepções teóricas que – devidamente articuladas – pudessem explicitar a complexidade dos processos de seleção dos itens noticiáveis e de construção da narrativa jornalística (*Capítulos II e III*). Aportou-se,

enfim, em uma sistematização teórico-conceitual para tais articulações de modo que pudesse sintonizar a tese com o estado da arte no campo teórico do jornalismo (*Capítulos IV e V*) – aspectos que se mostraram determinantes para a própria estruturação formal do trabalho. O resultado desse “caminhar”, finalmente, pôde ser compilado na elaboração de um modelo explicativo pendular que se institui como metáfora possível para o movimento de “vaivém” simbólico característico da regularidade cotidiana (*Capítulo VI*). Aliás, talvez seja essa mesma regularidade – “sopapeada” no decorrer da tese – um dos núcleos do processo denominado por István Mészáros de “metabolização ideológica” responsável por consolidar a mentalidade das trocas capitalistas pelas vias de uma razão substancialmente instrumental.

Reconhecidos os riscos e as armadilhas dessa trilha, partiu-se à diante – passo após passo – para a pavimentação de seus também intrínsecos benefícios. Assim, com a consolidação de um debate de natureza eminentemente teórica (embora, evidentemente, exemplos extraídos da empiria dos jornais tenham percorrido todo seu fio condutor), possibilitou-se, com certo grau de flexibilidade retórica, o aprofundamento das reflexões e o adensamento das contribuições da tese. Sugere-se, nesse panorama, que as contribuições mais consistentes oferecidas ao estado da arte das discussões acadêmicas sobre o jornalismo sintetizam-se em três principais dimensões: uma extensão propriamente epistemológica, uma extensão teórico-conceitual e uma última extensão – não menos pertinente – de abertura de perspectivas para reflexões futuras.

No terreno epistemológico, destaca-se a tentativa de posicionar numa espécie de *paralaxe* uma série de abordagens teórico-conceituais e metodológicas (outrora sedimentadas em diferentes campos das ciências sociais) para a compreensão *strictu sensu* da face noticiosa da prática jornalística, bem como, em última instância, da própria consolidação da vida cotidiana enquanto organização espaço-temporal da modernidade. No interior das fronteiras teórico-conceituais, por sua vez, sublinha-se que a sistematização dessa grade alternativa de conceitos e a elaboração de um modelo metafórico pendular para o entendimento das dinâmicas complementares de seleção dos acontecimentos noticiáveis e de construção da narrativa jornalística contribuem naturalmente para a elaboração de uma teoria de base culturalista para a prática noticiosa.

Chega-se finalmente às perspectivas de reverberações futuras sobre as linhas reflexivas trabalhadas no decorrer da tese. É justamente neste ponto que se reveste de possibilidade uma segunda analogia entre o debate aqui propiciado e o cenário ficcional emoldurado por Jorge Luis Borges nas entrelinhas de sua Biblioteca de Babel. A metáfora

ganha especial saliência devido aos efeitos ainda nebulosos das chamadas *tecnologias digitais* nos processos simbólicos examinados ao longo do estudo. Se por um vértice elas preenchem-se de potencialidades pela diferente configuração que proporcionam nas relações espaciais e temporais da contemporaneidade, tais tecnologias, por outro lado, ainda carecem de um sentido emancipador que possa colocá-las de fato como paisagem de um porvir crítico, de viés democrático e redutor viável do histórico fosso instituído entre o direito cidadão à comunicação e os preceitos privados dos conglomerados de mídia¹³².

Entende-se, nesse cenário, que para além de seus efeitos técnicos e operacionais um dos principais aspectos que concedem pertinência à presente discussão recai sobre o prisma da prática de *consumo* das notícias no bojo dessa conjuntura atravessada pelas novas tecnologias digitais. Assim, se a premissa de Franco Moretti adotada durante todo o percurso da tese (a de que um padrão narrativo somente se difunde socialmente quando encontra sintonia na cultura circunstante) mantém sua validade estrutural, logo se reveste de coerência o entendimento de que a fragmentação típica do acesso contemporâneo aos conteúdos noticiosos traduz-se em sintoma de uma nova conformação da experiência cotidiana¹³³.

Com base no debate teórico instituído no decorrer da tese, lançam-se então as bases para uma nova hipótese de fundo que pode servir de parâmetro para reflexões futuras. Isto é, a mudança na percepção temporal (nos termos de Henri Bergson) proporcionada pela emergência de uma suposta mutação nos padrões culturais modernos de racionalidade e de regularidade resulta, em última análise, numa alteração no próprio modo de subjetividade com o qual as novas gerações experimentam a realidade. Ou seja, ao consumir e postar informações fragmentadas enfeixadas no interior de visões de mundo emolduradas por essa mesma fragmentação estrutural, os novos enunciatórios (mas também enunciadores) de uma sociedade altamente conectada podem fazer jus ao xeque em que a concepção de *alteridade* foi colocada a partir da passagem de uma subjetividade construída nas premissas do “eu ideal” (um “eu” em constante busca de aperfeiçoamento no escopo da cidadania) para as premissas de um “ideal de eu” (um “eu” ratificador de seus próprios desejos numa experimentação fragmentada do mundo subjetivo) (BIRMAN, 2010).

Nessa perspectiva, o segundo aspecto da metáfora da Biblioteca de Babel ganha seus contornos mais sólidos direcionados a essas reflexões finais. Em outras palavras, as possibilidades das tecnologias digitais aliadas às potencialidades oriundas da multiplicação do

¹³² Ver nesse sentido o debate elaborado por J. S. Faro (2012).

¹³³ Para o aprofundamento desse aspecto, sugere-se a leitura da entrevista concedida por Roger Chartier ao jornal *Valor Econômico*. Ver: Chartier (2012).

acesso à rede informacional global nas mais diferentes geografias sociais colocam em jogo um volume quase incomensurável de dados e de formas narrativas que são instauradas para responder às necessidades de novos cenários de visibilidade e de novas relações culturais. Da mesma forma como na biblioteca fantástica imaginada por Jorge Luis Borges, no entanto, o acervo avistado (e percebido) como infinito por seus adeptos não significa que tal vastidão se coloca como sinônimo de compreensão. Pelo contrário, os personagens do escritor argentino, à semelhança de zumbis que perambulam sem destino manifesto pelas gigantescas galerias de livros, acabam por problematizar de maneira conotada a radicalização da falta de sentido que o mero acesso às possibilidades de informação pode representar quando desvinculado da capacidade de abstraí-las – a mesma abstração, aliás, que também falta ao memorioso Eliseo Funes, outro personagem emblemático dos contos de Borges¹³⁴.

Ainda nos anos 1970, Stuart Hall (1977, p.339) argumentara que o processo liberal de “fragmentação da opinião” sucessivamente reorganizado em um imaginário de coerência e numa “mística unidade de consenso” (nas quais “indivíduos soberanos” e “fluxos espontâneos de informação” apresentavam-se como índices de liberdade) poderia ratificar, de fato, um “lado reverso” da hegemonia. Possui ressonância nessa linha de raciocínio a forma como as novas tecnologias digitais podem se traduzir em potencialidades viáveis de emancipação do direito à comunicação como um recurso necessário à cidadania. Porém, se tomadas numa direção oposta, tais tecnologias e suas respectivas linguagens, a exemplo da estética moderna de narração noticiosa da realidade, podem se despontar como novos expoentes – no interior de uma dinâmica dialética de transcodificação e de disseminação – de um padrão cultural hegemônico mais abrangente e penetrado na cultura (lembra Souza Martins: o simples acesso aos signos do moderno não representa necessariamente o acesso aos valores da modernidade¹³⁵). Enfim, embora a busca de uma solução para tais “enigmas” não conste entre os limites desta tese (se é que tal “solução” se faça de fato possível), trata-se certamente de novas e valiosas pistas para as reflexões acadêmicas. Um novo caminhar.

¹³⁴ Para outro interessante exemplo de analogia entre o chamado “mito da redenção pela tecnologia” e o realismo fantástico de Jorge Luis Borges, ver: Moretzsohn (2006).

¹³⁵ Para detalhes, ver o debate estabelecido pelo autor no capítulo “As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil”. In: Souza Martins (2010).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALVES DE SOUZA, Genilda. A quantificação no discurso midiático: um estudo sobre o uso dos dados estatísticos na notícia. In: BARROS, Laan Mendes de (Org.). **Discursos midiáticos**: representações e apropriações culturais. São Bernardo do Campo-SP: Editora UESP, 2011.

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

ANCHIETA, Isabelle. **O paradoxal estatuto do conhecimento jornalístico**: entre a desconsideração e o protagonismo do saber produzido pelas notícias nas sociedades modernas. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v.34, n.2. São Paulo: Intercom, 2011.

ARAÚJO, Carlos Alberto. A pesquisa norte-americana. In: HOHLFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz C., FRANÇA, Vera Veiga (Orgs). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

ARISTÓTELES. **Tópicos**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (www.anj.org.br). Acesso em: 06.ago.2011.

BARROS FILHO, Clóvis de, MARTINO, Luís Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1974.

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BERTOLLI FILHO, Claudio, TALAMONI, Ana Carolina Biscalquini. Entre a história e o mito: um enfoque antropológico das notícias jornalísticas. In: LOSNAK, Célio José, VICENTE, Maximiliano Martin (Orgs.). **Imprensa & sociedade brasileira**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BINKLEY, Sam. A felicidade e o programa de governabilidade neoliberal. In: FREIRE FILHO, João (ORG.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BIRMAN, Joel. Muitas felicidades?!: O imperativo de ser feliz na contemporaneidade. In: FREIRE FILHO, João (ORG.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. 5.ed. São Paulo: Globo, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Las estructuras sociais de la economia**. Buenos Aires: Manantial, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

BREED, Warren. Social control in the news room: a functional analysis. In: SCHRAMM, Wilbur. **Mass communications**: a book of readings selected. Urbana, Chicago e Londres: University of Illinois Press, 1960.

BUENO, Wilson da Costa. **O jornalismo como disciplina científica**: a contribuição de Otto Groth. São Paulo: ECA/USP, 1972.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel, NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto**: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHARAUDEAU, Patrick. **El discurso de la información**: la construcción del espejo social. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

CHARTIER, Roger. **O todo e a parte**. Entrevista de Amarílis Lage com Roger Chartier. Caderno Eu & Fim de Semana. Valor Econômico. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/2614020/o-todo-e-parte>>. Acesso em: 22.nov.2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12.ed. São Paulo: Ática, 2002.

COELHO, José Teixeira. **Moderno pós-moderno**: modos & versões. São Paulo: Iluminuras, 2001.

CONNELLY, Michael. **A loira de concreto**. São Paulo: Best-Seller, 1994.

CONNOR, Steven. **Cultura e pós-modernidade**: introdução às teorias do contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1996.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Muitas felicidades: diferentes regimes do bem nas experiências de vida. In: FREIRE FILHO, João (ORG.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

EDGERTON, Robert. **Pokot Intersexuality**: An East African Example of the Resolution of Sexual Incongruity. In: *American Anthropologist*, v. 66, n. 6, 1964.

FARO, José Salvador. **À flor da pele**: narrativas híbridas, cotidiano e comunicação. Revista Intexto. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v.02, n.25, 2011.

FARO, José Salvador. Tecnologias digitais e pontilhamento discursivo. In: SQUIRRA, Sebastião (Org.). **Ciber Mídias**: extensões comunicativas, expansões humanas. Porto Alegre: Buqui, 2012.

FOLHA de S. Paulo. **Manual de redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.

FRANÇA, Vera V. A felicidade ao seu alcance: que felicidade, e ao alcance de quem, afinal?. In: FREIRE FILHO, João (ORG.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FREIRE FILHO, João. A felicidade na era de sua reprodutibilidade científica: construindo “pessoas cronicamente felizes”. In: FREIRE FILHO, João (ORG.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GALTUNG, Johan, RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. 2.ed. Lisboa: Veja, 1999.

GALTUNG, Johan, RUGE, Mari Holmboe. **The structure of foreign news**: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. *Journal of International Peace Research*, n.1, 1965.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news**: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. Edição ampliada comemorativa de 25º aniversário. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. v.6. Florianópolis: Insular, 2012.

GEERTZ, Clifford J. O Senso comum como um sistema cultural. In: GEERTZ, Clifford J., **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 9.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**: mass media in the making and unmaking of the New Left. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 2003.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teorias do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. v.1. Florianópolis: Insular, 2009.

GÓMES SOTO, William Héctor. **A Modernidade Inconclusa**: um diálogo crítico entre Henri Lefebvre e José de Souza Martins. In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GOULD, Stephen Jay. **Seta do tempo, ciclo do tempo**: mito e metáfora na descoberta do tempo geológico. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Introdução ao estudo da Filosofia e A filosofia de Benedetto Croce. Vol. 1, 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamento das ciências nos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

HAGE, Jerald. **Techniques and problems of theory construction in sociology**. New York, Londres, Sidney e Toronto: Wiley-Interscience Publications, 1972.

HALL, Stuart. A world a tone with itself. In: COHEN, Stanley e YOUNG, Jock (Orgs.). **The manufacture of news**: social problems, deviance and the mass media. Beverly Hills: Sage, 1981.

HALL, Stuart. Culture, the media and the ideological effect. In: CURRAN, James, GUREVITCH, Michael, WOOLLACOTT, Janet (Orgs.). **Mass media and society**. Londres: Edward Arnold Editor e Open University Press, 1977.

HALL, Stuart. The determination of news photographs. In: COHEN, Stanley e YOUNG, Jock (Orgs.). **The manufacture of news**: social problems, deviance and the mass media. Beverly Hills: Sage, 1981.

HARDIM, Marie. **Stopped at the gate**: women's sports, 'reader interest' and decision making by editors. Journalism & Mass Communication Quarterly. Vol. 82, N.1, 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Basic concepts of Aristotelian Philosophy**. Bloomington: Indiana University Press, 2009.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru-SP: Edusc, 2001.

KILPP, Suzana. **A realidade da seta em figuras televisivas de tempo**. Revista Lumina. Juiz de Fora: UFJF. v.4. n.2, 2010.

KOCH, Tom. **The news as myth: fact and context in journalism.** New York: Greenwood Press, 1990.

LASORSA, Dominic L., REESE, Stephen D. **News source use in the Crash of 1987: a study of four national media.** Journalism Quarterly. v.67, n.1, 1990.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. **É que Narciso acha feio o que não é espelho: autorreferencialidade e identidade do jornal.** In: Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza, 2012.

LUKÁCS, György. The bourgeois way of life and art for art's sake. In: LUKÁCS, György. **Soul & form.** Tradução de Anna Bostock. New York: Columbia University Press, 2010.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** 6.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos.** São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MARTINS, Maurício Vieira. **Bourdieu e o fenômeno estético: ganhos e limites de seu conceito de campo literário.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Vol.19. n. 56, 2004.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo.** 3.ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia, FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos.** Florianópolis: Insular, 2010.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** (1997). Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 23 mai.2012.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo, Campinas-SP: Boitempo Editorial e Editora da Unicamp, 2002.

MICELI, Sérgio. **Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura.** In: Tempo Social. Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Vol. 15. N. 1, abril, 2003.

MODRAK, Deborah K. W. **Aristotle's Theory of Language and Meaning.** Cambridge e New York: Cambridge University Press, 2001.

- MORAES, Dênis de. **O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)**. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1994.
- MORETTI, Franco. **O Século sério**. Revista Novos Estudos. Cebrap, n. 65, 2003.
- MORETTI, Franco. **Romance: teoria e história**. Revista Novos Estudos. Cebrap, n. 85. 2009.
- MORETZSOHN, Sylvia. **'Citizen journalism' and the myth of redemptive technology**. Brazilian Journalism Research. v.2 n.2, 2006.
- MOURA, Matheus, FERREIRA, Gustavo Henrique. Marxismo e tempos modernos. In: **Karl Marx: coleção guias de filosofia**. São Paulo: Editora Escala, 2011.
- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Considerações sobre o modelo de análise do discurso de Patrick Charaudeau**. Revista Ensaio. V.6. N.1. UFMG, julho 2004.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1979.
- NOWELL-Smith, Geoffrey. **Common sense**. Radical Philosophy Review, n.7. Canterbury: Radical Philosophy Group, 1974.
- PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles S. (Org.). **Meios de Comunicação de Massa**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- PLATÃO. **O Banquete; Fédon; Sofista; Político**. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- PEUCER, Tobias. **Os relatos jornalísticos**. Tradução de Paulo da Rocha Dias. Revista Comunicação & Sociedade. Universidade Metodista de São Paulo, n. 33, 2000.
- RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. 3.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.
- SCHNEIDER, Marco, KELLNER, Douglas. **A conversation between Marco Schneider and Douglas Kellner**. Revista Z Cultural – Revista Virtual do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ, ano VII, n.3. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- SCHUDSON, Michael. **Discovering the news: a social history of American newspapers**. New York: Basic Books, 1978.
- SCHUDSON, Michael. **The sociology of news**. New York e Londres: W.W. Norton & Company, 2003.
- SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SHOEMAKER, Pamela J., VOS, Tim P. **Gatekeeping theory**. New York e Londres: Routledge, 2009.

SHOEMAKER, Pamela J. **Hardwired for news:** Using biological and cultural evolution to explain the surveillance function. *Journal of Communication*, n.46, 1996.

SHOEMAKER, Pamela J. e REESE, Stephen D. **Mediating the message:** theories of influences of mass media content. 2. ed. White Plains (NY): Longman, 1996.

SHOEMAKER, Pamela J. e COHEN, Akiba. **News around the world:** Practitioners, Content, and the Public. New York: Routledge, 2006.

SHOEMAKER, Pamela J., JOHNSON, Philip R., SEO, Hyunjin, WANG, Xiuli. **Readers as gatekeepers of online news:** Brazil, China and the United States. *Brazilian Journalism Research*. v.6. n.1, 2010.

SIGAL, Leon V. **Reporters and officials:** the organization and politics of newsmaking. Lexington, Toronto e Londres: D.C. Heath and Company, 1973.

SILVA, Gislene. **Para pensar a noticiabilidade.** *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 2, n. 1, 2005.

SILVA, Marcos Paulo da. **Como os acontecimentos se tornam notícia:** uma revisão do conceito de noticiabilidade a partir das contribuições discursivas. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 7, n. 1, 2010.

SILVA, Marcos Paulo da. **Jornalismo, racionalidade e senso comum:** fundamentos reflexivos sobre a atenuação dos paradoxos cotidianos pela atividade noticiosa. *Revista Comunicação e Inovação*. Universidade de São Caetano do Sul. v. 12, n. 23, 2011.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato:** notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho:** uma teoria da comunicação linear e em rede. 2.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

SOLEY, Lawrence C. **The news shapers:** the sources who explain the news. New York, Westport, Londres: Praeger Publishers, 1992.

SOUSA, Jorge Pedro. **Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo.** *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*. Universidade Federal de Santa Catarina, v.2, n.1., 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. **Tobias Peucer:** Progenitor da Teoria do Jornalismo. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*. Universidade Federal de Santa Catarina, v.1, n.2, 2004.

SOUZA MARTINS, José de. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

STEELE, Janet E. **Sound bite seeks expert.** *Washington Journalism Review*. v.12, n.7, 1990.

STEPHENS, Mitchell. **Uma história das comunicações:** dos tantãs aos satélites. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

SWISHER, Kevin, REESE, Stephen. **The smoking and health issue in newspapers:** influence of regional economies, the tobacco institute and news objectivity. *Journalism Quarterly*, v. 69, n.4, 1992.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** a tribo jornalística / uma comunidade interpretativa internacional. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TUCHMAN, Gaye. **Making news by doing work:** routinizing the unexpected. *American Journal of Sociology*, v.79, n.1, 1973.

TUCHMAN, Gaye. The exception proves the rule: the study of routine news practices. In: HIRSCH, Paul M., MILLER, Peter V., KLINE, Gerald (Orgs.). **Strategies for communication research.** Beverly Hills e Londres: Sage Publications, 1977.

TUNDER, Jonathan H. **The structure of sociological theory.** 3.ed. Homewood-Illinois e Georgetown-Ontario: Dorsey Press, 1982.

VAZ, Paulo. A vida feliz das vítimas. In: FREIRE FILHO, João (ORG.). **Ser feliz hoje:** reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

VELHO, Gilberto. Cultura subjetiva e projetos de felicidade. In: FREIRE FILHO, João (ORG.). **Ser feliz hoje:** reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

WHITE, David Manning. **The gatekeeper:** a case study in the selection of news. *Journalism Quarterly*, n.27, 1950.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** 8.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

ZIZEK, Slavoj, DALY, Glyn. **Arriscar o impossível:** conversas com Zizek. São Paulo: Martins fontes, 2006.